

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – UNIS/MG

Gestão de Engenharias, Arquitetura e Tecnologia - GEAT

Curso de Arquitetura e Urbanismo

Pâmela Costa Marcos

REQUALIFICAÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE BOA ESPERANÇA - MG:

proposta de um Complexo Cultural



Varginha – MG

Nov/2018


Pâmela Costa Marcos

Requalificação Urbana no Centro Histórico de Boa Esperança MG:

proposta de um Complexo Cultural

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel pela Banca Examinadora composta pelos membros:

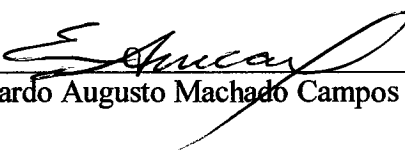
Aprovado em: 29/11/2018



Prof. D.Sc. Luciana Bracarense Coimbra Veloso



Prof. Me. Daniella Coli Chagas



Prof. Esp. Eduardo Augusto Machado Campos

Pâmela Costa Marcos

Requalificação Urbana no Centro Histórico de Boa Esperança MG:

proposta de um Complexo Cultural

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. D.Sc. Luciana Bracarense Coimbra Veloso

Varginha - MG

Nov/2018

Dedico este trabalho aos meus pais, por serem essenciais na minha vida e em todas as minhas conquistas e objetivos.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me dar saúde, energia e força para enfrentar todos os desafios ao longo deste trabalho e de toda a minha trajetória, por me guiar e tornar possível minha caminhada. Seus planos são sempre melhores que os meus.

Aos meus pais, pelo amor incondicional, por me apoiar em todas as minhas escolhas, por acreditar e investir em mim e, apesar das dificuldades, não medir esforços para me ajudar em tudo o que eu preciso. Também pela compreensão pela minha frequente ausência em prol da rotina de estudos e trabalhos. Vocês são e sempre serão minha base.

À minha família, que sempre acreditou no meu potencial e à minha tia Sônia, sua ajuda foi de extrema importância.

À Prof. D.Sc. Luciana Bracarense Coimbra Veloso por todas as orientações, ensinamentos, conselhos e apoio durante o desenvolvimento deste trabalho e também ao longo de toda a graduação. Seu vasto conhecimento e formação profissional sempre foram um grande exemplo para mim.

A todos os professores que participaram da minha formação acadêmica, em especial à Daniella Coli, à Luana Ferreira, à Aline Skowronski e ao Eduardo Campos, pela solicitude e contribuição para o desenvolvimento deste trabalho.

À Abigail Emília Bracarense, pela revisão da monografia.

À equipe que trabalha na Casa da Cultura de Boa Esperança, bem como na Prefeitura Municipal de Boa Esperança, pela ajuda e solicitude no fornecimento de todas as informações de que precisei ao longo da pesquisa.

À Tainara Paravizo, pelas informações a respeito da Estação Ferroviária (Varginha MG), sua ajuda foi extremamente valiosa.

A todos os meus amigos, pelo companheirismo, apoio e incentivo constantes. Em especial à Kênia, pela companhia de sempre e por me dar conselhos do tipo “você precisa dormir”; ao Mário, ao Lucas e à Laura pela ajuda especial.

Aos colegas de TCC: Marinne, Tamiris e Bruno, pelos debates e ajuda mútua durante o desenvolvimento do trabalho. Com certeza fizemos valer a expressão “a união faz a força”!

Ao Bethoven, meu pequeno grande companheiro canino e à Luna, que presenciaram todas as noites que passei em claro desenvolvendo diversas etapas deste trabalho, me alegrando com sua energia (e me acompanhando também nos lanches das madrugadas).

A todos que de alguma forma contribuíram para o alcance dos meus objetivos e desenvolvimento pessoal e acadêmico.



O passado não volta. Importantes são a sua continuidade e o perfeito conhecimento de sua história”.

Lina Bo Bardi

RESUMO

Este trabalho, cujo tema situa-se na área de Requalificação Urbana, consiste no estudo do processo de descentralização do Centro Histórico da cidade de Boa Esperança – MG, e tem como proposta um projeto arquitetônico e urbanístico que envolve a implantação de um Complexo Cultural como elemento integrador do Núcleo Original da cidade. Com isso, pretende-se reforçar a identidade e o caráter turístico e cultural relacionado ao Centro Histórico do município. Devido à forma como se deu o processo de urbanização no Brasil, muitas cidades – como é o caso de Boa Esperança – cresceram e se desenvolveram de forma não planejada e isso leva a processos urbanos como a descentralização que, embora seja um processo natural do crescimento das cidades, leva, muitas vezes, ao esquecimento das relações entre passado e presente, com o abandono ou a subutilização das áreas históricas do espaço urbano. Perde-se, com isso, as relações de identidade e memória do lugar com seus habitantes e isso reflete na arquitetura, na dinâmica urbana e na produção e usos do lugar como um todo, levando à degradação dos espaços. A partir dessa problemática, a presente pesquisa propõe um estudo de soluções para reverter as consequências que a descentralização tem causado na cidade.

Palavras-chave: Descentralização. Centro Histórico. Requalificação. Complexo Cultural.

ABSTRACT

This work, whose theme is in the area of Urban Rehabilitation, consists of the study of the decentralization process of the Historic Center of the city of Boa Esperança - MG, and has as proposal an architectural and urbanistic project that involves the implantation of a Cultural Complex as integrating element of the original nucleus of the city. With this, it is intended to strengthen the identity and the tourist and cultural character related to the Historical Center of the municipality. Due to the urbanization process in Brazil, many cities - such as Boa Esperança - have grown and developed in an unplanned way and this leads to urban processes such as decentralization that, although it is a natural process of growth of cities often leads to forgetting the relations between past and present, with the abandonment or underutilization of the historical areas of urban space. The relations of identity and memory of the place with its inhabitants are lost, and this reflects in the architecture, in the urban dynamics and in the production and uses of the place as a whole, leading to the degradation of spaces. From this problem, the present research proposes a study of solutions to reverse the consequences that the decentralization has caused in the city.

Keywords: *Decentralization. Historic center. Requalification. Cultural Complex.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Localização de Boa Esperança no contexto de Minas Gerais.....	23
Figura 02 – Mapa de Boa Esperança e localização com relação ao entorno.....	23
Figura 03 – Limites do Corredor Cultural.....	42
Figura 04 – Apresentação de grupo musical. Cinelândia pelo projeto Seis e meia, em 1981.....	43
Figura 05 – Apresentação da cantora Elza Soares. Cinelândia, projeto Seis e meia, 1981.....	43
Figura 06 – Bares e Restaurantes na Rua do Ouvidor.....	44
Figura 07 – Mapa Conceitual: Corredor Cultural Rio de Janeiro.....	44
Figura 08 – SESC - Antiga fábrica na área onde foi implantado o projeto.....	46
Figura 09 – SESC - Croqui de estudo preliminar feito por Lina Bo Bardi.....	46
Figura 10 – SESC - Via para pedestres – acesso aos galpões.....	46
Figura 11 – SESC - Edifício vertical.....	46
Figura 12 – SESC - Detalhe Estrutura de concreto.....	47
Figura 13 – SESC - Detalhe telhado da estrutura do telhado.....	47
Figura 14 – SESC - Planta baixa do complexo.....	47
Figura 15 – SESC - Elevações (rua interna) indicando a relação entre os galpões.....	47
Figura 16 – SESC - Amplo espaço interno.....	48
Figura 17 – SESC - Espaço para leitura.....	48
Figura 18 – Mapa conceitual: Sesc.....	48
Figura 19 – CCSP - Croquis de concepção formal.....	50
Figura 20 – CCSP – Perspectiva de estudo preliminar em croqui.....	50

Figura 21 – CCSP – Planta – Piso Flávio de Carvalho, indicando as áreas expositivas e os acessos internos.....	51
Figura 22 – CCSP – Planta – Piso Caio Graco, indicando os acessos, sanitários, salas de apoio e áreas expositivas.....	51
Figura 23 – CCSP – Construção, em 1979.....	52
Figura 24 – CCSP – Entrada principal, em que se destaca a estrutura.....	52
Figura 25 – CCSP – Espaços livres no acesso principal.....	53
Figura 26 – CCSP – Espaço interno amplo.....	53
Figura 27 – CCSP – Acessos por rampas.....	53
Figura 28 – CCSP – Escada externa de acesso ao terraço jardim.....	53
Figura 29 – CCSP – Salas expositivas.....	53
Figura 30 – Escultura exposta ao longo dos espaços livres.....	50
Figura 31 – CCSP – Mobiliários coletivos.....	54
Figura 32 – CCSP - Praça de alimentação.....	54
Figura 33 – CCSP – Terraço-jardim.....	54
Figura 34 – CCSP – Mobiliário no terraço-jardim.....	54
Figura 35 – CCSP – Corredor interno.....	54
Figura 36 – CCSP – Sala de ação cultural.....	54
Figura 37 – Foto Histórica – Estação Ferroviária de Varginha.....	56
Figura 38 – Estação na época do tombamento.....	56
Figura 39 – Projeto de revitalização da Estação.....	56
Figura 40 – Estação – Estado atual, detalhe para o gradil que separa a edificação da rua.....	57

Figura 41 – Estação – Estado atual – vista lateral.....	57
Figura 42 – Estação – Relação com a rua.....	57
Figura 43 – Edição nº 300 da Quinta da Boa Música.....	57
Figura 44 – Requalificação São José – Implantação indicando a área requalificada e seus respectivos usos.....	61
Figura 45 – Requalificação São José – Parque Beco da Carioca.....	62
Figura 46 – Requalificação São José – Orla Marítima.....	62
Figura 47 – Requalificação São José – Trecho Norte.....	63
Figura 48 – Requalificação São José – Trecho Sul.....	63
Figura 49 – Requalificação São José – Centro Histórico.....	63
Figura 50 – Requalificação São José – Mobiliário proposto.....	63
Figura 51 – Requalificação São José – Diagramas de estratégias.....	64
Figura 52 – Mapa conceitual: Requalificação do Centro Histórico de São José – SC....	65
Figura 53 – Estação da Cultura Pres. Itamar Franco - Fachada Lateral mostrando a relação com a rua.....	66
Figura 54 – Estação da Cultura Pres. Itamar Franco – Implantação indicando a relação entre os edifícios.....	67
Figura 55 – Estação da Cultura Pres. Itamar Franco – Fachada frontal, com destaque para a transparência do edifício.....	67
Figura 56 – Estação da Cultura Pres. Itamar Franco – Praça de alimentação aberta para a rua.....	67
Figura 57 – Estação da Cultura Pres. Itamar Franco – Espaços integrados ao espaço urbano.....	68
Figura 58 – Estação da Cultura Pres. Itamar Franco – Espaços Livres entre os edifícios.....	68

Figura 59 – Estação da Cultura Pres. Itamar Franco – Integração visual entre o interior exterior.....	68
Figura 60 – Estação da Cultura Pres. Itamar Franco – Estrutura de concreto em evidência no espaço interno.....	68
Figura 61 – Mapa conceitual: Estação da Cultura Presidente Itamar Franco – MG.....	69
Figura 62 – Museu de História Natural de Xangai- Fachada indicando o acesso ao terraço.....	70
Figura 63 – Museu de História Natural de Xangai – Vista aérea.....	70
Figura 64 – Museu de História Natural de Xangai – Implantação mostrando a relação do edifício com o entorno.....	71
Figura 65 – Museu de História Natural de Xangai – Espaço interno, em que se destacam as formas da estrutura e a transparência do edifício.....	71
Figura 66 – Museu de História Natural de Xangai – Átrio, com destaque para a estrutura interna.....	72
Figura 67 – Museu de História Natural de Xangai – Jardim externo com elementos naturais.....	72
Figura 68 – Mapa conceitual: Museu de História Natural de Xangai.....	73
Figura 69 – Mapa de Evolução Urbana.....	77
Figura 70 – Mapa Contexto Urbano Atual.....	78
Figura 71 – Mapa Contexto da Área De Intervenção.....	79
Figura 72 – Contexto da área de estudo.....	80
Figura 73 – Paróquia de Nossa Senhora das Dores.....	80
Figura 74 – Estacionamento público.....	80
Figura 75 – Proposta de demolição 01.....	81
Figura 76 – Proposta de demolição 02.....	81

Figura 77 – Praça Nicésio Ferreira Maia.....	81
Figura 78 – Mapas de entorno e área de abrangência: cheios e vazios, uso e ocupação do solo e sistema viário.....	82
Figura 79 – Mapas de entorno e área de abrangência: gabaritos, padrão construtivo e patrimônio cultural.....	83
Figura 80 – Exemplar de alto padrão.....	84
Figura 81 – Exemplar de médio padrão.....	84
Figura 82 – Exemplar de baixo padrão.....	84
Figura 83 – Exemplar de bem inventariado 01.....	85
Figura 84 – Exemplar de bem inventariado 02.....	85
Figura 85 – Exemplar de bem inventariado 03.....	85
Figura 86 – Exemplar de bem inventariado 04.....	85
Figura 87 – Cine Coral.....	85
Figura 88 – Radium Clube Dorense.....	85
Figura 89 – Relação da área de estudo com o patrimônio cultural.....	86
Figura 90 – Lago dos Encantos.....	86
Figura 91 – Jardim à orla do lago.....	86
Figura 92 – Avenida Beira Lago.....	86
Figura 93 – Calçada da orla do lago.....	86
Figura 94 – Fotos históricas.....	87
Figura 95 – Paróquia de Nossa Senhora das Dores.....	87
Figura 96 – Condicionantes ambientais.....	87
Figura 97 – Fluxos e modais.....	88
Figura 98 – Mapa de mobiliário urbano.....	89
Figura 99 – Ponto de ônibus.....	90

Figura 100 – Mesa e banco sobre a grama.....	90
Figura 101 – Mesa e banco em área degradada.....	90
Figura 102 – Banco quebrado.....	90
Figura 103 – Praça Coronel Neves.....	90
Figura 104 – Levantamento da área de estudo.....	91
Figura 105 – Levantamento do terreno do projeto.....	91
Figura 106 – Planta topográfica.....	91
Figura 107 – Pavimentação quebrada.....	92
Figura 108 – Faixa de pedestres.....	92
Figura 109 – Guarda corpo.....	92
Figura 110 – Grande área sem uso.....	92
Figura 111 – Quadra de esportes.....	93
Figura 112 – Pista de skate.....	93
Figura 113 – Playgroud.....	93
Figura 114 – Área com problema de drenagem.....	93
Figura 115 – Área voltada para o lago.....	93
Figura 116 – Vista para o lago.....	93
Figura 117 – Gráfico de faixa etária.....	97
Figura 118 – Gráfico de frequência de uso.....	97
Figura 119 – Gráfico de usos.....	98
Figura 120 – Gráfico de horários de uso.....	98
Figura 121 – Gráfico de causas de desuso.....	99
Figura 122 – Gráfico de reconhecimento do valor histórico.....	99
Figura 123 – Gráfico de classificação do local.....	100

Figura 124 – Gráfico de reconhecimento do uso cultural como estratégia de requalificação.....	100
Figura 125 – Mapa mental 01.....	102
Figura 126 – Mapa mental 02.....	102
Figura 127 – Mapa mental 03.....	103
Figura 128 – Mapa mental 04.....	103
Figura 129 – Mapa de setorização do entorno da área tombada do lago.....	106
Figura 130 – Mapa conceitual do projeto CED cultural.....	112
Figura 131 – Representação gráfica de Yin-Yang	114
Figura 132 – Nome e logo definidos para o centro cultural: CED - Centro Dorense Cultural.....	115
Figura 133 – Diagrama de vistas.....	116
Figura 134 – Diagrama de acessos.....	116
Figura 135 – Diagrama de percursos.....	117
Figura 136 – Diagrama de condicionantes.....	117
Figura 137 – Concepção formal.....	118
Figura 138 – Evolução da forma.....	118
Figura 139 – Setorização.....	121
Figura 140 – Plano de massas.....	123
Figura 141 – Perspectiva frontal, indicando alguns elementos da fachada.....	123
Figura 142 – Organograma.....	124
Figura 143 – Fluxograma.....	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Contagem volumétrica de modais.....	89
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Objetivos, procedimentos e técnicas de pesquisa.....	27
Quadro 02 – Ficha técnica do Centro Cultural São Paulo - SP.....	49
Quadro 03 – Ficha técnica da Estação Ferroviária de Varginha – MG.....	55
Quadro 04 – Ficha técnica do Projeto de Requalificação do Centro Histórico de São José – SC.....	60
Quadro 05 – Ficha técnica da Estação da Cultura Presidente Itamar Franco.....	66
Quadro 06 – Ficha técnica do projeto do Museu da História Natural de Xangai.....	70
Quadro 07 – Quadro-resumo do Plano Diretor de Boa Esperança.....	104
Quadro 08 – Quadro-resumo do dossiê de tombamento do Lago dos Encantos.....	107
Quadro 09 – Quadro de aspectos opostos no conceito Yin e Yang aplicados ao projeto	114
Quadro 10 – Programa de necessidades – Complexo Cultural.....	119

SUMÁRIO

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO.....	19
1.1 Origem, justificativa e relevância do tema.....	20
1.2 Objetivos.....	21
1.2.1 Geral.....	21
1.2.2 Específicos	22
1.3 Contexto da pesquisa.....	22
1.4 Problema da pesquisa.....	25
1.5 Metodologia.....	25
1.6 Estrutura Geral.....	27
CAPÍTULO 2 REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	29
2.1 O processo de Urbanização no Brasil.....	30
2.2 Preservação Urbana e a Importância da Preservação da Memória.....	36
2.3 O papel da Arquitetura nas Políticas Culturais.....	38
2.3.1 A cidade como palco artístico: Corredor Cultural – Rio de Janeiro – RJ.....	41
2.3.2 Arquitetura para todos: Sesc – Pompeia – São Paulo - SP.....	45
2.3.3 Pesquisas de campo.....	49
CAPÍTULO 3 REFERÊNCIAS PROJETUAIS.....	59
3.1 Relação entre o antigo, o atual e o natural: Requalificação Centro Histórico São José – SC.....	60
3.1.1 Sobre o projeto.....	60
3.1.2 Análise conceitual.....	64
3.2 Integração com o Espaço Urbano: Estação da Cultura Presidente Itamar Franco	65
3.2.1 Sobre o projeto.....	65
3.2.2 Análise conceitual.....	68
3.3 A forma orgânica na Arquitetura e o edifício que abraça o terreno: Museu de História Natural de Xangai	70
3.3.1 Sobre o projeto.....	70
3.3.2 Análise conceitual.....	72
3.4 Análise geral das referências projetuais	73
CAPÍTULO 4 DIAGNÓSTICO	75
4.1 Contextualização da área de estudo	76
4.2 Diagnóstico da situação atual e entorno imediato da área de estudo.....	81
4.3 Potencialidades, déficits, usos e funções.....	92
4.4 Semiótica do ambiente urbano.....	94
4.5 O quadro cultural de Boa Esperança	95
4.6 – Pesquisa de usuários.....	97
4.7 Legislação Urbana.....	104

4.8 Estudo de impactos.....	108
4.9 Conclusão do diagnóstico.....	110
CAPÍTULO 5 PROJETO.....	111
5.1 Conceito.....	112
5.2 Partido Arquitetônico	115
5.3 Programa de necessidades e setorização.....	118
5.4 Plano de massas	122
5.5 Organograma e fluxograma.....	124
CAPÍTULO 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS	128
APÊNDICE I – PRANCHAS DE DIAGNÓSTICO	
APÊNDICE II – PRANCHA SÍNTESE DO CONCEITO E PARTIDO	
APÊNDICE III – PRANCHAS DO PROJETO	



CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO

O Patrimônio Histórico e Cultural representa um conjunto de simbologias e representações das experiências sociais de um lugar ao longo do tempo, um testemunho da evolução de sua sociedade. Sua importância se encontra, principalmente, nas relações de identidade e expressões culturais das pessoas com relação ao lugar em que vivem e na forma como dele se apropriam. Porém, atualmente, o desenvolvimento e crescimento não planejado das cidades têm levado a uma perda dessas relações e um abandono do Patrimônio Histórico e Cultural, levando, muitas vezes, à sua degradação.

Nesse sentido, é necessário que o desenvolvimento e planejamento urbanos sejam sempre acompanhados de estratégias de preservação, permitindo a integração do patrimônio à dinâmica atual das cidades. Nisso reside o tema deste trabalho, que será desenvolvido com foco na situação atual da cidade de Boa Esperança – MG.

1.1 Origem, justificativa e relevância do tema

O presente trabalho tem como tema a Requalificação Urbana; insere-se na área de Arquitetura e Urbanismo voltada para Conservação e Preservação Urbana, mais especificamente Conservação e Preservação de um Centro Histórico. Tem como recorte a proposta de um Complexo Cultural na cidade de Boa Esperança – MG, como forma de reforçar o caráter cultural e turístico de uma área que se encontra subutilizada, devido a um processo de descentralização.

Assim como a maioria das cidades brasileiras, Boa Esperança surgiu e se desenvolveu sem planejamento urbanístico e sua recente expansão tem levado a um processo de descentralização das atividades comerciais. Com isso, o centro histórico passa a não mais coincidir com o centro comercial. Nisso reside a origem da preocupação com o desenvolvimento de estratégias de preservação desse centro histórico, uma vez que nele se concentra um grande acervo arquitetônico de diversos estilos e épocas passadas, incluindo alguns bens tombados e inventariados e outros ainda sem documentação, que fazem parte da memória e origem da cidade. Se não houver uma intervenção, a tendência é que esta área caia em desuso, o que pode resultar, futuramente, na degradação total do centro histórico.

Dessa forma, este trabalho propõe-se a estudar esse processo de descentralização e desenvolver uma ação integrada de requalificação urbanística, que visa reverter o processo de subutilização da área em questão, por meio de um projeto, de caráter cultural, que envolva o patrimônio histórico e reforce o potencial turístico da cidade.

Com base no entendimento de que tudo aquilo que é relevante do ponto de vista histórico-documental deve ser identificado, caracterizado e registrado, busca-se por meio desse estudo, no contexto específico da cidade de Boa Esperança, contribuir para a conscientização, tanto da sociedade, quanto da gestão municipal, sobre o valor histórico no processo de evolução urbana e como um instrumento de técnicas preservacionistas. Isso em razão de duas causas principais: a prevenção contra a perda do valor histórico na construção e evolução da cidade e a devida constituição de parâmetros e intervenções de preservação arquitetônica e urbana, através da qual mantém-se a memória de sua história na dinâmica urbana atual.

O trabalho pretende, ainda, trazer como contribuição para a comunidade e o Município, a documentação e levantamento de informações sobre a evolução urbana, evolução e situação atual do centro e também uma delimitação atual para o centro antigo (histórico) e novo centro (comercial), visto que a cidade não possui zoneamento urbano.

Vale ressaltar que esse trabalho não tem o intuito de setorizar o centro histórico apenas para a função cultural, o que excluiria a função comercial, mas sim enfatizar essa função cultural como uma identidade para o centro histórico. Com isso, a proposta visa permitir que, quando os comércios ainda existentes no local seguirem a tendência de se deslocar para o novo centro comercial – consequência da descentralização em processo – novos comércios locais possam ver no centro histórico a possibilidade de se instalar e ser parte integrante da nova dinâmica do local. Tal ação, contribui para recuperar a importância urbana desse local e evitar que o processo de descentralização resulte no abandono desta área e, conseqüentemente, em sua degradação.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Propor o projeto de um Complexo Cultural como objeto de uma intervenção de Requalificação do Centro Histórico de Boa Esperança – MG.

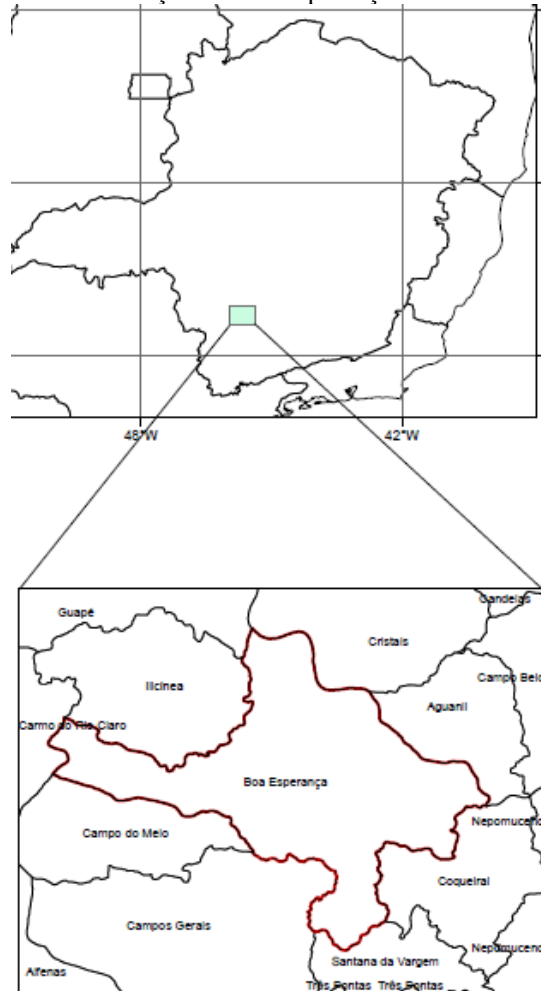
1.2.2 Específicos

- a) Sistematizar informações, princípios e conceitos acerca de estudos referentes a Patrimônio Histórico e Requalificação Urbana.
- b) Analisar, criticamente, experiências regionais, nacionais e internacionais que envolvem requalificação urbana com o uso de complexos culturais.
- c) Produzir um diagnóstico da situação atual do Centro Histórico de Boa Esperança, estudando um processo prático de descentralização ainda em curso e investigar as consequências de tal processo para o patrimônio histórico de uma cidade.
- d) Propor uma delimitação do centro histórico e do novo centro comercial como contribuição para uma futura atualização do zoneamento urbano da cidade.
- e) Propor uma intervenção integrada ao Centro Histórico, sob a forma de um projeto de Complexo Cultural, composto por um Centro Cultural e um Corredor Cultural, que visa contribuir para que se concilie o crescimento da cidade e seu caráter turístico com seu patrimônio histórico.

1.3 Contexto da pesquisa

Boa Esperança é um município de pequeno porte, que possui aproximadamente 38.516 habitantes, de acordo com o último censo (2010) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Localizado na região do Sul de Minas Gerais, (Fig. 1 e 2), a 275km da capital do Estado, Belo Horizonte, tem como municípios vizinhos: Cristais, Aguanil, Coqueiral, Santana da Vargem, Campos Gerais, Campo do Meio, Carmo do Rio Claro, Ilicínea e Guapé.

Figura 1 – Localização de Boa Esperança no contexto de Minas Gerais.



Fonte: Plano Diretor de Boa Esperança. 2006.

Figura 2 – Mapa de Boa Esperança e localização com relação ao entorno.



Fonte: Mapa elaborado pela autora, 2018, com base no Google Earth vs. 2017.

Esse município é conhecido pelos atrativos turísticos como a Serra da Boa Esperança e o Lago dos Encantos, lago artificial ligado à represa de Furnas, que banha a cidade. Além das belas paisagens, a cidade também recebe diversos eventos, como o Campeonato Brasileiro de Jet Sky, o Festival Nacional da Canção (FENAC), e o tradicional Carnaval de rua, que atraem turistas de variadas regiões, sendo importantes para a economia local. Apresenta clima mesotérmico úmido, topografia plana levemente ondulada e paisagens naturais que ainda se fazem presentes. Assim como as demais cidades da região, sua economia é baseada na agropecuária e na indústria de laticínios.

Sua origem se deu a partir da construção da Igreja Nossa Senhora das Dores, hoje inventariada como patrimônio histórico do município, que, em conjunto com a Praça Coronel Neves, forma o núcleo original da cidade. (REVISTA HISTÓRICA DE BOA ESPERANÇA, 1963).

Esse local sempre foi palco de encontros sociais e de eventos como quermesses, festas juninas, festas da igreja e as tradicionais “feirinhas” que aconteciam todos os domingos, após a missa, com barracas de artesanatos e de comidas mineiras, onde a população se reunia. É nesta área que, atualmente, já se percebem nitidamente as consequências do abandono do centro histórico.

Desde que teve início a recente expansão da cidade, e, com ela, o processo de descentralização, as atividades comerciais foram se afastando cada vez mais do centro histórico, dando origem a uma nova centralidade. Com isso, a população passa a ter novos atrativos e a área onde, outrora foi palco de eventos e encontros, começa a cair no abandono: as festas começam a acontecer em outros locais e as feiras deixam de acontecer.

A área onde se pretende implantar o Complexo Cultural, compreende um terreno localizado às margens do lago, onde atualmente está implantada a Praça Nicésio Ferreira Maia e alguns vazios urbanos que ligam essa praça ao Núcleo original. Esta Praça costumava receber eventos como o Campeonato de Skate, que teve sua última edição na cidade no ano de 2015, e outros eventos esportivos regionais.

Percebe-se nessa área, principalmente na Praça Nicésio Ferreira Maia, uma série de déficits e sinais nítidos de degradação, o que levou ao desuso e à subutilização dessa praça. Devido ao desuso, o local tem sido utilizado como ponto de consumo de drogas, o

que resulta em mais um motivo para que as pessoas deixem, cada vez mais, de utilizar o local como espaço de lazer e permanência.

Apesar destes fatores, a área apresenta muitos potenciais, como a topografia plana, a bela vista do lago e das paisagens naturais, além de estar inserida no centro histórico e, ao mesmo tempo, em uma área turística da cidade, o lago.

Essa relação entre déficits e potenciais foi substancial para a escolha da área para intervenção, pois associa-se a necessidade de revitalizar um determinado local que se encontra em degradação à oportunidade de trazer novos usos e atrativos para o centro histórico, requalificando esta região com a inserção de um caráter cultural, integrado ao antigo caráter predominantemente comercial da área.

1.4 Problema da pesquisa

O estudo tratará de analisar as relações entre a descentralização e o Patrimônio histórico. Para isso, adota-se como objeto de estudo uma cidade de pequeno porte, que teve sua evolução histórica sem nenhum planejamento, e, como consequência, passa atualmente por um processo de descentralização, no qual as atividades comerciais são levadas a ocupar outras localidades da cidade, deixando seu centro histórico menos ativo na dinâmica urbana.

Assim, a questão de pesquisa que motiva o desenvolvimento do trabalho pode ser expressa nas seguintes perguntas:

Qual é o impacto do desenvolvimento e crescimento das atividades comerciais de cidades não planejadas no processo de descentralização? Quais as consequências desse processo para o seu patrimônio histórico e como reverter tal processo por meio de uma intervenção de requalificação urbana?

1.5 Metodologia

A pesquisa classifica-se predominantemente como qualitativa; quanto aos fins pretendidos pode ser classificada como uma pesquisa descritiva, cujos resultados irão

fundamentar a elaboração de um diagnóstico de área a ser requalificada e um anteprojeto de um complexo cultural.

Uma pesquisa descritiva pode abranger todas as demais pesquisas, com exceção da histórica e experimental. Uma pesquisa descritiva visa reunir, caracterizar e analisar, criticamente, informações sobre determinado local, fenômeno, evento ou sociedade e interpretá-las de forma sistemática, a fim de se obter os dados necessários para tratar um problema. (GRESSLER, 2004, p.53).

Envolverá diferentes etapas e métodos:

Em primeiro momento será desenvolvida uma *pesquisa bibliográfica* a fim de reunir embasamentos teóricos que direcionem diretrizes e instrumentos para a elaboração do diagnóstico e do projeto, de acordo com o tema da pesquisa.

Ainda na etapa inicial dos estudos, a *leitura de projetos e estudos de caso*, bem como *pesquisa de campo*, irão auxiliar no embasamento teórico e interpretação de um diálogo arquitetônico crítico, a partir de análises de referências projetuais que tenham relação prática com o tema.

Será desenvolvida também uma *pesquisa documental e histórica* para fins de conhecimento prévio sobre a origem e evolução urbana da cidade de Boa Esperança.

Posteriormente a esses estudos teóricos serão realizadas as visitas técnicas para observação *in loco*, entrevistas, levantamentos fotográficos e registros, dando início à fase de diagnóstico. A conclusão do diagnóstico será feita por meio de uma análise e interpretação das informações coletadas, e da produção de mapas e gráficos, utilizando-se de *softwares* específicos de localização geográfica e representação gráfica, que permitirão a compreensão da área dada.

Por fim, proceder-se-á à fase de trabalho que se volta para a proposta de um projeto arquitetônico, que será apresentado no TCCI como uma proposta inicial, contendo conceito e partido arquitetônico.

Em síntese, cada um dos objetivos específicos será trabalhado de acordo com os procedimentos e técnicas enunciadas na segunda coluna do quadro que se segue.

Quadro 1 – Objetivos, procedimentos e técnicas de pesquisa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METODOLOGIA
1 Sistematizar informações, princípios e conceitos acerca de estudos referentes a Patrimônio Histórico e Requalificação Urbana.	Pesquisa bibliográfica.
2. Analisar, criticamente, experiências locais / regionais / nacionais e do exterior na área de requalificação e de complexos culturais.	Leitura de projetos, estudos de caso e pesquisas de campo.
3 Produzir um diagnóstico da situação atual do centro histórico de Boa Esperança, estudando um processo prático de descentralização ainda em curso e investigar as consequências de tal processo para o patrimônio histórico de uma cidade;	Pesquisa documental e histórica, visitas técnicas, observação <i>in loco</i> , entrevistas, levantamentos fotográficos e registros, produção de mapas e gráficos, utilizando-se de <i>softwares</i> específicos de localização geográfica e representação gráfica.
4 Propor uma delimitação do centro histórico e do novo centro comercial como contribuição para uma futura atualização do zoneamento urbano da cidade.	Produção de mapas e gráficos, utilizando-se de <i>softwares</i> específicos de localização geográfica e representação gráfica.
5 Propor uma intervenção integrada ao Centro Histórico, sob a forma de um projeto de complexo cultural, contribuindo para que se concilie o crescimento da cidade e seu caráter turístico com seu patrimônio histórico.	Análise e interpretação de dados coletados nas etapas anteriores; proposta de um projeto arquitetônico através de <i>conceito e partido arquitetônico</i> .

Fonte: Autora, 2018.

1.6 Estrutura Geral

O trabalho inicia-se pela pesquisa bibliográfica, apresentando uma breve contextualização histórica e algumas considerações sobre o tema *O Processo de Urbanização do Brasil*, na qual são investigados os fatores históricos que levaram aos processos de formação das cidades brasileiras e quais as influências de tais processos na dinâmica e sociedade urbanas atuais. Em um segundo momento, aborda a questão da *Preservação Urbana e a Importância da Memória*, interpretando os conceitos relacionados à conservação e preservação urbanas e a importância desse tema para as relações de identidade da sociedade com o espaço urbano. Traz, ainda, uma abordagem sobre *O Papel da Arquitetura nas Políticas Culturais*, na qual são identificadas as relações entre cultura e Arquitetura e analisados dois projetos culturais brasileiros, tomados como estudos de caso, finalizando a fundamentação teórica.

Na etapa de leitura de projetos, expõe três projetos, tomados como *Referências Projetuais*, que possuem características e tipologias que se assemelham com a proposta desse trabalho. Relata também duas *Pesquisas de Campo* que foram realizadas a fim de observar, na fase de pós-ocupação, a viabilidade, funcionalidade e usos das soluções que

foram aplicadas aos respectivos espaços. Tais projetos são analisados sob a óptica da autora, a fim de decodificar e interpretar soluções e diretrizes projetuais que serão abordadas na proposta projetual a ser elaborada nesse trabalho.

Após as fundamentações teóricas e projetuais, inicia-se a fase mais prática do trabalho, na qual é realizado o *Diagnóstico*, contextualizando a área de estudo e analisando a situação atual de seu entorno imediato e área de abrangência, bem como suas potencialidades, déficits, usos, funções, quadro cultural, legislação urbana e um relato semiótico do ambiente urbano, finalizando com as conclusões de tais análises.

Por fim, apresenta um estudo inicial do projeto a ser realizado, composto por *Conceito e Partido*, que, por meio de croquis e desenhos esquemáticos, busca definir as diretrizes principais do projeto e, em apêndice, o resultado final do projeto, expresso por meio de desenhos técnicos e perspectivas.



CAPÍTULO 2
REFERENCIAIS TEÓRICOS

Para o desenvolvimento do trabalho, foi necessário realizar uma fundamentação teórica sobre temas pertinentes à urbanização e patrimônio histórico, a fim de compreender os processos urbanos que levaram à atual situação da área de estudo. Além disso, foi feito um estudo das relações entre cultura e Arquitetura e como essas relações podem contribuir para a requalificação de áreas urbanas. Neste capítulo, são apresentadas tais fundamentações que levaram a essa compreensão.

2.1 O processo de Urbanização no Brasil

O Brasil é um país em desenvolvimento, ou seja, ainda não possui seus setores industrial, econômico e índice de desenvolvimento humano (IDH) estabilizados no cenário mundial. Pelo fato de ter sido por muito tempo colônia, seu processo de industrialização foi tardio, se comparado a outros países mais desenvolvidos. Conseqüentemente, seu processo de urbanização também foi tardio. Segundo Santos (1993), foi só a partir do século XVIII que a urbanização se intensificou no Brasil, sendo, porém, “necessário ainda mais um século para que a urbanização atingisse sua maturidade, no século XIX, e ainda mais um século para adquirir as características com as quais a conhecemos hoje”. (SANTOS, 1993, p.19).

É preciso ressaltar que a relação entre industrialização e urbanização é intrínseca, uma vez que a industrialização trouxe mudanças notáveis e intensas na forma de organização das pessoas no espaço e na dinâmica das atividades pertinentes à vida em sociedade. Acrescente-se a este fator, a consolidação do capitalismo como sistema econômico vigente nos países já desenvolvidos – o chamado primeiro mundo. Com o advento das indústrias e do novo modo de vida baseado no acúmulo de capital, as pessoas passam a deixar o campo para buscar, nas cidades, novas formas de trabalho e melhores oportunidades e condições de vida.

De acordo com o IBGE, o Brasil é o maior país da América Latina, o quinto maior do mundo, em extensão territorial, e o sexto mais populoso. Tais características resultam em uma grande diversidade de sua população e de suas cidades, o que leva a um processo de urbanização complexo. Justamente por sua extensão territorial, é preciso compreender que o país apresenta diferentes condições de urbanização, originadas a partir das mais diversas influências que cada região recebeu ao longo da história, o que levou,

inclusive, às diferenças socioeconômicas, formando regiões mais pobres e menos desenvolvidas do que outras.

Portanto, para se compreender o processo de urbanização brasileiro, faz-se necessário retroceder um pouco na história do desenvolvimento do Brasil, a fim de interpretar as condicionantes do desenvolvimento urbano do país.

Schneeberger (2013), ao relatar a evolução histórica da urbanização no Brasil, a divide em 3 períodos: período colonial (1500-1822), período imperial (1822-1889) e período republicano (1889-hoje).

O período colonial inicia-se com a chegada dos colonizadores portugueses ao território brasileiro. Segundo Schneeberger (2013), esse período é caracterizado pelas atividades de extração das riquezas naturais e a exploração de mão de obra escrava. De modo geral, as áreas exploradas limitavam-se à costa brasileira, principalmente na região Nordeste. Não havia, de início, interesse em povoar o local e, portanto, as construções se resumiam a fortificações de proteção do território, a fim de evitar a presença de colonizadores não portugueses. As poucas edificações habitacionais que foram construídas, a princípio, não passavam de assentamentos provisórios, distribuídos em pequenos povoados, sem traçado planejado.

Mais tarde instala-se o primeiro Governo Geral português na colônia, e, a partir de então, famílias portuguesas migram para o Brasil. Surgem assim novos povoados (ainda na região Nordeste), que, posteriormente, passariam a adentrar cada vez mais o território e desenvolver novas produções. Esses povoados inicialmente eram formados por propriedades rurais, devido à predominância das atividades agrícolas.

No final do século XVII, o estabelecimento do Ciclo do Ouro teve importância definitiva para a formação e desenvolvimento das regiões Sudeste e Centro-oeste. Nesse momento, com a atividade dos bandeirantes, intensificam-se o surgimento de novas cidades e a abertura de estradas, para adaptar o espaço às novas atividades de extrativismo, intensificando a urbanização.

A atividade mineradora foi também responsável pelo rápido crescimento populacional da colônia no século XVIII, pela formação de uma população predominantemente urbana na região de mineração e pela transferência da capital colonial de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, para melhor fiscalização da atividade mineradora [...]. (SCHNEEBERGER, 2013, p. 78).

De acordo com Schneeberger (2013), ao fim do século XVIII, a mineração entra em decadência e as atividades econômicas voltam-se para a cafeicultura. Isso, associado

à instalação da corte portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, já no período imperial, após a independência (1822), consolida a importância da região Sudeste no cenário econômico do Brasil, estimulando o desenvolvimento de outras regiões, como o Sul e o Centro-Oeste, enquanto acentuava a decadência da região Nordeste. Segundo Zorraquino (2005), por volta de 1940 uma nova atividade extrativista insere a região Norte no contexto econômico brasileiro: o látex, extraído da Amazônia. Porém, a cafeicultura ainda se mantém como principal atividade econômica.

As riquezas do café proporcionaram maior independência aos grandes cafeicultores, que mantêm suas propriedades rurais apenas como fonte de renda e passam a habitar nas cidades, o que muda definitivamente a dinâmica de usos do espaço e estabelece o desenvolvimento dos grandes centros, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Apesar de boa parte da população ainda ser rural, é nesse momento que a urbanização começa a ganhar destaque. As cidades ganham infraestrutura, saneamento, serviços de água potável, esgoto, iluminação, praças, jardins, avenidas e edificações.

O período de 1889 a 1930, após a Proclamação da República, além da mudança de regime político, foi também marcado pela “transição de uma ‘economia colonial’, baseada em atividades primárias exportadoras, para uma “economia industrial”. (SCHNEEBERGER, 2013). Zorraquino (2005) destaca que os empresários do ramo cafeeiro, beneficiados pelo poder aquisitivo estabelecido no período imperial, agora, no período republicano, vão passar a industrializar suas produções, o que consolidou a industrialização nas regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste e fortaleceu o poder econômico destas regiões.

Se no período imperial o processo de urbanização já era notável, no período republicano, com o estabelecimento da industrialização no Brasil, ele será definitivo. As cidades passam agora a receber cada vez mais pessoas que, vindas do campo, buscam no espaço urbano as novas oportunidades e modos de vida que a industrialização oferece. Surgem novas dinâmicas na vida em sociedade, nos modos de produção e comercialização de produtos e nas formas de economia, baseadas no acúmulo de capital. Segundo Maricato (2013), além dos novos produtos como eletrodomésticos e eletrônicos, também o automóvel, a partir dos anos 1950, passa a fazer parte da vida urbana, tornando-se o principal meio de transporte.

Tais mudanças implicam na expansão das cidades, na formação das periferias, na verticalização dos centros e na especulação imobiliária. Surge então a necessidade de modernização do espaço urbano e o Estado passa a investir mais em infraestrutura urbana, principalmente na modernização do sistema viário e do desenho urbano das cidades. Conforme Zorraquino (2005), em 1894, já se realizavam as primeiras experiências, ainda tímidas, de cunho urbanístico, com a elaboração do primeiro plano urbanístico da história do Brasil, para construção da cidade de Belo Horizonte.

Durante o governo JK (1956-1961), aumenta o interesse em impulsionar a modernização das cidades brasileiras, a fim de mostrar ao mundo o novo cenário brasileiro, representando um país industrializado e desenvolvido, muito diferente do seu cenário passado de colônia. É realizado então, o planejamento da cidade de Brasília para ser a nova Capital do país, inaugurando no Brasil o urbanismo moderno – já consolidado há mais tempo nos países desenvolvidos. (ZORRAQUINO, 2005).

Apesar da industrialização ser a nova forma de economia, o Brasil nunca perdeu seu caráter agricultor. Porém, vale ressaltar que este caráter, a partir da industrialização, passa a ser mais evidente nas regiões de menor urbanização.

Em síntese, a industrialização e o fortalecimento do capitalismo foram fatores definitivos para o desenvolvimento da urbanização no Brasil. Santos (1993), afirma que ao fim do século XIX, o índice de urbanização estava em torno de 10%. Em 1940, esse índice encontrava-se em torno de 26,35% e, em 1991, já salta para 77,13%. Hoje esse índice está a mais de 80% (IBGE, 2014). É importante lembrar que tal processo se deu de forma desigual, visto o desenvolvimento histórico das regiões do país. As regiões mais urbanizadas e desenvolvidas são, ainda, as regiões Centro-oeste, Sudeste e Sul, mostrando que o cenário estabelecido nessas regiões em períodos passados se manteve.

Como o processo de urbanização no Brasil foi tardio, e aconteceu de forma muito intensa, o crescimento urbano se deu de maneira acelerada e as cidades tiveram que se ampliar desordenadamente para adaptar seu espaço às novas demandas. Por isso a maioria das cidades brasileiras, assim como Boa Esperança, enfrentam hoje desafios urbanísticos no que se refere à organização da cidade e à qualidade de vida da população.

Um dos processos urbanos recorrentes nas cidades não planejadas é a descentralização, que leva à formação de novos centros à medida que a cidade cresce. Uma vez que o desenvolvimento de cidades não planejadas se baseia em uma expansão espontânea, a descentralização passa a ser um processo natural do crescimento dessas

idades. Compreender a descentralização requer, portanto, um conhecimento acerca do conceito de centralidade.

O centro de uma cidade pode ser definido como o núcleo principal, onde estão concentradas diversas atividades econômicas, administrativas, políticas e sociais, bem como a maior parte dos fluxos na dinâmica urbana. Segundo Pesavento (2008, p. 4), centro pode ser definido como “o núcleo original, o ponto de partida nodal e uma aglomeração urbana. O centro é, pois, o marco zero de uma cidade, o local onde tudo começou, o seu núcleo de origem”.

Porém, nem sempre o Núcleo Original, como tratado pela autora acima, será coincidente com o centro onde se concentram as atividades mais densas de uma cidade. Tal descrição pode ser utilizada para definir Centro Histórico, mas é preciso ressaltar que podem haver outros centros em uma cidade, com diferentes tipos de uso. Nisto reside os conceitos de cidade monocêntrica e policêntrica. Cidade monocêntrica é aquela que possui apenas uma área central, onde concentram-se diversos usos e atividades principais da cidade. Já a cidade policêntrica, possui diversas centralidades, que dão origem a diversos tipos de centros, como centro comercial, centro histórico, centro administrativo, etc. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2017).

Corrêa (1989, p.38) considera tal núcleo como resultado do processo de centralização, ou seja, a formação de áreas centrais distribuídas pelo espaço urbano. Assim como a centralização, o autor também considera como um dos processos espaciais que formam as cidades, o processo de descentralização.

Segundo Barbosa (2005), a descentralização resulta em “um conjunto de diversos centros urbanos”. A descentralização é, portanto, um processo natural na evolução das cidades. À medida que cresce sua população e se expande seu perímetro urbano, vão surgindo novas demandas por uma diversificação do comércio, dos serviços e das atividades urbanas. Com isso surgem novas centralidades. Pode-se dizer que as cidades não planejadas, que surgem e se desenvolvem de maneira espontânea, começam monocêntricas mas tendem ao policentrismo à medida em que se desenvolvem.

Porém, a descentralização pode ter efeitos negativos para a cidade, como a subutilização e o abandono de determinadas áreas, à medida em que novos centros são criados desordenadamente, o que pode resultar na degradação de seu patrimônio histórico. De acordo com Pires (2011), a descentralização pode resultar no chamado

“efeito donut”, que ocorre quando há uma desertificação do centro histórico devido ao deslocamento das atividades principais para outras centralidades, e, por conseguinte, comprometer a história e memória de sua população.

É preciso compreender a importância do Centro Histórico para a cidade, e a importância de sua inserção na dinâmica urbana. Nesse sentido, Carrión (2002) destaca a relação entre a cidade e o Centro Histórico como determinante dos conteúdos, temas e funcionalidades do contexto urbano e como esta relação origina as assimetrias e distinções sociais.

A cidade é um local de encontro social e seus equipamentos e estabelecimentos precisam estar em harmonia com os usos, para que as pessoas se sintam atraídas pelo espaço urbano. No dizer de Jacobs (2000, p.98), “[...] as pessoas não utilizam as áreas livres só porque elas estão lá, e os urbanistas e planejadores urbanos gostariam que utilizassem”. Conforme Gehl (2014):

As cidades são locais onde as pessoas se encontram para trocar ideias, comprar e vender, ou simplesmente relaxar e se divertir. [...]. A cidade compacta – com empreendimentos agrupados em torno de transporte público, áreas para caminhar e andar de bicicleta – é a única forma de cidade sustentável. (GEHL, 2014, p. 2.).

Compreender a evolução urbana de uma determinada cidade é de tal importância que vai muito além de conhecer seu contexto arquitetônico e urbanístico. Envolve conhecer sua história, sua identidade e, principalmente, a identidade de seus habitantes, a importância que tem o local onde se vive, atribuída à formação dos sujeitos por meio da memória. É por meio dessa identidade que um espaço deixa de ser apenas uma área edificada, e torna-se um lugar efetivamente habitado, à medida em que lhe é atribuído valor. Por meio dessa compreensão, torna-se possível um planejamento eficiente dos espaços, que acompanhe a evolução urbana e as novas demandas de sua população, mas também mantendo vivo o Patrimônio Histórico. (MARCOS; OLIVEIRA; VELOSO, 2017).

Nisso reside a importância de se preservar e valorizar a memória de uma cidade, cujo conceito será abordado na próxima seção.

2.2 Preservação Urbana e a Importância da Memória

Segundo Castriota (2007), os conceitos de preservação e conservação na Arquitetura vêm sendo ampliados desde a Segunda Guerra Mundial (meados do século XX). Com isso, tais conceitos deixam de ser voltados exclusivamente para os edifícios de forma isolada e passam a considerar o entorno e até mesmo conjuntos urbanos inteiros. A partir dos anos de 1960 inicia-se uma série de discussões que acarretam na renovação destes conceitos.

De acordo com Castriota, et al (2010), nos anos de 1960 alguns fatores como o crescimento brutal e desordenado da população, a aceleração do urbanismo e a expansão industrial fizeram com que surgisse a demanda de uma reformulação na área de patrimônio histórico. Tal reformulação resultou em uma ampliação do conceito e do campo de abrangência acerca deste tema, com uma perspectiva diferenciada que refletiu na forma de intervir sobre este patrimônio e reorientou o paradigma da preservação para a conservação e reabilitação.

Enquanto na Europa desenvolviam-se as questões ligadas à conservação integrada e à reabilitação, nos Estados Unidos implementavam-se intervenções de gestão e parcerias público-privadas. Já no Brasil é nos anos de 1970 que a questão da conservação, com destaque para os conjuntos urbanos, vem com força renovada, por meio de uma conscientização das autoridades competentes. A implementação do Programa de Cidades Históricas (PCH), no início da década de 1970, introduziu mudanças ao propor a reinserção de bens imóveis nas cidades como “elementos dinâmicos” e não apenas estéticos.

A Carta de Veneza (1964)¹, amplia o conceito de bem cultural (com relação aos bens imóveis) e enfatiza a importância de se preservar áreas de abrangência no entorno dos edifícios tombados em não mais apenas o edifício isolado, englobando também sítios urbanos ou rurais que tenham importância histórica como testemunhos da origem e evolução de uma população. Também a Recomendação de Paris (1968)² trata deste

¹ Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios, elaborada a partir do II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Veneza, 1964.

² Documento que trata sobre Obras Públicas e Privadas relacionadas à preservação, elaborado a partir da 15ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas.

assunto, ao trazer para o conceito de bens culturais os conjuntos tradicionais e bairros históricos das zonas urbanas e rurais. Esse documento considera que “[...] a civilização contemporânea e sua evolução futura repousam nas tradições culturais dos povos e nas forças criadoras da humanidade, assim como seu desenvolvimento social e econômico”. (IPHAN, 1968, p. 1).

Substitui-se, desta forma, o termo “preservação” por “conservação”, ou seja, é abandonada a ideia de que as mudanças devem ser limitadas em prol do patrimônio histórico e adotada a compreensão de que as mudanças são inevitáveis e importantes para a evolução e desenvolvimento social e econômico e, portanto, devem ser geridas a fim de que haja uma harmonia entre o presente e o passado.

Com isso deixa-se de pensar em preservação e conservação apenas dentro da área de restauro arquitetônico e surgem as intervenções urbanas. Existem vários tipos de intervenção urbana como Renovação, Reabilitação, Requalificação, Revitalização, etc. Para fins deste trabalho, serão conceituadas as duas últimas.

Requalificação urbana trata-se de uma intervenção urbana que visa dar novo uso ou nova função a uma determinada área, quando esta encontra-se em subutilização ou degradação. Para Cardoso (2007, p. 124), requalificar “engloba processos de alteração em uma área urbana com o fim de conferir-lhe nova função (ou novas funções), diferente daquela, ou daquelas, pré-existentes”.

Já a Revitalização urbana, conforme Simões Jr. (1994), refere-se às intervenções que têm a finalidade de trazer de volta a vitalidade de uma área que se encontra em desuso. Esta nova vitalidade deve ser considerada em diversos âmbitos como o social, ambiental, econômico e funcional.

Ambas podem ser compreendidas como estratégias de conservação de forma mais abrangente do que apenas a restauração de edifícios isolados, mas sim voltadas para conjuntos urbanos históricos, com a intensão de torná-los ativos na vida urbana e na sociedade contemporânea. Segundo Sotratti (2005),

[...] o patrimônio é o elemento central do modelo: através de sua refuncionalização, acompanhada pela manutenção e modernização de suas formas originais, o patrimônio cultural refuncionalizado possibilita a inserção de atividades de amplo interesse da sociedade contemporânea. (SOTRATTI, 2005).

Dito isso, ao direcionar a discussão para o âmbito das intervenções urbanísticas de requalificação, mais especificamente em cidades de pequeno porte, nota-se ainda uma grande deficiência na preservação de seu patrimônio, que frequentemente levam a perdas irreparáveis. A não-valorização do patrimônio histórico leva à incompreensão das questões que envolvem a história de um bem, o que, por sua vez, impossibilita um envolvimento da sociedade atual com a memória existente em edifícios construídos em épocas passadas, levando-os ao esquecimento, e, posteriormente, à sua degradação e morte.

Como a maioria das cidades brasileiras são classificadas como cidades de pequeno porte, pode-se compreender que valorizar a história de cidades pequenas constitui, não apenas um instrumento para preservar sua história, mas, também, boa parte da história da evolução urbana brasileira.

2.3 O papel da Arquitetura nas Políticas Culturais

Ao tratar de projetos de arquitetura voltados para atividades culturais, deve-se primeiramente, compreender os conceitos relacionados à manifestação cultural da sociedade na qual será inserido o projeto. Para tanto, inicia-se a conceituação com uma questão mais ampla: o que é cultura?

Mintz (1982, p.223) define cultura como uma “propriedade humana ímpar, baseada em uma forma simbólica, ‘relacionada ao tempo’, de comunicação, vida social, e a qualidade cumulativa de interação humana”. Canedo (2009, p.1) aprofunda-se ainda mais ao dizer que a cultura “evoca interesses multidisciplinares, sendo estudada em áreas como sociologia, antropologia, história, comunicação, administração, economia, entre outras.”

Em outras palavras, cultura pode ser definida como um conjunto de manifestações, simbolismos e comportamentos humanos, originada das relações sociais, religiosas, históricas, que se expressam de diversas formas, como escrita, fala, música, teatro, dança, rituais religiosos, arquitetura, etc. É uma característica que diferencia o ser humano dos outros seres, irracionais, e pode ter as mais diversas formas, de acordo com cada povo ou civilização.

A arquitetura tem papel de grande importância na manifestação da cultura. Ao analisar seus antecedentes históricos, é possível perceber que, em muitas civilizações antigas, a arquitetura tinha mais importância cultural do que, até mesmo, habitacional, como, por exemplo, os grandes templos destinados aos deuses da Grécia Antiga, as pirâmides do Egito, as igrejas, basílicas e catedrais renascentistas, góticas e barrocas, grandes museus conhecidos internacionalmente, como o Museu do Louvre, os grandes monumentos de expressão religiosa e cultural espalhados pelo mundo todo, etc.

Outro exemplo da manifestação da cultura na forma de arquitetura são os centros culturais. Neves (2012, p. 2) define o conceito de centros culturais da seguinte forma

Os centros culturais são instituições criadas com o objetivo de se produzir, elaborar e disseminar práticas culturais e bens simbólicos, obtendo o status de local privilegiado para práticas informacionais que dão subsídios às ações culturais. São espaços para se fazer cultura viva, por meio de obra de arte, com informação, em um processo crítico, criativo, provocativo, grupal e dinâmico. (NEVES, 2012, p. 2).

Porém, conforme aponta Neves (2012), os centros culturais, nos últimos tempos, têm sido vistos como um elemento de status. Nota-se uma proliferação de edificações com este nome, porém sem que cumpra, de fato, a função destinada a estes centros. Tal fator pode ser justificado pelo interesse econômico, visto que geram grandes lucros para a economia local.

Segundo estudo realizado pela Fundação João Pinheiro, em 1998, a produção cultural brasileira movimentou cerca de 6,5 bilhões de reais em 1997, valor correspondente a 1% do PIB brasileiro da época. Salienta, também, que a cada bilhão de reais gastos com cultura, o país gera 160 (cento e sessenta) postos de trabalho direto ou indireto. Um outro estudo, divulgado pelo Ministério da Cultura (MINC) em abril de 2006, a respeito da captação de recursos para projetos culturais durante o ano de 2005 revela que, somente na região Sudeste, a média de investimentos entre os anos de 2003 e 2005 foi da ordem de 459,9 milhões de reais.

Esses números demonstram o grande impacto que as atividades culturais produzem sobre a economia e levam ao interesse dos estados e municípios nesse tipo de investimento. Faz-se necessário, então, compreender os reais objetivos e funções dos centros culturais.

Ainda de acordo com Neves (2012), o centro cultural tem o objetivo de reunir um público heterogêneo em torno de atividades e ações artísticas e culturais. Não deve ser um espaço voltado apenas para distração e entretenimento, mas sim “um local onde há centralização de atividades diversificadas e que atuam de maneiras interdependentes, simultâneas e multidisciplinares”. (NEVES, 2012, p.3). Ou seja, o centro cultural deve produzir mais do que apenas produtos de consumo na área de entretenimento, sendo, esta forma, uma visão errônea tratá-los como investimento financeiro. Este espaço deve ser capaz de produzir atividades e manifestações no meio cultural, que estejam de acordo com o contexto da sociedade onde está inserido, e que promova a mobilização de sua população na prática destas atividades.

Nesse contexto, Teixeira Coelho (1986), distingue três processos das manifestações culturais: a animação cultural, a produção cultural e a ação cultural. A animação cultural se resume ao entretenimento, ao lazer descomprometido. É o processo no qual as pessoas são levadas a um estado de evasão da rotina e dos problemas cotidianos, sem, no entanto, exercerem o questionamento, o apelo crítico aos problemas da realidade; sem, de fato, participarem ativamente das expressões culturais. A fabricação cultural possui um apelo maior que animação cultural, mas pode ser vista como uma expressão totalitária, que pretende formar opiniões e disseminar conhecimentos específicos através da imposição e da persuasão cultural e política. Fabricação é algo definido, tem começo e fim e também tem suas raízes no exterior e, por isso, não há participação mútua entre os envolvidos. Já a ação cultural opõe-se aos dois conceitos anteriores. Ação não possui delimitações de começo e fim. É um processo, que não resulta em um produto acabado, mas sim em novas ações, com resultados imprevisíveis e ilimitados. Tal processo é possível somente através da participação conjunta e ativa entre os sujeitos.

Com a ação, nada de “fazer cabeças”. Tampouco passar tempo “passar tempo” [*sic*]. A ação cultural é uma aposta conjunta. Aposta-se que o grupo se descobrirá, descobrirá seus fins e seus meios. Em cultura é a única coisa que importa, a única que permanece, a única a firmar raízes. Aposta que tem de ser refeita a todo instante, diante da tentação de cair no dirigismo. Mas a única que vale a pena. (TEIXEIRA COELHO, 1986, p.100).

É essa ação que os Centros Culturais precisam buscar. Eles não devem se resumir a equipamentos de prestação de serviços, nem de mero entretenimento, mas sim palco de encontros, manifestações e ações que envolvam toda a população em uma participação mútua e voluntária, que expressem de fato a cultura de sua sociedade, seus interesses e

questionamentos, sua realidade. Teixeira Coelho (1986, p. 110) enfatiza, neste sentido, que a Casa de Cultura ou Centro Cultural “não é um posto de serviço ou um centro de compras culturais. Nem é uma escola de formação de culturadores. É um instrumento da prática ideológica e da prática política, se possível”. Por isso, não podem ser elitizados e/ou voltados para determinados públicos em detrimento a outros, dentro de uma sociedade. Ao contrário, devem ser abertos e convidativos a tudo e a todos, ao coletivo.

Outro exemplo da relação entre arquitetura e cultura são os Corredores Culturais. Não há uma definição exata que enquadre os Corredores Culturais em uma ou outra tipologia de projeto urbanístico, podendo se manifestar de diversas formas. Desde o fechamento de ruas e avenidas para eventuais atividades periódicas da comunidade, até o projeto de um espaço físico especificamente voltado para tais atividades, ou mesmo como parte de intervenções para preservação urbana de determinadas áreas históricas das cidades. O importante é ressaltar que são sempre voltados para a função cultural dentro da sociedade.

A fim de melhor compreender as relações entre Arquitetura e Cultura, foram analisados dois projetos, tomados como estudos de caso, que envolvem o tema.

2.3.1 A cidade como palco artístico: Corredor Cultural – Rio de Janeiro - RJ

No Brasil, os Corredores Culturais têm sido especialmente voltados para intervenções de preservação urbana, a exemplo do Corredor Cultural no Rio de Janeiro. Esse projeto, possivelmente o mais abrangente dentro desse tema em âmbito nacional, baseia-se em um conjunto de ações culturais em prol da preservação de áreas no Centro Histórico do Rio de Janeiro.

Algum tempo após a consolidação do modernismo no Brasil, e com o constante processo de urbanização ainda acelerado, as cidades passam por transformações espaciais e em sua dinâmica de usos dos espaços, o que leva, muitas vezes, ao abandono ou subutilização das áreas históricas, por consequência da expansão das cidades e do surgimento de novas centralidades.

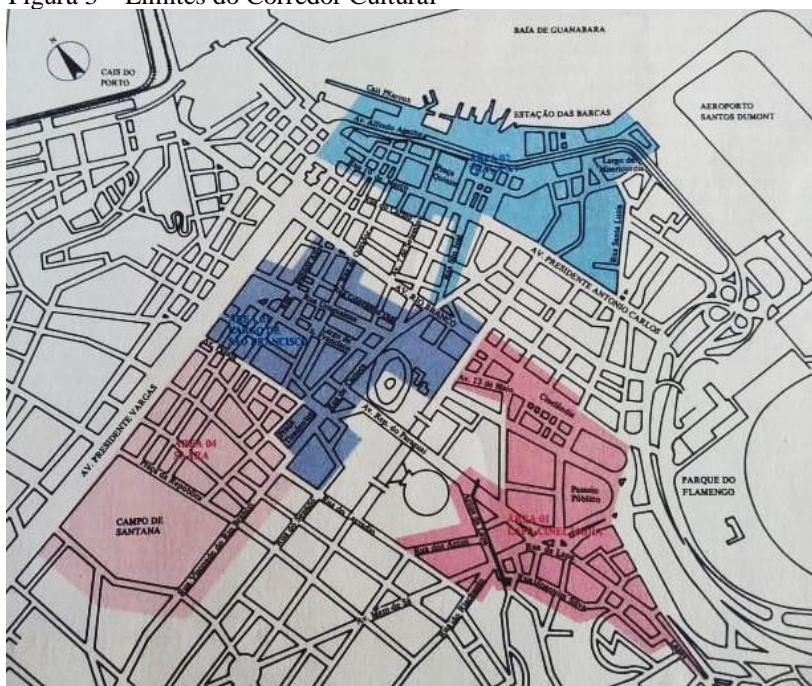
As premissas modernas mostram-se cada vez menos adequadas às novas linhas de pensamento iniciadas em meados de 1970 e as cidades começam a adquirir um novo

sentido à medida em que surge a preocupação com a recuperação da identidade cultural e histórica. Com isso surge a necessidade de preservação urbana e ambiental e intervenções de requalificação e revitalização tornam-se cada vez mais frequentes. Um grande exemplo disso é a cidade do Rio de Janeiro, que é palco de grandes intervenções urbanas, cujo marco inicial foi o projeto do Corredor Cultural, em 1984.

Segundo Cardoso (2005), em 1980 novas políticas de preservação surgem da preocupação com o acervo arquitetônico histórico, predominantemente eclético. A intenção era evitar que os antigos imóveis históricos fossem substituídos por modernos edifícios, que negavam as relações com a vitalidade das ruas, como já acontecia nas novas centralidades. Tais centralidades eram caracterizadas pelos grandes edifícios de prestação de serviços e ruas que não exerciam outra função além da passagem de um lugar a outro.

Essa foi a premissa que deu origem ao Corredor Cultural, cujo o objetivo geral é preservar e proteger o conjunto arquitetônico e urbanístico antigo e criar diretrizes, por meio de sua legislação específica, para intervenções no patrimônio protegido e também para novas construções em sua área de abrangência. A criação dessa legislação foi o primeiro passo do projeto; foram delimitadas quatro áreas de abrangência: Lapa, Cinelândia, Praça XV, Largo São Francisco e parte do SAARA, sendo essa divisão feita de acordo com a fisionomia e os usos de cada área, conforme mapa da Figura 3. (RIOARTE, IPLANRIO, 1985).

Figura 3 – Limites do Corredor Cultural



Fonte: RIOARTE, IPLANRIO, 1985, p.9.

Com as áreas delimitadas e as diretrizes e orientações de preservação e construção devidamente estabelecidas na legislação, iniciaram-se então as intervenções. Os idealizadores do projeto visavam manter a dinâmica de usos da rua como espaço de encontros, por meio das relações entre residências, bares, restaurantes, comércios locais, e atrações culturais, que garantiriam a vitalidade do local, e, conseqüentemente, sua preservação. Conforme relata Cardoso (2005), um fator de grande importância para o sucesso do projeto foi a administração do Prefeito Israel Klabin (1989-1980), adepto das questões culturais, que promoveu um trabalho conjunto entre especialistas da área de arquitetura, e renomados artistas e intelectuais da época. Foi desenvolvido então um trabalho de conscientização da população local e dos comerciantes, que tinham grande influência nessas áreas, sobre a importância da preservação.

Com o apoio do poder público e da população, a equipe de artistas e intelectuais passa a propor atividades complementares voltadas para a cultura em cada área do Corredor e, em conjunto com a Equipe Técnica formada pelos arquitetos, a recuperação do espaço e as revitalizações começam a tomar forma. O trabalho dos arquitetos volta-se para o objetivo de criar pontos de encontro ao longo de todo o corredor, o que proporcionou a realização de uma série de eventos culturais (Fig. 4 e 5), que tomaram, e tomam até hoje, conta do espaço, como uma transformação do centro histórico em um “palco de representações artísticas e teatrais”, como define Cardoso (2005) e, também, de encontros sociais (Fig. 6).

Figura 4 – Apresentação de grupo musical. Cinelândia pelo projeto Seis e meia, em 1981.



Fonte: Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito - PPGSD-UFF

Figura 5 – Apresentação da cantora Elza Soares. Cinelândia, projeto Seis e meia, 1981.



Fonte: Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito - PPGSD-UFF

Figura 6 – Bares e Restaurantes na Rua do Ouvidor



Fonte: CATTELAN, P. C. 2014. Disponível em: <<http://www.abaretiba.blog.br/2014/03>>. Acesso em: 2018.

No mapa conceitual a seguir (Fig. 7), organizado por meio de um diagrama de bolhas, são apresentados os principais conceitos relacionados ao Corredor Cultural, identificados pela autora por ordem de relevância. O tamanho das bolhas é diretamente proporcional à contribuição dos respectivos conceitos para o projeto a ser desenvolvido nesse trabalho (da mesma forma, os demais mapas conceituais que serão apresentados posteriormente a esse, também seguirão essa forma de diagramação).

Figura 7 – Mapa Conceitual: Corredor Cultural Rio de Janeiro



Fonte: Mapa elaborado pela autora, 2018.

O corredor cultural é um exemplo bem-sucedido de intervenção urbana, que permitiu a preservação do patrimônio de uma área que havia sido esquecida, através da sua reinserção na dinâmica urbana. Com novos usos e atrativos de caráter cultural, essa intervenção permitiu o reestabelecimento das relações de identidade entre as pessoas e o espaço, criando um elo o entre presente e o passado.

2.3.2 Arquitetura para todos: Sesc – Pompeia – São Paulo - SP

O Serviço Social do Comércio (Sesc) que atua desde 1946, em todo o território nacional, nas áreas da cultura, educação, lazer, saúde e assistência, é uma instituição mantida por empresários do setor privado, cujos projetos são abertos a toda a população. Dentre os projetos de destaque, o Sesc Pompeia tem grande relevância no âmbito da arquitetura cultural.

Localizado na Cidade de São Paulo, o projeto do Sesc Pompeia, desenvolvido em 1977 pela renomada arquiteta brasileira Lina Bo Bardi, foi materializado por meio da reabilitação de uma antiga área industrial abandonada e é, ainda hoje, um marco da arquitetura cultural brasileira.

A área onde foi implantado o projeto era uma antiga fábrica construída em 1938, (Fig 8), que abrigou empresas como a Mauser Et Cia Ltda (alemã), a Indústria Brasileira de Embalagens Ibesa, a Gelomatic e, após abandonada, foi adquirida pelo Sesc para a implantação do projeto. Ao se deparar com a estrutura existente, a arquiteta viu no local um grande potencial de usos urbanos e sociais, que poderiam, e deveriam ser explorados, criando um elo entre o presente e o passado. (Fig. 9).

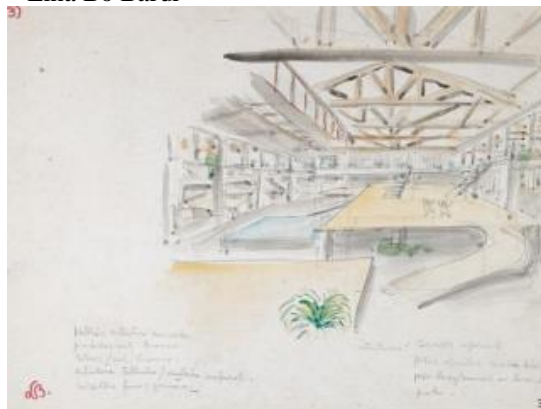
Entrando pela primeira vez na então abandonada Fábrica de Tambores da Pompeia, em 1976, o que me despertou curiosidade, em vista de uma eventual recuperação para transformar o local em centro de lazer, foram aqueles galpões distribuídos racionalmente conforme projetos ingleses do começo da industrialização europeia, em meados do século XIX. Todavia, o que me encantou foi a elegante e precursora estrutura de concreto. Lembrando cordialmente o pioneiro Henebique, pensei logo no dever de conservar a obra. Na segunda vez que lá estive, um sábado, o ambiente era outro: não mais a elegante e solitária estrutura henebiqueana, mas um público alegre de crianças, mães, pais, anciãos que passava de um pavilhão a outro. Pensei: isso tudo deve continuar assim, com toda essa alegria. (BARDI, 1993).

Figura 8 – SESC - Antiga fábrica na área onde foi implantado o projeto



Fonte: Folheto Histórico Sesc Pompeia, 2013.

Figura 9 – Croqui de estudo preliminar feito por Lina Bo Bardi



Fonte: Folheto Histórico Sesc Pompeia, 2013.

A via que ligava os galpões foi transformada em uma via exclusiva para pedestres, trazendo o espaço urbano para dentro do complexo. Os galpões da antiga fábrica foram mantidos, assim como sua estrutura de concreto. O telhado foi reconstruído, em estrutura metálica e telhas translúcidas, elementos que quebram a rigidez do concreto, e criam uma ambiência harmônica no espaço interno. Foram removidas as paredes internas, a fim de liberar grandes espaços e foi criada toda uma ambientação que inclui paisagismo, espelhos d'água, iluminação e mobiliários convidativos. Além da área dos galpões foi construído um edifício, de estilo brutalista característico da arquiteta, que abriga usos privados para os usuários do Sesc, com piscinas e um ginásio esportivo. (Fig. 10 a 15).

Figura 10 – SESC - Via para pedestres – acesso aos galpões



Fonte: Autora, 2017.

Figura 11 – SESC - Edifício vertical



Fonte: Autora, 2017.

Figura 12 – SESC - Detalhe Estrutura de concreto



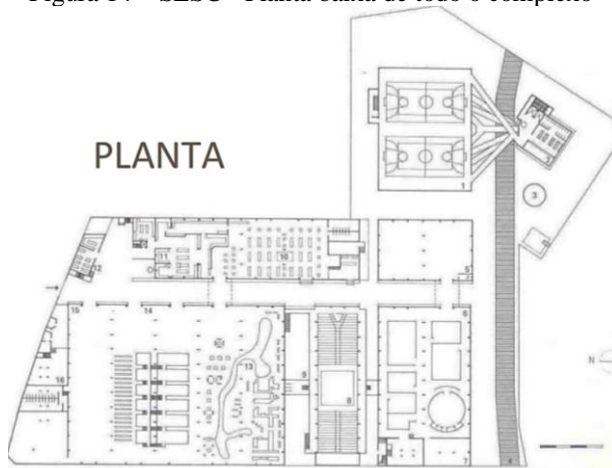
Fonte: Autora, 2017.

Figura 13 – SESC - Detalhe da estrutura do telhado



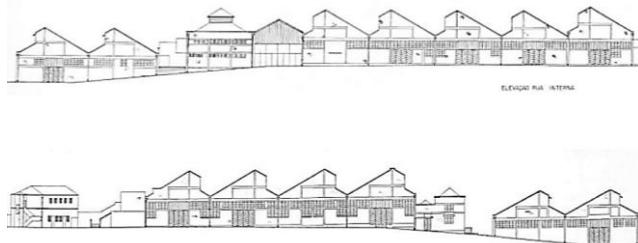
Fonte: Autora, 2017.

Figura 14 – SESC - Planta baixa de todo o complexo



Fonte: FRANÇOIS, U. 2015. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/AdmFranoisUrban/sesc-pompeia-lina-bo-bardi-estudo-de-caso>>. Acesso em: 24 mar 2018.

Figura 15 – SESC -Elevações (rua interna) indicando a relação entre os galpões



Fonte: FRANÇOIS, U. 2015. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/AdmFranoisUrban/sesc-pompeia-lina-bo-bardi-estudo-de-caso>>. Acesso em: 24 mar 2018.

O projeto prioriza a cultura como convívio, locais de encontro, reuniões e uma liberdade de usos que permite uma grande diversidade de manifestações espontâneas, espetáculos, eventos agendados ou mesmo a simples permanência e descanso. Distribuídos pelos galpões há lanchonetes, restaurantes, espaços livres, um teatro para 1200 pessoas, biblioteca e salas de leitura, várias salas de exposições, de dança, laboratório fotográfico, oficinas de diversas áreas do conhecimento, como cerâmica, marcenaria, artes plásticas, pintura, etc. (Fig. 16 e 17).

Figura 16 – SESC - Amplo espaço interno



Fonte: MIURA, P. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/>>. Acesso em: 24 mar 2018.

Figura 17 – SESC Espaço para leitura



Fonte: MIURA, P. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/>>. Acesso em: 24 mar 2018.

Este conjunto de espaços manifestam a propriedade que a Arquitetura possui de se transformar em agente integrador entre as pessoas e a cidade, onde vivem e exercem suas atividades de trabalho, educação, lazer, cultura, estabelecendo um elo entre a convivência e a cidadania. (FOLHETO HISTÓRICO SESC POMPEIA, 2013, p. 7).

No mapa conceitual a seguir (Fig. 18), são apresentados os principais conceitos do Sesc Pompeia, destacados por ordem de relevância.

Figura 18 – Mapa conceitual: Sesc



Fonte: Mapa elaborado pela autora, 2018.

O Sesc Pompeia destaca-se pela multiplicidade de espaços e usos e pela liberdade de usos dos espaços, o que permite diversas formas de apropriação e diversos públicos compartilhando o mesmo espaço. Com isso, o projeto alcançou a possibilidade da participação das pessoas na construção do lugar, traduzindo-se no conceito de ação cultural, tratado anteriormente.

Além desses estudos de caso, que foram analisados conceitualmente, também foram realizadas duas pesquisas de campo, com temáticas relacionadas com o tema desse trabalho.

2.3.3 Pesquisas de campo

Bem como os estudos de caso, as pesquisas de campo também se fazem necessárias para a fundamentação do projeto, pois através delas, é possível analisar não somente as soluções adotadas em determinado projeto, mas também os resultados práticos de tais soluções na etapa da pós-ocupação dos espaços. Com isso, compreende-se a viabilidade e a funcionalidade de determinadas propostas, assim como a relação existente entre a proposta e os usos reais dos espaços. Por isso, foram realizadas duas pesquisas de campo, que são apresentadas e analisadas nessa seção.

Centro Cultural São Paulo

Ficha técnica

Quadro 2 – Ficha técnica do Centro Cultural São Paulo – SP

Nome do projeto	Centro Cultural São Paulo - CCSP
Arquitetos	Eurico Prado Lopes e Luiz Telles
Tipologia de projeto	Centro Cultural
Localização	São Paulo - SP
Área do Terreno	21.000m ²
Área construída	46.500m ²
Ano do projeto	1979

Fonte: Autora, 2018.

O Centro Cultural São Paulo é um dos principais espaços culturais da cidade, sendo considerado um dos primeiros a cumprir efetivamente o papel que um centro cultural deve ter na dinâmica da cidade. Construído em 1979, em um terreno público,

resultado de desapropriações em prol da implantação da estação de metrô, o projeto inicial era a implantação de edifícios comerciais, ideia substituída posteriormente pelo projeto de uma biblioteca.

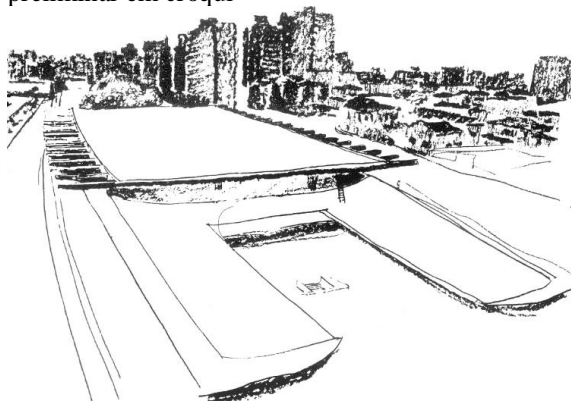
Com um total de 46.500m², distribuídos em quatro pavimentos, o edifício tem uma implantação que prioriza pátios internos e jardins, que, associados à transparência das divisórias de vidro, aos terraços-jardim e à forma leve da estrutura, integram o espaço trazem uma unidade à composição (Fig. 19 e 20).

Figura 19 – CCSP - Croquis de concepção formal



Fonte: SOUZA, E. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/872196/classicos-da-arquitetura-centro-cultural-sao-paulo>>. Acesso em: 21 abr 2018.

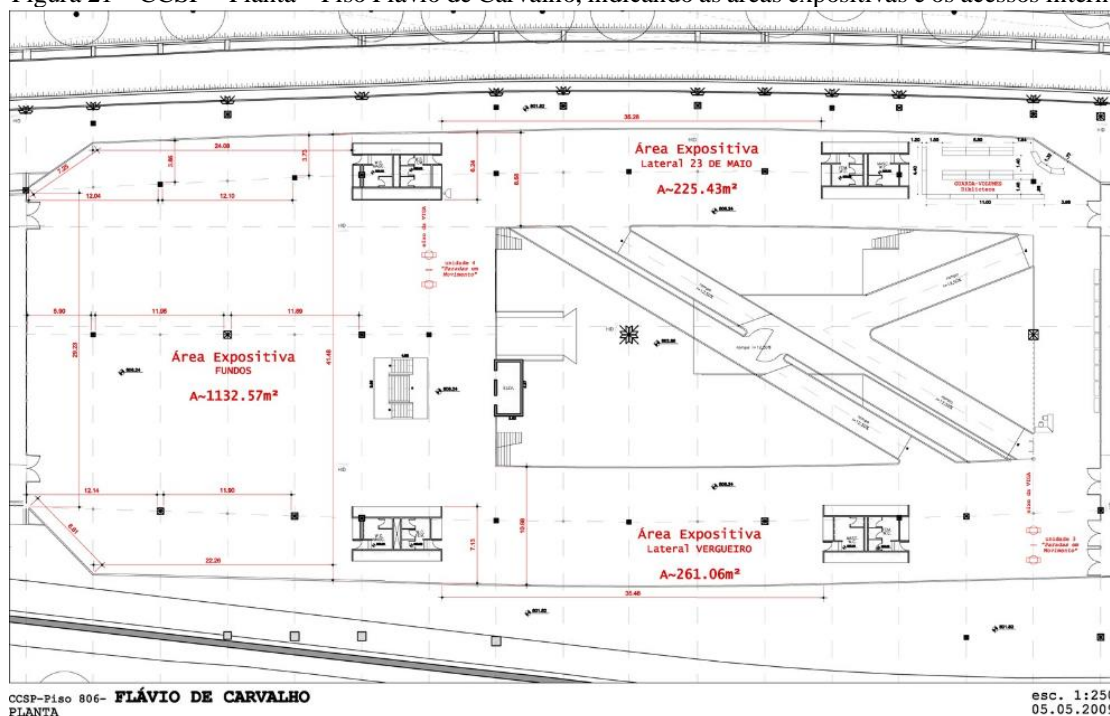
Figura 20 – CCSP – Perspectiva de estudo preliminar em croqui



Fonte: SOUZA, E. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/872196/classicos-da-arquitetura-centro-cultural-sao-paulo>>. Acesso em: 21 abr 2018.

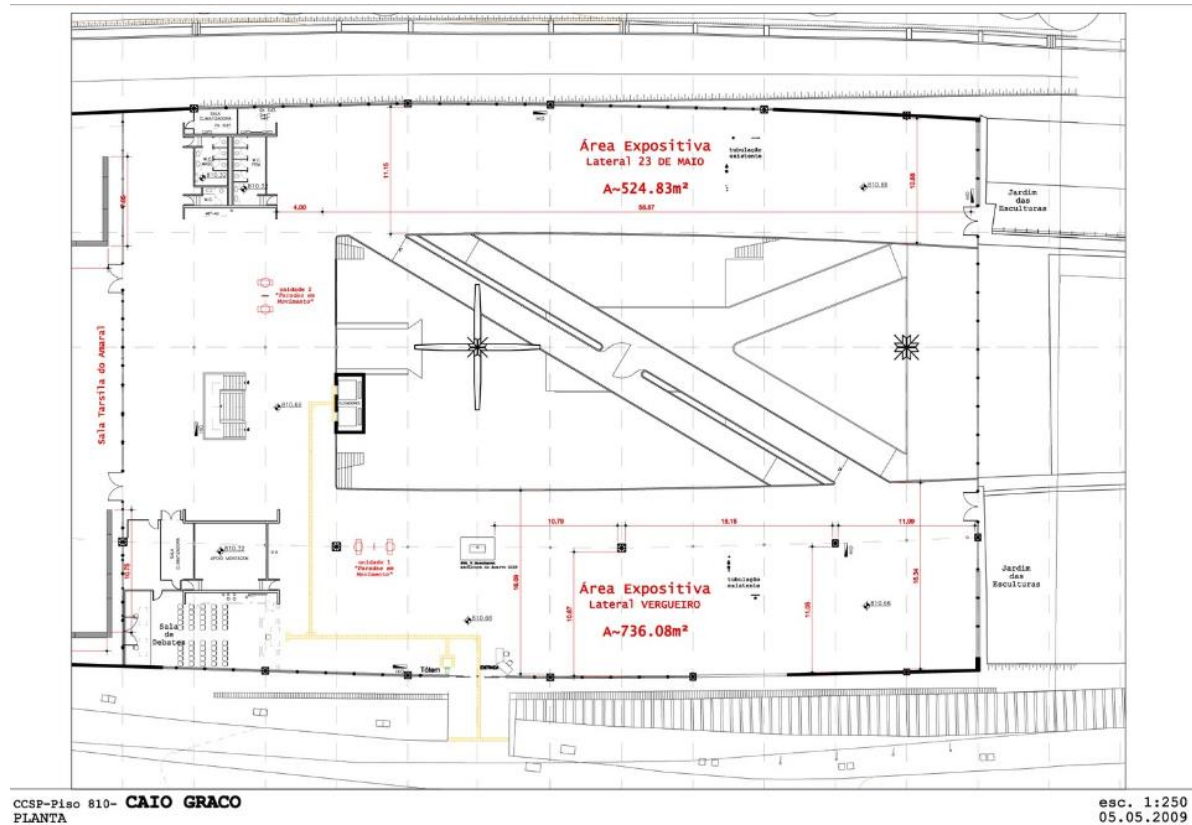
O programa é amplo e conta com diversas salas de exposições, cinema, teatro, auditório, biblioteca, discoteca, pinacoteca, praça de alimentação (Fig. 21 e 22), etc., cujos fluxos de acesso são distribuídos por uma “rua interna” que cruza todo o edifício longitudinalmente, e liga também às grandes áreas livres internas e externas. Esta estratégia de fluxos possibilita a ideia de espaço de convívio e de encontros, onde as pessoas estarão sempre em contato com outras, ao longo do percurso e das áreas livres.

Figura 21 – CCSP – Planta – Piso Flávio de Carvalho, indicando as áreas expositivas e os acessos internos



Fonte: SOUZA, E. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/872196/classicos-da-arquitetura-centro-cultural-sao-paulo>>. Acesso em: 21 abr 2018.

Figura 22 – CCSP – Planta – Piso Caio Graco indicando os acessos, sanitários, salas de apoio e áreas expositivas



Fonte: SOUZA, E. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/872196/classicos-da-arquitetura-centro-cultural-sao-paulo>>. Acesso em: 21 abr 2018.

O sistema estrutural é composto por um sistema de vigas e pilares metálicos e de concreto, com destaque para a cobertura – em algumas áreas com telhado translúcido e em outras compostas pelos terraços jardins – apoiada em vigas inclinadas e curvas, que trazem uma grandeza e monumentalidade para o interior do edifício (Fig. 23).

Figura 23 – CCSP – Construção, em 1979.



Fonte: SOUZA, E. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/872196/classicos-da-arquitetura-centro-cultural-sao-paulo>>. Acesso em: 21 abr 2018.

Na visita técnica, realizada em 13 de abril de 2018, foi possível fazer uma análise pós-ocupação, que revelou as diversas formas de apropriações dos espaços construídos e o potencial desses espaços.

Ao primeiro contato com o edifício, pode-se perceber a estrutura suntuosa e com uma leveza que, associada aos elementos naturais como os jardins e coberturas verdes, gera um impacto por se destacar na paisagem urbana característica de São Paulo, com grandes e inúmeros edifícios e quase nenhuma vegetação (Fig. 24).

Figura 24 – CCSP – Entrada principal, em que se destaca a estrutura.



Fonte: Autora, 2018.

Ao adentrar no complexo, a área se mostra como um espaço atrativo e convidativo ao caminhar. Os principais acessos entre pavimentos são feitos através de rampas, o que possibilita acessibilidade. Seus espaços amplos e abertos e as divisórias transparentes aguçam a curiosidade de descobrir os espaços e os detalhes construtivos, que

se integram aos mobiliários, às telas e objetos das exposições. Além disso, ao mesmo tempo em que se caminha pelo interior do edifício, é possível perceber também os espaços internos, devido às amplas aberturas e grandes peles de vidro (Fig. 25 a 30).

Figura 25 – CCSP – Espaços livres no acesso principal



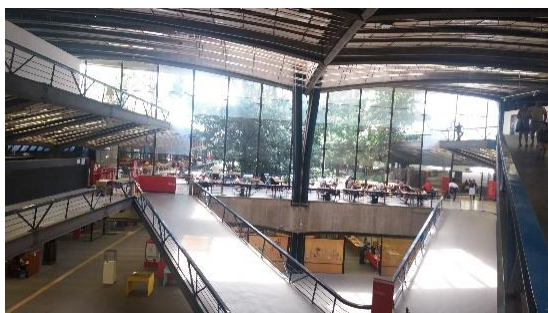
Fonte: Autora, 2018.

Figura 26 – CCSP – Espaço interno amplo



Fonte: Autora, 2018.

Figura 27 – CCSP – Acessos por rampas



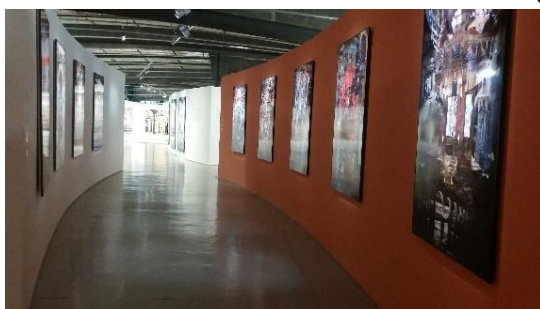
Fonte: Autora, 2018.

Figura 28 – CCSP – Escada externa de acesso ao terraço jardim



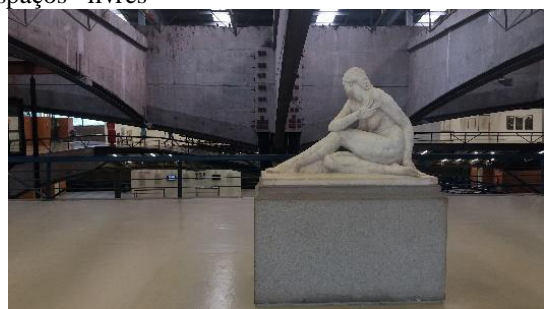
Fonte: Autora, 2018.

Figura 29 – CCSP – Salas expositivas



Fonte: Autora, 2018.

Figura 30 – CCSP – Escultura exposta ao longo dos espaços livres



Fonte: Autora, 2018.

Os mobiliários permitem o uso coletivo, o que reforça o senso de convívio entre os usuários do espaço. Também as praças de alimentação e os terraços-jardim são espaços de convívio, com vistas para os jardins, o que cria espaços aconchegantes e agradáveis (Fig. 31 a 36).

Figura 31 – CCSP – Mobiliários coletivos



Fonte: Autora, 2018.

Figura 32 – CCSP - Praça de alimentação



Fonte: Autora, 2018.

Figura 33 – CCSP – Terraço-jardim



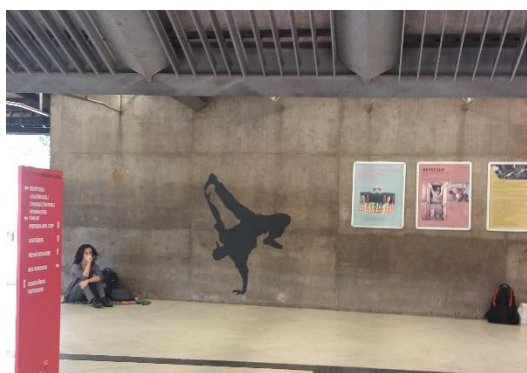
Fonte: Autora, 2018.

Figura 34 – CCSP – Mobiliário no terraço-jardim



Fonte: Autora, 2018.

Figura 35 – CCSP – Corredor interno



Fonte: Autora, 2018.

Figura 36 – CCSP – Sala de ação cultural



Fonte: Autora, 2018.

Nas observações ficaram evidentes as inúmeras possibilidades sensoriais que o espaço proporciona, não somente nos espaços com usos definidos, como nas salas de exposições, na biblioteca, etc, mas também – e principalmente – nas áreas livres, nos percursos, nas áreas de permanência e contemplação. Ao caminhar por estes espaços é possível de deparar com ensaios de peças teatrais, danças, malabaristas, desenhistas, fotógrafos, estudantes, ou mesmo transeuntes que ali estão para simples permanência e

contemplanção, além de uma série de encontros sociais. Tal característica dá destaque não somente às atividades culturais programadas e controladas pelas exposições e eventos do centro cultural, mas principalmente pelo potencial que os espaços têm de permitir a apropriação e a recriação dos usos pelas pessoas.

O Centro Cultural São Paulo é um exemplo de projeto cultural bem-sucedido, com espaços que são efetivamente apropriados pela população e permitem os encontros. Um espaço voltado para toda a população, cujas experiências são recriadas pelos usuários, devido à liberdade de usos e de fluxos, que abriga diversas manifestações e usos espontâneos, característica que está diretamente relacionada à noção de espaço público.

O conceito de liberdade de usos ligado aos percursos e encontros dos acessos é a característica marcante do projeto, pois é através dessa estratégia que cada pessoa cria suas próprias experiências sensoriais com relação à percepção do espaço. Seus espaços mostram-se capazes de promover ações culturais, espontâneas e voluntárias, que deve ser a função primordial dos centros culturais, conforme conceituado anteriormente.

Estação Ferroviária em Varginha - MG

Ficha técnica

Quadro 3 – Ficha técnica da Estação Ferroviária de Varginha - MG

Nome do projeto	Estação Ferroviária de Varginha
Órgão Responsável	Fundação Cultural de Varginha
Tipologia de projeto proposto	Corredor Cultural
Localização	Varginha – MG
Autor do projeto de revitalização	Luciana Moterani
Ano do projeto de revitalização	2015

Fonte: Autora, 2018.

A Estação Ferroviária é uma edificação de grande importância para a cidade de Varginha. Construída na década de 1930, a partir do projeto dos engenheiros Armindo Paione e Brás Paione, a edificação foi tombada como patrimônio histórico do município em 2002. Atualmente abriga a Superintendência da Fundação Cultural, a Coordenadoria Técnica do Patrimônio Cultural (COPAC), o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural (CODEPAC) e a Biblioteca Pública Municipal (Fig. 37 e 38).

No ano de 2015 seu espaço externo foi revitalizado, com o intuito de receber um corredor cultural, onde acontecem diversos eventos culturais do município, como a Quinta da Boa Música, o Sabadão Cultural, o Projeto Culinária na Praça, a Feira Literária de Varginha e demais eventos culturais como feiras de artesanatos e festivais de exposições (Fig. 39).

Figura 37 – Foto Histórica – Estação Ferroviária de Varginha



Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv_cruz_jureia/varginha.htm

Figura 38 – Estação na época do tombamento



Fonte: <http://www.varginha.mg.gov.br/cidade/patrimonio-cultural>

Figura 39 – Projeto de revitalização da Estação



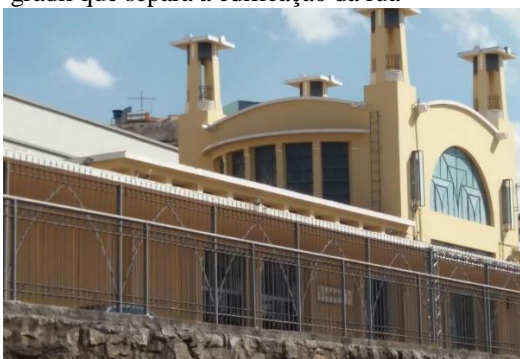
Fonte: <http://www.jornalvarginhahoje.com.br/2015/11/fundacao-cultural-de-varginha-inaugura.html>

O Projeto de Corredor Cultural proposto foi uma boa iniciativa pois possibilita eventos culturais abertos à população, como apresentações musicais, feiras culturais, etc., o que é um diferencial com relação à maioria das cidades de pequeno porte, como Varginha. Porém percebe-se que ainda há um grande distanciamento entre o projeto

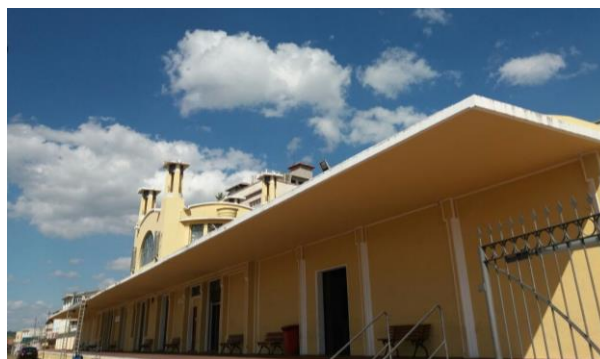
proposto e o que foi efetivamente implantado, principalmente com relação à ideia de um espaço público e aberto à população.

Na visita técnica realizada no dia 03 de maio de 2018, foi possível perceber que a edificação se encontra em bom estado, mas a área onde seria o Corredor Cultural, enquanto espaço público apresenta alguns déficits, que inviabilizam que esse local possa ser considerado de fato um Corredor Cultural. No primeiro contato com o lugar, depara-se com um gradil que delimita a área, o que quebra a sensação de espaço público, que em princípio deveria ser aberto e livre. Esta delimitação prejudica também a relação entre o espaço e a rua, reforçando a segregação de usos (Fig. 40 a 43).

Figura 40 – Estação – Estado atual, detalhe para o gradil que separa a edificação da rua

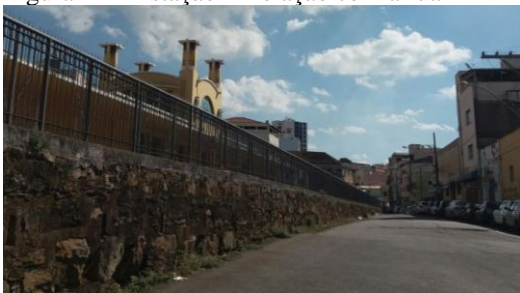


Fonte: Autora, 2018.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 42 – Estação – Relação com a rua



Fonte: Autora, 2018.

Figura 43 – Edição nº 300 da Quinta da Boa Música



Fonte: SAN Imagens Aéreas. 2018. Disponível em: <<https://varginhadigital.com.br/colunas/do-alto/estacao-ferroviaria-de-varginha>>. Acesso em: 4 maio 2018.

Faltam também atrativos durante o dia. O espaço somente se mostra atrativo durante os eventos, que acontecem a noite, em determinados dias da semana, mas não há a apropriação espontânea pelas pessoas. O espaço não é convidativo à permanência e, por consequência, inviabiliza os encontros sociais. Parte disso deve-se também à falta de mobiliários. Os poucos que existem encontram-se em mau estado de conservação. Percebe-se, portanto, que o projeto de Corredor Cultural não conseguiu atender efetivamente à função inicialmente proposta.

Após tais análises em âmbito conceitual dos espaços apresentados, serão analisadas, no próximo capítulo, referências projetuais, que tratam especificamente de soluções de projeto pertinentes ao tema deste trabalho.



CAPÍTULO 3
REFERÊNCIAS PROJETUAIS

Em projetos de Arquitetura e Urbanismo, tão importantes quanto o embasamento teórico, são as referências projetuais, pois é a partir da análise de projetos já realizados, que o (a) arquiteto (a) consegue ampliar sua compreensão acerca de diretrizes e soluções projetuais, e assim, decodifica-las no contexto do seu projeto. Segundo HIRAO (2005, p.177), para a concepção do projeto, é preciso “encarar a produção arquitetônica como um processo de transformação do conhecimento e não como produto de uma inspiração divina”. Sendo assim, neste capítulo serão apresentados projetos escolhidos pela autora como referências, por se tratarem características e conceitos que contribuirão para o contexto do projeto a ser realizado neste trabalho.

3.1 Relação entre o antigo, o atual e o natural: Requalificação Centro Histórico São José – SC (1º Lugar Concurso Nacional).

O projeto apresentado neste tópico, foi vencedor do concurso de Requalificação Urbanística do Centro Histórico de São José – SC, realizado a fim de buscar soluções para o atual estado de abandono da área do Centro Histórico e da Orla Marítima da cidade de São José, fatores que resultam da descentralização que ocorreu na área devido ao crescimento do município.

3.1.1 Sobre o projeto

Ficha Técnica

Quadro 4 – Ficha técnica do Projeto de Requalificação do Centro Histórico de São José – SC

Nome do projeto	Requalificação Centro Histórico São José – SC
Autores	Escritório Valls
Equipe do projeto	Camila da Rocha Thiesen, Cássio Sauer, Diogo Valls, Elisa Toschi Martins e Jaqueline Lessa. Colaboradores: Ignacio de la Vega, Lucas Weinmann e Lucas Zimmer.
Tipologia de projeto	Requalificação Urbana
Localização	São José – SC
Ano do projeto	2014

Fonte: Autora, 2018.

Assim como muitas cidades brasileiras, a evolução urbana e o crescimento não planejado de São José – SC, levaram ao processo de descentralização. Do mesmo modo, a evolução dos meios de transporte aéreos e terrestres, especialmente a construção da Ponte Hercílio Luz, levou à decadência dos meios de transporte marítimos, diminuindo a interação das pessoas com a água. Tais fatores resultaram em um distanciamento das

relações da cidade com duas áreas de grande importância histórica e ambiental do município (e também entre estas duas áreas): o Centro Histórico e a Orla Marítima. (VALLS, 2016).

Atualmente o que se vê na paisagem urbana da cidade são edifícios e construções densas que criam uma barreira física e visual entre o Centro Histórico e a Orla. Diante desta problemática o concurso de Requalificação Urbanística do Centro Histórico de São José – SC, desempenhou o papel de reflexão sobre as relações entre o crescimento e desenvolvimento das cidades e a preservação do patrimônio histórico. O projeto vencedor do concurso, realizado pelo escritório Valls, traz uma série de soluções e estratégias urbanas que priorizam a identidade entre a população e as áreas do Centro Histórico e da Orla Marítima.

O projeto abrange parte da Orla que se situa entre as duas principais igrejas históricas do município, juntamente com as praças São Francisco de Paula e Nossa Senhora Fátima e Santa Filomena, que configuram o Centro Histórico no trecho Norte-Sul (Fig. 44). Por meio de propostas de requalificação de seus espaços urbanos, atualmente deteriorados, e da inserção de novos equipamentos como um mirante, um centro gastronômico, um parque, ciclovias, passarelas, etc., que cumprem o papel de revitalizar estas áreas, o projeto pretende trazer as pessoas de volta para o local e também reaver a possibilidade de passeios turísticos marítimos, em trajetos que ligam a Orla com o Centro Histórico e também com a cidade de Florianópolis.

Figura 44–Requalificação São José – Implantação indicando as áreas requalificadas e seus respectivos usos.



Fonte: VALLS. 2014. Disponível em: < <http://www.valls.cc/projects/CHSJ?locale=pt-BR>>. Acesso em: 26 mar 2018.

Dentro da proposta de valorização do patrimônio natural, o projeto envolve também a requalificação do Parque Beco da Carioca (Fig. 45), com a inserção de novos equipamentos, como quiosques de comércio local, aluguel de bicicletas, que, além de criar atrativos para o local, geram emprego e renda para a população e recursos financeiros para a manutenção do parque, além de espaços livres de permanência e contemplação e rotas de caminhada que permitem a interação entre as pessoas e o espaço natural.

Outra proposta que envolve o patrimônio natural é a reinserção da orla na dinâmica do local, através de espaços que priorizam as vistas e as relações com a água, como mirantes, vias de pedestres e ciclistas e espaços para contemplação (Fig. 46).

Figura 45 – Requalificação São José – Parque Beco da Carioca



Fonte: VALLS. 2014. Disponível em: < <http://www.valls.cc/projects/CHSJ?locale=pt-BR>>. Acesso em: 26 mar 2018.

Figura 46 – Requalificação São José - Orla Marítima



Fonte: VALLS. 2014. Disponível em: < <http://www.valls.cc/projects/CHSJ?locale=pt-BR>>. Acesso em: 26 mar 2018.

No Centro histórico as estratégias propostas são tratamentos e reformulação dos espaços públicos, através da valorização da paisagem histórica e natural do local e a reformulação dos usos das vias, com espaços compartilhados entre pedestres, ciclistas e veículos. Para isto, são propostas estratégias como a mudança da pavimentação com o intuito de sinalizar os usos e a redução da velocidade para veículos, a fim de garantir a segurança dos pedestres e ciclistas, bem como o planejamento de iluminação e arborização. Em alguns pontos, onde o espaço permite, propõe-se também o alargamento de calçadas. As ciclovias e passarelas tem um papel especial de fazer a ligação entre os equipamentos propostos e entre as áreas da Orla e do Centro Histórico, constituindo uma rota turística e cultural, na qual as pessoas tem a possibilidade de apreciar as paisagens naturais e históricas enquanto caminham ou pedalam e se apropriam dos espaços projetados. (Fig. 47 e 48).

Figura 47 – Requalificação São José - Trecho Norte



Fonte: VALLS. 2014. Disponível em: < <http://www.valls.cc/projects/CHSJ?locale=pt-BR>>. Acesso em: 26 mar 2018.

Figura 48 – Requalificação São José - Trecho Sul



Fonte: VALLS. 2014. Disponível em: < <http://www.valls.cc/projects/CHSJ?locale=pt-BR>>. Acesso em: 26 mar 2018.

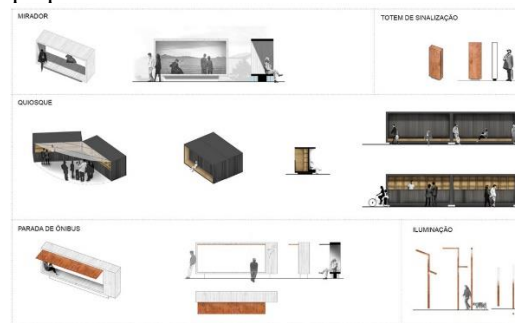
O tratamento de vias nesta área pretende também valorizar os estabelecimentos locais e inserção de paisagismo e mobiliários urbanos, com isso, trazendo nova vitalidade para a área através desses novos usos. (Fig. 49 e 50).

Figura 49 – Requalificação São José - Centro Histórico



Fonte: VALLS. 2014. Disponível em: < <http://www.valls.cc/projects/CHSJ?locale=pt-BR>>. Acesso em: 26 mar 2018.

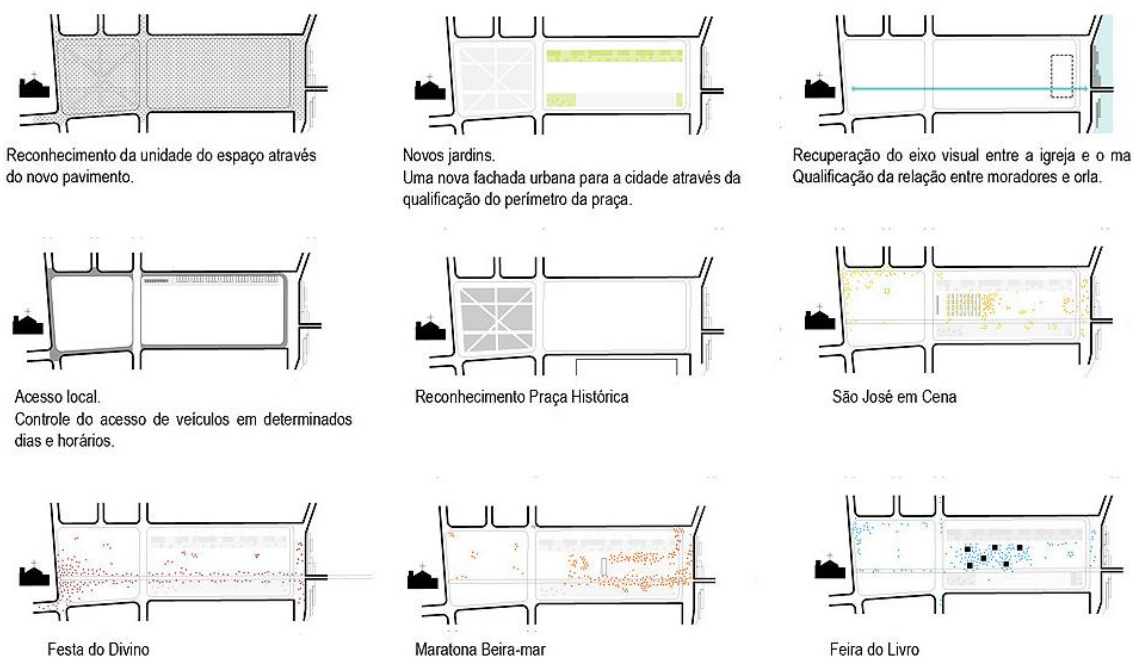
Figura 50 – Requalificação São José - Mobiliário proposto



Fonte: VALLS. 2014. Disponível em: < <http://www.valls.cc/projects/CHSJ?locale=pt-BR>>. Acesso em: 26 mar 2018.

Em síntese, conforme diagramas da Figura 51, o projeto traz uma série de estratégias que tem como prioridade retornar os usos do local através do reconhecimento de sua importância histórica, cultural e natural, que possibilita sua reinserção na dinâmica urbana do município e traz de volta as relações entre as pessoas e o espaço.

Figura 51 – Requalificação São José - Diagramas de estratégias



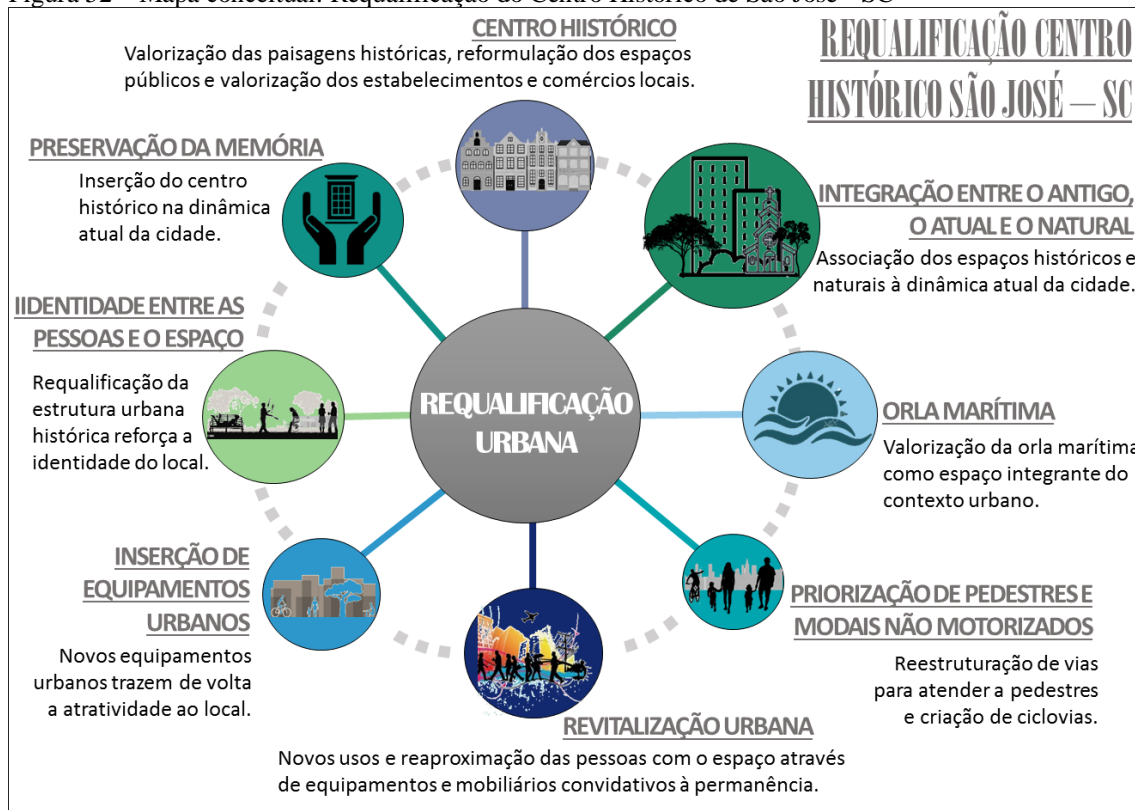
Fonte: VALLS. 2014. Disponível em: <<http://www.valls.cc/projects/CHSJ?locale=pt-BR>>. Acesso em: 26 mar 2018.

3.1.2 Análise conceitual

Os conceitos de principal contribuição do projeto de Requalificação do Centro Histórico de São José para esse trabalho estão sintetizados no mapa conceitual a seguir (Fig. 52). Nele se destaca a integração entre o antigo, o atual e o natural, que tem relação direta com o contexto do projeto a ser elaborado nesse trabalho. Além disso, evidenciam-se também as soluções encontradas para retomar as relações com a água, elemento de grande importância para a cidade e que compõe a paisagem urbana do local.

O projeto leva em conta o reconhecimento do valor histórico e da identidade do local, através de estratégias que retomam a atratividade da área, como a priorização dos pedestres e ciclistas, a inserção de mobiliários e equipamentos urbanos, a valorização dos comércios locais e a reintegração das paisagens naturais e históricas ao contexto atual da cidade.

Figura 52 – Mapa conceitual: Requalificação do Centro Histórico de São José - SC



Fonte: Mapa elaborado pela autora, 2018.

Nesse projeto destaca-se também a importância da interpretação do espaço urbano e das necessidades específicas do local a intervir, a fim de reconhecer, não apenas os déficits que a área apresenta, mas também – e principalmente – suas potencialidades, e, a partir disso, definir as diretrizes de intervenção a serem adotadas.

3.2 Integração com o Espaço Urbano: Estação da Cultura Presidente Itamar Franco

A Estação da Cultura Presidente Itamar Franco, localizada na cidade de Belo Horizonte – MG, é um complexo de três edifícios. O conjunto une uma sala de concertos para a Orquestra Filarmônica de Minas Gerais e as sedes da Rede Minas e da Rádio Inconfidência, além de praças no seu entorno e da restauração de um edifício da década de 1930, onde serão instalados restaurante, café e bistrô, que transformou um terreno abandonado em um novo pólo de turismo e cultura para a cidade.

3.2.1 Sobre o projeto

Ficha Técnica

Quadro 5 – Ficha técnica da Estação da Cultura Presidente Itamar Franco

Nome do projeto	Estação da Cultura Presidente Itamar Franco
Arquitetos	Jô Vasconcellos e Rafael Yanni (projeto e coordenação técnica geral); Escritório de Prioridades Estratégicas do Governo do Estado de Minas Gerais; Joana Magalhães (assistente de arquitetura).
Tipologia de projeto	Centro Cultural
Localização	Belo Horizonte - MG
Área do Terreno	14.400m ²
Área Construída	Orquestra (11.162 m ²); TV (4.240 m ²); Rádio (1.639m ²); Estacionamento (14.067 m ²); Casa Histórica (1.420 m ²); Praças (7.000 m ²) Total: 39.528m ²
Ano do projeto	2011

Fonte: Autora, 2018.

O projeto inicia-se quando o maestro Fábio Mechetti, diretor artístico e regente titular da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, procura o arquiteto José Augusto Nepomuceno, para o projeto da sala de concertos para a filarmônica, devido à especialidade do arquiteto em acústica, que, em parceria com o arquiteto Rafael Yanni, engaja na iniciativa.

Quando foi feita a escolha do terreno, Antonio Anastasia (governador do Estado na época), sugeriu a implantação dos edifícios das sedes e estúdios Rede Minas de Televisão e Rádio Inconfidência, agregados à sala filarmônica e é a partir daí que começa o projeto do Centro Cultural.

A implantação dos edifícios aproveita da melhor forma a topografia do terreno, sem fazer grandes movimentações de terra, e cria vazios entre os edifícios, o que possibilita a formação de uma praça em seu interior e traz a interação do Centro Cultural com o espaço urbano. As necessidades acústicas da ala filarmônica levam à implantação deste edifício um pouco afastado dos outros, e sobre o terreno natural, sem subsolos (Fig. 53 e 54).

Figura 53 – Estação da Cultura Pres. Itamar Franco - Fachada Lateral mostrando a relação com a rua



Fonte: MELENDEZ, A.; NEPOMUCENO, José A. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/nepomuceno-vasconcellos-e-yanni-edificio-cultural-e-institucional-belo-horizonte>>. Acesso em: 26 mar 2018.

Figura 54 – Estação da Cultura Pres. Itamar Franco – Implantação indicando a relação entre os edifícios.



IMPLANTAÇÃO

- 1 Rua Gonçalves Dias / 2 Rua Tenente Brito Melo
 3 Rua Alvarenga Peixoto / 4 Rua Uberaba
 5 Casa Histórica/Centro Gastronômico
 6 TV Minas/Rádio Inconfidência / 7 Praça
 8 Arqui bancada / 9 Praça inferior / 10 Orquestra

Fonte:MELENDEZ, A.; NEPOMUCENO, José A. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/nepomuceno-vasconcellos-e-yanni-edificio-cultural-e-institucional-belo-horizonte>>. Acesso em: 26 mar 2018.

Os equipamentos e espaços nos vazios entre as edificações permitiram que a população se apropriasse do local como espaço público, tornando o local, além dos usos e atrações específicos do Centro Cultural, também um espaço de encontros sociais e referencial para a cidade. O projeto envolve também a preservação de patrimônio histórico, pois havia no terreno uma edificação parcialmente tombada, que foi integrada ao complexo, destinada à praça de alimentação (Fig. 55 a 58).

Figura 55 – Estação da Cultura Pres. Itamar com destaque para a transparência do edifício



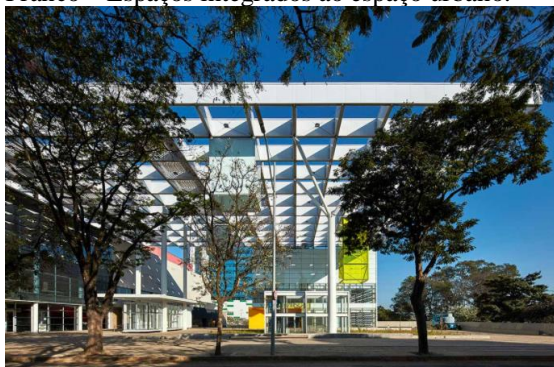
Fonte:MELENDEZ, A.; NEPOMUCENO, José A. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquiteturanepomuceno-vasconcellos-e-yanni-edificio-cultural-e-institucional-belo-horizonte>>. Acesso em: 26 mar 2018.

Figura 56 Estação da Cultura Franco – Fachada frontal, Pres. Itamar Franco – Praça de alimentação aberta para a rua



Fonte:MELENDEZ, A.; NEPOMUCENO, José A. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/nepomuceno-vasconcellos-e-yanni-edificio-cultural-e-institucional-belo-horizonte>>. Acesso em: 26 mar 2018.

Figura 57 - Estação da Cultura Pres. Itamar Franco – Espaços integrados ao espaço urbano.



Fonte:MELENDEZ, A.; NEPOMUCENO, José A. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquiteturanepomuceno-vasconcellos-e-yanni-edificio-cultural-e-institucional-belo-horizonte>>. Acesso em: 26 mar 2018.

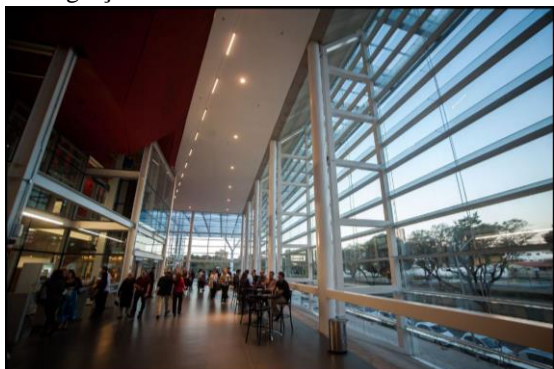
Figura 58 – Estação da Cultura Pres. Itamar Franco – Espaços Livres entre os edifícios



Fonte:MELENDEZ, A.; NEPOMUCENO, José A. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/nepomuceno-vasconcellos-e-yanni-edificio-cultural-e-institucional-belo-horizonte>>. Acesso em: 26 mar 2018.

A estrutura é modular e ganha evidência, um jogo de volumes cheios e vazios que coloca em harmonia a robustez do concreto com a leveza do aço, associado à transparência das grandes peles de vidro na fachada, o que colabora com a integração entre os ambientes internos e externos (Fig. 59 e 60).

Figura 59 - Estação da Cultura Pres. Itamar Franco – Integração visual entre o interior e exterior



Fonte:MELENDEZ, A.; NEPOMUCENO, José A. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquiteturanepomuceno-vasconcellos-e-yanni-edificio-cultural-e-institucional-belo-horizonte>>. Acesso em: 26 mar 2018.

Figura 60 – Estação da Cultura Pres. Itamar Franco - Estrutura de concreto em evidência no espaço interno



Fonte:MELENDEZ, A.; NEPOMUCENO, José A. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/nepomuceno-vasconcellos-e-yanni-edificio-cultural-e-institucional-belo-horizonte>>. Acesso em: 26 mar 2018.

3.2.2 Análise conceitual

O mapa conceitual da Figura 61, estão relacionados os conceitos identificados pela autora como referências para o trabalho, no qual se destaca a integração do edifício com o espaço urbano. O projeto leva em conta a importância do uso público para a integração

entre as pessoas e o espaço construído, por isso, priorizam-se espaços públicos, abertos e convidativos, como forma de garantir a continuidade do espaço urbano. Também tem destaque os estabelecimentos comerciais que foram implantados, como café, restaurante e bistrô, que cumprem o papel de trazer atrativos para a permanência e o convívio social.

Além disso, a proposta de vazios entre os espaços construídos e da transparência dos materiais aplicados também é uma forma de evidenciar essa relação de integração, através da unidade visual e da percepção do espaço através dos percursos. Com a transparência dos edifícios, a estrutura é evidenciada na composição arquitetônica e é ela que cumpre o papel de delimitação dos espaços.

Figura 61 – Mapa conceitual: Estação da Cultura Presidente Itamar Franco - MG



Fonte: Mapa elaborado pela autora, 2018.

Esse projeto demonstra como é possível a recuperação de um espaço em desuso na cidade em um marco urbanístico através do uso cultural, e como isso influencia positivamente na dinâmica de usos do local e na percepção das pessoas com relação aos usos do espaço.

3.3 A forma Orgânica na Arquitetura e o edifício que “abraça” o terreno: Museu de História Natural de Xangai

A referência apresentada neste tópico é um projeto internacional, localizado em Xangai – China. Trata-se de um museu de História Natural e toda a sua materialidade foi inspirada nessa temática, desde as formas orgânicas até os materiais aplicados e os espaços externos, como jardins e terraços-jardim.

3.3.1 Sobre o projeto

Ficha Técnica

Quadro 6 – Ficha técnica do projeto do Museu da História Natural de Xangai

Nome do projeto	Estação da Cultura Presidente Itamar Franco
Arquiteto	Ralph Johnson – Escritório Perkins + Will
Tipologia de projeto	Museu
Localização	Xangai, China
Área	44.517 m ²
Ano do projeto	2015

Fonte: Autora, 2018.

Selecionado por meio de um concurso internacional para o projeto do novo Museu de História Natural de Xangai, este projeto se destaca pela sua composição formal, inspirada na forma dos escudos de moluscos e também pelas formas na fachada, que remetem a elementos naturais. A implantação do edifício em forma circular, nas extremidades do terreno faz com que se formem vazios no seu interior, como se o edifício “abraçasse” o terreno. Além disso, o terraço jardim reforça a sensação de integração entre o edifício e o terreno (Fig. 62 a 64).

Figura 62 – Museu de História Natural de Xangai- Fachada indicando o acesso ao terraço



Fonte: SOUZA, E. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/766/museu-de-historia-natural-dexangaiperkinspluswill>>. Acesso em:31 mar 2018.

Figura 63 – Museu de História Natural de Xangai – Vista aérea



Fonte: SOUZA, E. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/766/museu-de-historia-natural-dexangaiperkinspluswill>>. Acesso em:31 mar 2018.

Figura 64 – Museu de História Natural de Xangai – Implantação mostrando a relação do edifício com o entorno.



Fonte: SOUZA, E. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/766/museu-de-historia-naturaldexangaiperkinspluswill>>. Acesso em:31 mar 2018.

O edifício conta com espaços de exposição, um teatro 4D, um jardim de exposições ao ar livre e um átrio, onde os visitantes podem visualizar os elementos da fachada inspiradas na composição celular de plantas e animais, criando uma transparência que integra os ambientes internos e externos e através da qual a luz natural entra com abundância (Fig. 65).

Figura 65 – Museu de História Natural de Xangai – Espaço interno, em que se destacam as formas da estrutura e a transparência do edifício



Fonte: SOUZA, E. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/766/museu-de-historia-naturaldexangaiperkinspluswill>>. Acesso em:31 mar 2018.

As formas orgânicas se fazem presentes também na estrutura, que ganha destaque tanto nas fachadas como nos espaços internos e remete a estruturas de plantas, o que reforça o aspecto natural (Fig. 66 e 67).

Figura 66 – Museu de História Natural de Xangai – Átrio, com destaque para a estrutura interna



Fonte: SOUZA, E. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/766/museu-de-historia-natural-dexangaiperkinspluswill>>. Acesso em:31 mar 2018.

Figura 67 – Museu de História Natural de Xangai – Jardim externo com elementos naturais



Fonte: SOUZA, E. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/766/museu-de-historia-natural-dexangaiperkinspluswill>>. Acesso em:31 mar 2018.

3.3.2 Análise Conceitual

Os conceitos identificados nessa referência estão organizados no mapa conceitual a seguir (Fig. 68). O conceito de maior destaque refere-se à forma orgânica na Arquitetura, que “quebra” a rigidez das delimitações físicas e visuais, criando novas perspectivas com relação à percepção e reconhecimento dos espaços. Essa forma se faz presente também na implantação do edifício, que ocupa o terreno de forma perimetral, permitindo um espaço interno aberto.

Outro elemento de relevância é o terraço-jardim, que permite a contemplação e a valorização das vistas atrativas do entorno. Esse elemento possibilita diferentes percursos e possibilidades de apropriação, além de integrar o edifício com o entorno onde está inserido.

Figura 68 – Mapa conceitual: Museu de História Natural de Xangai



Fonte: Mapa elaborado pela autora, 2018.

Esse projeto traduz-se em uma arquitetura orgânica e em harmonia com a temática proposta para o museu. Com isso, a busca pelas formas que transmitissem tal harmonia resultou em um espaço que permite uma conexão com as pessoas, e uma diversidade de usos e percepções do espaço através das formas e elementos que o compõe.

Embora a temática seja diferente da proposta deste trabalho, essas inspirações nas formas orgânicas, bem como o terraço-jardim, serão trabalhados no projeto proposto, sob a perspectiva de integrar de integrar o projeto ao entorno da área onde será inserido.

3.4 Análise geral das referências projetuais

As análises das referências apresentadas neste capítulo, levaram a uma compreensão de aspectos positivos que os projetos possuem em comum, e outros específicos de cada projeto.

Um dos pontos em comum, identificados entre essas referências, é a preocupação com a continuidade do espaço urbano e com o uso público. Essa característica é importante para a apropriação dos espaços projetados, pois garante a liberdade de usos e o convívio entre os mais diversos públicos e grupos sociais. Com isso, cria-se a identidade do lugar com as pessoas.

Outro aspecto importante que esses projetos têm em comum é a integração com o entorno onde estão inseridos. Os três projetos apresentam estratégias para garantir a unidade entre os espaços projetados e o entorno, desde a valorização das vistas, das paisagens urbanas e naturais, até a própria dinâmica urbana do local, com inserção de estabelecimentos comerciais e espaços que se integram aos usos urbanos. Com isso, o projeto não se volta apenas para os limites de um terreno, mas passa ser parte integrante do contexto urbano.

Um aspecto que não foi amplamente explorado nos projetos é a possibilidade de usos noturnos. É comum pensar nas atividades urbanas sempre relacionadas ao dia, como se a cidade fosse um espaço para abrigar apenas a vida diurna. Com isso, espaços potenciais não são explorados em sua totalidade, pois no período da noite ficam vazios, sem usos, ou até mesmo fechados ao público, o que pode levar à criminalização ou vandalismo, por não haver “olhos” voltado para esses espaços durante esse período. Portanto, é importante pensar na multifuncionalidade dos espaços, a fim de gerar a segurança, associada as possibilidades de usos. Tal aspecto será trabalhado no projeto a ser desenvolvido nesse trabalho.

Após essa análise de referências projetuais e estudos conceituais, inicia-se a etapa de análises técnicas a respeito do local de intervenção, através de levantamentos que foram realizados, cujos resultados constam no capítulo a seguir.



CAPÍTULO 4
DIAGNÓSTICO

Neste capítulo serão descritas a contextualização e as informações sobre a área de estudo deste trabalho, analisadas sob a óptica da autora.

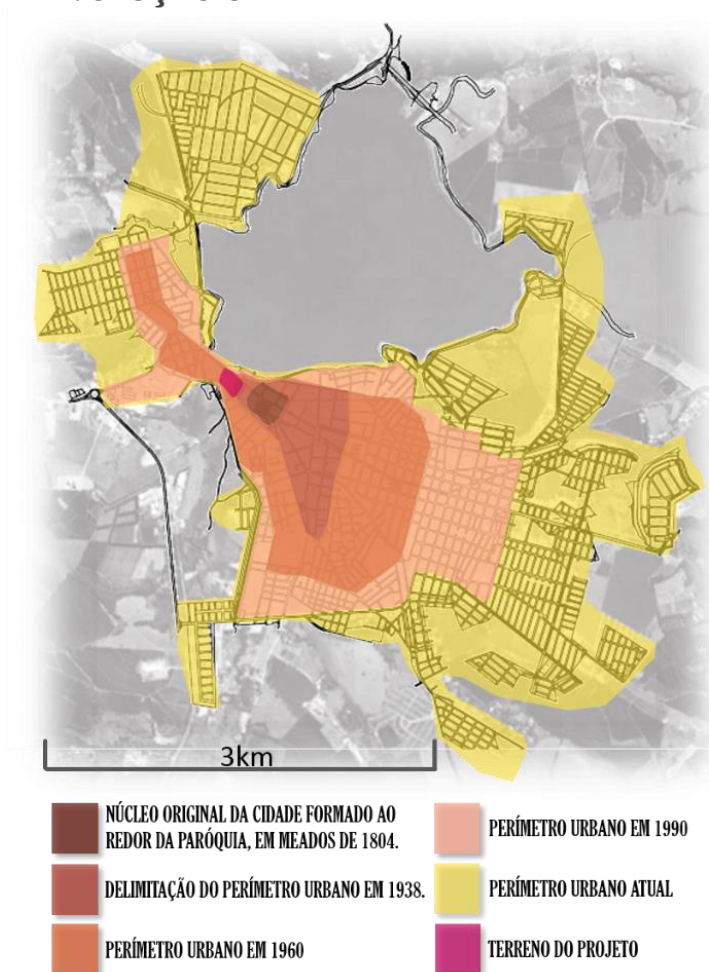
4.1 Contextualização da área de estudo

Boa Esperança tem sua origem em meados de 1797, no ciclo do ouro, quando entradistas passam a explorar as regiões próximas ao Rio Verde em busca de posses de terras, até então vagas. Entre eles, o Capitão José Alves de Figueiredo, cuja esposa havia herdado terras correspondentes às atuais cidades de Baependi, Três Pontas, Lavras, Conceição do Rio Verde, Campanha, Cambuquira e Aiuruoca. Com a intensão de aumentar suas posses e fundar freguesias, o Capitão Figueiredo compra terras correspondentes às Águas Verdes, glebas marginais do Açude do Pântano, Pedreiras, Córrego do Ouro e a Serra da Boa Esperança. Em 1804 inicia-se a construção da Capela de Nossa Senhora das Dores – hoje Basílica Menor Nossa Senhora das Dores – em torno da qual foi se formando um povoado. Em 9 de junho de 1813 a região de Dores do Pântano (atual Boa Esperança) eleva-se então à Freguesia de Dores da Boa Esperança. Em 15 de Outubro de 1869 Dores da Boa Esperança eleva-se à categoria de Município, e passa a ser denominada apenas por Boa Esperança em 1939. (REVISTA HISTÓRICA DE BOA ESPERANÇA, 1963).

No mapa de evolução histórica (Fig. 69), é possível compreender como se deu o crescimento e desenvolvimento da cidade. Um fator de grande importância para o crescimento de Boa Esperança foi a criação do Lago de Furnas, em 1958. Com isso, a cidade passou a crescer ao redor do lago, mudando sua configuração inicial. Nota-se que o período de crescimento urbano mais notável é o que ainda está em processo, desde 1990, até o presente momento. Esse crescimento, que acontece de forma não planejada, tem levado à descentralização do Centro Histórico.

Figura 69 – Mapa de Evolução Urbana.

EVOLUÇÃO URBANA



Fonte: Mapa elaborados pela autora, 2018, com base no Google Earth vs. 2017.

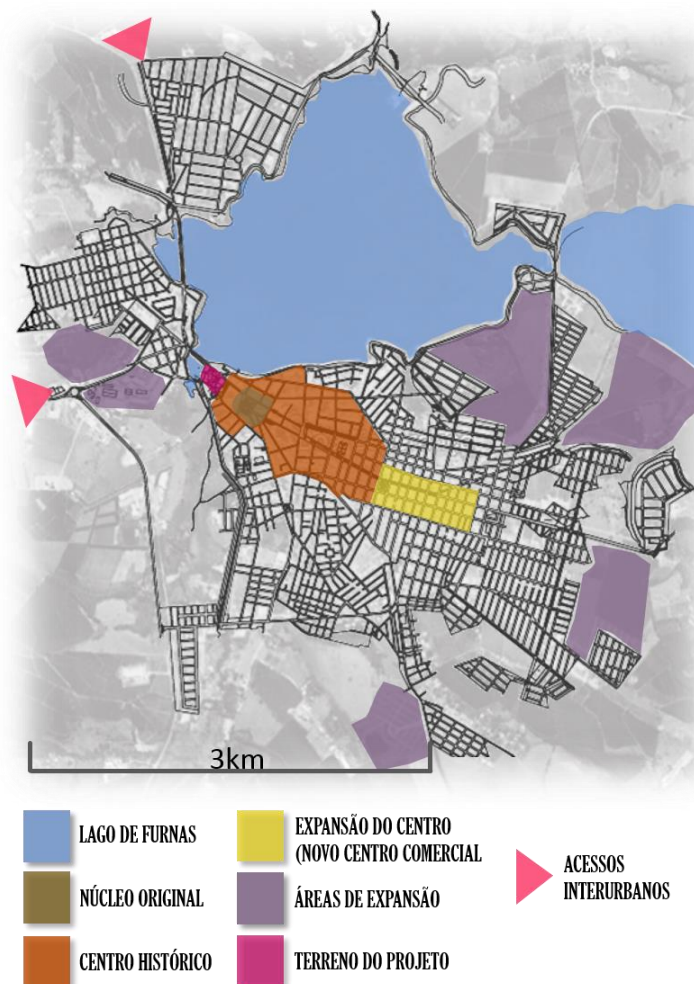
Conforme o mapa de Evolução Urbana, percebe-se que a origem do município se deu a partir da construção da Igreja Nossa Senhora das Dores, hoje inventariada como patrimônio histórico do município, que, em conjunto com a Praça Coronel Neves, forma o Núcleo Original da cidade. Esse local sempre foi palco de encontros sociais e de eventos como quermesses, festas juninas, festas da igreja e as tradicionais “feirinhas” que aconteciam todos os domingos, após a missa, com barracas de artesanatos e de comidas mineiras, onde a população se reunia. Porém, esses usos e tradições foram, com o tempo, se perdendo e atualmente, já se evidencia a subutilização dessa área, devido à descentralização.

O mapa a seguir (Fig. 70), mostra o contexto urbano atual. Nele, é possível perceber a situação atual do Centro Histórico com relação ao novo Centro Comercial e às

novas áreas que estão se desenvolvendo no perímetro urbano (áreas de expansão), bem como a relação da área de estudo com esse contexto e com os acessos principais da cidade.

Figura 70 – Mapa Contexto Urbano Atual.

CONTEXTO URBANO ATUAL

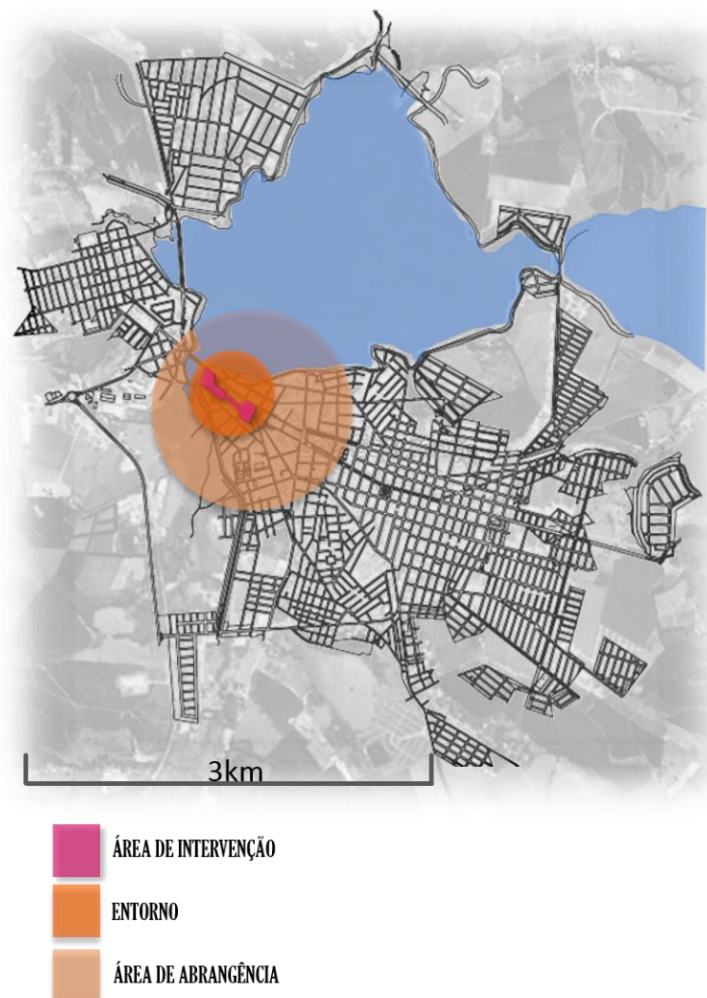


Fonte: Mapa elaborado pela autora, 2018, com base no Google Earth vs. 2017.

Tal contexto direcionou a escolha da área de intervenção, principalmente devido ao potencial atrativo, turístico, cultural e à importância histórica do local. O projeto principal será um Centro Cultural e, como elemento integrador entre essa área e o Núcleo Original, um corredor cultural, trazendo para a área novos usos, que mantenham o centro histórico vivo na dinâmica da cidade. O mapa da Figura 71 indica as áreas de intervenção, entorno e área de abrangência do projeto.

Figura 71 – Mapa Contexto da Área De Intervenção.

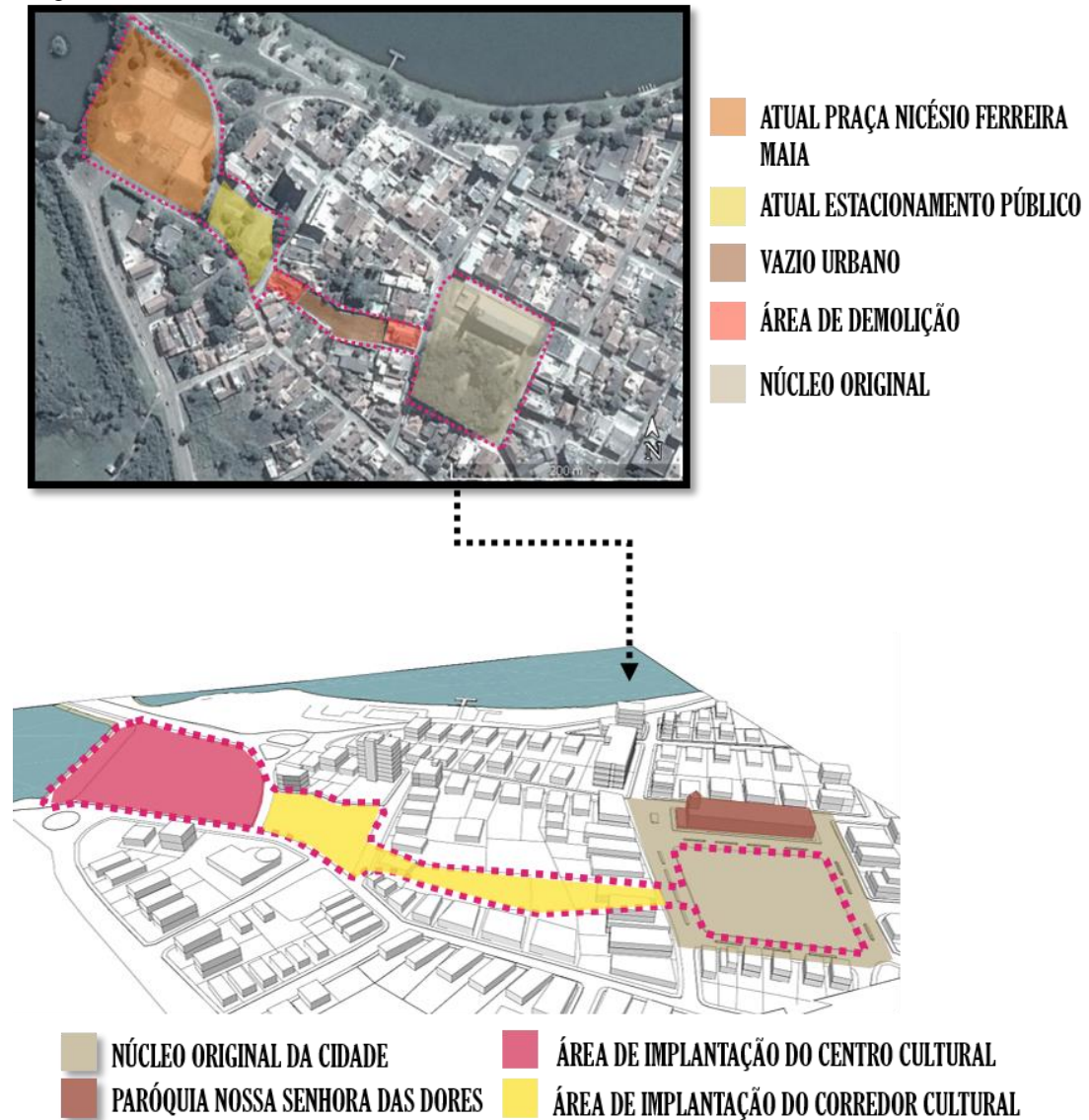
CONTEXTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO



Fonte: Mapa elaborado pela autora, 2018, com base no Google Earth vs. 2017.

A Figura 72 mostra a área delimitada para a requalificação, que se situa entre o Núcleo Original e a Praça Nicésio Ferreira Maia. A área possui equipamentos que se encontram subutilizados e degradados, como a Praça Nicésio Ferreira Maia e um estacionamento público, além de um grande vazio urbano situado no centro da quadra que divide as duas praças, sendo necessária a demolição de duas edificações (sem interesse de preservação) para implantação do Corredor Cultural (Fig. 73 a 77).

Figura 72 – Contexto da área de estudo.



Fonte: Mapa elaborado pela autora, 2018, com base no Google Earth vs. 2017.

Figura 73 – Paróquia de Nossa Senhora das Dores.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 74 – Estacionamento público.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 75 – Proposta de demolição 01.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 76 – Proposta de demolição 02.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 77 – Praça Nicésio Ferreira Maia.

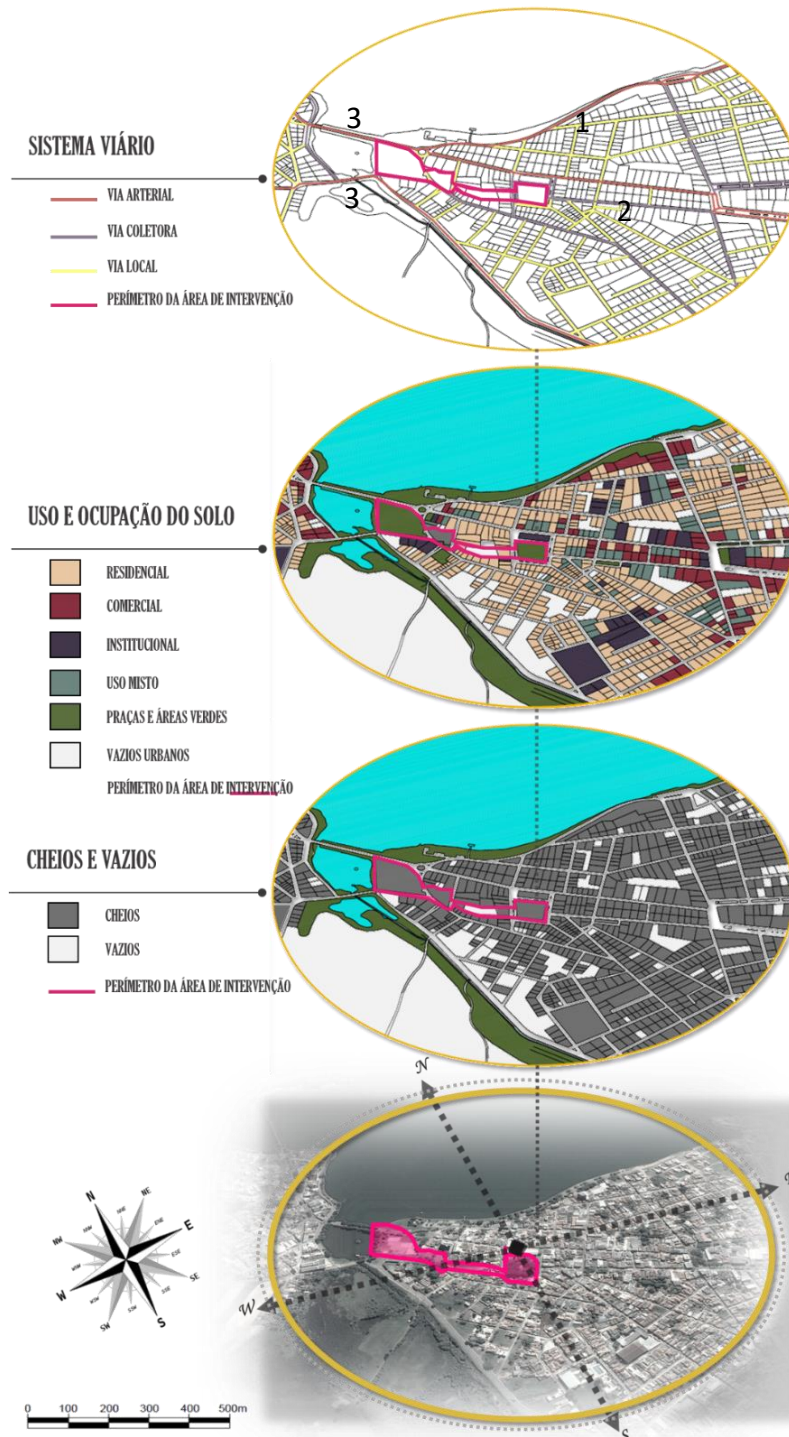


Fonte: Autora, 2018.

4.2 Diagnóstico da situação atual e entorno imediato da área de estudo

Os mapas a seguir (que constam em maior escala no Apêndice I) ilustram as análises que foram feitas da situação atual da área.

Figura 78 – Mapas de entorno e área de abrangência: cheios e vazios, uso e ocupação do solo e sistema viário.

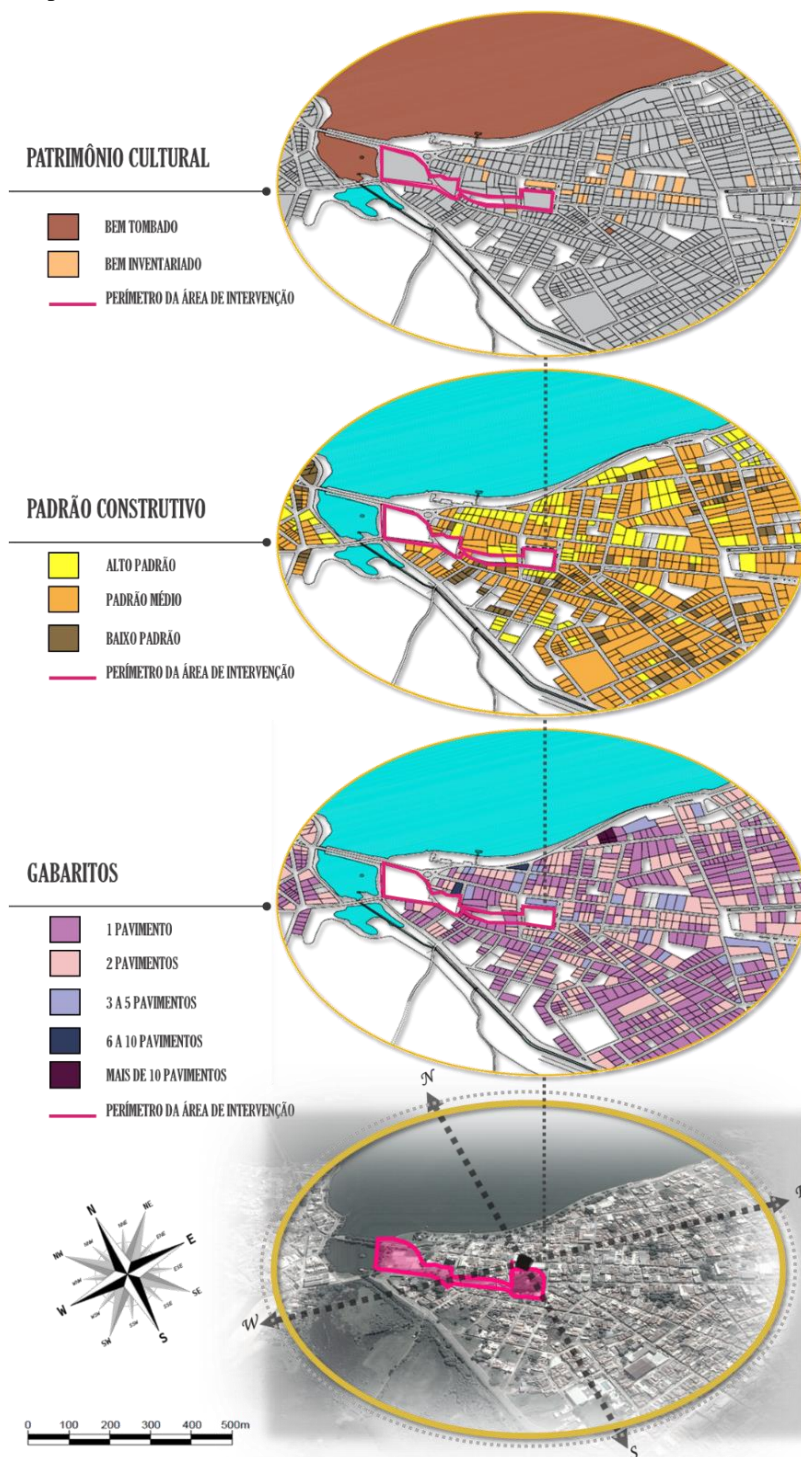


Fonte: Mapas elaborados pela autora, 2018, com base no Google Earth vs. 2017.

Apesar de existirem alguns vazios urbanos, a área edificada predomina, preenchendo quase todo o entorno da área de intervenção. Os usos são bastante diversificados, porém nota-se nitidamente a predominância do uso residencial, seguido de comércio e uso misto, havendo também áreas institucionais, além de praças e áreas verdes, principalmente na orla do lago.

O sistema viário é composto de um sistema de malha ortogonal, porém com um traçado irregular, que expressa o crescimento espontâneo da cidade. Predominam as vias locais, mas há a presença de vias arteriais e coletoras que ligam a áreas importantes da cidade, como a orla do lago, o novo Centro Comercial e às saídas da cidade (respectivamente, 1, 2 e 3, indicadas no mapa de sistema viário).

Figura 79 – Mapas de entorno e área de abrangência: gabaritos, padrão construtivo e patrimônio cultural.



Fonte: Mapas elaborados pela autora, 2018, com base no Google Earth vs. 2017.

Com relação aos gabaritos, a maioria das edificações é composta de um a dois pavimentos, havendo apenas alguns edifícios com três a cinco pavimentos e poucos que ultrapassam cinco pavimentos. Caracteriza-se então como uma área predominantemente horizontal.

Para classificar o padrão construtivo das edificações, levou-se em conta a apresentação e estado de conservação das fachadas, os materiais construtivos aplicados, qualidade dos materiais de acabamento, bem como o tamanho dos lotes, quantidade de pavimentos e qualidade arquitetônica, sendo classificadas como alto, médio e baixo padrão de acordo com esses requisitos. Nesse contexto, a maioria das edificações foi classificada como padrão médio, havendo algumas edificações de alto padrão, principalmente concentradas nas proximidades do lago, que é uma área nobre da cidade (Fig. 80 a 82).

Figura 80 – Exemplar de alto padrão.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 81 – Exemplar de médio padrão.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 82 – Exemplar de baixo padrão.



Fonte: Autora, 2018.

Com relação ao patrimônio cultural, existe um conjunto de edificações históricas inventariadas com patrimônio histórico na área, sendo, em sua maioria, caracterizadas por estilo eclético e colonial (Fig. 83 a 86), e algumas com traços modernistas, como o Cine Coral e o Radium Clube Dorense (Fig. 87 e 88).

Figura 83 – Exemplar de bem inventariado 01.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 84 – Exemplar de bem inventariado 02.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 85 – Exemplar de bem inventariado 03.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 86 – Exemplar de bem inventariado 04.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 87 – Cine Coral.



Fonte: Autora, 2018.

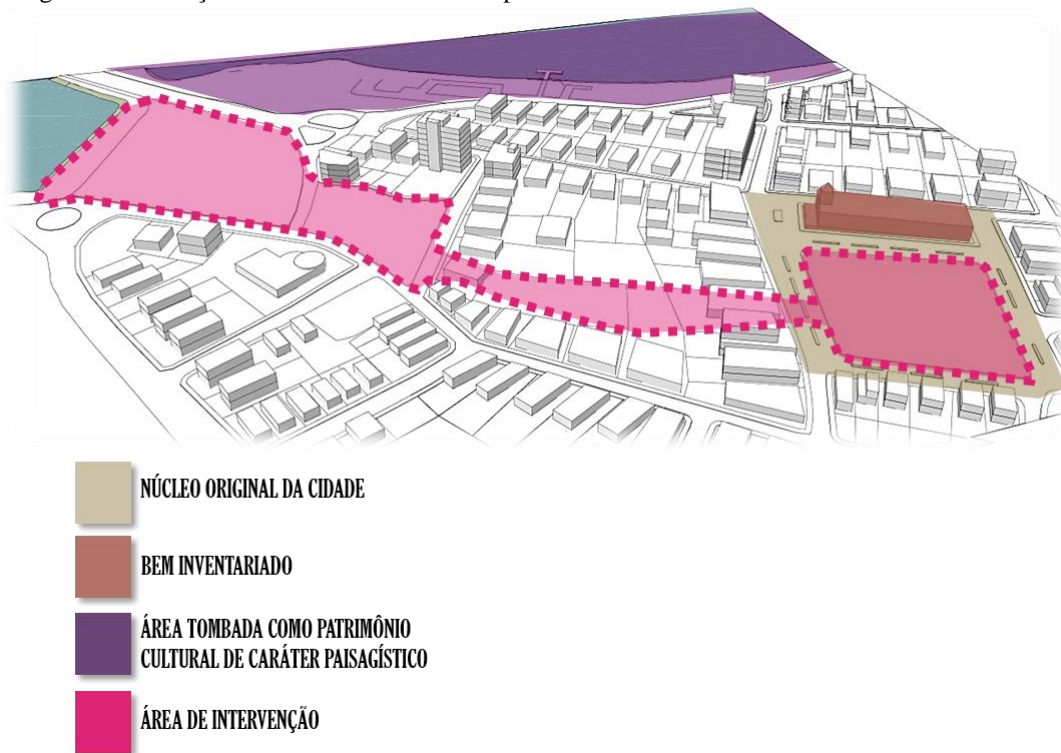
Figura 88 – Radium Clube Dorense.



Fonte: Autora, 2018.

Além desses exemplares, destacam-se nesse aspecto, dois elementos que possuem relação direta com a área de intervenção: A Paróquia Nossa Senhora das Dores, edificação inventariada como patrimônio histórico municipal, e o Lago dos Encantos, tombado como patrimônio cultural de caráter paisagístico municipal (Fig. 89 a 95).

Figura 89 – Relação da área de estudo com o patrimônio cultural.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 90 – Lago dos Encantos.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 91 – Jardim à orla do lago.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 92 – Avenida Beira Lago.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 93 – Calçada da orla do lago.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 94 – Fotos históricas.



Fonte: Adriano Oliveira.

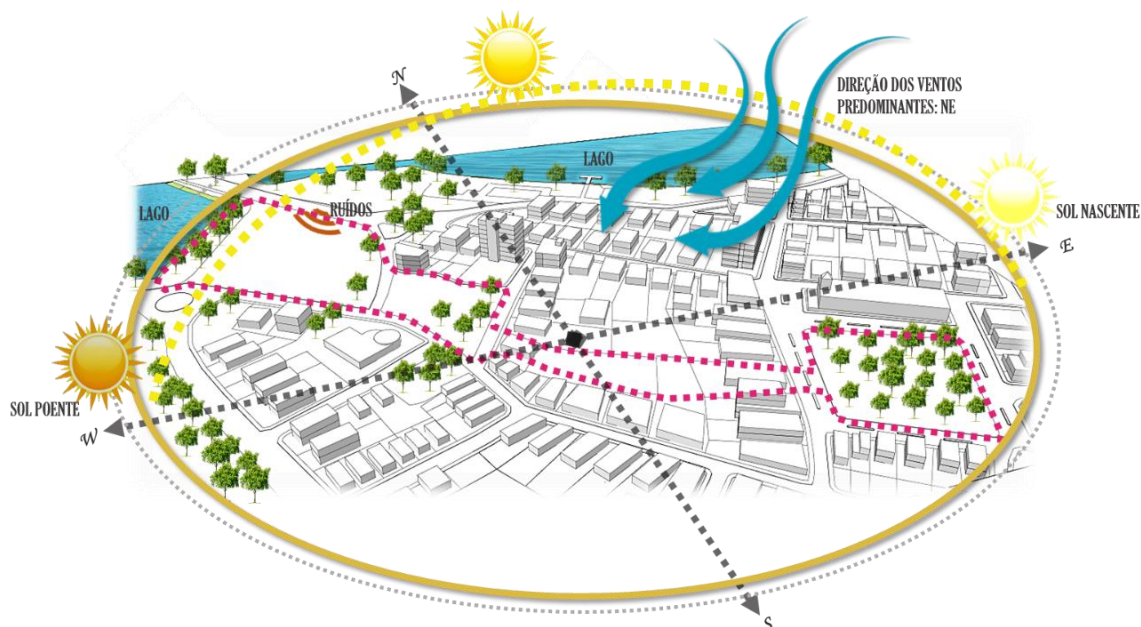
Figura 95 – Paróquia de Nossa Senhora das Dores.



Fonte: Autora, 2018.

O diagrama a seguir (Fig. 96) mostra a relação da área (demarcada pela linha pontilhada) com as condicionantes ambientais, como insolação, direção predominante dos ventos (NE) áreas arborizadas e gabaritos das edificações vizinhas. Na análise é possível perceber que a área é favorecida pela ventilação e iluminação natural, visto que se trata de um local aberto e sem barreiras físicas. Quanto às questões acústicas, apenas uma área recebe influência de ruídos externos, produzidos pelo movimento intenso de veículos na avenida perimetral ao lago. Também é importante enfatizar a relação com o lago, área que compõe a mais importante paisagem natural da cidade, favorecendo assim as vistas na área de intervenção.

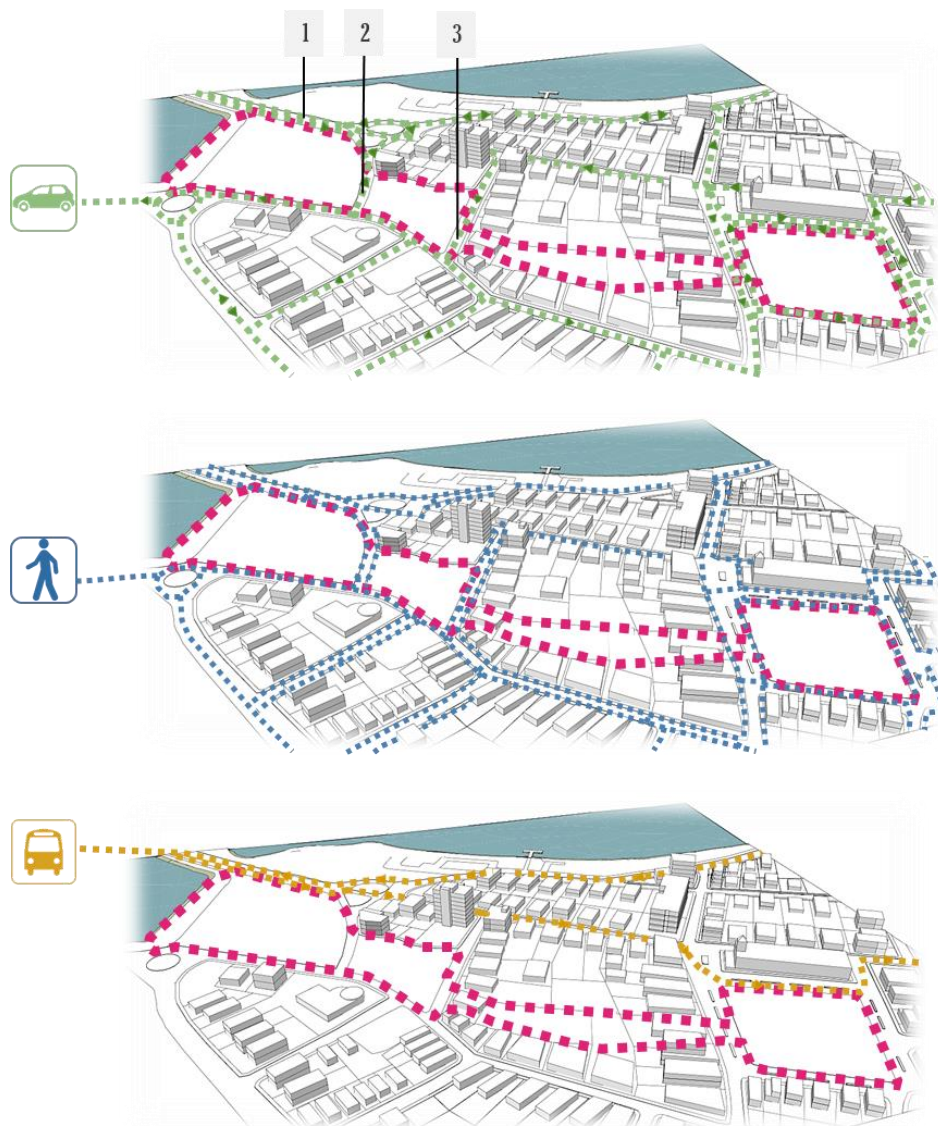
Figura 96 – Condicionantes ambientais.



Fonte: Autora, 2018.

Na análise dos fluxos (Fig. 97), é importante considerar a influência dos modais que transitam pela área, principalmente o transporte público. Nota-se que o terreno onde será implantado o Centro Cultural é circundado por três vias, sendo uma de fluxo intenso (1), por onde também passa uma linha de transporte coletivo público. As demais vias possuem fluxo moderado, havendo nelas maior fluxo de pedestres.

Figura 97 – Fluxos e modais.



Fonte: Autora, 2018.

Levando em consideração a área de estudo, as três vias indicadas no diagrama são as que geram impacto nos acessos do projeto, por isso foi feita uma contagem volumétrica de modais nessas vias, a fim de verificar mais a fundo as condições de fluxo. A contagem foi realizada em um dia útil (18/05/2018), nos horários de 9:45h a 10:35h, cujos resultados se apresentam na tabela 1.

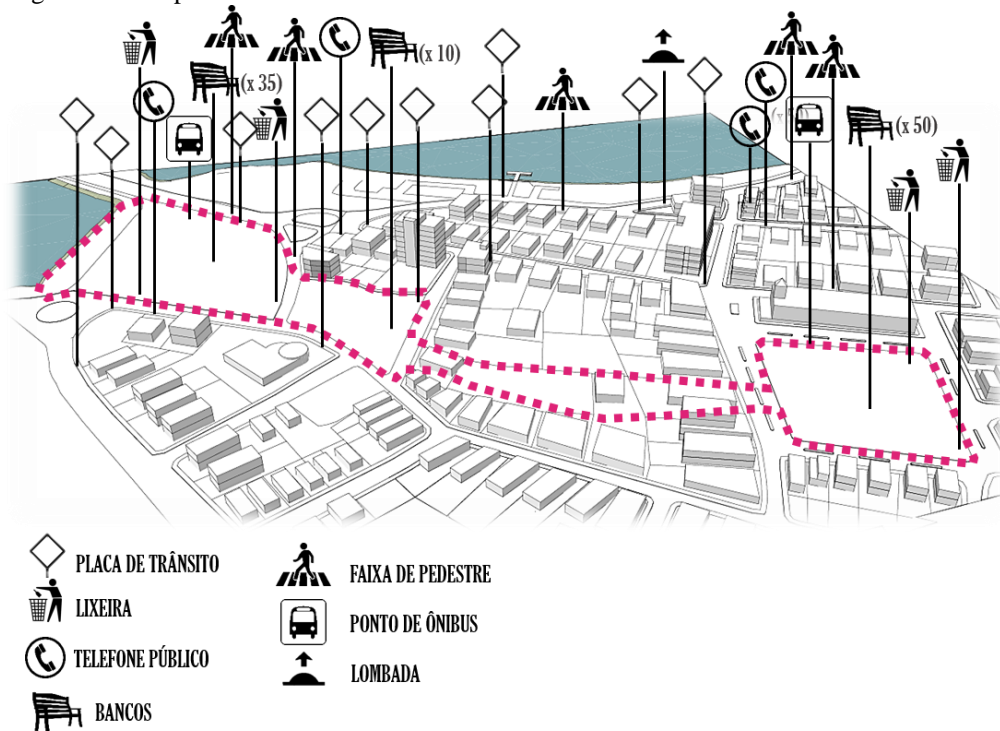
Tabela 01: Contagem volumétrica de modais.

CONTAGEM VOLUMÉTRICA DE MODAIS			
18/05/2018	9:45 – 10:00h		10:10 – 10:35h
	RUA 1	RUA 2	RUA 3
PEDESTRE	30	25	9
BICICLETA	1	5	0
CARRO	141	23	14
ÔNIBUS	2	0	0
CAMINHÃO	7	1	0

Fonte: Autora, 2018.

O mobiliário existente constitui-se de bancos, lixeiras, telefones públicos, pontos de ônibus, além de sinalização, como placas de trânsito, lombadas e faixa de pedestres. Na Praça Nicésio Ferreira Maia, os mobiliários, além de serem pouco atrativos, encontram-se muito desgastados, com bancos e mesas quebrados e em locais de difícil acesso. Os pontos de ônibus também apresentam sinais de desgaste e são ineficientes, pois sua localização e tipologia bloqueiam a visão do usuário, dificultando o uso. Na Praça Coronel Neves os mobiliários apresentam bom estado de conservação, mas também são pouco atrativos (Fig. 98 a 103).

Figura 98 – Mapa de mobiliário urbano.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 99 – Ponto de ônibus.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 100 – Mesa e banco sobre a grama.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 101 – Mesa e banco em área degradada.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 102 – Banco quebrado.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 103 – Praça Coronel Neves.

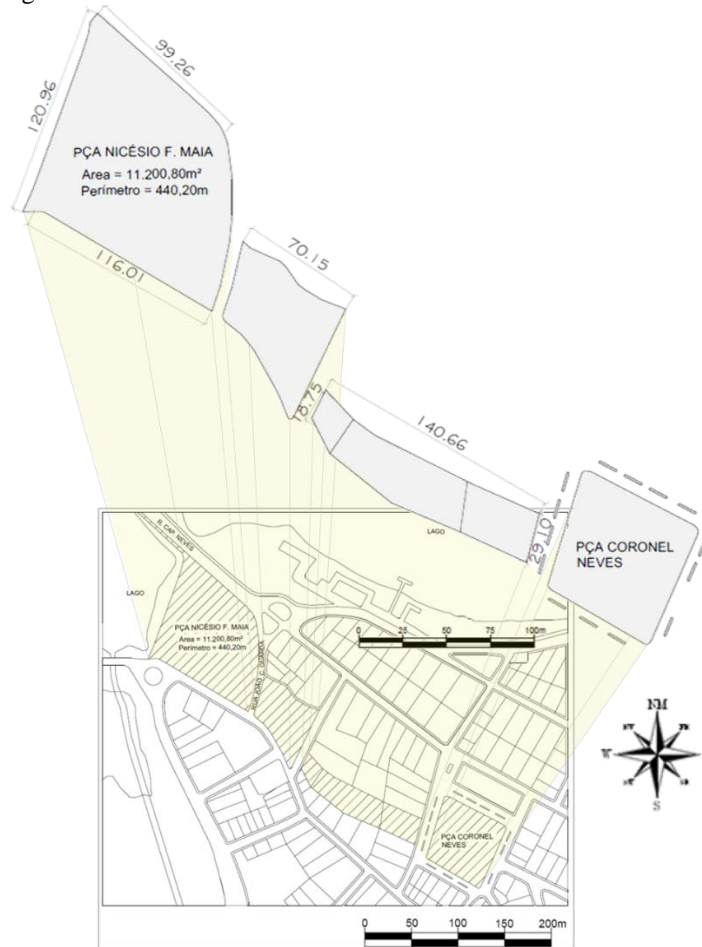


Fonte: Autora, 2018.

A área onde será proposto o Centro Cultural é um terreno de 11.200,80m², localizada às margens do lago, onde atualmente está implantada a Praça Nicésio Ferreira Maia, mais conhecida como a “Praça da Pista”, devido à pista de skate existente no local. Somada à área para implantação do Corredor Cultural, correspondente a 7.265,60m², a área total de intervenção totaliza 18.466,40m². A área possui uma topografia praticamente plana, com apenas 1,40m de desnível no terreno natural, porém, como se trata de uma área já consolidada, na Praça Nicésio Ferreira Maia e no estacionamento, a pavimentação

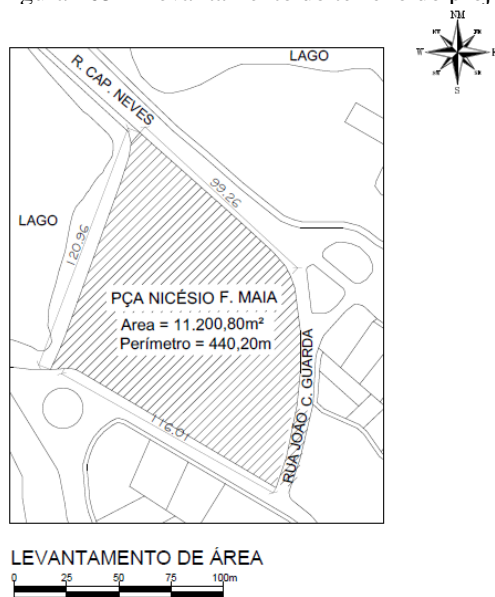
já encontra-se completamente nivelada, portanto, a única topografia a se considerar será no corredor cultural, onde há um desnível de 4m. (Fig. 104 a 106).

Figura 104 – Levantamento da área de estudo.



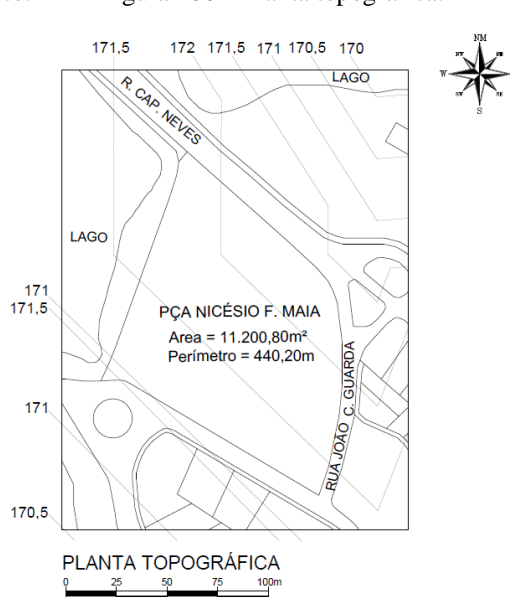
Fonte: Autora, 2018.

Figura 105 – Levantamento do terreno do projeto.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 106 – Planta topográfica.



Fonte: Autora, 2018.

4.3 Potencialidades, déficits, usos e funções

Essa Praça costumava receber eventos como o Campeonato de Skate, que teve sua última edição na cidade no ano de 2015, e outros eventos esportivos regionais. Além da pista há também algumas quadras esportivas, academia ao ar livre, playground e pouco mobiliário, porém nenhum desses equipamentos tem o devido uso por uma série de fatores.

Percebe-se uma série de déficits no local, como mobiliários degradados e mau localizados, arborização escassa, iluminação insuficiente, falta de acessibilidade. Além disso, a praça, em parte, é cercada por um guarda corpo na calçada, que possui poucas aberturas para passagem, o que limita o acesso e os percursos. Há grandes espaços vazios sem nenhum tipo de uso e mesmo as quadras e a pista de skate praticamente não são utilizadas mais, devido ao mau estado de conservação. O piso apresenta várias irregularidades, as áreas permeáveis em parte têm forração vegetal sem manutenção e em partes não há forração, apenas terra batida, além de problemas de drenagens das águas pluviais. Devido ao desuso, o local vem sendo utilizado como ponto de consumo de drogas, o que resulta em mais um motivo para que as pessoas deixem, cada vez mais, de utilizar o local como espaço de lazer e permanência. (Fig. 107 a 116).

Figura 107 – Pavimentação quebrada.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 108 – Faixa de pedestres.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 109 – Guarda corpo.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 110 – Grande área sem uso.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 111 – Quadra de esportes.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 112 – Pista de skate.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 113 – Playground.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 114 – Área com problema de drenagem.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 115 – Área voltada para o lago.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 116 – Vista para o lago.



Fonte: Autora, 2018.

Apesar desses fatores, a área apresenta muitos potenciais, como a topografia plana, espaço livre e aberto, sem barreiras físicas, o que permite melhor aproveitamento das condições naturais como insolação e ventilação, a bela vista do lago e das paisagens naturais, além de estar inserida no centro histórico e, ao mesmo tempo, em uma área turística da cidade, o lago. Além das áreas vazias que podem ser integradas ao projeto de requalificação, trazendo novos usos para o espaço urbano em uma área de grande importância histórica para o município.

Essa relação entre déficits e potenciais foi substancial para a escolha da área para intervenção, pois associa-se a necessidade de revitalizar um determinado local que se encontra em degradação à oportunidade de trazer novos usos e atrativos para o centro histórico, requalificando esta região com a inserção de um caráter cultural, integrado ao antigo caráter predominantemente comercial da área.

4.4 Semiótica do ambiente urbano

Ao tratar de espaços urbanos não se pode deixar de fazer uma reflexão sobre as relações entre o espaço e as pessoas que dele fazem uso. Porém, não é possível falar em espaço sem tratar do conceito de lugar. Mas o que é de fato um espaço? E um lugar? Quando um espaço se torna lugar?

Ferreira (2001) define espaço como: “distância entre dois pontos, ou a área ou o volume entre limites determinados”. O autor define também o conceito de lugar: “1. Espaço ocupado; sítio. 4. Espaço próprio para determinado fim. 7. Povoação, localidade”. Ou seja, espaço é qualquer delimitação inserida no plano geográfico, seja um espaço natural ou edificado; já o lugar é um espaço ocupado, habitado, ao qual é dada determinada função e identidade. Logo o que torna o espaço um lugar é a relação entre o ser humano e o espaço. Respondendo à questão anterior, o espaço se torna lugar à medida em que as pessoas o habitam, imprimem valores culturais e de identidade, percebem o espaço através de suas experiências e produções simbólicas e dele se apropriam.

Percebe-se, então, que a construção do espaço não se dá apenas através do âmbito físico. Um lugar sem uso, ou subutilizado, perde a condição de lugar e retrocede à condição de apenas espaço. A permanência e passagem das pessoas nos lugares é o que mantém um lugar, por isso a importância de se projetar espaços que proporcionem a liberdade de ir e vir e sua apropriação.

Por este motivo, a arquitetura e o urbanismo de um local devem ser convidativos ao caminhar e à permanência das pessoas, adequados à escala humana, de forma a proporcionar uma diversidade de experiências e a sensação de pertencimento.

Ao caminhar pela Praça Nicésio Ferreira Maia, a percepção que se tem desse espaço é de uma falta, uma lacuna que restou de algo que já foi, outrora, um espaço com

usos e significados. A permanência neste local por algum tempo de observação revela como este espaço está apenas inserido no local, mas sem, no entanto, participar ativamente da dinâmica. As pessoas passam por ali, mas não mais percebem o valor do lugar. Alguns até param, se sentam em um dos bancos, porém a interação com o espaço permanece distante. Não há o olhar de reconhecimento, não se percebe a contribuição do local para as relações sociais, nem das pessoas para a construção do lugar. Nem as belas paisagens que compõe seu entorno parecem serem suficientes para que as pessoas queiram permanecer nesse local.

Não há mais uma relação de construção de significados, de produção de símbolos e valores que liguem as pessoas ao lugar. A forma física do espaço transmite uma sensação de abandono, de desgaste, e passa a não se integrar com o entorno e perde-se a relação de representatividade do espaço urbano. Com isso, o local demonstra uma incapacidade de transmitir mensagens, de despertar o interesse pela decodificação dos sentidos do espaço.

Com isso, percebe-se a necessidade de intervir nessa área, que possui grandes potenciais, mas que perdeu o significado. É preciso retomar as relações desse espaço com as pessoas, a fim de que ele volte a integrar a paisagem, o significado e a representatividade que um espaço urbano de qualidade deve possuir.

4.5 O quadro cultural de Boa Esperança

Boa Esperança é um município cujas manifestações culturais são diversificadas. Originalmente essas manifestações voltavam-se para tradições religiosas, como as festas da igreja e as procissões, que reuniam a população em torno de folguedos, cavalhadas, encenações e homenagens aos santos. Com o tempo tais manifestações foram adquirindo novos gêneros, como festas de peão, os tradicionais bailes do Radium Clube Dorense, as quadrilhas e festas juninas, os eventos do campeonato de Jet Ski, o ecoturismo, o tradicional Carnaval de rua e a música popular.

Nesse aspecto, merece destaque a tradição musical da cidade, na qual se destacam personalidades ilustres como o pianista Nelson Freire, que nasceu e cresceu em Boa Esperança, o compositor Lamartine Babo, que compôs o famoso samba-canção *Serra da Boa Esperança* e o maestro Fulgêncio Moreira Maia, regente da primeira Orquestra de Boa Esperança, formada em 1888.

Os principais locais culturais da cidade são o Radium Clube Dorense, casa de eventos que recebe shows, bailes eventos sociais; o Parque de Exposições, onde acontecem as festas de Peão, exposições agropecuárias e shows musicais; o Cine Coral, único cinema da cidade, que encontra-se atualmente desativado; a Casa da Cultura, edificação tombada como patrimônio histórico, que funciona atualmente como biblioteca pública. Porém, não há um local especificamente voltado para manifestações e atividades culturais que incentive a participação ativa da população.

Para melhor compreensão do contexto cultural da cidade, bem como das demandas, foi realizada uma entrevista, no dia 04 de maio de 2018, com o grupo teatral da cidade, denominado “Comigo Ninguém Pode”. Na entrevista, o coordenador do grupo, Pedro Luiz da Silva, ex-membro da Secretaria Municipal de Turismo de Boa Esperança, informou que o grupo apresenta peças teatrais na cidade e região. As peças são geralmente de comédia, ou voltadas para o público infantil. Realizam também um projeto de caráter educativo, com peças para escolas, hospitais e empresas.

Com relação ao local das apresentações, o coordenador disse que as peças são apresentadas em um barracão anexo a um estacionamento privado de sua propriedade, pois não há na cidade um local específico para essa finalidade. Comentou também que já propôs parcerias com a prefeitura, para apresentações em locais públicos, mas não obteve retorno. Na sua opinião, a cidade sempre teve pouco incentivo à cultura por parte do Poder Público. Somente depois das últimas eleições, quando houve uma mudança na administração municipal é que tem sido feitos alguns investimentos destinados a esse setor. Acredita que isso esteja ligado à falta de um espaço especificamente direcionado para a realização de atividades culturais. “As pessoas se interessam em participar de atividades culturais, seja teatro, dança, música, artesanato, mas falta um espaço que propicie as condições necessárias para essas atividades”.

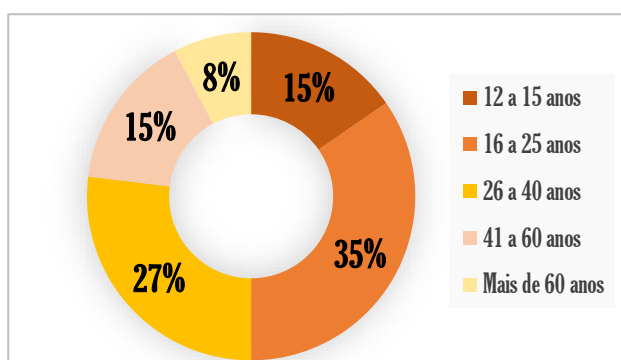
Ao ser questionado sobre os reflexos da implantação de um Complexo Cultural na área proposta, a resposta foi positiva, dizendo que um projeto como esse traria grandes benefícios para a população. “Um espaço especificamente voltado para atividades culturais, onde pudessem acontecer apresentações de teatro, shows musicais, ou mesmo oficinas de leitura, de artesanato, algo que as pessoas pudessem participar ativamente, com certeza seria enriquecedor para a comunidade e um divisor de águas para o quadro cultural da cidade, o que teria um reflexo positivo até mesmo para reforçar o caráter turístico do município”.

4.6 Pesquisa de usuários

Foi realizado um questionário com moradores da região e usuários do local, a fim de investigar a percepção e as relações de identidade das pessoas com a área, bem como suas demandas de uso. O questionário, respondido por 25 pessoas, foi realizado no dia 22 de julho de 2018, às 16h, contendo 8 questões relacionadas à infraestrutura e estado atual do local, cujos resultados são demonstrados nos gráficos a seguir:

1) Qual a sua faixa etária?

Figura 117 - Gráfico de faixa etária

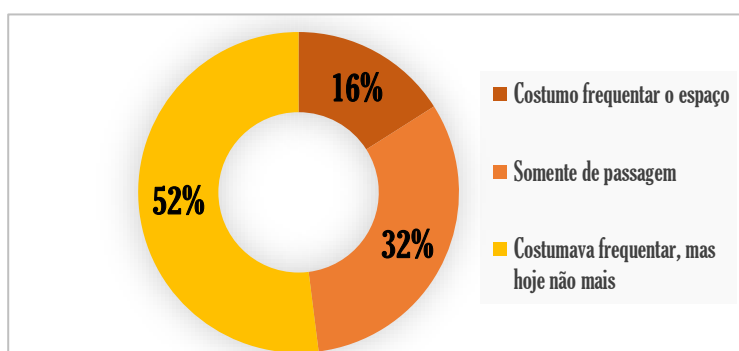


Fonte: Autora, 2018.

O gráfico acima (fig. 117) mostra que a faixa etária predominante varia entre 16 a 40 anos de idade (62%), o que aponta uma população jovem.

2) Você costuma frequentar a praça como espaço de lazer ou permanência ou somente de passagem?

Figura 118 - Gráfico de frequência de uso

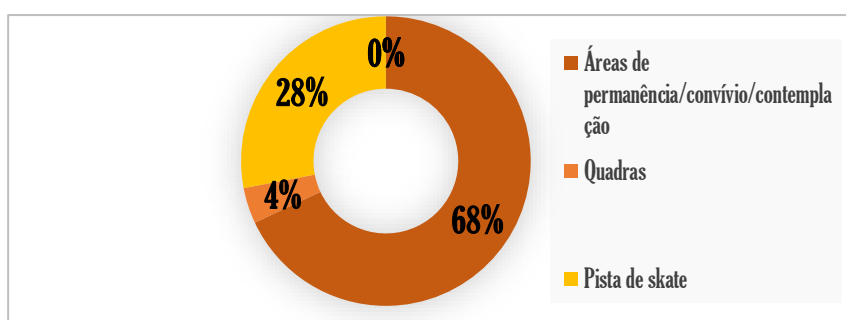


Fonte: Autora, 2018.

De acordo com o gráfico da figura 118, a maioria das pessoas (52%) deixaram de frequentar o local e somente 16% costumam frequentar, o que reforça seu estado de abandono. A partir dessa questão, se ramificam as questões 3 e 4, voltadas para os que declararam frequentar o local, com o intuito de especificar os usos atuais e horários com maior frequência de usos, e a questão 5 a fim de investigar os motivos pelos quais a maioria das pessoas deixou de frequentar o local.

3) Quais os espaços da Praça você usa?

Figura 119 - Gráfico de usos

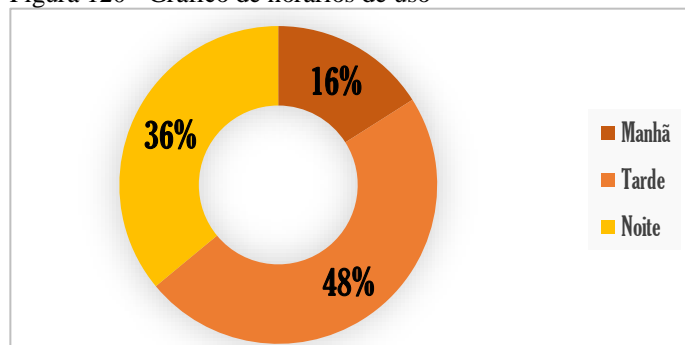


Fonte: Autora, 2018.

Conforme o gráfico acima (fig. 119), atualmente os equipamentos existentes no local como as quadras, playground e academia possuem pouco ou nenhum uso. A pista de skate ainda possui algum uso, expresso por 28% dos entrevistados que ainda usam o local, mas a maioria (68%) somente utiliza as áreas de permanência, convívio ou contemplação.

4) Qual o horário que você costuma frequentar o local?

Figura 120 - Gráfico de horários de uso

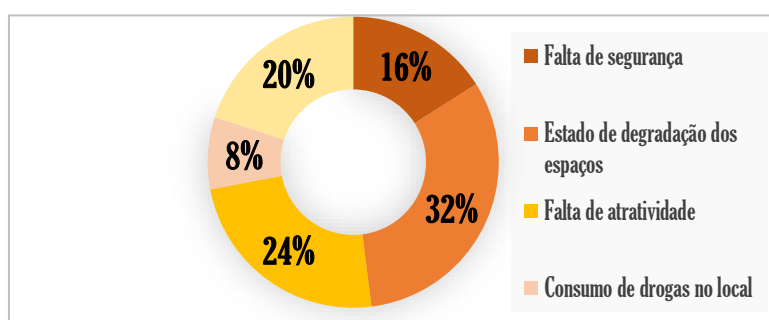


Fonte: Autora, 2018.

O gráfico da figura 120 ilustra a maior demanda de usos no período da tarde (48%) seguido da noite (36%), e pouca frequência de uso no período da manhã (16%). Nesse resultado, é interessante destacar que há uma demanda de uso noturno, o que pode ser estimulado no projeto com estratégias que garantam a segurança para o uso neste horário.

5) Por qual motivo deixou de frequentar os espaços da Praça?

Figura 121 - Gráfico de causas do desuso

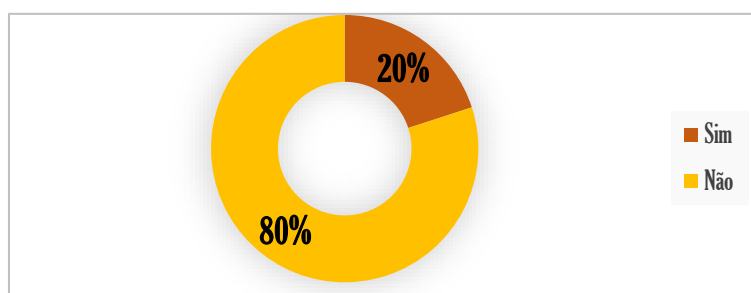


Fonte: Autora, 2018.

Essa questão foi importante para investigar quais os principais motivos que levaram as pessoas a utilizar o local. Conforme o gráfico da figura 121, as causas mais expressivas foram o estado de degradação dos espaços (32%) e a falta de atratividade (24%), seguidas da falta de segurança (16%). Também deve-se destacar que parte das pessoas consideram todas as opções (20%), o que demonstra os déficits da área em geral.

6) Essa área possui grandes potenciais no que diz respeito aos valores históricos desta região, por estar inserida no Centro Histórico, e pela proximidade com o Núcleo Original da cidade, formado pela Igreja Nossa Senhora das Dores e Praça Coronel Neves. Antes de ler tal afirmação, você tinha conhecimento sobre estas informações?

Figura 122 - Gráfico de reconhecimento do valor histórico

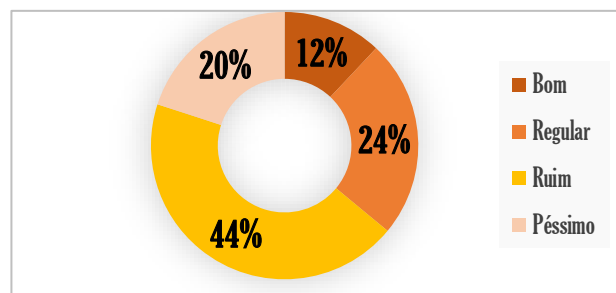


Fonte: Autora, 2018.

Essa questão foi elaborada a fim de avaliar a relação das pessoas com o reconhecimento do valor histórico da região e a relação deste valor com o potencial da área em questão. Nos resultados do gráfico acima (fig. 122) fica claro o desconhecimento com relação a esse valor histórico, o que enfatiza como essa relação tem se perdido.

7) De um modo geral, como você classifica o local, com relação à sua estrutura física atual?

Figura 123 - Gráfico de classificação do local

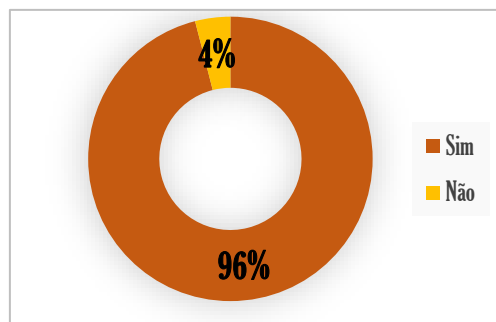


Fonte: Autora, 2018.

O gráfico dessa questão (fig. 123) expressa a insatisfação das pessoas com o local, sendo que 44% o classificaram como ruim, 24% como regular, 20% como péssimo, o que resulta em uma porcentagem de 88% de insatisfação. Apenas 12% classificaram como bom e ninguém marcou a opção ótimo.

8) Você acha que uma intervenção urbana que traga novos usos de caráter cultural contribuiria para a requalificação do local e sua reinserção da área na dinâmica urbana atual?

Figura 124 - Gráfico de reconhecimento do uso cultural como estratégia de requalificação



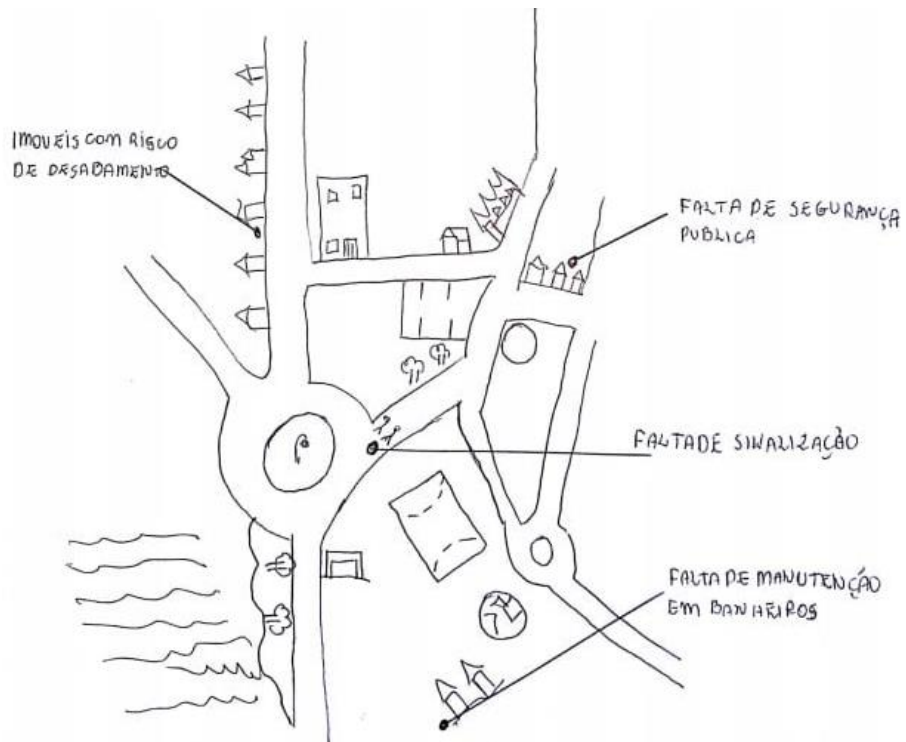
Fonte: Autora, 2018.

Essa questão possui o intuito de investigar a aceitação que teria um projeto de caráter cultural para a área, que foi confirmada com 96% dos entrevistados considerando que tal uso contribuiria para requalificação do local e sua reinserção da área na dinâmica urbana atual.

Além dessas questões fechadas, também foi solicitado que algumas pessoas fizessem um mapa mental da área. Estes mapas são inspirados no método de Kevin Lynch como instrumento de diagnóstico que leva em conta a percepção dos usuários com relação a uma determinada área urbana. Em seus estudos, Lynch (1960) trabalha o conceito da imageabilidade, que refere-se à forma como o meio físico, por meio de informações visuais como morfologia, paisagem, cores, texturas, estado de conservação, etc., provoca uma imagem no subconsciente do observador. Nesse sentido, o mapa mental permite expressar, por meio de desenhos e observações, a percepção dos usuários com relação a uma determinada área a partir da imagem produzida no imaginário das pessoas.

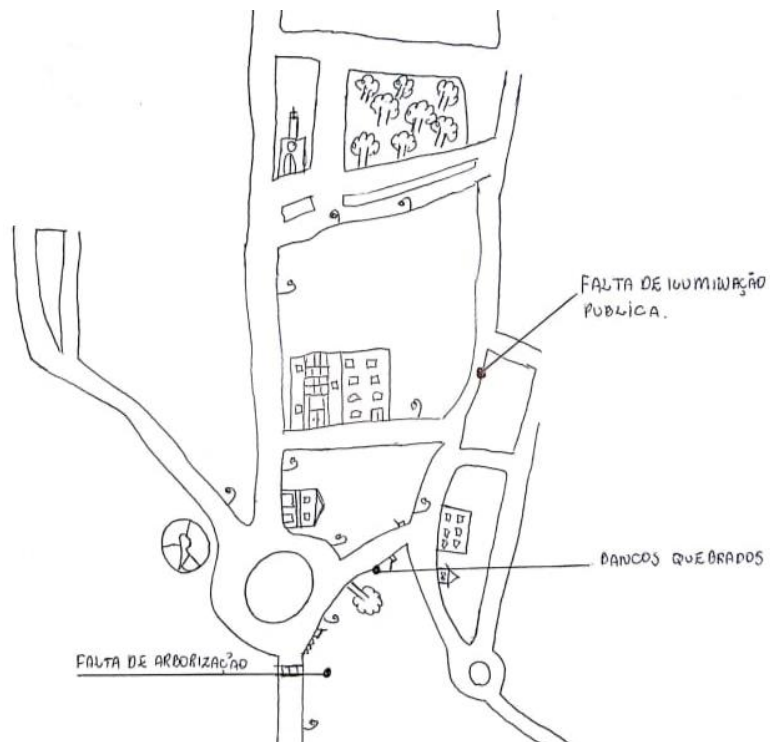
Dentre os mapas que foram feitos, destacam-se os mais expressivos, ilustrados pelas figuras a seguir.

Figura 125 – Mapa mental 01.



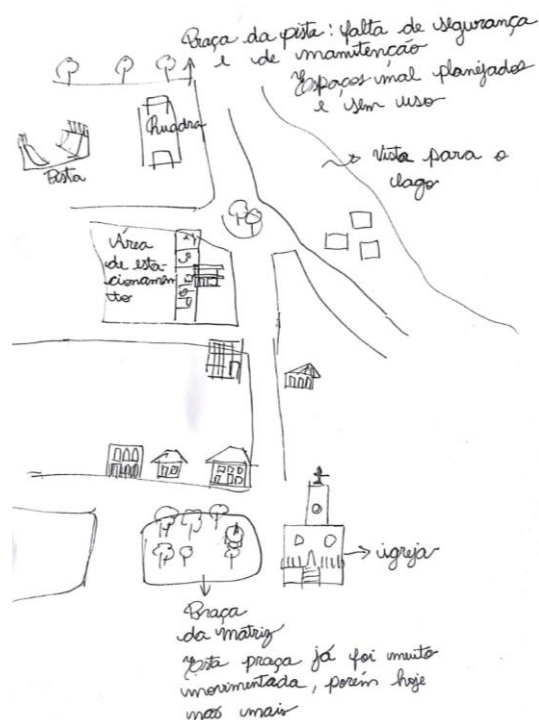
Fonte: Autora, 2018.

Figura 126 – Mapa mental 02.



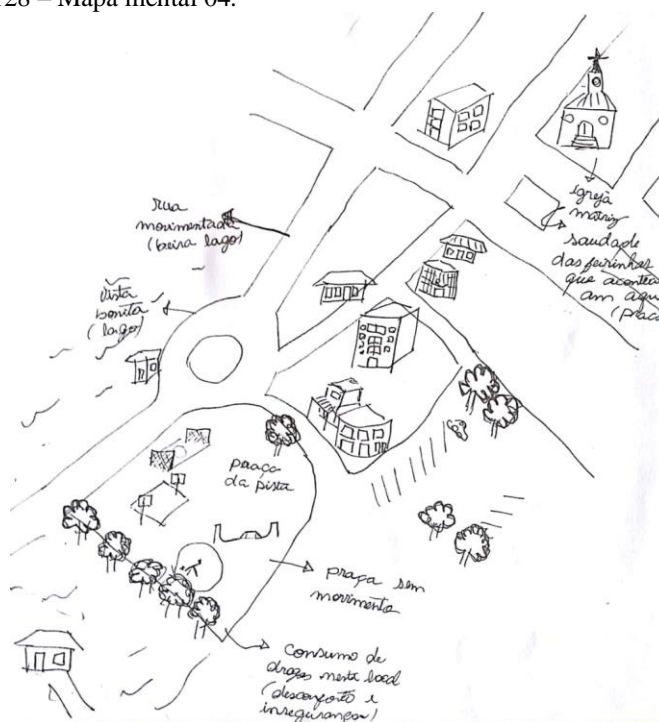
Fonte: Autora, 2018.

Figura 127 – Mapa mental 03.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 128 – Mapa mental 04.



Fonte: Autora, 2018.

Esses mapas mostram como as pessoas percebem o espaço e neles é possível notar alguns aspectos relevantes como a dificuldade de representar a praça como um local expressivo. Em todas as observações

que foram escritas nos desenhos, somente foram apontados aspectos negativos com relação ao local, que incluem a subutilização, consumo de drogas, falta de segurança, etc. Também a falta de informações expressivas sobre a praça demonstra que não há equipamentos que sejam de fato apropriados pelas pessoas, o que mostra uma relação de distanciamento entre elas e o local.

Tal pesquisa que foi realizada com usuários e moradores do local, confirma a insatisfação das pessoas com a praça e o seu estado atual de abandono. Isso demonstra como a área perdeu a expressividade como equipamento público urbano e como seus potenciais não tem sido explorados para atender às demandas de usos. Nesse sentido, é preciso que o projeto leve em conta diretrizes que atendam a tais demandas, considerando a percepção das pessoas com relação ao local para que as estratégias propostas permitam a efetiva apropriação do espaço.

4.7 Legislação urbana

Para a elaboração do projeto, foi necessário fazer uma pesquisa sobre as legislações urbanas do município, a fim de reconhecer as diretrizes legais que teriam relação com o projeto.

Uma das principais leis municipais que norteiam projetos de arquitetura e urbanismo é o Plano Diretor. A Lei N° 3173, de 21 de dezembro de 2006, dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento do Município de Boa Esperança, e dá outras providências. Nela, destacam-se as seguintes disposições, organizados no quadro a seguir, que possuem relação com o trabalho proposto:

Quadro 7 – Quadro-resumo do Plano Diretor Participativo de Boa Esperança

Capítulo	Disposições
I – Das Disposições Gerais Preliminares.	O Art. 3º dispõe sobre os princípios a serem seguidos neste Plano Diretor, dentre os quais se enfatiza o seguinte: “I - preservação, proteção e recuperação do meio ambiente e de paisagens urbanas e rurais, com vistas em garantir a manutenção equilibrada dos recursos naturais, do patrimônio histórico e cultural da cidade e da qualidade de vida de seus habitantes;”
III – Das Diretrizes para o Desenvolvimento Social e Econômico no Território Municipal	Art. 24 – Este artigo trata sobre diretrizes que orientam a implementação de ações para o desenvolvimento social, econômico e físico-urbanístico do território do município. Nele destacam-se as seguintes diretrizes: “§ 1º - Na área urbana: III – os imóveis urbanos não edificados, subutilizados ou não utilizados devem ser incorporados ao processo de desenvolvimento do Município; VI – o uso pleno de infra-estrutura existente nos bairros e a eliminação de vazios urbanos devem ser estimulados.”

IV – Da Política de Mobilidade	Art. 25 – Trata sobre orientações para plano de mobilidade que estimulem o caminhar, com intervenções que envolvam a ampliação de calçadas, a moderação do trânsito de veículos e a implantação de rampas e equipamentos para acesso de pessoas com mobilidade reduzida.
V – Do Macrozoneamento do Município	O Art. 35, dispõe sobre a Zona de Máxima Centralidade, que corresponde à zona onde está inserida a área de estudo desse trabalho. Este artigo orienta, entre outros aspectos, que a referida zona urbana “destina-se à preservação, requalificação e fortalecimento de identidades, acervos culturais e condições de sociabilidade correspondentes ao centro da cidade e imediações, estando sujeita à elaboração de projeto de revitalização urbana que considere a recuperação de elementos do patrimônio histórico e cultural e a predominância do uso misto.
VI	<p>Seção I – Dos Instrumentos Urbanísticos</p> <p>Dentre os instrumentos urbanísticos tratados neste capítulo, faz-se necessário mencionar os Artigos 40, 41 e 43, que tratam especificamente sobre desapropriações. Neles, recomenda-se que este instrumento seja utilizado em casos em que há interesse de proteção e recuperação ambiental, interesse social, interesse histórico, melhoramentos viários e inserção de equipamentos públicos. Nas desapropriações, a indenização pode ser feita através de transferência total ou parcial de potencial construtivo e o imóvel, objeto de desapropriação, passa ao domínio pleno do Município.</p> <p>Seção V – O Art. 58 Trata sobre Operações Urbanas Consorciadas, orientando que tais operações devem ser estimuladas a fim de “promover melhorias urbanas, incentivar a Função Social da Propriedade, gerar habitabilidade digna, preservar valores histórico-culturais, cênico-paisagísticos e ambientais significativos para o patrimônio da cidade, promover adequação viária, produzir ou melhorar a infraestrutura, os equipamentos coletivos e os espaços públicos.”</p>
VII – Do Meio ambiente e Turismo	<p>Este capítulo orienta princípios relacionados ao Meio Ambiente e Turismo, dentre os quais se destacam:</p> <p>II – aproveitamento turístico do patrimônio natural e cultural de Boa Esperança;</p> <p>IV – integração do turismo ao desenvolvimento da produção cultural local, especialmente ao artesanato e às manifestações folclóricas, para gerar trabalho e renda para a população e preservar a identidade cultural de Boa Esperança;</p>

Fonte: BOA ESPERANÇA, 2006.

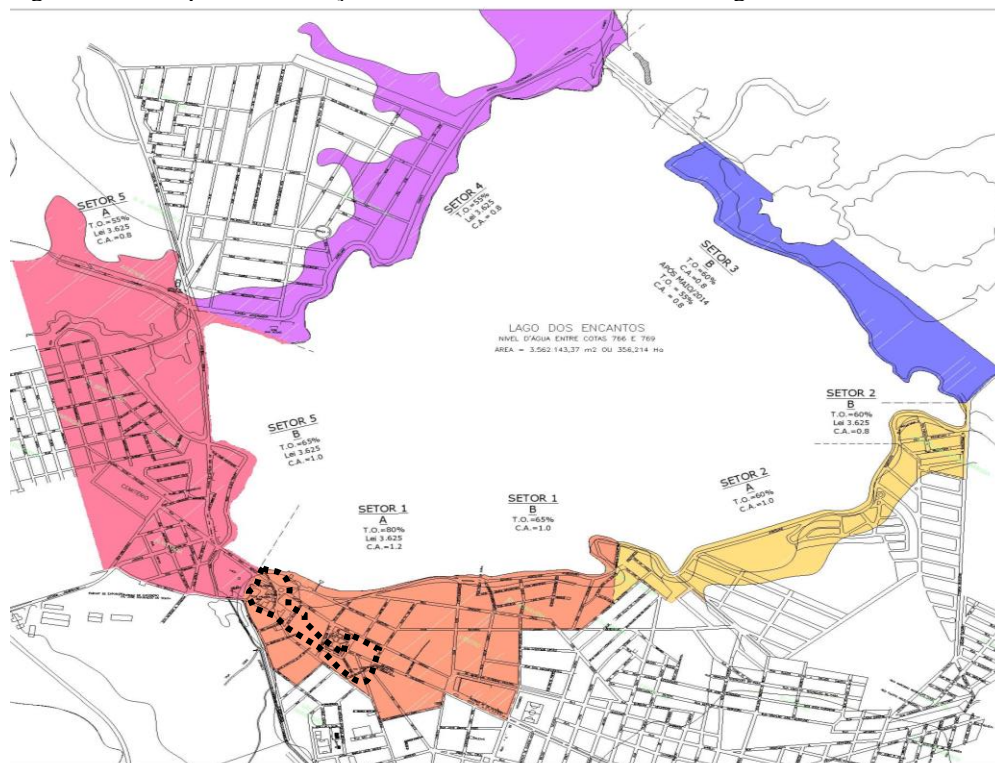
Essas diretrizes auxiliam no embasamento e justificativa do projeto proposto, uma vez que enfatizam a importância de se priorizar o interesse cultural e turístico, a identidade e a requalificação de áreas da Zona de Máxima Centralidade, que corresponde

ao Centro Histórico da cidade, devido ao valor histórico e o potencial paisagístico dessa área. Visto que a área de estudo se encontra em estado de subutilização e degradação, o projeto buscará trazer melhorias para esse local através da requalificação da área degradada e subutilizada (incluindo vazios urbanos) e da inserção de equipamentos públicos de caráter cultural, além da integração com o patrimônio cultural.

Vale ressaltar também, visto que o projeto está inserido no entorno do Lago dos Encantos, bem tombado como patrimônio cultural de caráter paisagístico municipal, o Dossiê de tombamento do Lago dos Encantos, elaborado em 1997, mais especificamente o documento complementar ao dossiê, que trata sobre a setorização do entorno da área tombada do lago e as funções e importância de cada um desses setores.

O entorno referente à área tombada do lago foi dividido em cinco setores (Fig. 129), que correspondem às áreas perimetrais ao lago e diferenciam-se por seus usos e caráter histórico. A área de estudo deste trabalho (destacada no mapa pelo traçado em linha preta pontilhada), insere-se no setor um, correspondente à parte histórica da cidade, composta pelo centro histórico, onde situam-se as edificações inventariadas e o Núcleo Original; e no setor cinco, onde está inserida a Praça Nicésio Ferreira Maia, considerado como uma extensão do setor um e que tem a função principal de fazer a transição entre a área histórica e o lado oeste da cidade.

Figura 129 – Mapa de setorização do entorno da área tombada do lago.



Fonte: Dossiê de tombamento do lago. 1997.

Embora esse documento seja antigo (anterior ao Plano Diretor) e não trate especificamente sobre parâmetros para intervenções como a que será proposta nesse trabalho, há alguns pontos que merecem destaque como embasamento para esse projeto, que serão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 8 – Quadro-resumo do dossiê de tombamento do Lago dos Encantos

Das propostas de requalificação.	O documento incentiva ações de requalificação, necessárias como forma de contribuir para a qualidade urbana.
Da infra-estrutura de entretenimento existente ao longo da Orla	Sobre esse aspecto, consta a seguinte consideração: “Contudo, a infra-estrutura de entretenimento ao longo da orla não possibilita um aproveitamento apropriado das atrações do Lago, o que talvez seria melhorado por meio da organização do meio físico e ações culturais e turísticas que possibilitem um trabalho de integração entre os interesses municipais e os serviços prestados.”
Dos investimentos prioritários na área	O estudo aponta linhas de investimentos que devem ser priorizados na região, em que constam: “· Fortalecimento e incentivo ao desenvolvimento econômico e social por meio da valorização das atividades locais, como artesanato e culinária, gerando renda e sustentabilidade; · Implantação de equipamentos culturais qualificados, como museus, cinemas, escola de arte, atraindo um público diversificado a estes locais; · Qualificação dos espaços públicos de vivência, como praças, largo, etc.;
Da harmonia morfológica	Em relação aos planos de preservação e requalificação, estes deverão ter como premissas a manutenção das características que diferenciam cada um dos setores propostos, potencializando seus pontos positivos e incentivando investimentos que revertam a tendência de descaracterização dos espaços já impactados. ”
Da aprovação de projetos	Novos projetos propostos nesta área deverão preservar a harmonia volumétrica com as edificações existentes, que se caracteriza através da predominância da horizontalidade. Para a implantação de novos projetos nessa área, estes deverão ser submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo do Patrimônio de Boa Esperança.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA, 1997.

Evidencia-se, portanto, a viabilidade legal do projeto proposto nesse trabalho, em conformidade com as recomendações contidas nesses documentos, que destacam o

incentivo aos projetos de caráter cultural como forma de requalificar áreas do entorno do lago e reforçar o interesse turístico da área, bem como contribuir para a preservação do patrimônio histórico-cultural.

4.8 Estudo de impactos

Todo projeto arquitetônico, urbanístico ou paisagístico gera impactos, positivos e/ou negativos em seu entorno, que podem acontecer em diversos âmbitos como ambiental, socioeconômico, cultural, etc. A identificação e análise de tais impactos é extrema importância para o projeto, pois interfere diretamente nas questões projetuais a serem adotadas. Por isso, o estudo de impactos para esse projeto identificou os possíveis impactos, que serão tratados nesta seção.

Como trata-se de uma área já consolidada, os impactos no meio físico não serão tão agressivos. A topografia é plana, o que dispensa movimentações de terra. O lago já possui suas diretrizes de intervenção definidas, como áreas verdes e de preservação, portanto o projeto não interfere nesse aspecto. Além disso, não se trata de uma tipologia de edificação que gera resíduos tóxicos ou poluentes. O maior impacto no âmbito do meio físico será relacionado à alteração da paisagem. Uma vez que a área atualmente encontra-se degradada, um projeto de requalificação desse espaço será um impacto positivo, pois, além de recuperar a paisagem urbana da área, também contribuirá para a valorização das paisagens naturais e históricas, o que é um dos objetivos da intervenção.

Um fator que deve ser considerado é a preocupação com a unidade visual entre o entorno e a volumetria do projeto, sendo que este não deverá se sobressair sobre aquele, mas sim integrar-se, em uma harmonia visual e morfológica, que permita o retorno das relações entre as pessoas e o espaço.

Os impactos ambientais, de modo geral, serão positivos, pois o projeto prevê a inserção de vegetação, o que é um déficit na área atualmente. Com isso, integra-se os elementos naturais ao espaço urbano. Um aspecto que deve ser investigado é a possibilidade de poluição do lago por meio do descarte de resíduos pelas pessoas que utilizarão o local, principalmente pelos usos comerciais que agregam o projeto, visto que

a área tem ligação direta com parte do lago. Deverão ser previstas medidas a fim de inibir tais comportamentos, por meio de conscientização da população e vigilância.

Com relação à estrutura existente, é viável prever principalmente a relação dos usos inseridos no projeto com o sistema viário, visto que algumas vias cortam a área de intervenção, o que pode gerar pontos conflitantes de fluxo e na integração da área como um todo. Porém, conforme exposto no diagnóstico das vias, essas não possuem fluxo intenso de veículos, portanto as medidas mitigadoras podem permanecer em um âmbito menos invasivo ao sistema viário atual, como faixas de pedestres elevadas, vias compartilhadas ou estratégias de redução e controle de velocidade e do trânsito de veículos, prevendo que o projeto pode contribuir para aumentar o volume de fluxos.

Porém, os principais impactos que serão gerados por esse projeto inserem-se no âmbito socioeconômico e cultural. A inserção de um complexo de caráter cultural na área trará um novo uso, o que altera a dinâmica do local e de seus habitantes. Novos comércios podem se instalar na área, atraídos por esse novo uso, o que impacta positivamente a economia local e a permanência das pessoas, fator que tem se perdido devido à subutilização. Com isso, a valorização do patrimônio histórico pode ser beneficiada, considerando a possibilidade dos novos comércios ocuparem edifícios históricos, reinsserindo-os na dinâmica atual. Também o turismo será favorecido, uma vez que o projeto trará novos atrativos para a área.

Vale ressaltar que tais impactos podem também ter efeitos indesejáveis, como a gentrificação, visto que um projeto desse porte leva à valorização econômica da área e, conseqüentemente, à especulação imobiliária. Por isso, devem ser previstas legislações específicas que acompanhem o projeto, prevendo a salvaguarda dos habitantes atuais na área. Nesse aspecto, vale também considerar as duas desapropriações que serão propostas a fim de unificar o Corredor Cultural. Tal solução será um impacto negativo, porém justificável devido à importância de tal medida para a integração do complexo e serão feitas de acordo com as premissas das legislações municipais cabíveis. Há de se considerar, ainda, a relação do Corredor Cultural com a vizinhança imediata, pois podem haver conflitos de usos do corredor com o uso residencial. Devem ser previstas medidas projetuais que reduzam e absorvam os ruídos, além de demarcar bem os acessos ao corredor, a fim de evitar acessos conflitantes com as residências.

Diante dessa análise, percebe-se que os impactos gerados pela intervenção tendem a ser mais positivos que negativos, o que reforça a viabilidade do projeto.

4.9 Conclusão do diagnóstico

No diagnóstico apresentado nesse capítulo, ficou evidente que a área de estudo necessita de uma intervenção, pois o processo de descentralização, embora ainda não tenha levado ao total abandono, trouxe consequências negativas que já se evidenciam pela degradação. Tais consequências se mostram nítidas principalmente na Praça Nicésio Ferreira Maia, área com localização privilegiada, tanto com relação ao Núcleo Original, quanto com relação ao Lago dos encantos, mas que perdeu seu uso e sua identidade.

Acrescenta-se a estes problemas, a demanda de oferta de atrativos culturais na cidade, que se torna reprimida pela falta de espaços capazes de proporcionar tais atrativos, de forma pública e aberta à comunidade. Com isso, identifica-se as condições que viabilizam a proposta de um Complexo Cultural para a área, associado a um espaço público que retome a identidade e a atratividade do local.

Embora a área apresente esses problemas urbanos, resistem ainda os potenciais, como as vistas, a localização privilegiada e as relações com o patrimônio histórico, cultural e paisagístico, que, devidamente explorados, serão elementos fundamentais para o projeto. Nesse aspecto, os vazios urbanos serão tomados também como potenciais projetuais, pois serão elementos integradores entre o Centro Cultural e o Núcleo Original.

Todos esses aspectos teóricos, analíticos, práticos e legais, tratados até aqui serviram de base para a elaboração do conceito e partido, etapas iniciais do projeto proposto nesse trabalho, que serão apresentados no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 5

PROJETO

5.1 Conceito

Em projetos de Arquitetura e Urbanismo, o conceito é a etapa inicial. Considera-se como conceito, todas as ideias e intenções principais que o projeto pretende alcançar. É a partir dessas ideias e intenções que surgem as soluções projetuais. Após o estudo apresentado nos capítulos anteriores e a partir das análises realizadas na área de estudo, foram definidos alguns conceitos principais que nortearão o projeto. Tais conceitos estão relacionados no mapa conceitual a seguir (Fig. 130):

Figura 130 – Mapa conceitual do projeto CED Cultural



Fonte: Mapa elaborado pela autora, 2018.

De acordo com esses conceitos, o projeto tem a intenção de garantir a apropriação pela comunidade, priorizando os usos públicos e a continuidade do espaço urbano através da criação de espaços positivos e de uma arquitetura inclusiva, convidativa e voltada para todos os públicos, que permitirá que as pessoas se identifiquem com o espaço e dele se apropriem. A proposta também valoriza os percursos, que serão planejados para que o caminhar seja mais que o ato de ir de um ponto a outro, mas sim uma experiência de percepção do espaço.

Vale ressaltar, ainda, o conceito da diversificação de usos, tema que tem sido amplamente discutido em algumas linhas de pensamento urbano contemporâneas. É por meio da diversificação de usos que são gerados polos de atratividade em determinados espaços, pois garante uma maior abrangência às demandas de variados públicos, bem como a frequência de usos. Este fator é também um importante aspecto com relação à segurança dos espaços públicos, principalmente quando são propostos usos noturnos.

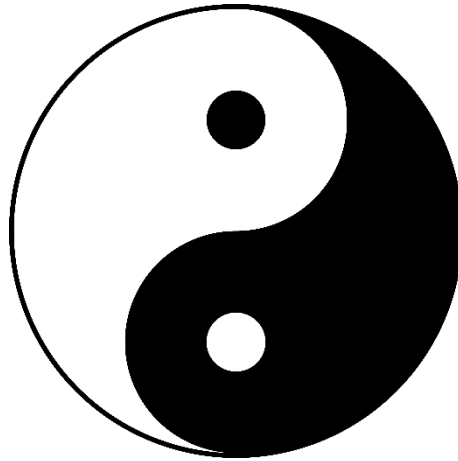
Além desses conceitos, destaca-se a conexão entre o Antigo, o Atual e o Natural, que é o conceito principal desse projeto. Conexão com o antigo, no sentido de valorização do patrimônio histórico, dando ênfase ao Núcleo Original da cidade, área de grande importância para a memória do município. Nesse aspecto, o projeto busca trazer novamente as relações entre as pessoas e esse espaço, interligando-o com o Centro Cultural proposto, através de um Corredor Cultural, com novos usos e novos atrativos que possibilitarão a reinserção dessa área na dinâmica urbana atual; Conexão com o natural, através da valorização do entorno e das vistas naturais, recuperando as relações com o Lago, patrimônio de grande importância cultural e turística da cidade.

Para traduzir essa conexão na forma arquitetônica, adotou-se o conceito do Yin e Yang, cuja origem encontra-se na filosofia oriental. Tal origem o torna essencialmente diferente de qualquer ideia ocidental, já que de modo geral, esta, se baseia na ideia de opostos que se anulam, onde apenas um pode ser verdadeiro.

O conceito de Yin e Yang define que qualidades opostas são também complementares, gerando equilíbrio entre fatores, que a princípio não coexistiriam. De acordo com Maciocia (1996, p.9, apud Bucho, 2016, p.3), dentro do conceito de Yin e Yang “cada coisa poderá existir por si mesma ou pelo seu oposto. Associado a isto, o Yin contém a semente do Yang e vice-versa, contrariando a lógica aristotélica.”

Sua representação gráfica é expressa por meio de um círculo, que simboliza o universo, o infinito, o todo. Os círculos dentro do todo representam a união dos opostos e a linha ondulada o equilíbrio permanente entre as qualidades opostas, nenhum é mais importante que o outro e sua harmonia representa o todo. (Fig. 131).

Figura 131: Representação gráfica de Yin-Yang.



Fonte: Bucho, 2016.

Assim, a ideia do Yin e Yang embasa o projeto arquitetônico aqui desenvolvido principalmente pela busca por união e equilíbrio entre aspectos muitas vezes vistos como opostos, a exemplo: o antigo e o atual, a paisagem construída e a natural, usos diurnos e noturnos e também os valores materiais e imateriais (quadro 9). Desse modo, estabelece que tais aspectos se complementam e convergem para o mesmo propósito, no qual um contém o outro e promove sua constante transformação de forma harmônica.

Quadro 9: Quadro de aspectos opostos no conceito Yin e Yang aplicados ao projeto

Yin	Yang
Noite	Dia
Antigo	Atual
Paisagem natural	Paisagem construída
Material	Imaterial

Fonte: Autora, 2018.

O objetivo da aplicação desse conceito é colocar em prática a preservação da memória e do patrimônio cultural e paisagístico da cidade de Boa Esperança, de modo a valorizar suas características sem, contudo, impedir a abordagem atual das transformações do espaço e o desenvolvimento urbano da área, mas sim fazer com que estes aspectos sejam complementares.

Com isso, o projeto pretende garantir um espaço de qualidade, que proporcione os encontros, os prazeres da contemplação das paisagens, da troca de experiências sociais e das manifestações culturais.

Ainda no embasamento conceitual, foi definido um nome e logotipo para o projeto do Centro Cultural, expressos na a Figura 132.

Figura 132 – Nome e logo definidos para o Centro Cultural: CED – Centro Dorense Cultural



Fonte: Autora, 2018.

Dorense é um dos gentílicos referentes à cidade de Boa Esperança, derivado do seu primeiro nome, *Dores do Pântano*, que, por sua vez, faz referência à *Nossa Senhora das Dores*, padroeira da cidade. Essa palavra foi escolhida para o nome do projeto, devido à sua relação com a história e à origem da cidade, que se deu a partir da construção da igreja de *Nossa Senhora das Dores*.

As curvas remetem à Serra da Boa Esperança, e também ao movimento das águas no Lago dos Encantos. Fazem referência, ainda, às formas orgânicas, adotadas como forma arquitetônica para o projeto.

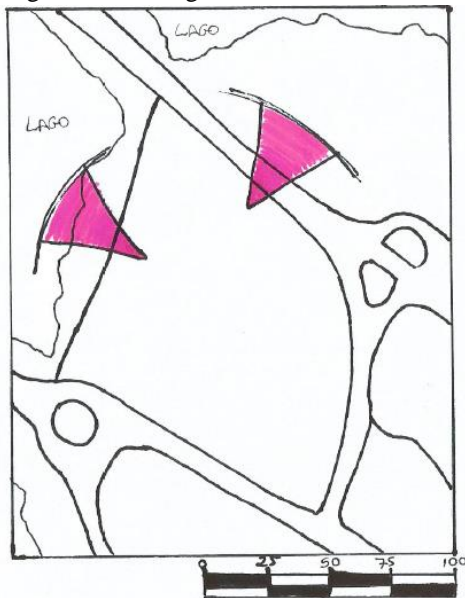
Os conceitos abordados até aqui serão trabalhados neste projeto, a partir das diretrizes e estratégias que serão apresentadas no Partido Arquitetônico, no tópico a seguir.

5.2 Partido Arquitetônico

Enquanto o conceito concentra-se no âmbito das ideias, o partido é a materialização dessas ideias. É o conjunto inicial de soluções projetuais que serão adotadas para alcançar o conceito. A concepção do projeto do Complexo Cultural tem como ponto de partida os conceitos definidos no tópico anterior e a interpretação do local para a implantação desses conceitos. Nos diagramas a seguir são ilustradas as condicionantes iniciais de projeto que foram definidas para a implantação do edifício de acordo com os conceitos do projeto.

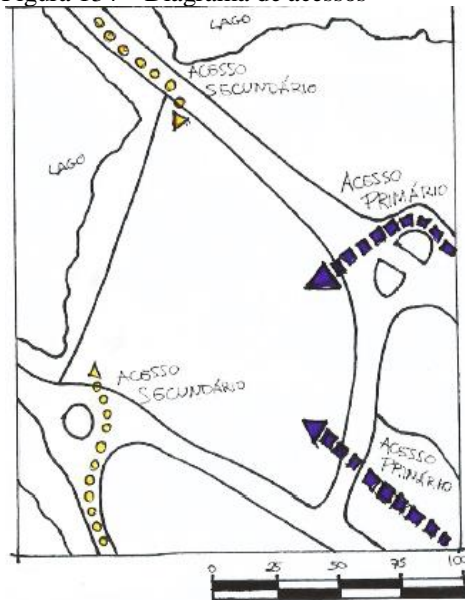
O primeiro diagrama (Fig. 133) mostra as vistas atrativas, que são interpretadas como a força do local. Em segundo, os acessos (Fig. 134), definidos como principais e secundários, pela prioridade de fluxos. A partir desses acessos, foram definidos os eixos principais de percursos a serem orientados no projeto, conforme o diagrama da Figura 135.

Figura 133 – Diagrama de vistas



Fonte: Autora, 2018.

Figura 134 – Diagrama de acessos

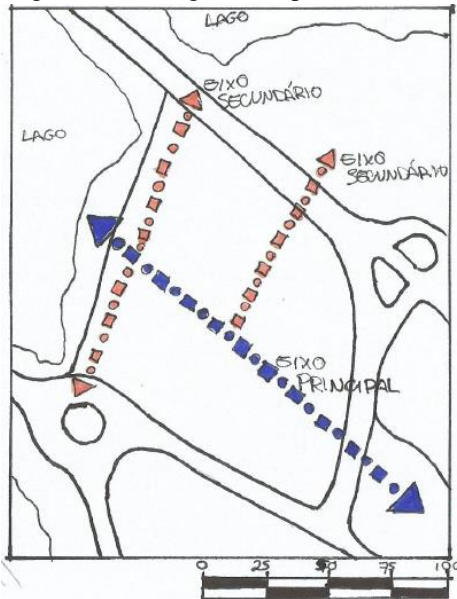


Fonte: Autora, 2018.

Os percursos a serem priorizados foram definidos em três eixos: o eixo principal (azul), que faz a ligação entre o lago e o corredor cultural, que por sua vez, está ligado ao Núcleo Original; um eixo secundário (rosa, centralizado), que liga os fluxos entre o eixo principal e a outra área do lago; um eixo secundário que liga os dois acessos secundários.

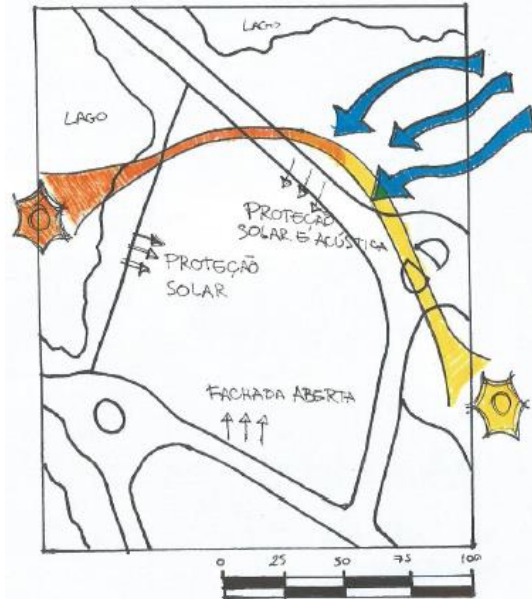
Por fim, as condicionantes ambientais, ilustradas na Figura 136, determinam como serão tratadas as fachadas e aberturas, de forma obter o melhor aproveitamento da insolação, iluminação e ventilação naturais.

Figura 135 – Diagrama de percursos



Fonte: Autora, 2018.

Figura 136 – Diagrama de condicionantes ambientais

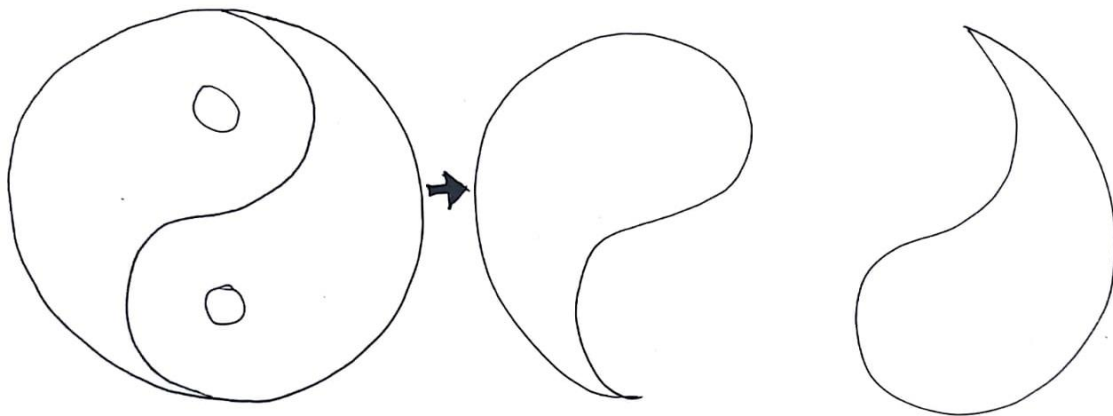


Fonte: Autora, 2018.

A partir dessas condicionantes, inicia-se o estudo da composição formal que será adotada para a edificação do Centro Cultural. Inspirado no conceito principal do projeto, a conexão, o partido adotado segue a forma expressa pelo símbolo do Yin e Yang, que remete ao significado de união, conexão e integração. Esse partido, possibilita que o edifício seja implantado no terreno de forma perimetral, se abrindo para o espaço urbano, acolhendo-o e priorizando sua relevância.

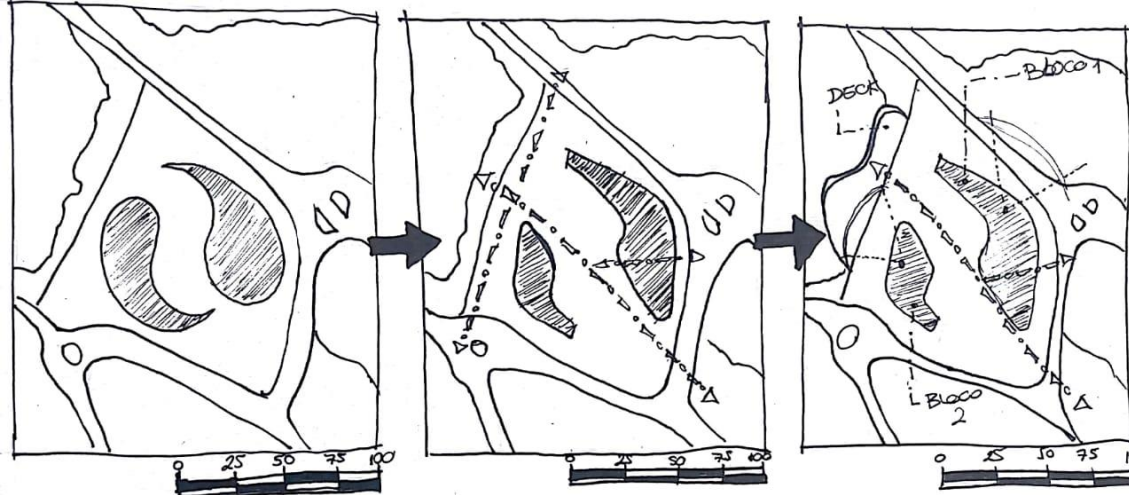
As Figuras 137 e 138 ilustram como se deu a concepção formal, que iniciou-se pela forma original do Yin e Yang, dividindo seus dois lados a fim de criar dois blocos edificáveis. Tal divisão tem o intuito de deixar o acesso livre ao eixo principal de fluxo. Após, faz-se uma adequação dessa forma às condicionantes definidas anteriormente, o que resulta na composição formal que será adotada.

Figura 137 – Concepção Formal



Fonte: Autora, 2018.

Figura 138 – Evolução da forma



Fonte: Autora, 2018

5.3 Programa de necessidades e setorização

O programa de necessidades no quadro a seguir, relaciona os espaços que serão implantados no projeto, bem como suas respectivas especificações e estimativas de área (m²).

Quadro 10 – Programa de necessidades – Complexo Cultural

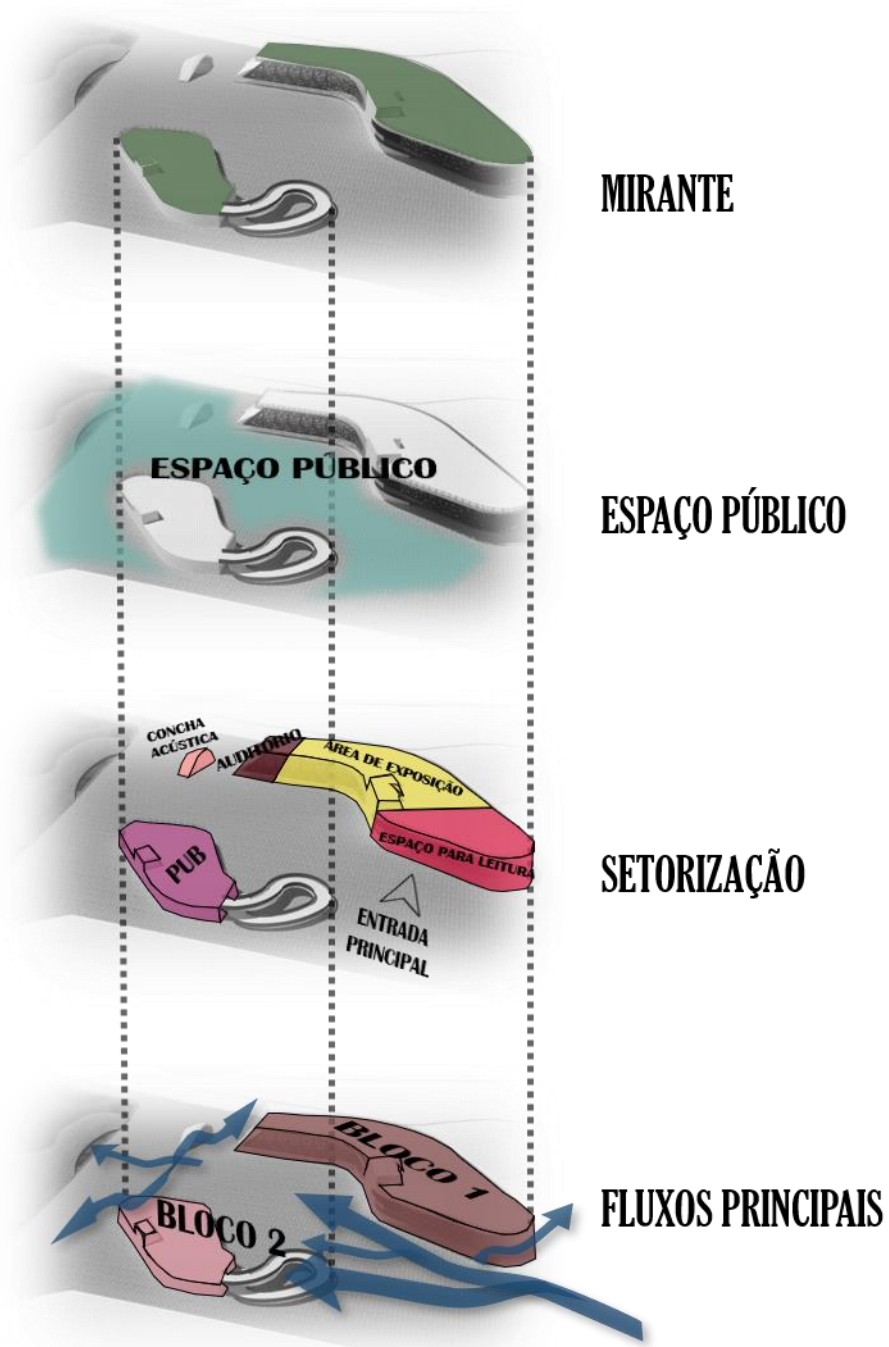
PROGRAMA DE NECESSIDADES			
CENTRO CULTURAL			
ESPAÇO/AMBIENTE	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	ÁREA ESTIMADA
ÁREA ADMINISTRATIVA			
Sala da diretoria/curadoria	1	Sala de uso exclusivo da diretoria/ curadoria, sala para reuniões corporativas.	50m ²
Sala de arquivos	1	Local para guardar documentos e arquivos do setor administrativo.	10m ²
Recepção/áreas de informação ao visitante	s/nº	Uma recepção principal, com um guia. Alguns pontos de informações, com mapas ilustrativos e táteis, informações sonoras, guarda-volumes, etc., distribuídos pelo centro cultural, a fim de que o usuário possa situar-se sobre as áreas e usos.	32,5m ²
Depósito	1	Área para guardar materiais, ferramentas, instrumentos, e demais objetos cujo armazenamento se faça necessário.	50m ²
Copa/Cozinha para funcionários	1	Área para refeições dos funcionários.	12m ²
DML	1	Área para guardar materiais de limpeza.	8m ²
ÁREA TOTAL			165,5m²
ÁREA COMUNITÁRIA			
Sala multiuso	2	Espaço flexível que atenda a diferentes demandas, como ensaios, cursos, reuniões, artesanato, marcenaria, fotografia, pintura, ensaios musicais, exposições que utilizem mídia, etc.	210m ²
Mídioteca	1	Área reservada para telas de projeções e bancadas com monitores.	77,35m ²
Foyer	1	Salão aberto, externo ao auditório, como área de descanso para que as pessoas esperem o início das apresentações, podendo também ser utilizado para realização de coquetéis, <i>coffe breaks</i> , ou pequenas exposições.	120m ²
Auditório/Teatro/Cinema	1	Espaço para apresentações, teatro, palestras, cinema, e outros eventos comunitários.	200m ²
Bilheteria	1	Espaço para venda de ingressos aos eventos pagos, que acontecerem no auditório.	15m ²
Espaços de leitura	1	Área com mobiliário para leitura e estudos, estantes para abrigar acervos bibliográficos de acesso público.	447,5m ²
Galerias de exposição	2	Galerias lineares para exposição de telas, esculturas, mídias, etc.	80m ²
Espaços livres	s/nº	Espaços multiuso, para exposições e apresentações, convívio, permanência.	300m ²
ÁREA TOTAL			1.449,85m²
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS			
Café	1	Na edificação do centro cultural.	31m ²
Pub	1	Estabelecimentos com horário noturno de funcionamento, que permitem os usos do local em diferentes horários.	591.50m ²
ÁREA TOTAL			622,5m²
ÁREA EXTERNA			
Terraço-jardim/ Mirante	s/nº	Cobertura funcionando como mirante, de onde tem-se uma visão ampla dos dois lagos, bem como do espaço proposto.	2.470,8m ²

Concha acústica/ Teatro de arena	1	Área para apresentações ao ar livre, shows, eventos como o FENAC etc.	250m ²
Bicicletário	1	Espaço para estacionamentos de bicicletas	10m ²
Deck integrado ao lago	1	Local de contemplação e permanência, integrado ao lago.	700m ²
Praça Central	1	Espaço central formado pela implantação do edifício do Centro Cultural, com mobiliário, espelho d'água, espaços livres, para permanência e convívio.	6000m ²
ÁREA TOTAL			9.430,8m²
CIRCULAÇÃO			
Circulação interna	s/nº	Circulação entre as áreas internas dos edifícios, incluindo as circulações verticais.	200m ²
Circulação externa	s/nº	Principais eixos de fluxos de acesso aos edifícios.	4.000 m ²
ÁREA TOTAL ESTIMADA			4.200m²
ÁREA TOTAL ESTIMADA – CENTRO CULTURAL			15.657m²
CORREDOR CULTURAL			
Plataforma multiuso	1	Plataforma que poderá acolher diversos usos, como apresentações, exposições, encontros, dança, encontros e usos livres em geral.	50m ²
Espaços para Feiras e quiosques	s/nº	Espaço livre que poderá abrigar quiosques, barracas de feiras, lanchonetes <i>fast food</i> e <i>food truck</i> , etc.	20m ²
Espaços livres	s/nº	Espaços para diversos usos, como feiras, eventos, exposições, atividades comunitárias, encontros sociais, permanência, etc.	1.400m ²
Painéis de arte urbana	s/nº	Áreas nas paredes destinadas para arte urbana, como grafite, colagens, exposições de telas e demais expressões artísticas.	---
Vegetação arbustiva	s/nº	A vegetação nessa área terá a finalidade de ornamentação e ambientação, a partir de jardins horizontais e verticais.	---
Nova Pista de <i>skate</i>	1	Nova estrutura para retomar o uso da prática de <i>skate</i> .	800m ²
Nova Praça da Pista	1	Praça integrada à nova pista de <i>skate</i> , mantendo o nome popular da Praça Nicésio Maia, porém realocada para o Corredor Cultural.	1.700m ²
Sanitários	2	Sanitários fixos, de uso público e acessível, com separação de gênero (uma instalação para o público feminino e uma para o público masculino).	15m ²
ÁREA TOTAL			3.985m²
ÁREA TOTAL ESTIMADA – CORREDOR CULTURAL			7.265,60m²
ÁREA TOTAL ESTIMADA – COMPLEXO CULTURAL			22.922m²

Fonte: Autora, 2018.

A partir desse programa, foi esboçado o diagrama a seguir, que mostra a relação entre a setorização, os espaços públicos, acessos e principais fluxos. (Fig. 139).

Figura 139 – Setorização – Centro Cultural



Fonte: Autora, 2018.

Por meio dessas relações, busca-se priorizar o espaço público e os livres acessos e percursos, de forma que a implantação do edifício não se sobressaia ao espaço, mas sim o complementa.

5.4 Plano de massas

Na figura a seguir (Fig. 140), (que se apresenta escala maior nas pranchas de apêndice), apresenta-se o plano de massas, que mostra a relação entre os elementos que compõe os espaços. Nele, é possível compreender como é feita a ligação entre as áreas, a través de elementos-chave como o mobiliário e a paginação de piso.

O corredor Cultural funcionará como um espaço livre e com múltiplos usos, principalmente pensado para acolher feiras, recuperando essa tradição que foi perdida. Por ser um espaço multiuso, foram inseridas poucas estruturas fixas, pois a ideia é que o espaço se adeque aos diferentes usos. Entre as estruturas fixas tem-se a plataforma multiuso, que incentiva apresentações e exposições espontâneas e o mobiliário integrado com a vegetação, sendo que esta possui função não apenas de ornamentação, mas também de barreira acústica, como nos jardins implantados nos muros e a vegetação arbustiva nessas áreas, além de árvores de pequeno porte para sombra. O Corredor finaliza com a área voltada para a nova pista de *skate*, além do acesso ao Centro Cultural.

Na área externa ao edifício do Centro Cultural, foi implantada uma concha acústica como um espaço de apoio para apresentações e eventos ao ar livre, sendo que a escada que dá acesso ao pavimento superior do Centro Cultural funciona também como arquibancada. Esse espaço foi pensado também para acolher as apresentações do FENAC (Festival Nacional da Canção), um dos principais eventos da cidade. Outro elemento de destaque nessa área são os espelhos d'água, que reforçam a relação com o lago.

Os terraços jardins funcionando como mirantes, permitem uma visualização privilegiada das vistas atrativas, e também podem ser usados como áreas para contemplação de apresentações que aconteçam na concha acústica, além de ser uma continuidade do espaço urbano, que proporciona também a permanência e o convívio e faz com que o próprio edifício faça parte dos percursos e do espaço público. Nessa área, prioriza-se a forração vegetal, com espécies que resistam ao pisoteio, a fim de permitir uma aproximação maior com a natureza.

Por fim, o deck integrado ao lago faz parte da proposta da reaproximação das relações com a água, funcionando como uma extensão do espaço urbano sobre o lago. Esse espaço pode integrar circuitos de caminhada, permanência e contemplação.

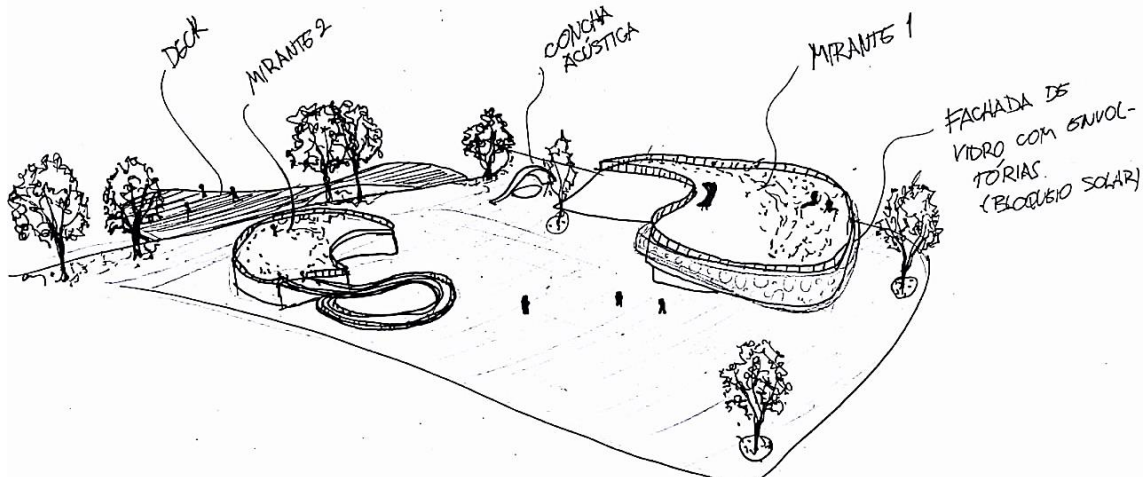
Figura 140 – Plano de massas



Fonte: Autora, 2018.

A perspectiva a seguir mostra alguns esboços de como seriam esses espaços, bem como algumas soluções iniciais a respeito de materiais e elementos que compõe o projeto (Fig. 141).

Figura 141 – Perspectiva frontal, indicando alguns elementos da fachada

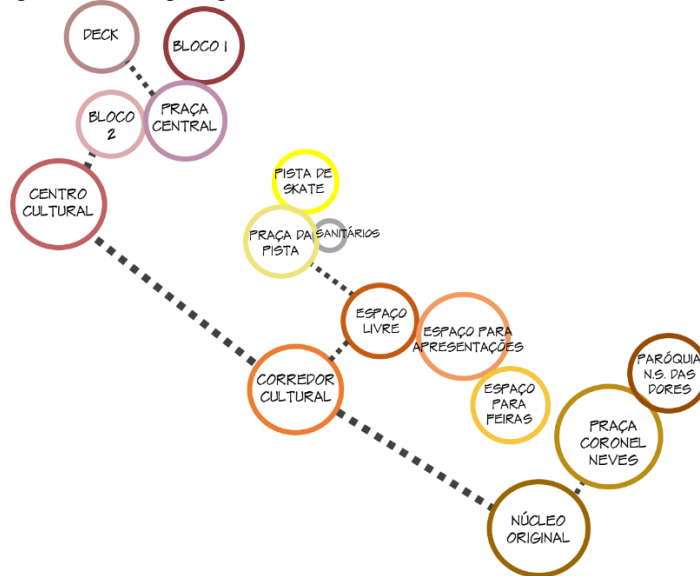


Fonte: Autora, 2018.

5.5 Organograma e fluxograma

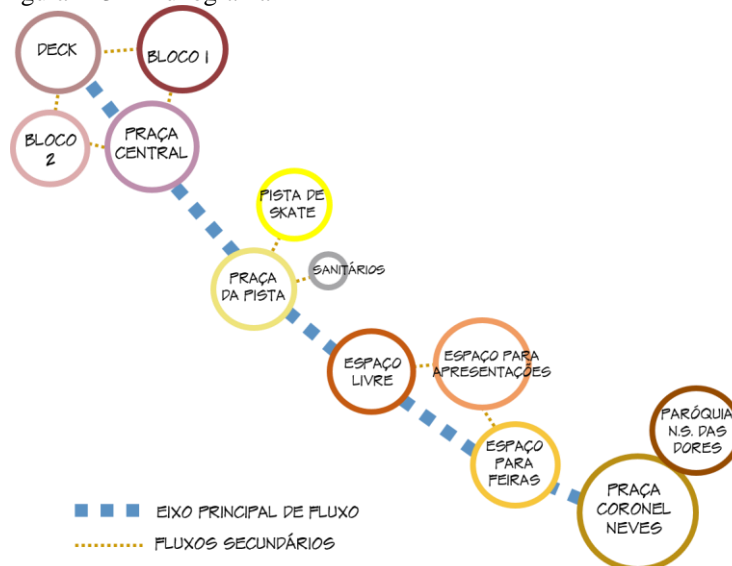
Encerrando essa etapa do partido arquitetônico, tem-se no organograma (Fig. 142), a divisão dos espaços de acordo com cada elemento da intervenção e a relação entre eles; e no fluxograma (Fig. 143), a ligação entre espaços por meio dos fluxos.

Figura 142 – Organograma



Fonte: Autora, 2018.

Figura 143 – Fluxograma



Fonte: Autora, 2018.

Após esses estudos iniciais, apresenta-se nas pranchas em apêndice II, as peças gráficas referentes ao anteprojeto arquitetônico.

Apresentam-se a seguir, as conclusões sobre o trabalho desenvolvido nessa etapa.



CAPÍTULO 6
Considerações finais

Ao longo do estudo apresentado, foi possível ampliar o conhecimento sobre Centros Históricos e suas relações com as dinâmicas atuais da cidade. Identifica-se, a partir disso, a importância da preservação desses centros, como conjuntos urbanísticos que guardam a memória e identidade de uma cidade e de seu povo.

Diante do estudo que foi realizado, ficou evidente tal importância, pois quando não há a preocupação com a preservação, áreas que ainda possuem grande potencial podem entrar em processos de abandono ou subutilização, levando à sua degradação e perda dos valores de identidade.

Os conhecimentos teóricos adquiridos com esse trabalho possibilitaram a elaboração da proposta projetual e a aplicação dos demais conhecimentos, estudados ao longo do curso. Tal proposta, ainda que hipotética, demonstra como é possível requalificar áreas urbanas em uma dinâmica contemporânea que não exclui o Patrimônio Histórico, mas, ao contrário, integra-se a ele para atender às novas demandas, valorizando a identidade e a memória de uma sociedade por meio da cultura.

REFERÊNCIAS

ARCHDAILY BRASIL. **Museu de História Natural de Xangai** / Perkins+Will [Shanghai Natural History Museum / Perkins+Will] 05 Mai 2015. (Trad. Souza, Eduardo). Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/766284/museu-de-historia-natural-de-xangai-perkins-plus-will>> ISSN 0719-8906. Acesso em: 25 Mar 2018.

BARBOSA, Mariana. **Ruas da cidadania**: Um instrumento do processo de descentralização em Curitiba. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2005. 141p.

BARDI, Lina Bo. **SESC - SP**. Instituto Lina Bo e P.M. Bardi. 1993. Org. Marcelo Carvalho Ferraz.

BOA ESPERANÇA. LEI Nº 3173 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2006. **DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**. Prefeitura Municipal de Boa Esperança, 21 de dezembro de 2006.

BUCHO, João Luiz Cruz. **Relação entre Yin-Yang e a Criatividade**. 2016.

CANEDO, Daniele. **Cultura é o quê?** – Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. V ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador – Bahia, 2009. 14p.

CARDOSO, Jorge de Jesus. **Patrimônio Ambiental, Urbano e Requalificação**: Contradições no planejamento do núcleo histórico de Santos. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tese de doutorado. 2007. 321p.

CARDOSO, Ricardo José Brügger. **O Corredor Cultural como espaço propulsor da revitalização do Centro da cidade do Rio de Janeiro no período da redemocratização**. Confluências – Revista Interdisciplinar de sociologia e direito – PPGSD – UFF. Rio de Janeiro, 2005. p. 48-60.

CARRIÓN, Fernando. **Vinte temas sobre centros históricos na América Latina.** Gestão do Patrimônio Cultural Integrado. Programa de Estudos da Cidade na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – Sede Equador. 2002. 57p.

CASTRIOTA, et. al. **PAC Cidades Históricas, oportunidade para a conservação integrada?** In *Locus*. Juiz de Fora, v.16, n.2, p.93-117. 2010.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Intervenções sobre o Patrimônio Urbano: Modelos e Perspectivas.** Fórum patrimônio ambiente construído e patrimônio sustentável. V. 1. Belo Horizonte. 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989. 94p.

FOLHETO HISTÓRICO SESC POMPEIA. Sesc Pompeia, São Paulo, 2013. 29p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Incentivo Fiscal à Cultura: limites e potencialidades.** Publicação do Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro – síntese dos cadernos do CEHC 10 e 11. 1998. Disponível em: <www.fjp.mg.gov.br>. Acesso em: 11 mar 2018.

GEHL, Jan. **Cidade para as pessoas.** Trad.: Anita Di Marco. Editora Perspectiva. São Paulo, Brasil. 2014. 275p.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios.** 2ª edição. Editora Loyola. São Paulo, 2004. 295 p.

HIRAO, H. **O processo criativo do projeto arquitetônico e os referenciais projetuais no trabalho final de graduação.** In: FIORIN, E, LANDIM, PC, and LEOTE, RS., orgs. *Arte-ciência: processos criativos.* São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 175-196.

HOLLÓS, Adriana Cox. **Fundamentos da Preservação Documental no Brasil.** Disponível em: <revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view>. Acesso em: 8 mar. 2018.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Boa Esperança. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/boa-esperanca/panorama>>. Acesso em: 07 fev 2018.

_____. **País migrou para o interior e urbanização já atinge 80% da população.** 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/12/ibge-pais-migrou-para-o-interior-e-urbanizacao-ja-atinge-80-da-populacao>>. Acesso em: 10 mar 2018.

IPHAN. **Recomendação de Paris de Obras Públicas e Privadas.** 15ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas. 19 de novembro de 1968.

Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf>>. Acesso em: 5 fev 2018.

_____. **Carta de Veneza.** 1964. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 5 fev 2018.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das grandes cidades.** Trad. Sob direção de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 257 p.

JORNAL VARGINHA HOJE. **Fundação Cultural de Varginha Inaugura Corredor Cultural.** Disponível em: < <http://www.jornalvarginhahoje.com.br/2015/11/fundacao-cultural-de-varginha-inaugura.html>>. Acesso em: 02 maio 2018.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Tradução: CAMARGO, Jeferson Luiz. 3ª Edição. Editora Martins Fontes. São Paulo, Brasil. 2011. 215p.

MARCOS, Pâmela Costa; OLIVEIRA; Bruno Vitor; VELOSO, Luciana Bracarense Coimbra. **A Documentação na História da Evolução Urbana: o caso de Varginha – MG.** Artigo de Iniciação Científica apresentado ao V Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. UFMG. Belo Horizonte – MG, 2017.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, Legislação e Desigualdade.** Estudos Avançados. 2003. P. 151 – 167. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/0D/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>>. Acesso em: 10 fev 2018.

MELLENDEZ, Adilson; NEPOMUCENO, José Augusto. **José Augusto Nepomuceno, Jô Vasconcellos e Rafael Yanni: Edifício cultural e institucional, Belo Horizonte. Na Praça, a Orquestra, o Rádio e a TV.** Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/nepomuceno-vasconcellos-e-yanni-edificio-cultural-e-institucional-belo-horizonte>>. Acesso em: 24 mar 2018.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Reabilitação Urbana com foco nas Áreas Centrais.** Curso EaD de Reabilitação Urbana com Foco em Áreas Centrais. Programa Nacional de Capacitação das Cidades. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/noticia/288/curso-ead-de-reabilitacao-urbana-com-foco-em-areas-centrais>>. Acesso em: 8 mai 2017.

MINTZ, Sidney M. **Cultura:** uma visão antropológica. Traduzido por James Emanuel de Albuquerque. Tradução do ensaio “Culture: An Anthropological View publicado originalmente em The Yale Review, XVII (4), 1982, p. 499-512. Revisão de Leda Maia, Maria Regina Celestino de Almeida e Cecília Azevedo.

NEVES, Renata Ribeiro. **Centro Cultural:** a Cultura à promoção da Arquitetura. Revista online IPOG. Instituto de Pós-graduação. Goiânia, 2012. 11p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História, Memória e Centralidade Urbana.** Rev. Mosaico. V. 1, n. 1. 2008. 12p. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/viewFile/225/179>>. Acesso em: 6 fev 2018.

PIRES, Débora Rodrigues. **Sustentabilidade na Reabilitação de Centros Históricos.** Caso prático da cidade de Viseu. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade da Beira Interior. Covilhã. 2011. 77p. Disponível em: <<https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2332/1/disserta%C3%A7%C3%A3o%20final.pdf>>. Acesso em: 10 jan 2018.

PREFEITURA DE VARGINHA. **Patrimônio Cultural.** Disponível em: <<http://www.varginha.mg.gov.br/a-cidade/patrimonio-cultural>>. Acesso em: 02 maio 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA. **Dossiê de tombamento do Lago dos Encantos (e documento complementar).** Prefeitura Municipal de Boa Esperança, 1997.

REVISTA HISTÓRICA DE BOA ESPERANÇA. **Capítulo: Boa Esperança nos Meandros de Sua História** – Século XVIII – Ciclo da Mineração. 1963. Diretor: José de Souza Figueiredo. Redator-chefe: Prof. Antônio Borges Maia. 101 p. Disponível em: Acervo público da Casa da Cultura de Boa Esperança – MG. Acesso em: 18 jan 2018.

RIOARTE, IPLANRIO. **Corredor Cultural:** como recuperar, reformar ou construir seu imóvel. Instituto Municipal de Arte e Cultura. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1985. 82p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** Editora Hucitec. São Paulo, 1993. 157p.

SCHNEEBERGER, Carlos Alberto; FARAGO, Luiz Antonio. **Minimanual compacto de geografia do Brasil:** teoria e prática. 1. ed. — São Paulo: Rideel, 2003. 368p.

SIMÕES JR., José Geraldo. **Revitalização de Centros Urbanos.** Publicações POLIS – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Política Sociais. São Paulo, 1994. 74 p.

SOTRATTI, Marcelo Antônio. **Revitalização.** In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.* Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbetes). ISBN 978-85-7334-279-6.

TEIXEIRA COELHO, José. **Usos da cultura:** política de ação cultural. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. 125p.

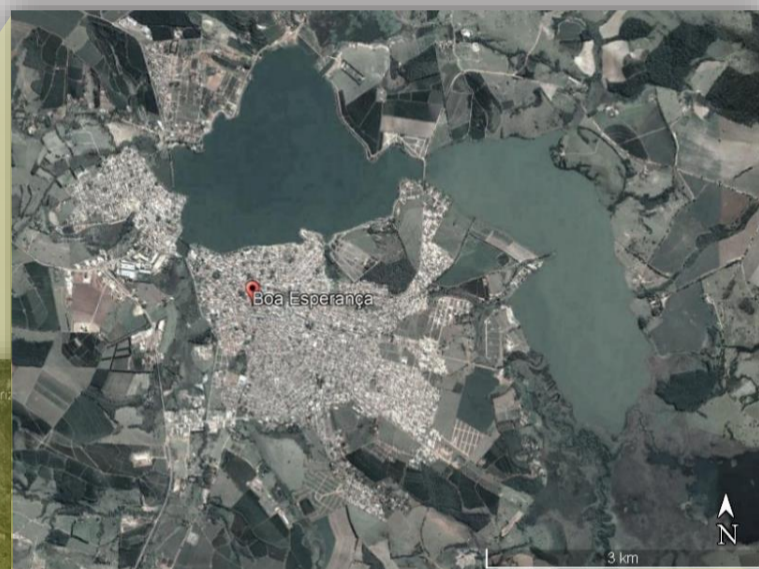
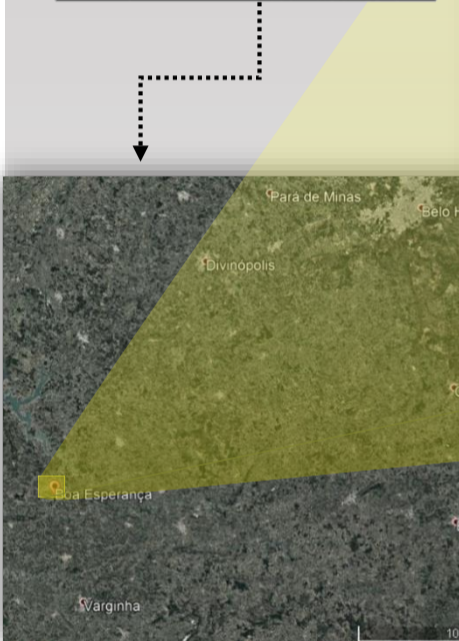
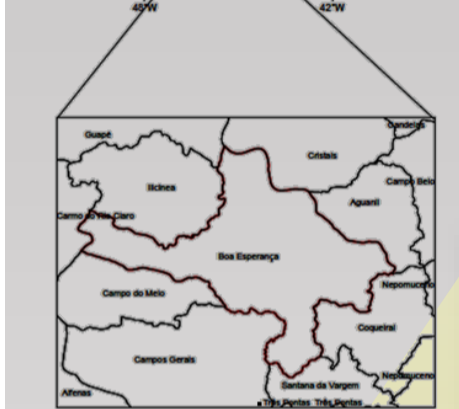
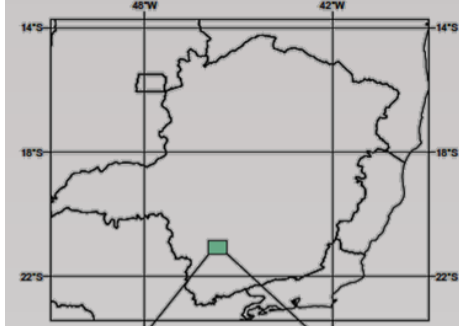
VALLS. Escritório de Arquitetura. **CHSJ Requalificação Centro Histórico São José.** 2016. Disponível em: < <http://www.valls.cc/projects/CHSJ?locale=pt-BR>>. Acesso em: 24 mar 2018.

ZORRAQUINO, Luiz. **O Processo de Urbanização Brasileiro e a Formação de suas Metrôpoles.** Trabalho de revalidação de diploma. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2005. 75p.

▶ DIAGNÓSTICO DE ÁREA

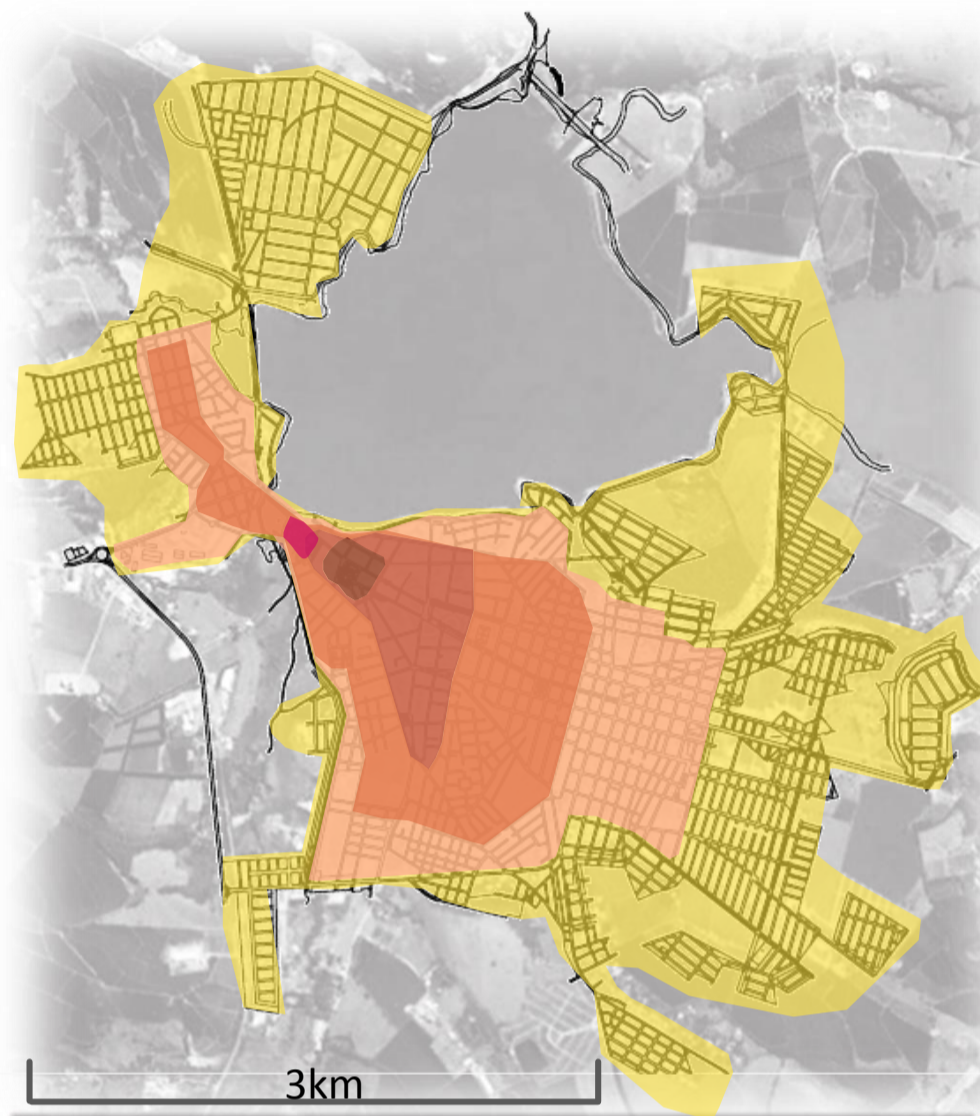
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA:

Boa Esperança é um município de pequeno porte, que possui aproximadamente 38.516 habitantes. Localizado na região do Sul de Minas Gerais, a 275km da capital do Estado, Belo Horizonte, tem como municípios vizinhos: Cristais, Aguanil, Coqueiral, Santana da Vargem, Campos Gerais, Campo do Meio, Carmo do Rio Claro, Illicínea e Guapé.



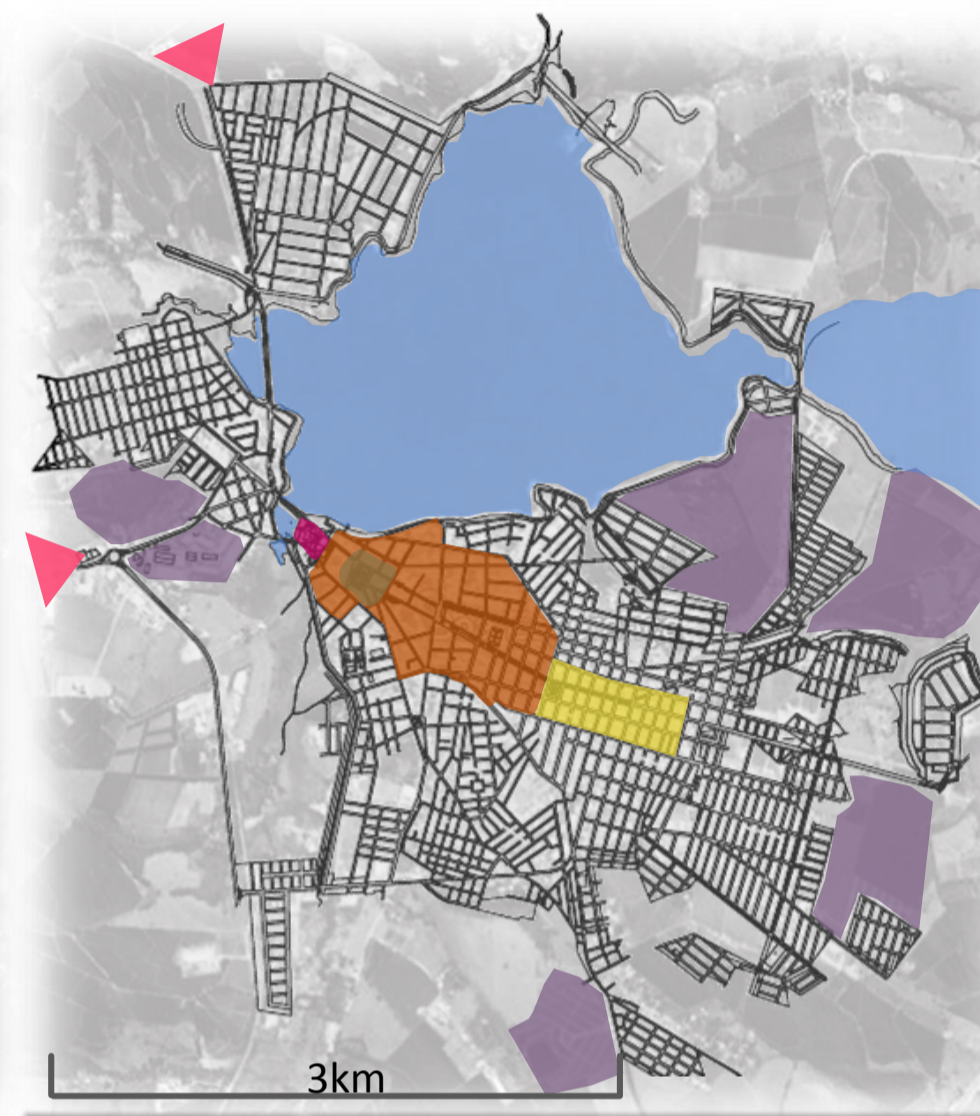
A área delimitada para a requalificação, que se situa entre o núcleo original e a Praça Nicésio Ferreira Maia. A área possui equipamentos que se encontram subutilizados e degradados, como a Praça Nicésio Ferreira Maia e um estacionamento público, além de um grande vazio urbano situado no centro da quadra que divide as duas praças, sendo necessária a demolição de duas edificações (sem interesse de preservação) para implantação do Corredor Cultural.

EVOLUÇÃO URBANA



- NÚCLEO ORIGINAL DA CIDADE FORMADO AO REDOR DA PARÓQUIA, EM MEADOS DE 1804.
- DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO EM 1938.
- PERÍMETRO URBANO EM 1960
- PERÍMETRO URBANO EM 1990
- PERÍMETRO URBANO ATUAL
- TERRENO DO PROJETO

CONTEXTO URBANO ATUAL



- LAGO DE FURNAS
- NÚCLEO ORIGINAL
- CENTRO HISTÓRICO
- EXPANSÃO DO CENTRO (NOVO CENTRO COMERCIAL)
- ÁREAS DE EXPANSÃO
- TERRENO DO PROJETO
- ACESSOS INTERURBANOS

CONTEXTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

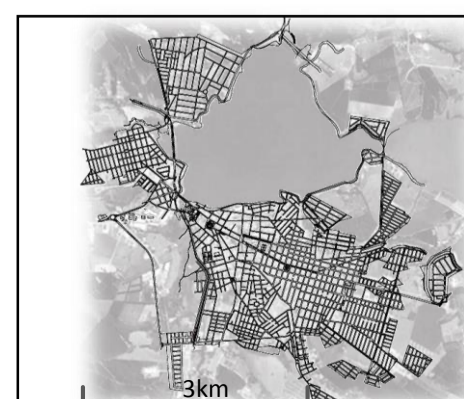
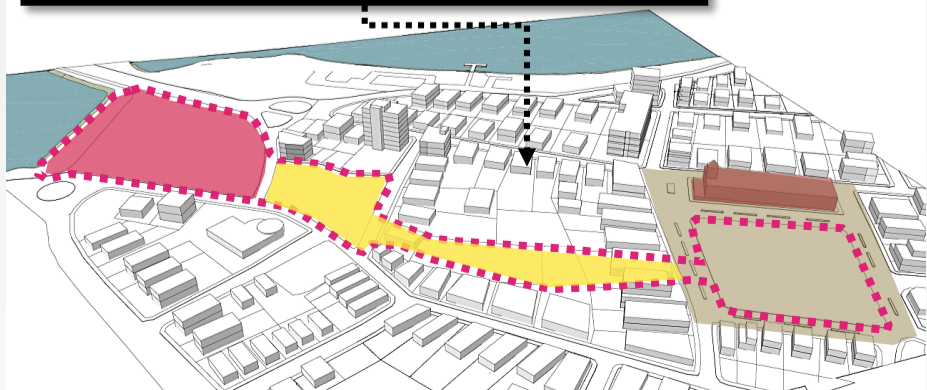


- ÁREA DE INTERVENÇÃO
- ENTORNO
- ÁREA DE ABRANGÊNCIA

▶ ANÁLISE MACRO

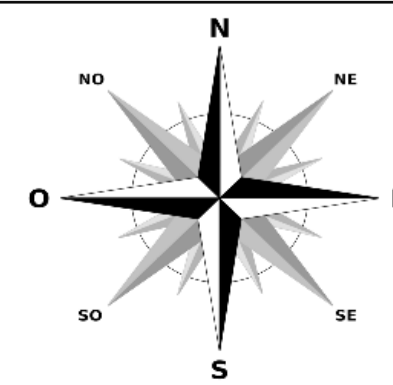
Um fator de grande importância para o crescimento de Boa Esperança foi a criação do Lago de Furnas, em 1958. Com isso, a cidade passou a crescer ao redor do lago, mudando sua configuração inicial. Nota-se que o período de crescimento urbano mais notável é o que ainda está em processo, desde 1990, até o presente momento. Esse crescimento, que acontece de forma não planejada, tem levado à descentralização do Centro Histórico.

Conforme o mapa de Evolução Urbana, percebe-se que a origem do município se deu a partir da construção da Igreja Nossa Senhora das Dores, hoje inventariada como patrimônio histórico do município, que, em conjunto com a Praça Coronel Neves, forma o núcleo original da cidade. Esse local sempre foi palco de encontros sociais e de eventos como quermesses, festas juninas, festas da igreja e as tradicionais “feirinhas” que aconteciam todos os domingos, após a missa, com barracas de artesanatos e de comidas mineiras, onde a população se reunia. Porém, esses usos e tradições foram, com o tempo, se perdendo e atualmente, já se evidencia a subutilização dessa área, devido à descentralização.



Perímetro urbano de Boa Esperança – MG.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth, 2018.



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – GRUPO UNIS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
ALUNA: PÂMELA COSTA MARCOS
ORIENTADORA: PROF. D. SC. LUCIANA BRACARENSE COIMBRA VELOSO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC
TEMA: REQUALIFICAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO DE BOA ESPERANÇA - MG

DIAGNÓSTICO DE ÁREA

ANÁLISE MESO:

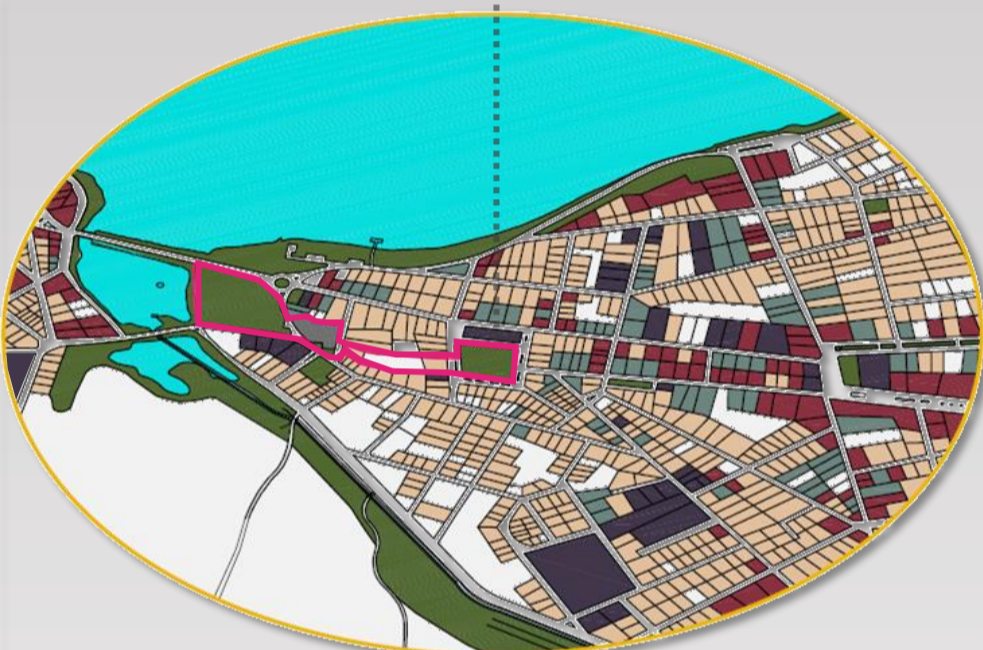
SISTEMA VIÁRIO

- VIA ARTERIAL
- VIA COLETORA
- VIA LOCAL
- PERÍMETRO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO



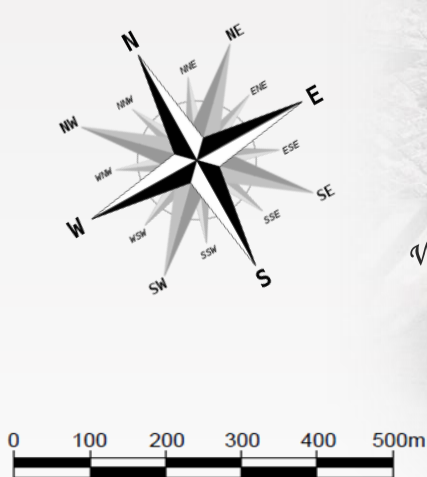
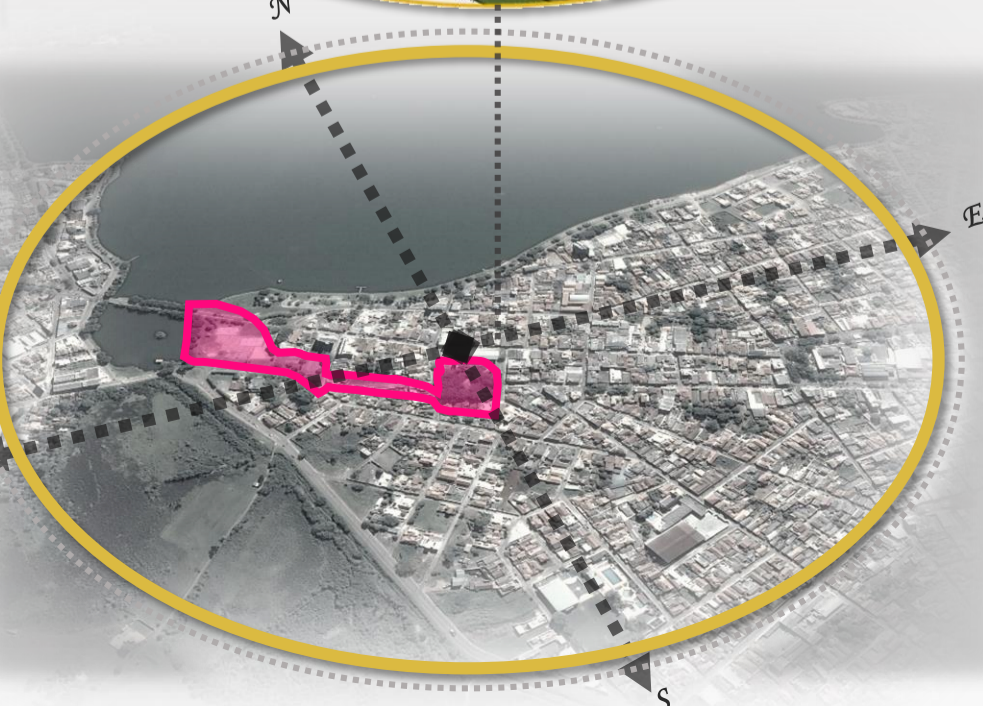
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

- RESIDENCIAL
- COMERCIAL
- INSTITUCIONAL
- USO MISTO
- PRAÇAS E ÁREAS VERDES
- VAZIOS URBANOS
- PERÍMETRO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO



CHEIOS E VAZIOS

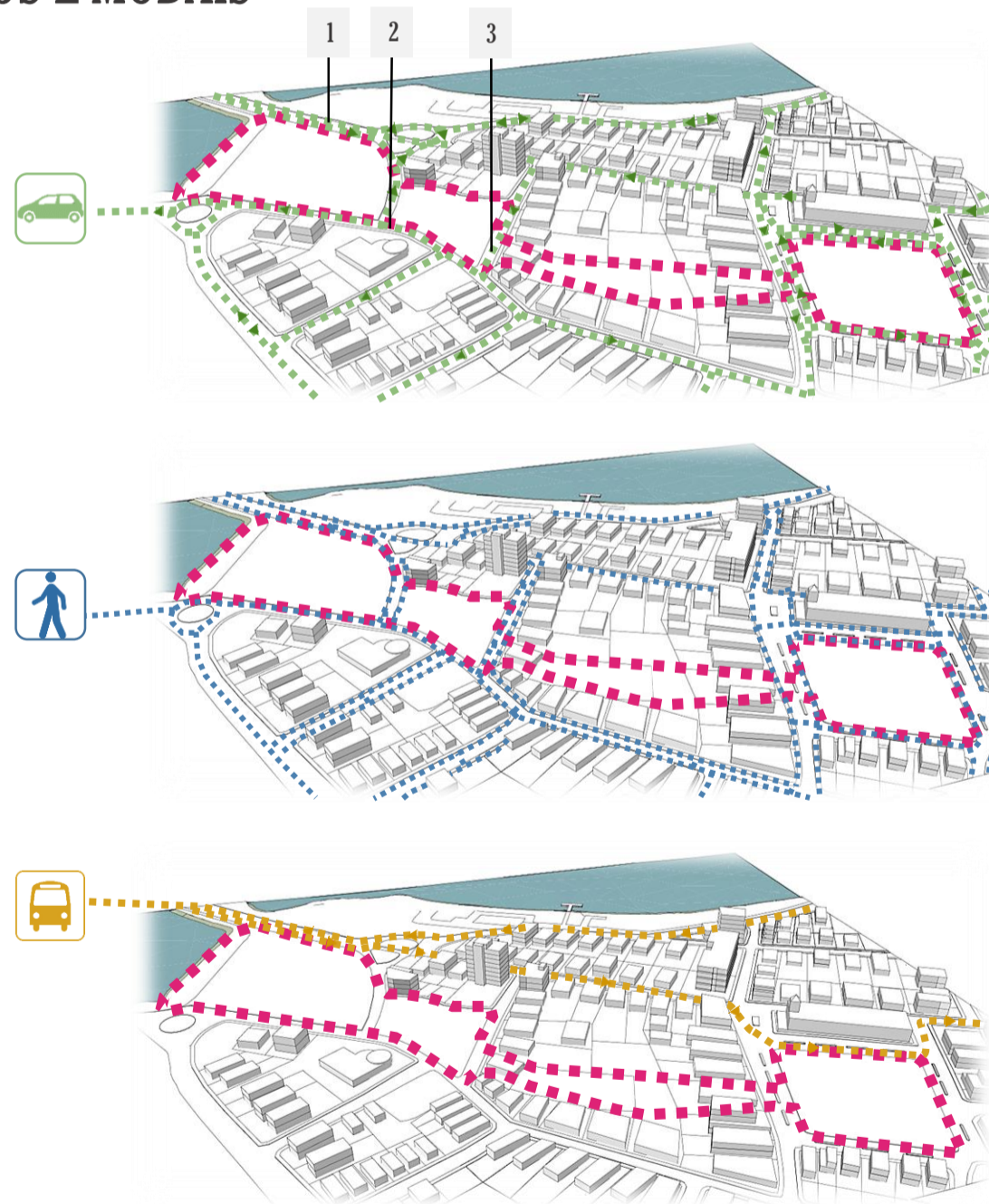
- CHEIOS
- VAZIOS
- PERÍMETRO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO



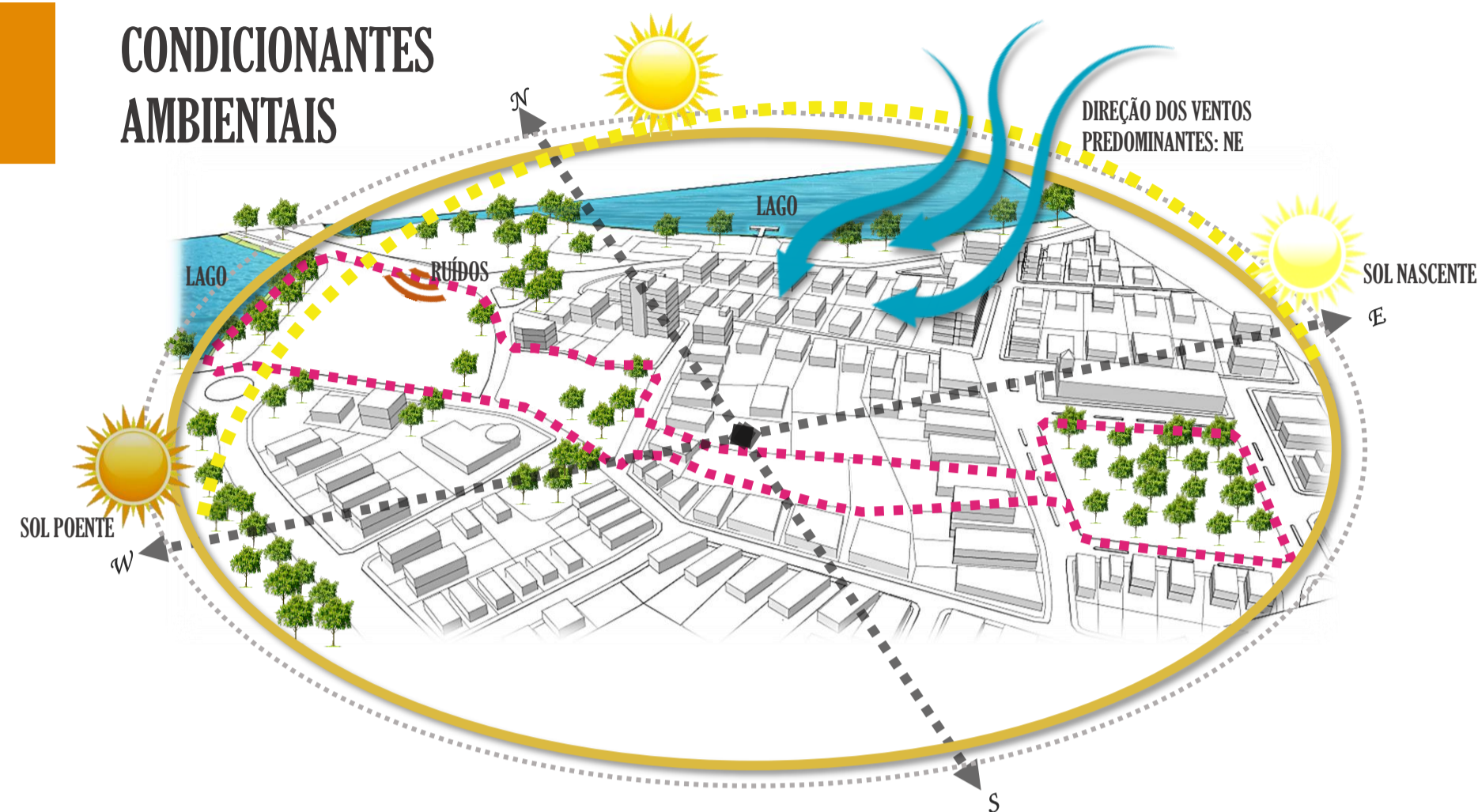
ANÁLISE MICRO

A área é favorecida pela ventilação e iluminação natural, visto que se trata de um local aberto e sem barreiras físicas. Quanto às questões acústicas, apenas uma área recebe influência de ruídos externos, produzidos pelo movimento intenso de veículos na avenida perimetral ao lago. Também é importante enfatizar a relação com o lago, área que compõe a mais importante paisagem natural da cidade, favorecendo assim as vistas na área de intervenção.

FLUXOS E MODAIS



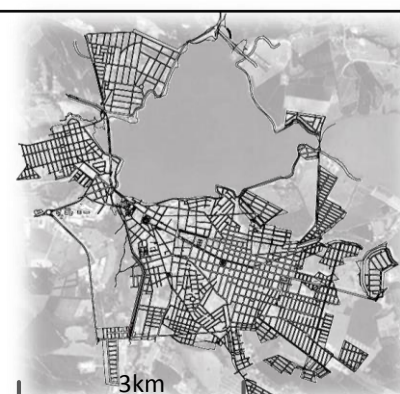
CONDICIONANTES AMBIENTAIS



Na análise dos fluxos, é importante considerar a influência dos modais que transitam pela área, principalmente o transporte público. Nota-se que o terreno onde será implantado o Centro Cultural é circundado por três vias, sendo uma de fluxo intenso (1), por onde também passa uma linha de transporte coletivo público. As demais vias possuem fluxo moderado, havendo nelas maior fluxo de pedestres.

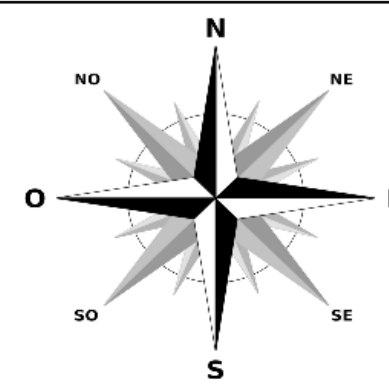
CONTAGEM VOLUMÉTRICA DE MODAIS

18/05/2018	9:45 – 10:00h		
	RUA 1	RUA 2	RUA 3
PEDESTRE	31	13	9
BICICLETA	1	5	0
CARRO	141	23	14
ÔNIBUS	2	0	0
CAMINHÃO	7	1	0



Perímetro urbano de Boa Esperança – MG.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth, 2018.



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – GRUPO UNIS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
ALUNA: PÂMELA COSTA MARCOS
ORIENTADORA: PROF. D. SC. LUCIANA BRACARENSE COIMBRA VELOSO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC
TEMA: REQUALIFICAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO DE BOA ESPERANÇA - MG

DIAGNÓSTICO DE ÁREA

ANÁLISE MESO:

PATRIMÔNIO CULTURAL

- BEM TOMBADO
- BEM INVENTARIADO
- PERÍMETRO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO



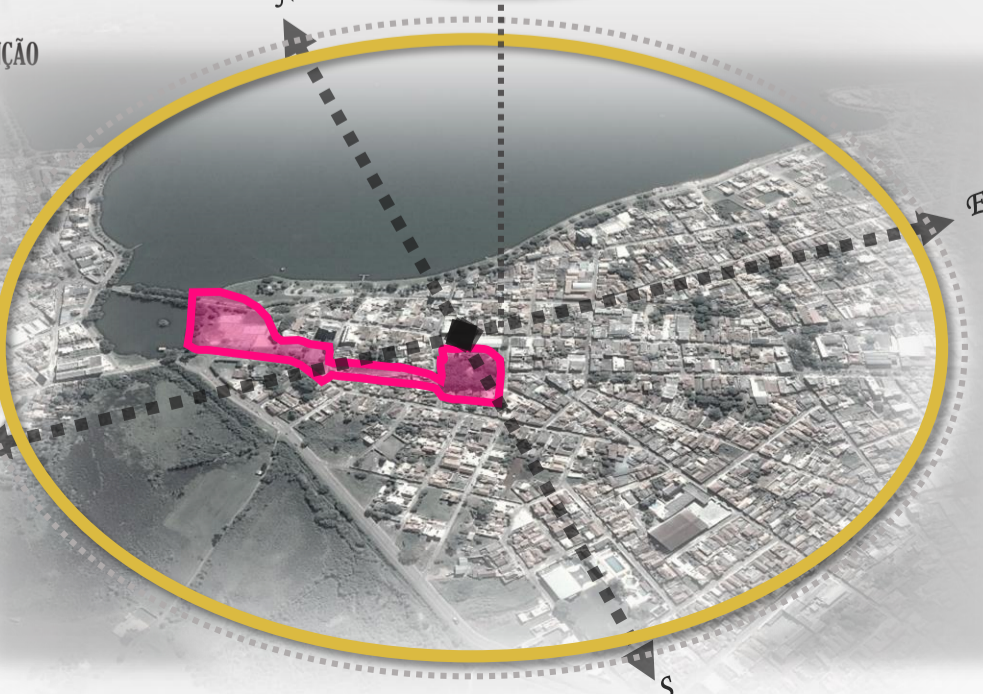
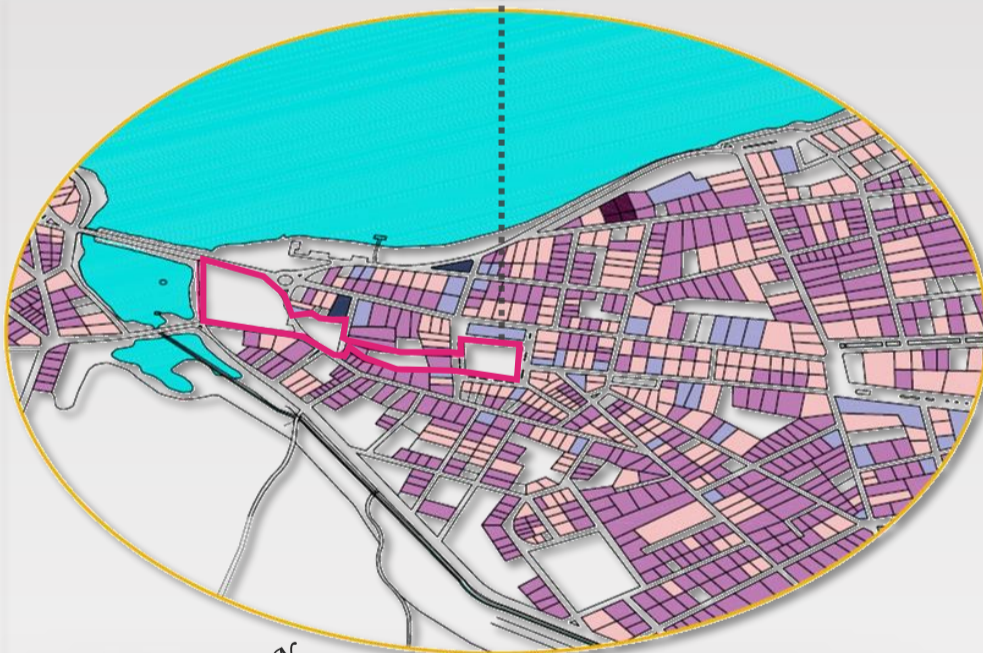
PADRÃO CONSTRUTIVO

- ALTO PADRÃO
- PADRÃO MÉDIO
- BAIXO PADRÃO
- PERÍMETRO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO



GABARITOS

- 1 PAVIMENTO
- 2 PAVIMENTOS
- 3 A 5 PAVIMENTOS
- 6 A 10 PAVIMENTOS
- MAIS DE 10 PAVIMENTOS
- PERÍMETRO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO



ANÁLISE MICRO

RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO HISTÓRICO

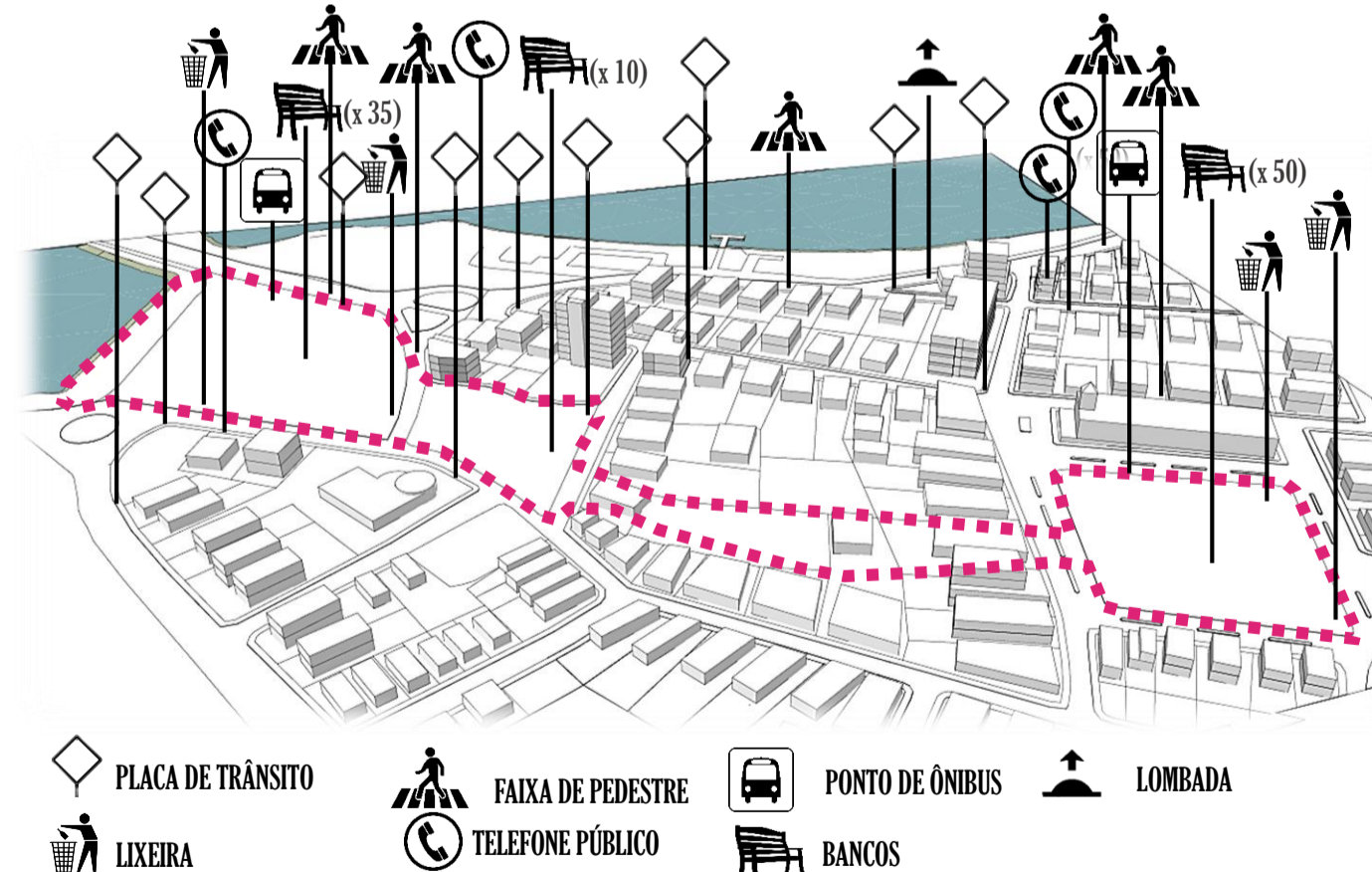


- NÚCLEO ORIGINAL DA CIDADE
- BEM INVENTARIADO
- ÁREA TOMBADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CARÁTER PAISAGÍSTICO
- ÁREA DE INTERVENÇÃO



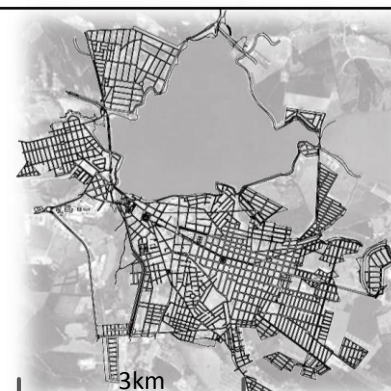
Com relação ao Patrimônio Cultural, destacam-se nesse dois elementos que possuem relação direta com a área de intervenção: A Paróquia Nossa Senhora das Dores, edificação inventariada como patrimônio histórico municipal, e o Lago dos Encantos, tombado como patrimônio cultural de caráter paisagístico municipal.

MOBILIÁRIO URBANO



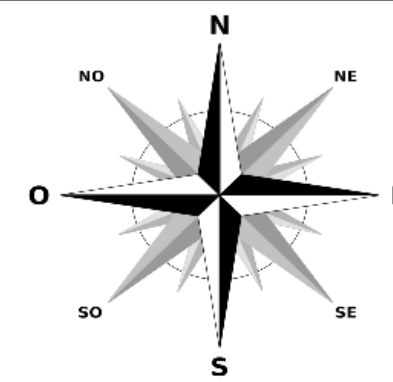
- PLACA DE TRÂNSITO
- LIXEIRA
- FAIXA DE PEDESTRE
- TELEFONE PÚBLICO
- PONTO DE ÔNIBUS
- BANCOS
- LOMBADA

O mobiliário existente constitui-se de bancos, lixeiras, telefones públicos, pontos de ônibus, além de sinalização, como placas de trânsito, lombadas e faixa de pedestres. Na Praça Nicésio Ferreira Maia, os mobiliários, além de serem pouco atrativos, encontram-se muito desgastados, com bancos e mesas quebrados e em locais de difícil acesso. Os pontos de ônibus também apresentam sinais de desgaste e são ineficientes, pois sua localização e tipologia bloqueiam a visão do usuário, dificultando o uso. Na Praça Coronel Neves os mobiliários apresentam bom estado de conservação, mas também são pouco atrativos.



Perímetro urbano de Boa Esperança – MG.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth, 2018.



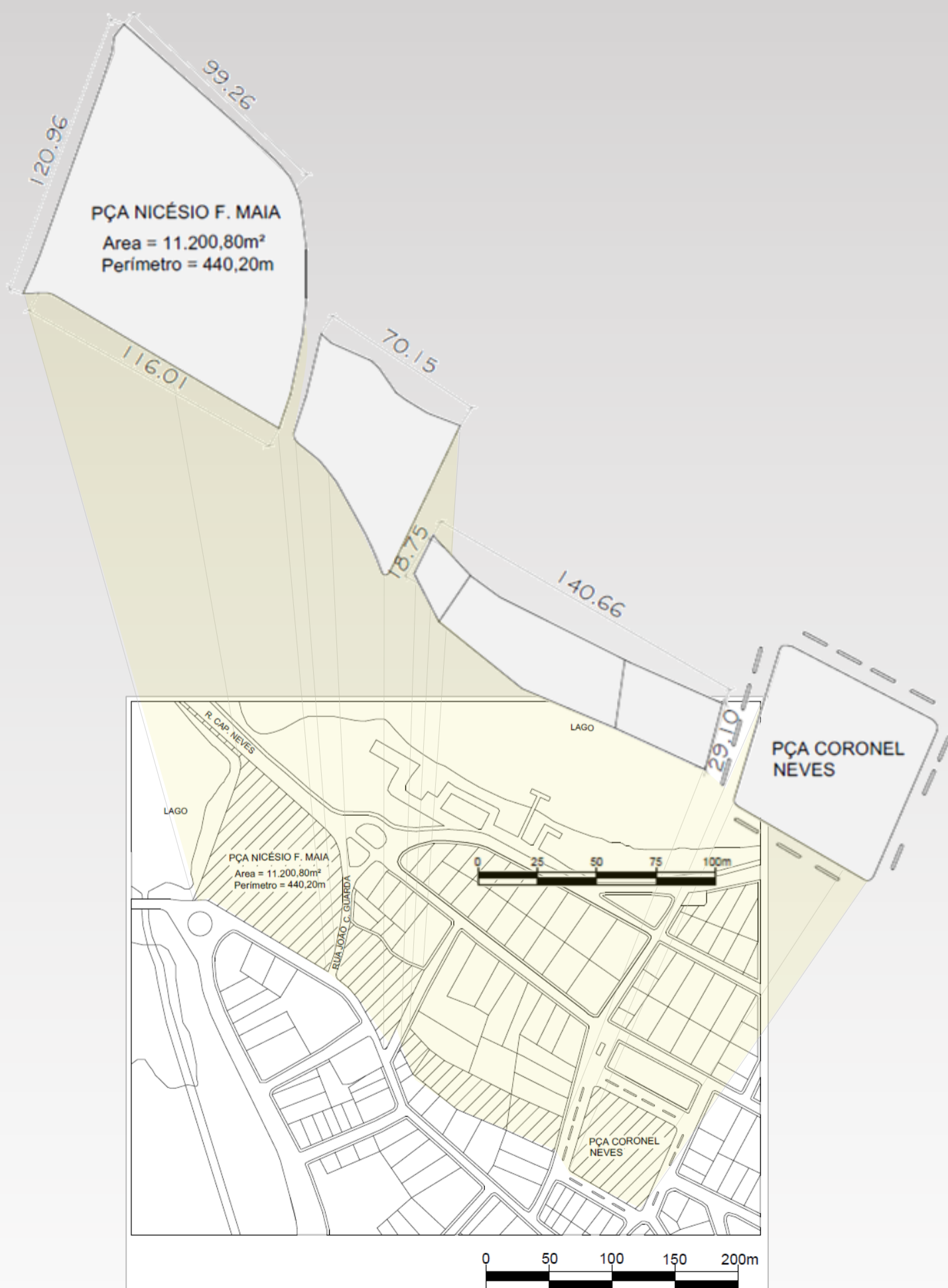
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – GRUPO UNIS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
ALUNA: PÂMELA COSTA MARCOS
ORIENTADORA: PROF. D. SC. LUCIANA BRACARENSE COIMBRA VELOSO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC
TEMA: REQUALIFICAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO DE BOA ESPERANÇA - MG

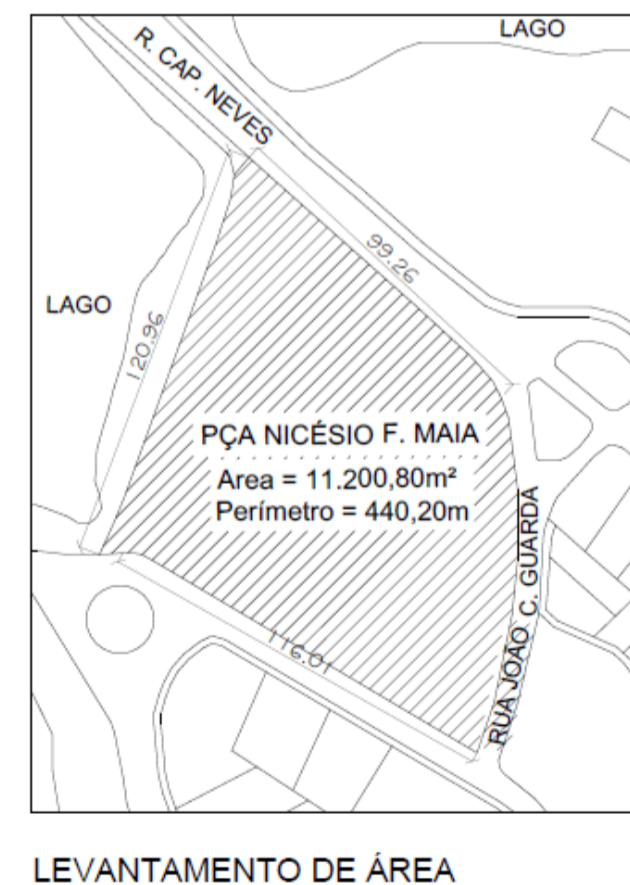
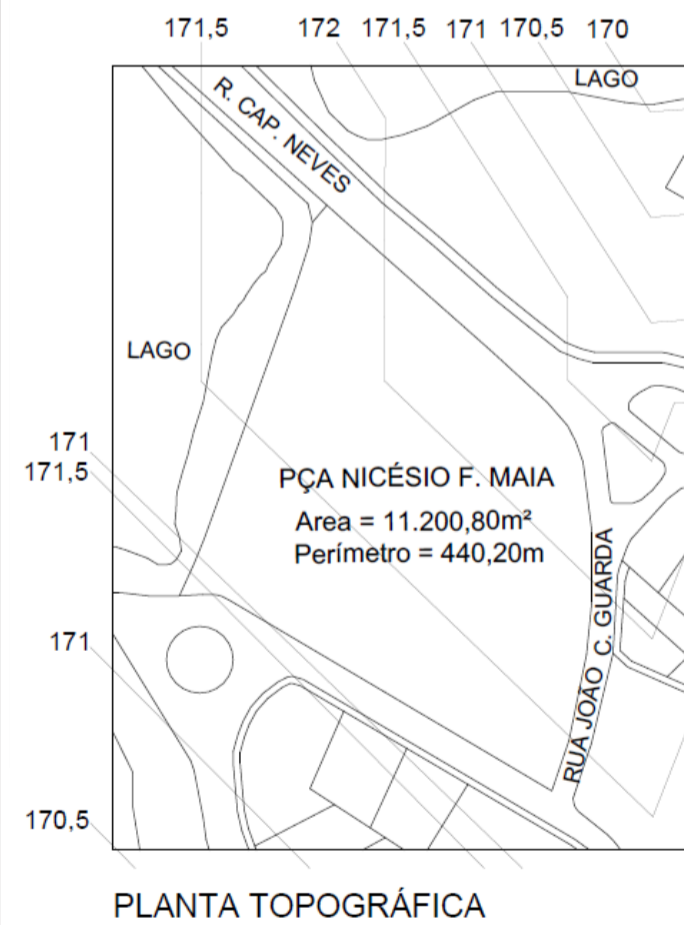
DIAGNÓSTICO DE ÁREA

ÁREA DO PROJETO:

A área onde será proposto o Centro Cultural é um terreno de 11.200,80m², localizada às margens do lago, onde atualmente está implantada a Praça Nicésio Ferreira Maia, mais conhecida como a “Praça da Pista”, devido à pista de skate existente no local. A área possui uma topografia praticamente plana, com apenas 1,40m de desnível



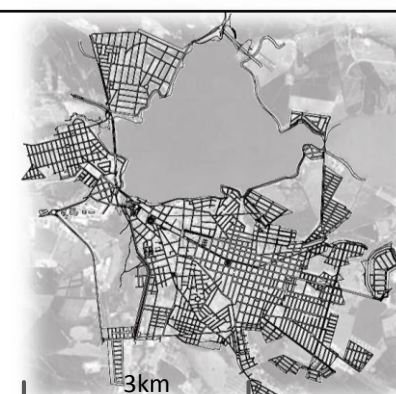
ANÁLISE MICRO



Percebe-se uma série de déficits no local, principalmente com relação ao estado de conservação. Devido ao desuso, o local vem sendo utilizado como ponto de consumo de drogas, o que resulta em mais um motivo para que as pessoas deixem, cada vez mais, de utilizar o local como espaço de lazer e permanência.

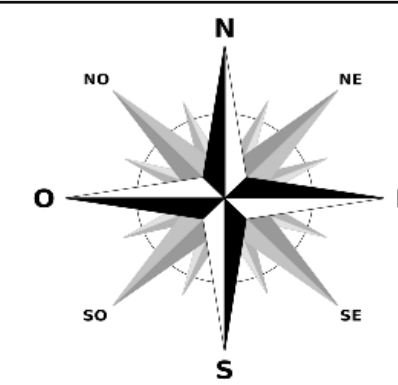
Apesar destes fatores, a área apresenta muitos potenciais, como a topografia plana, espaço livre e aberto, sem barreiras físicas, a bela vista do lago e das paisagens naturais, além de estar inserida no centro histórico e, ao mesmo tempo, em uma área turística da cidade, o lago.

Essa relação entre déficits e potenciais foi substancial para a escolha da área para intervenção, pois associa-se a necessidade de revitalizar um determinado local que se encontra em degradação à oportunidade de trazer novos usos e atrativos para o centro histórico, requalificando esta região com a inserção de um caráter cultural, integrado ao antigo caráter predominantemente comercial da área.



Perímetro urbano de Boa Esperança – MG.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth, 2018.



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – GRUPO UNIS
 CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
 ALUNA: PÂMELA COSTA MARCOS
 ORIENTADORA: PROF. D. SC. LUCIANA BRACARENSE COIMBRA VELOSO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC
 TEMA: REQUALIFICAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO DE BOA ESPERANÇA - MG

PROJETO CED CULTURAL – CONCEITO E PARTIDO

CONCEITO:

CONEXÃO ENTRE O ANTIGO, O ATUAL E O NATURAL

Integração do contexto atual com o Núcleo Original e o Lago dos Encantos.



PROJETO CED CULTURAL BOA ESPERANÇA – MG

REQUALIFICAÇÃO URBANA/CENTRO CULTURAL

PRIORIDADE DOS ACESSOS E PERCURSOS

Reconhecimento do caminhar como uma experiência de percepção do espaço.



RECONHECIMENTO DA MEMÓRIA

Valorização e reconhecimento da importância histórica do Núcleo Original.



VALORIZAÇÃO DAS VISTAS

Inserção do projeto na paisagem da área, permitindo a contemplação das vistas do entorno.

ESPAÇOS POSITIVOS

Valorização dos vazios, dos espaços livres.



CONTINUIDADE DO ESPAÇO URBANO

Integração entre o edifício e o espaço urbano.

ARQUITETURA PARA TODOS

Espaço aberto a toda a comunidade, com liberdade de acessos e usos.



DIVERSIFICAÇÃO DE USOS

Usos destinados a diferentes públicos e diferentes formas de apropriação a fim de permitir o convívio social e a atratividade do espaço.

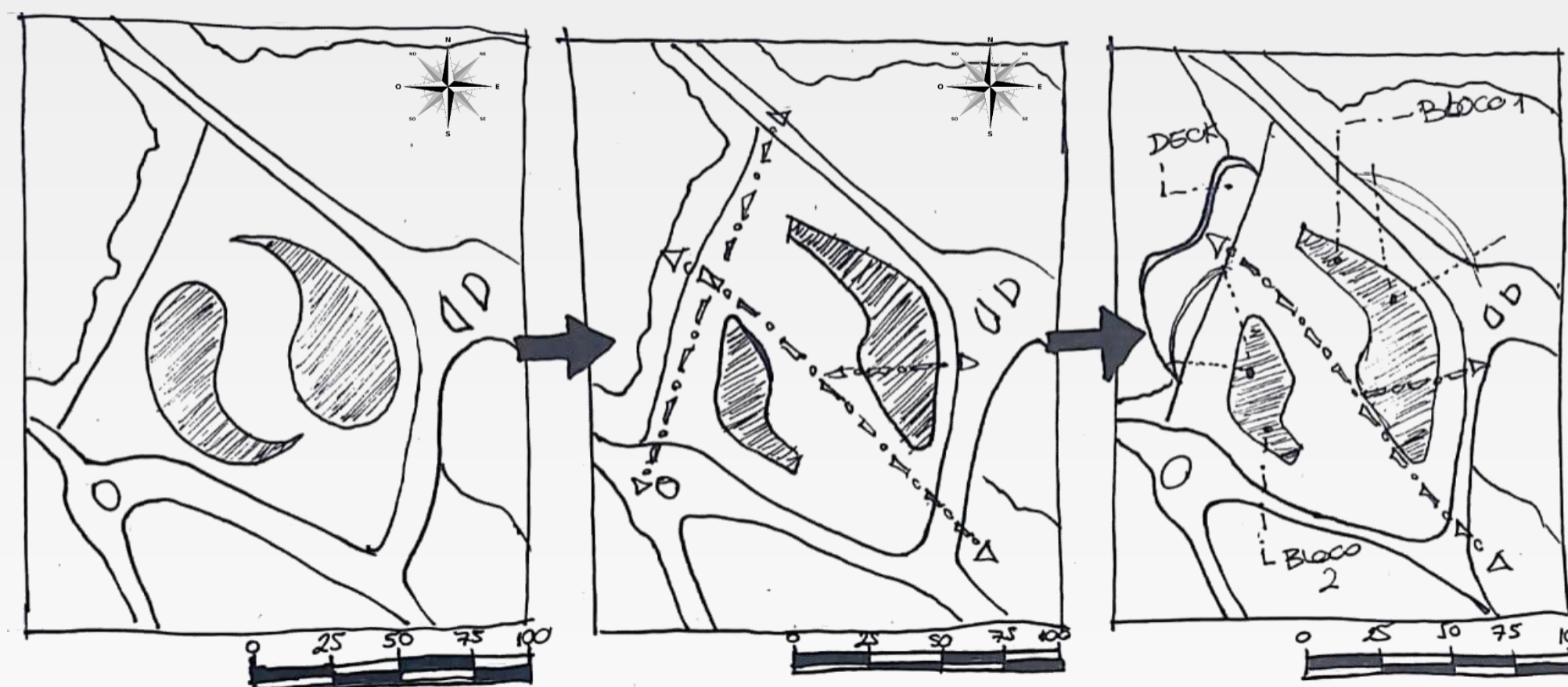


Yin e Yang

O conceito de Yin e Yang define que qualidades opostas são também complementares, gerando equilíbrio entre fatores, que a princípio não coexistiriam.

Para traduzir essa conexão na forma arquitetônica, adotou-se o conceito do Yin e Yang, cuja origem encontra-se na filosofia oriental. Tal origem o torna essencialmente diferente de qualquer ideia ocidental, já que de modo geral, esta, se baseia na ideia de opostos que se anulam, onde apenas um pode ser verdadeiro.

Concepção Formal

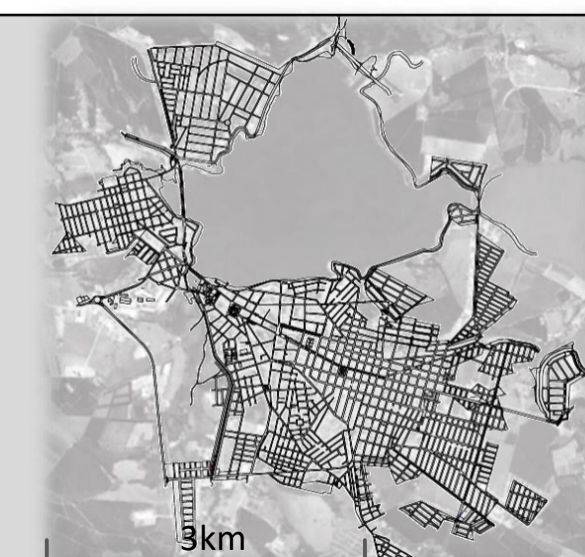
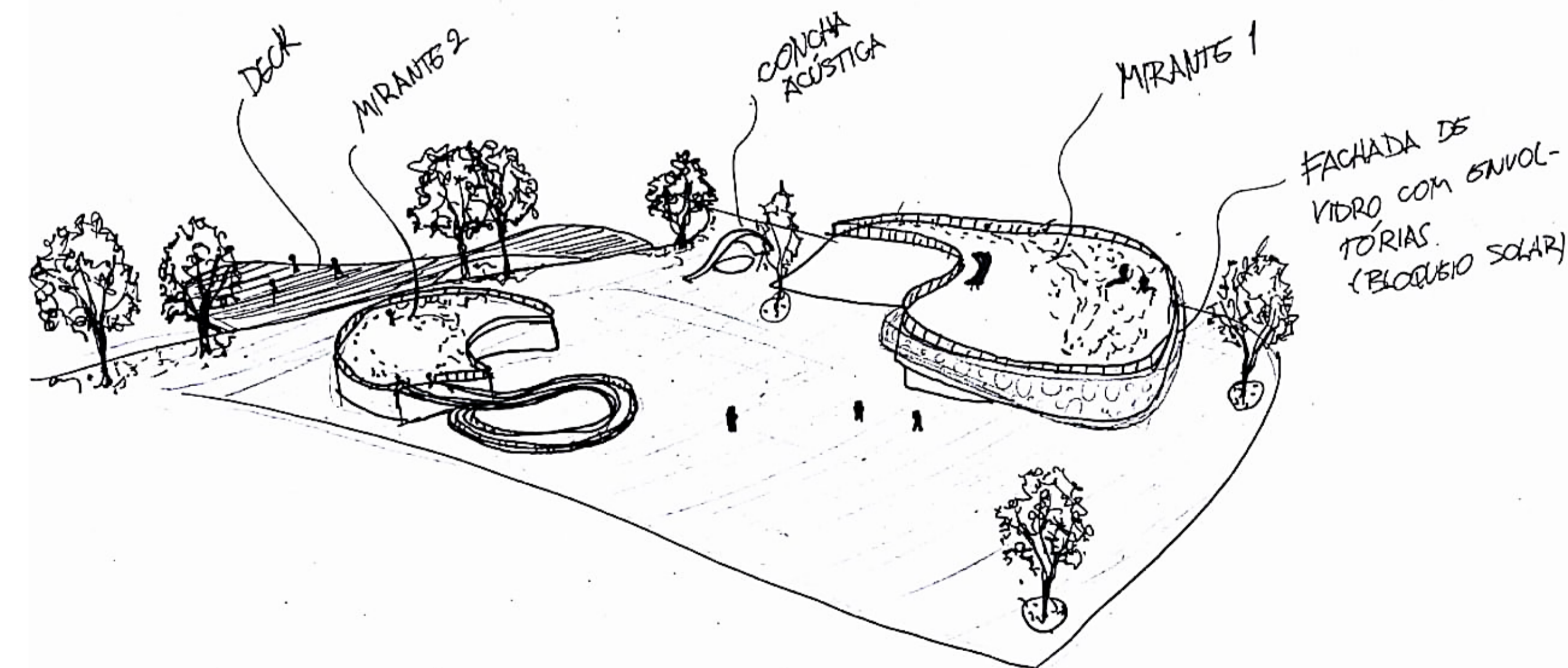


PARTIDO

O terraço jardim funcionando como um mirante, permite uma visualização privilegiada das vistas atrativas, além de ser uma continuidade do espaço urbano, que proporciona também a permanência e o convívio. Nessa área, prioriza-se a forração vegetal, com espécies que resistam ao pisoteio, a fim de permitir uma aproximação maior com a natureza.

O deck integrado ao lago faz parte da proposta da reaproximação das relações com a água, funcionando como uma extensão do espaço urbano sobre o lago. Esse espaço pode integrar circuitos de caminhada, permanência e contemplação.

Entre as edificações, uma praça central, priorizando os espaços positivos e a continuidade do espaço urbano.



Perímetro urbano de Boa Esperança – MG.

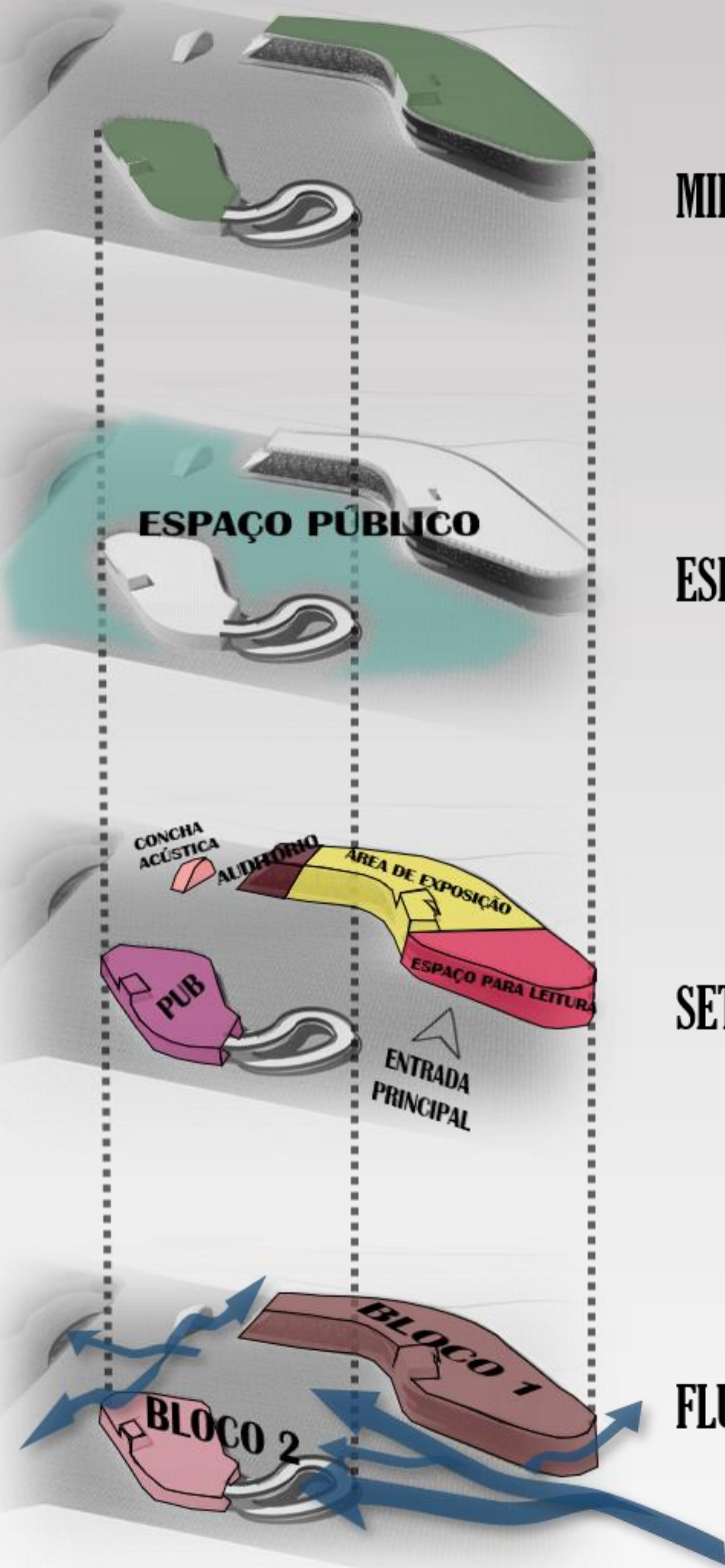
Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth, 2018.



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – GRUPO UNIS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
ALUNA: PÂMELA COSTA MARCOS
ORIENTADORA: PROF. D. SC. LUCIANA BRACARENSE COIMBRA VELOSO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC
TEMA: REQUALIFICAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO DE BOA ESPERANÇA - MG

SETORIZAÇÃO:



MIRANTE

ESPAÇO PÚBLICO

SETORIZAÇÃO

FLUXOS PRINCIPAIS

IMPLANTAÇÃO GERAL

DECK
Estrutura de Madeira sobre o lago, para contemplação, que tem o intuito de permitir a retomada da relação das pessoas com a água e a paisagem natural.

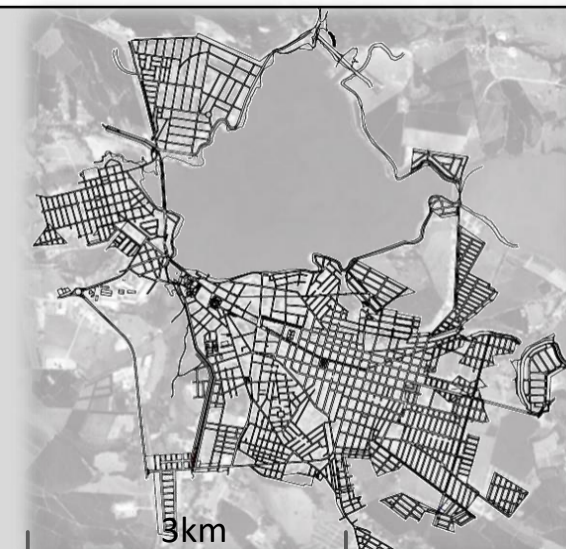
CENTRO CULTURAL E PUB
Ambas as edificações possuem terraços jardins, que funcionam como mirantes, permitindo áreas de convívio e contemplação integrados à paisagem natural, priorizando as vistas atrativas.



CONCHA ACÚSTICA
Uma área integrada ao Centro Cultural, para eventos ao ar livre, como shows, apresentações e eventos abertos, como o Festival Nacional da Canção (FENAC).

NOVA PRAÇA "DA PISTA"
A pista de skate, que atualmente situa-se na Praça Nicésio Ferreira Maia, é transferida para esta área e remodelada, com novas formas e mais atrativos. Nesta área são implantadas também equipamentos de apoio, como sanitários e bebedouros, além de mobiliário e jardins para convívio e contemplação.

Esta área tem a função de integrar o complexo cultural ao núcleo original (Praça Coronel Neves e Paróquia Nossa Senhora das Dores) e servir como espaço de apoio à Praça, recebendo eventos culturais e espaços de convívio.



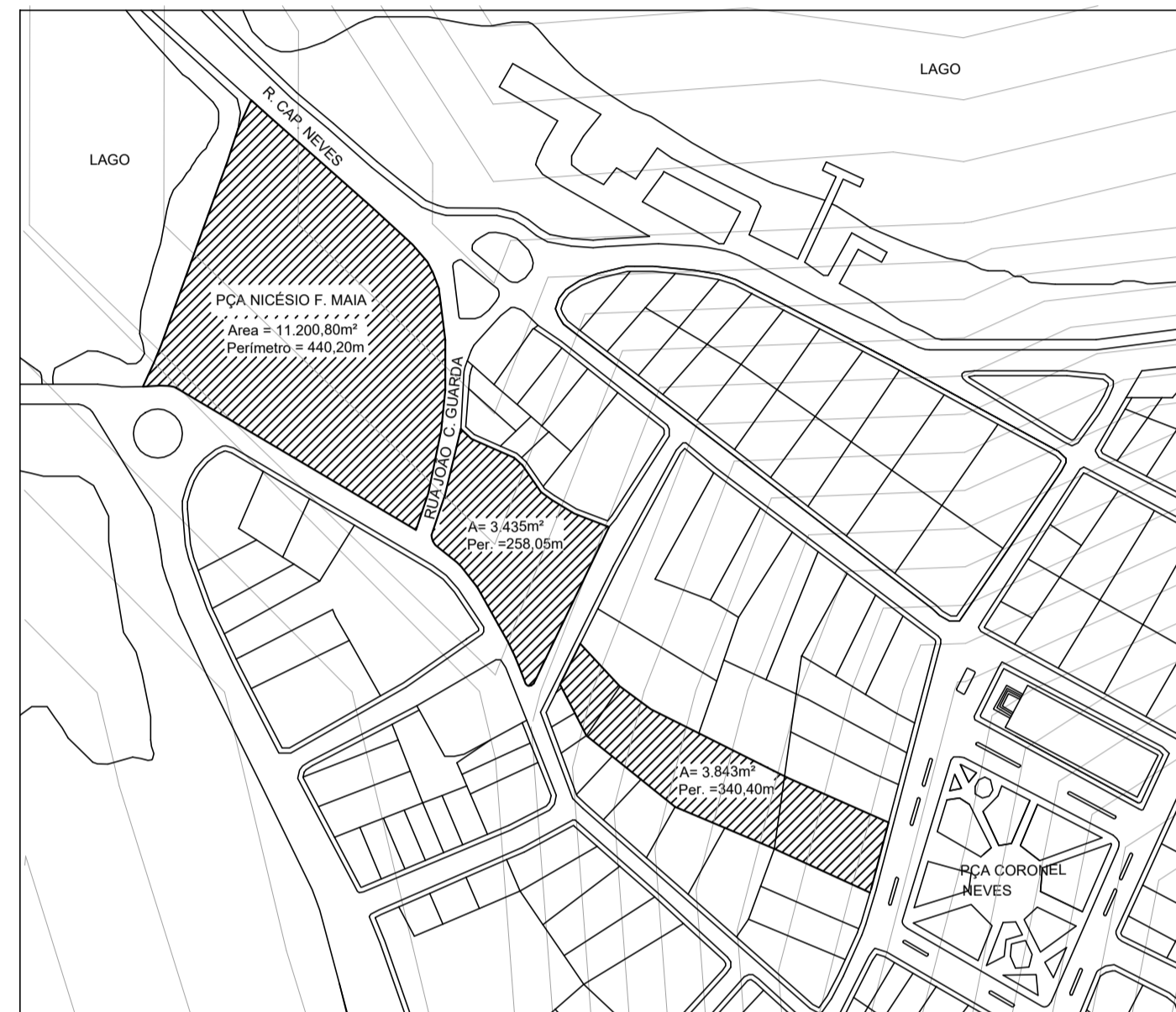
Perímetro urbano de Boa Esperança – MG.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth, 2018.



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – GRUPO UNIS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
ALUNA: PÂMELA COSTA MARCOS
ORIENTADORA: PROF. D. SC. LUCIANA BRACARENSE COIMBRA VELOSO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC
TEMA: REQUALIFICAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO DE BOA ESPERANÇA - MG

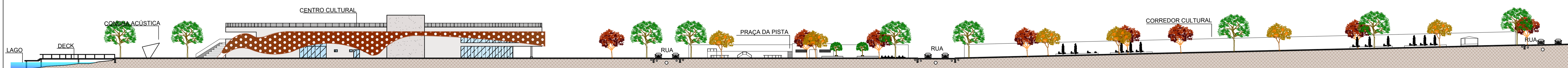


SITUAÇÃO
esc 1:2500



- 1 - CENTRO CULTURAL/MIRANTE 2 - PUB/MIRANTE 1 3 - DECK 4 - CONCHA ACÚSTICA 5 - ESPELHO D'ÁGUA 6 - ARBORIZAÇÃO EXISTENTE 7 - ARBORIZAÇÃO PROPOSTA 8 - NOVA PRAÇA DA PISTA 9 - NOVA PISTA 10 - SANTÁRIOS 11 - MOBILIÁRIO COM VEGETAÇÃO INTEGRADA
 12 - CORREDOR CULTURAL 13 - PLATAFORMA MULTUSO 14 - MOBILIÁRIO COM ENCOSTO INCLINADO INTEGRADO COM VEGETAÇÃO 15 - ÁREA PARA JOGOS AO AR LIVRE 16 - MOBILIÁRIO COM MESAS INTEGRADAS 17 - ÁREA PARA BARRACAS DE FEIRAS 18 - MURO COM JARDINS VERTICAIS 19 - MURO COM PAINÉIS DE ARTE URBANA
 20 - INTERVENÇÃO NA PRAÇA CORONEL NEVES PARA INTEGRAR AO PROJETO

IMPLANTAÇÃO GERAL
esc 1:1000



CORTE GERAL ESQUEMÁTICO - A-A
S/ESC.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC
COMPLEXO CULTURAL

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS - UNIS/MG
ARQUITETURA E URBANISMO

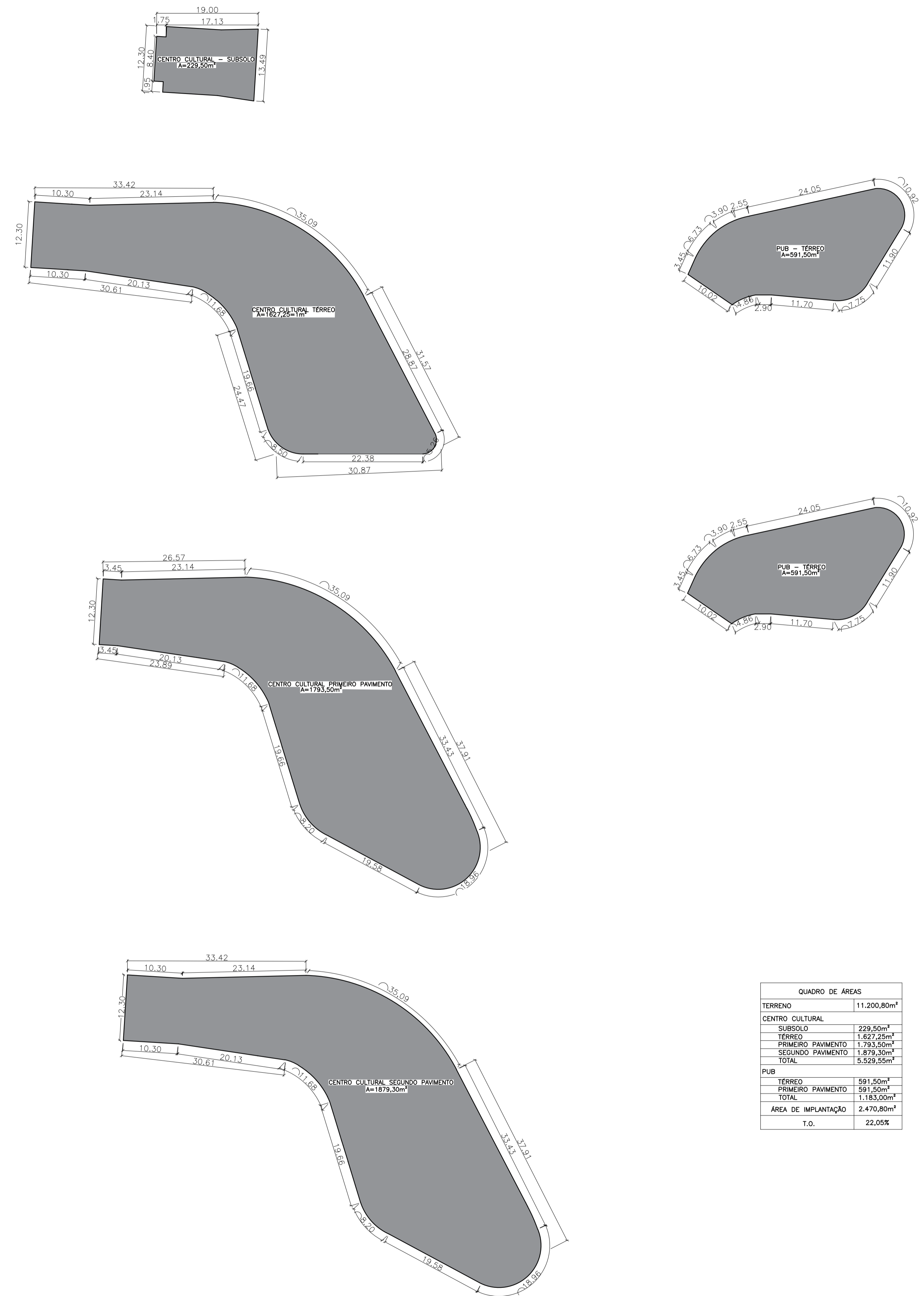


ALUNA: PÂMELA COSTA MARCOS
ORIENTADORA: PROF. D. SC. LUCIANA BRACARENSE COIMBRA VELOSO

ESCALA: INDICADA
20/11/2018

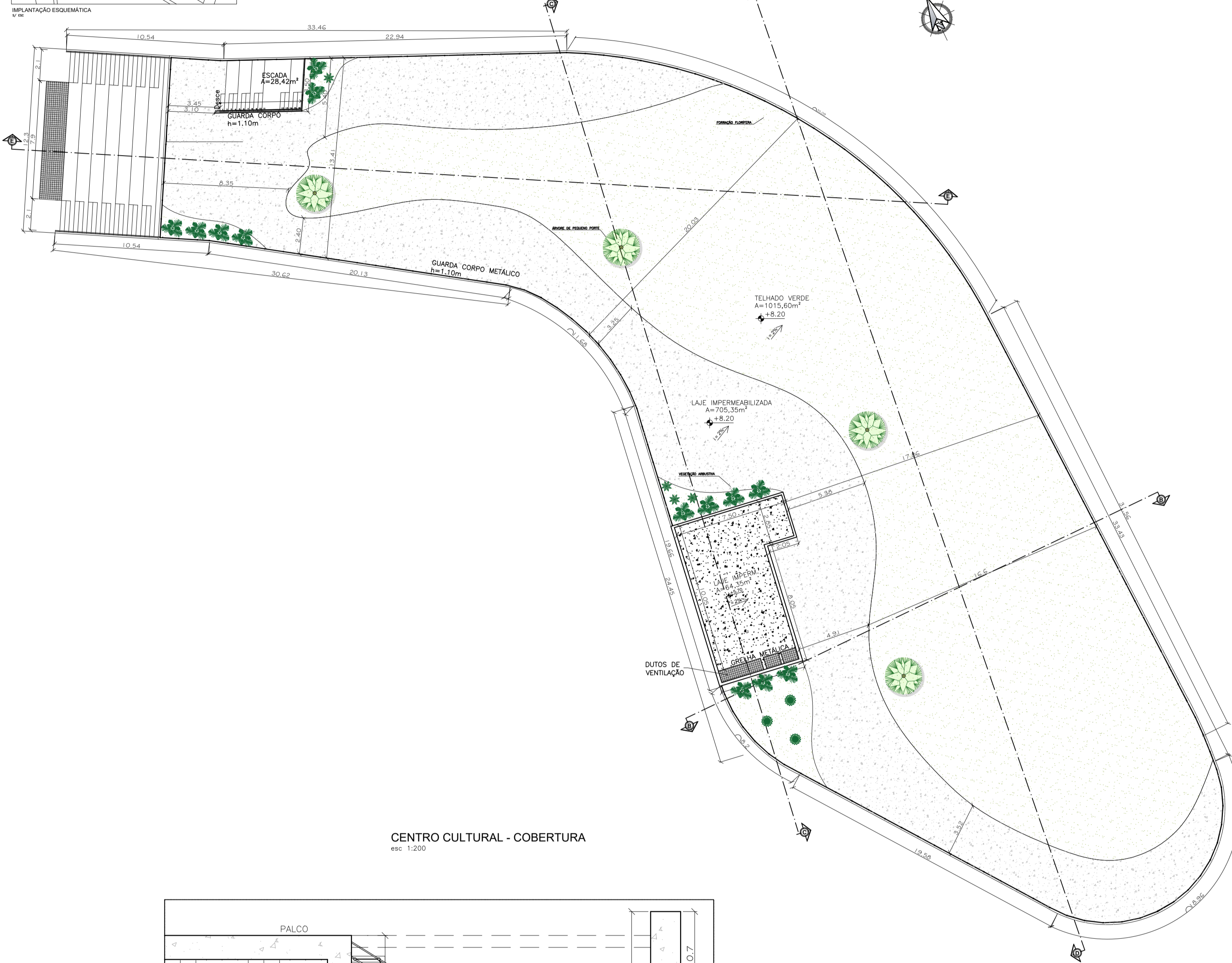
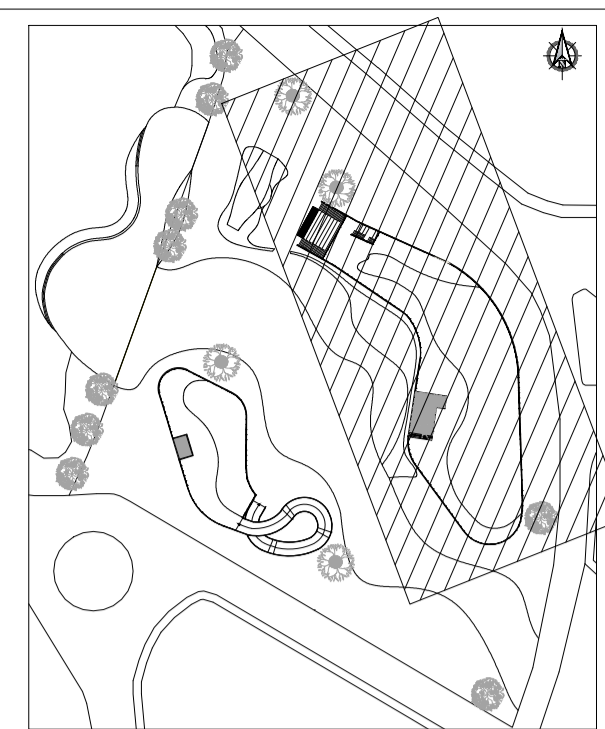


IMPLANTAÇÃO
esc 1:500

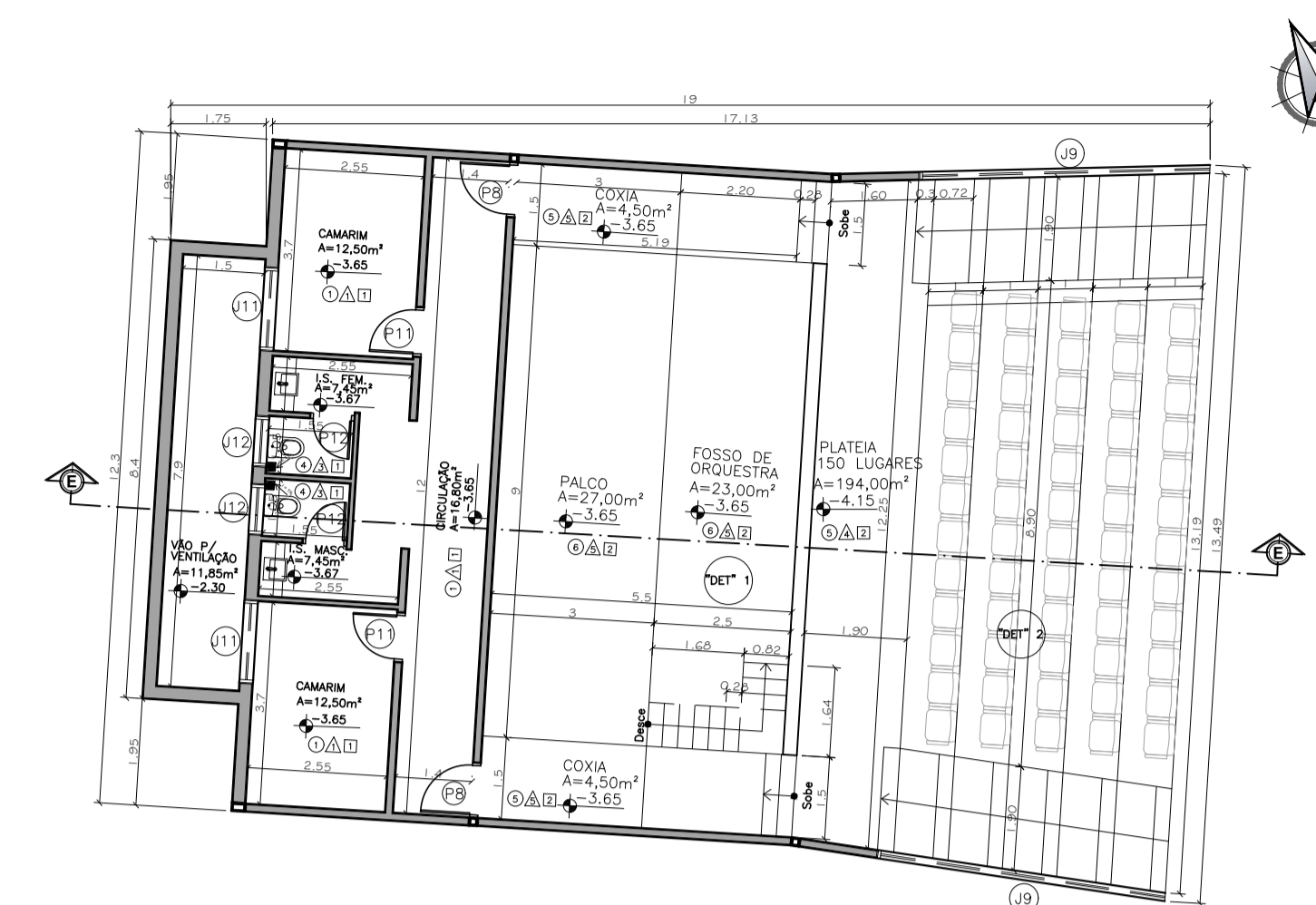


CÁLCULO DE ÁREAS
esc 1:500

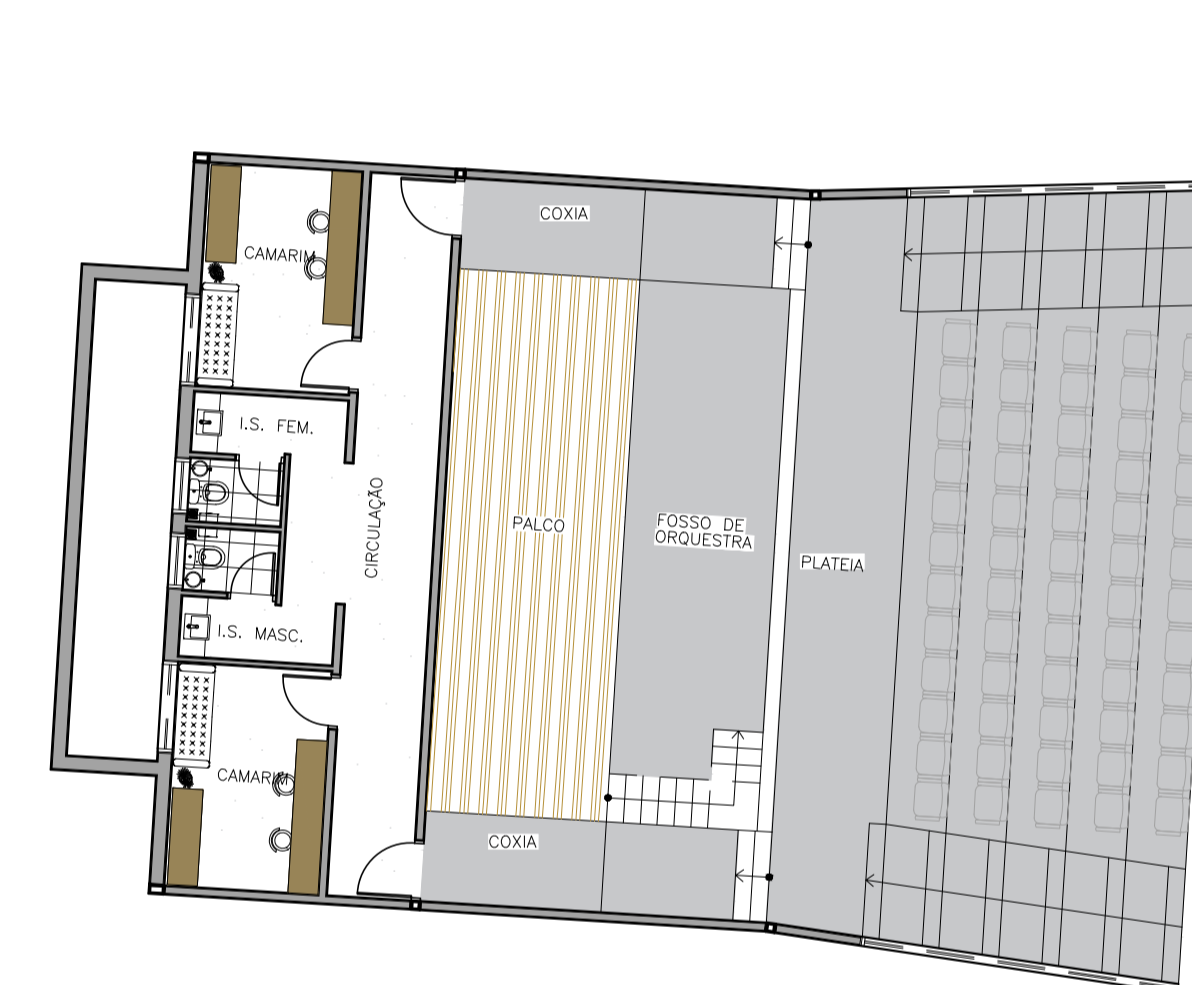
QUADRO DE ÁREAS	
TERRENO	11.200,80m ²
CENTRO CULTURAL	
SUBSOLO	229,50m ²
TERREO	1.879,30m ²
PRIMEIRO PAVIMENTO	1.793,50m ²
SEGUNDO PAVIMENTO	1.879,30m ²
TOTAL	5.529,55m ²
PUB	
TERREO	591,50m ²
PRIMEIRO PAVIMENTO	591,50m ²
TOTAL	1.183,00m ²
ÁREA DE IMPLANTAÇÃO	2.470,80m ²
T.O.	22,05%



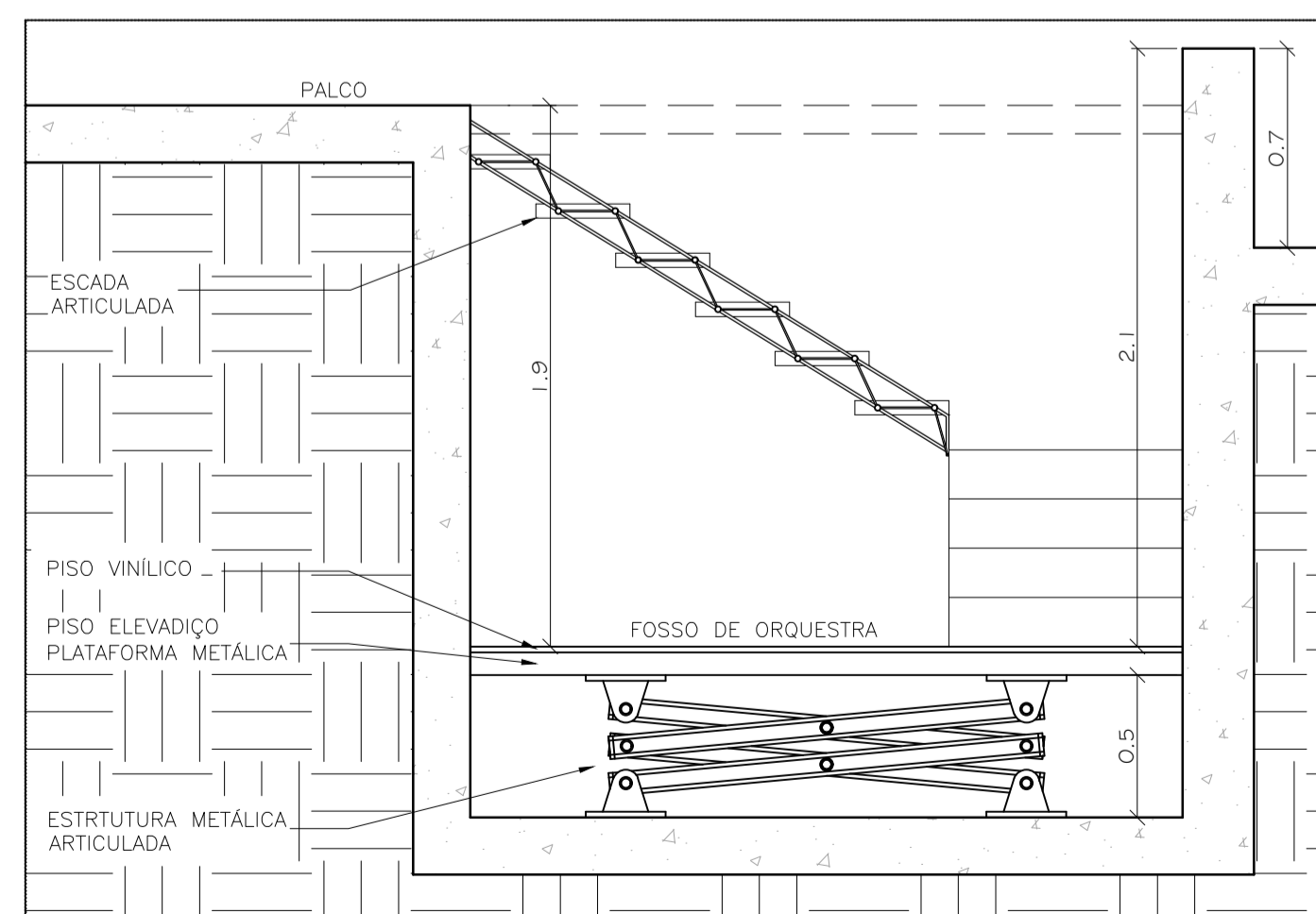
CENTRO CULTURAL - COBERTURA
esc: 1:200



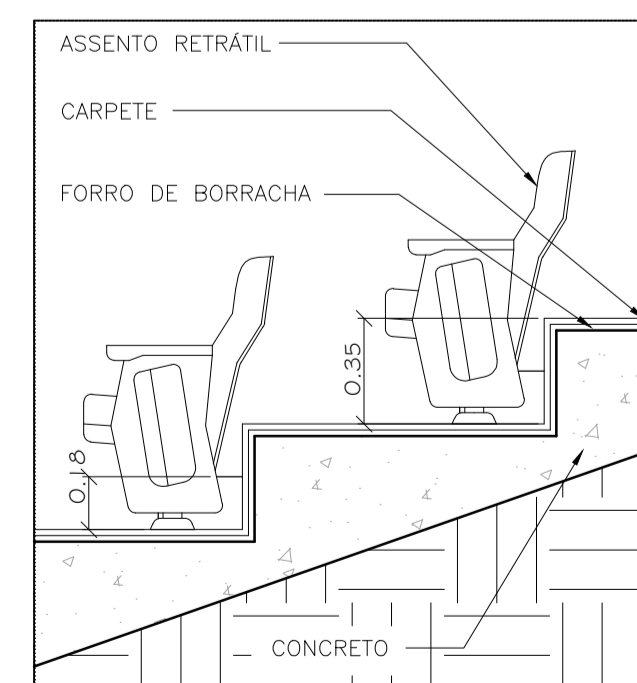
CENTRO CULTURAL - SUBSOLO
esc: 1:125



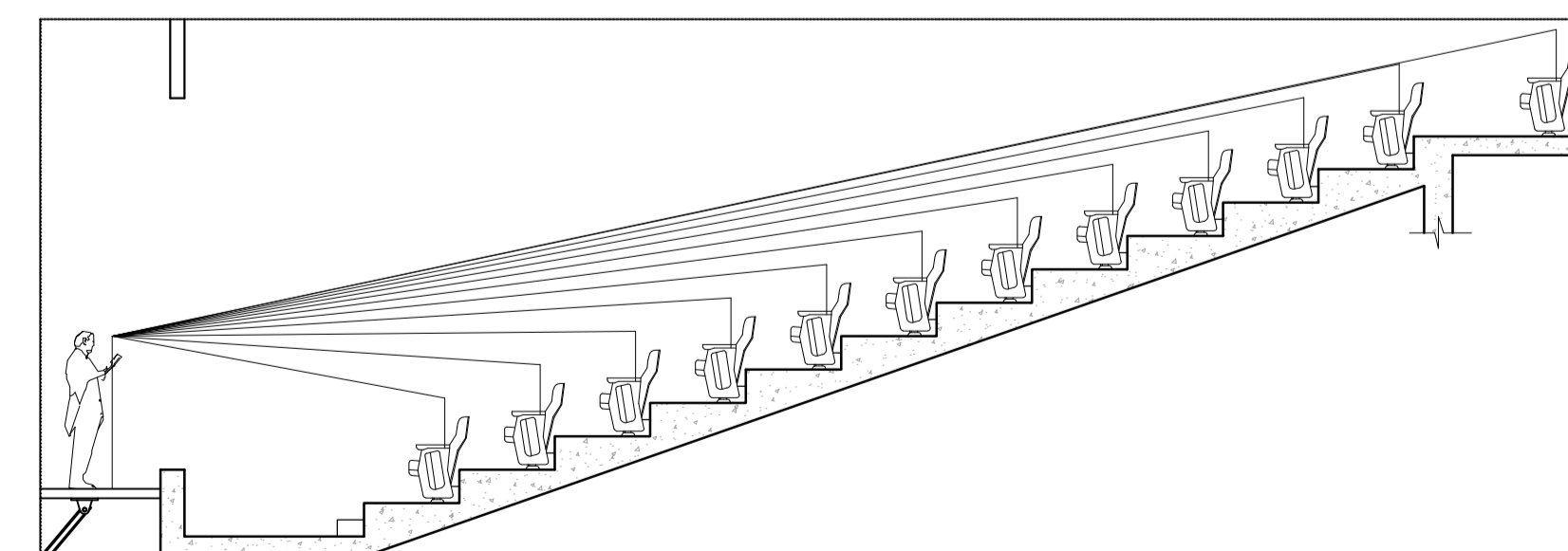
PLANTA HUMANIZADA - CENTRO CULTURAL - SUBSOLO
esc: 1:125



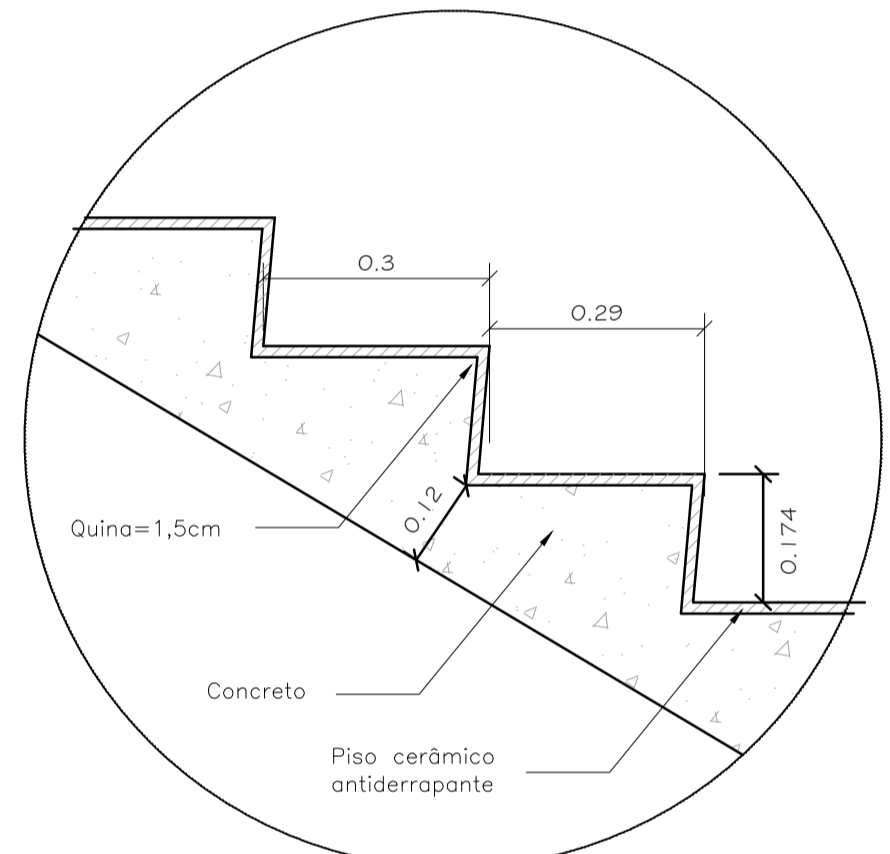
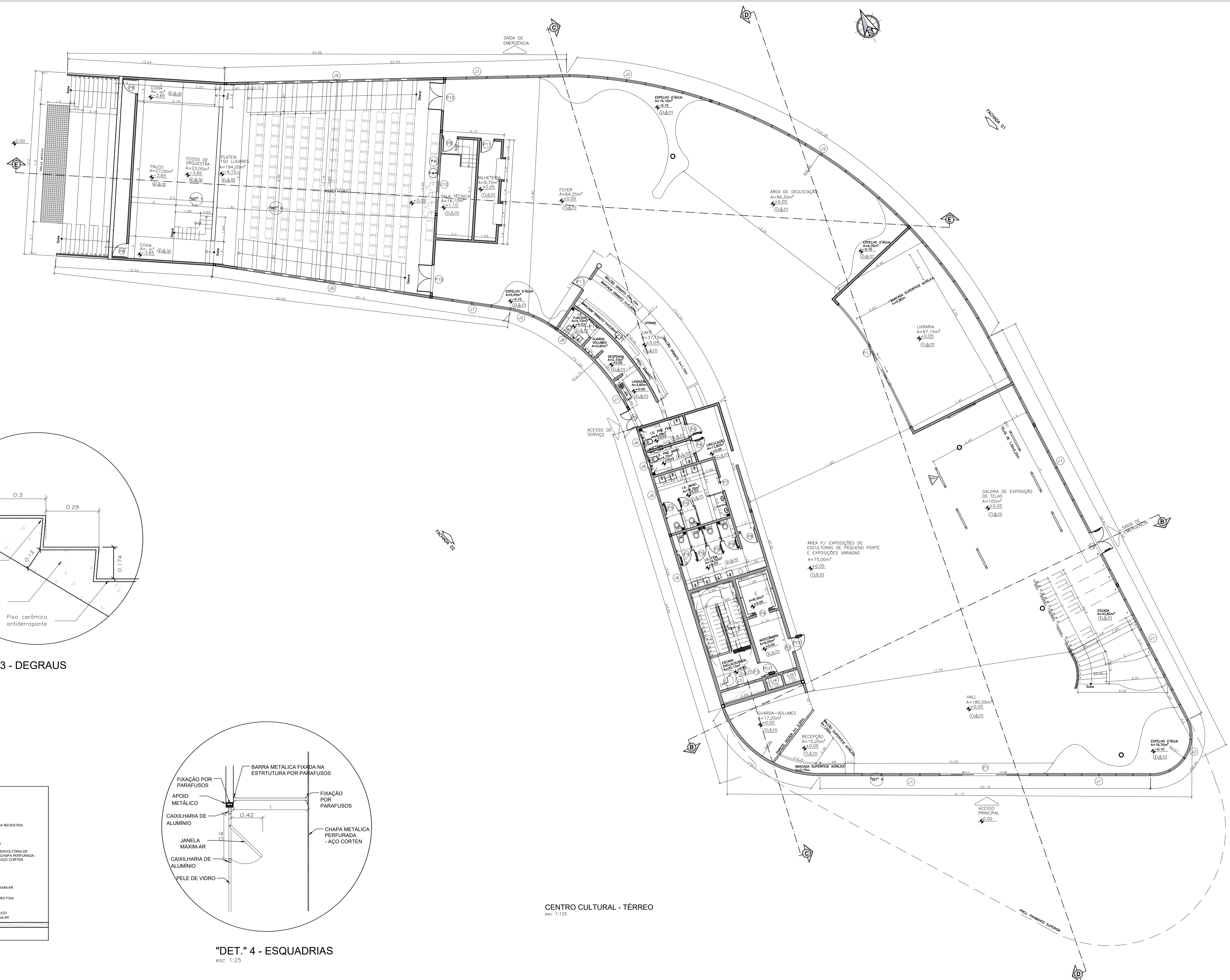
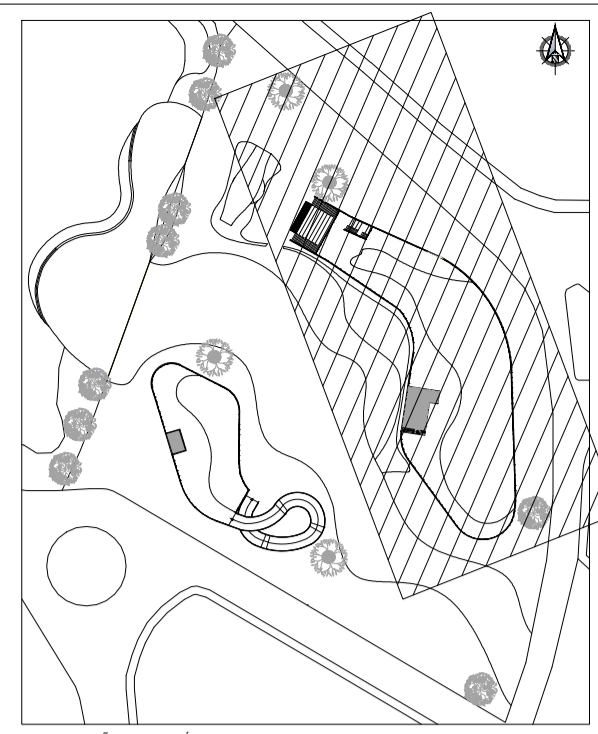
"DET" 1 - PISO ELEVADO DO FOSSO DE ORQUESTRA
esc: 1:25



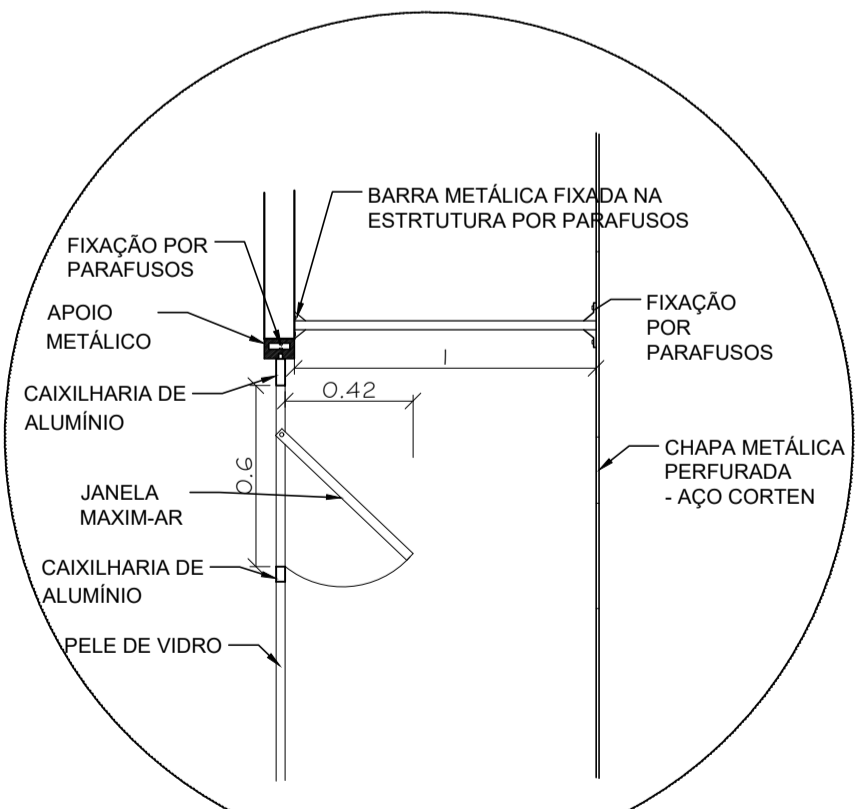
"DET" 2 - ARRIBANCADA AUDITÓRIO
esc: 1:25



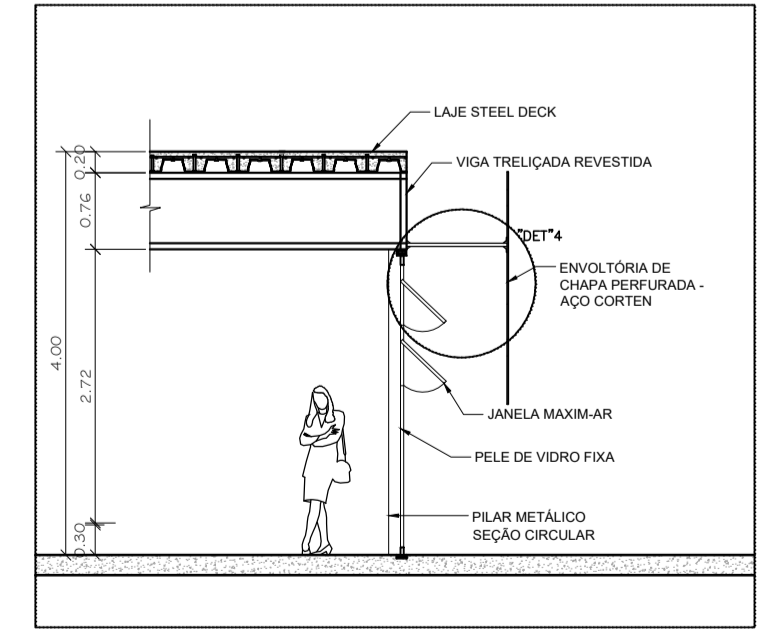
CURVA DE VISIBILIDADE - AUDITÓRIO
esc: 1:75



"DET." 3 - DEGRAUS
esc 1:10

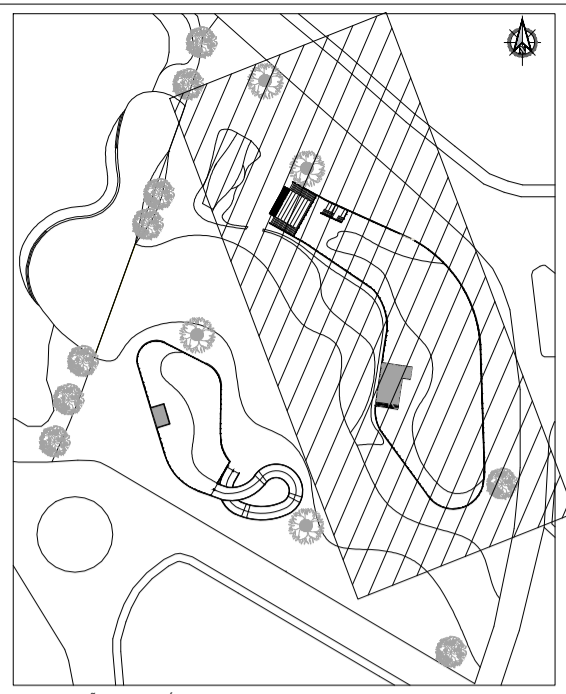


"DET." 4 - ESQUADRIAS
esc 1:25

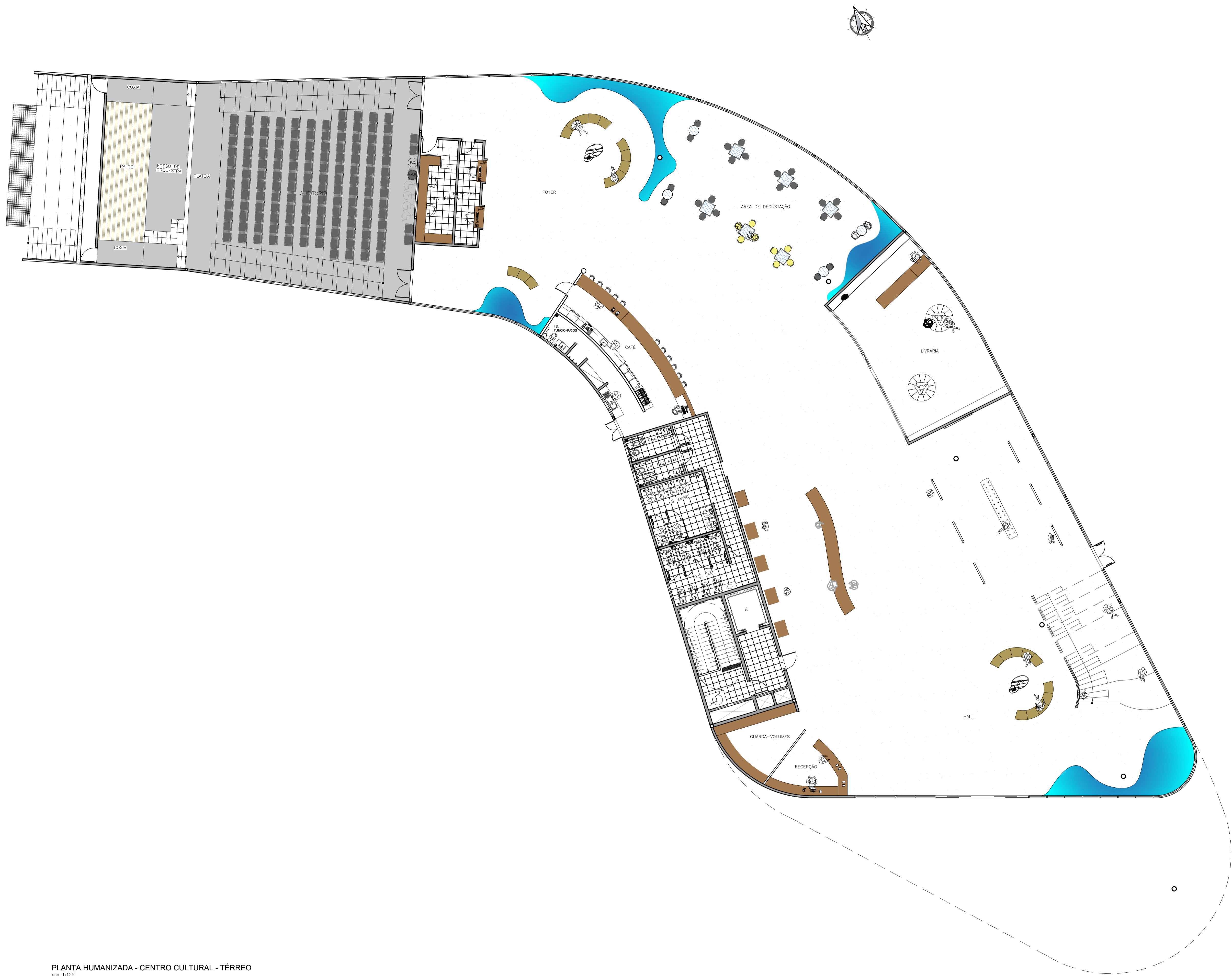


ESQUADRIAS
esc 1:75

CENTRO CULTURAL - TÉRREO
esc 1:125

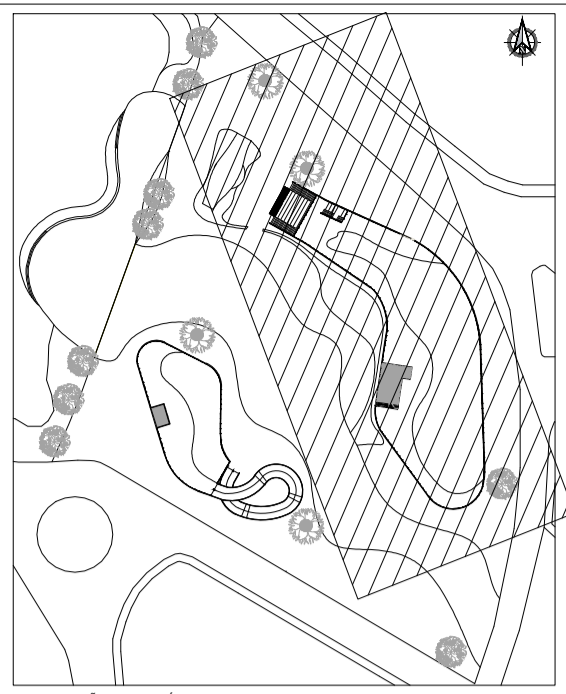


IMPLANTAÇÃO ESQUEMÁTICA

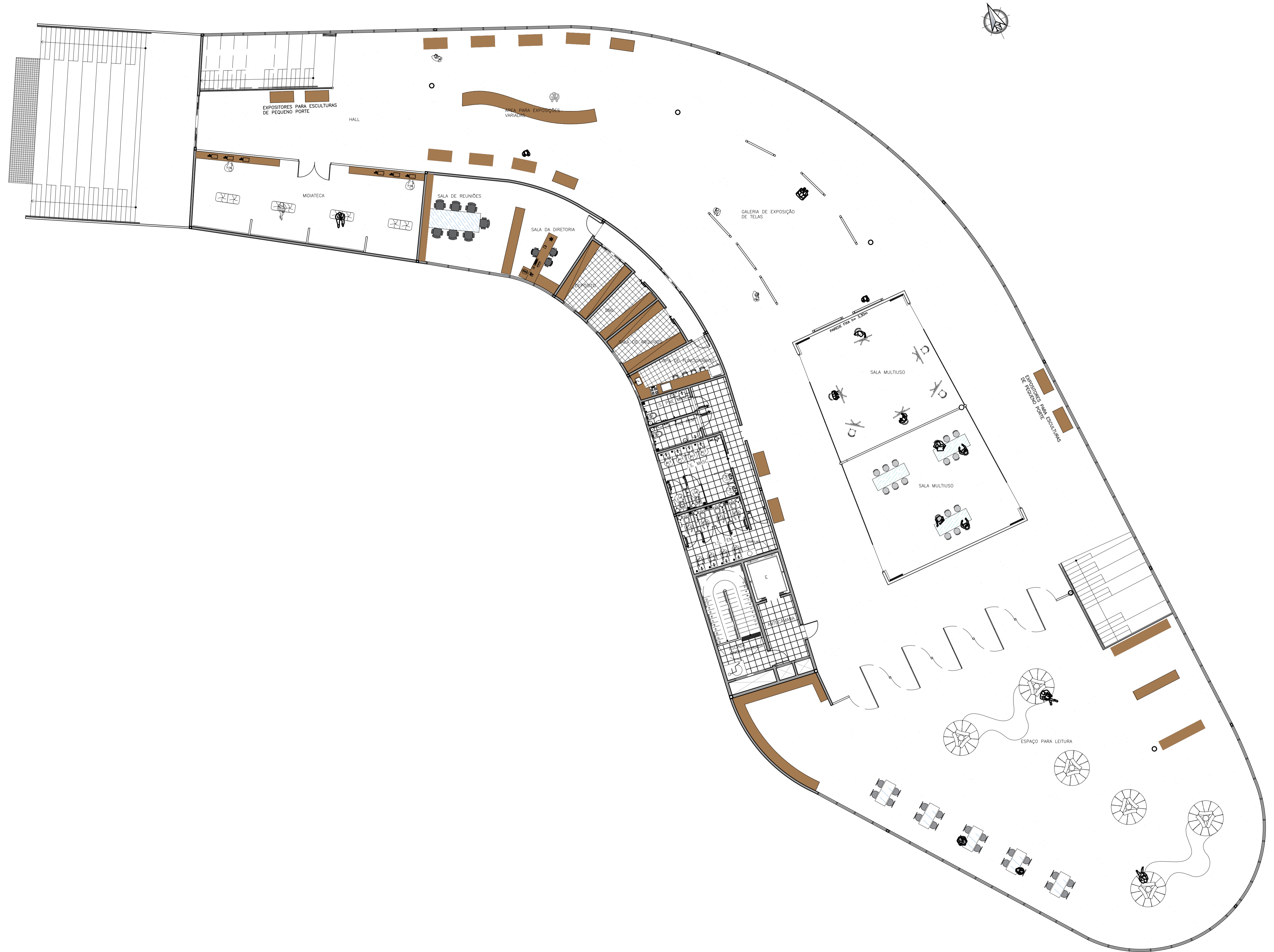


PLANTA HUMANIZADA - CENTRO CULTURAL - TÉRREO
esc: 1:125



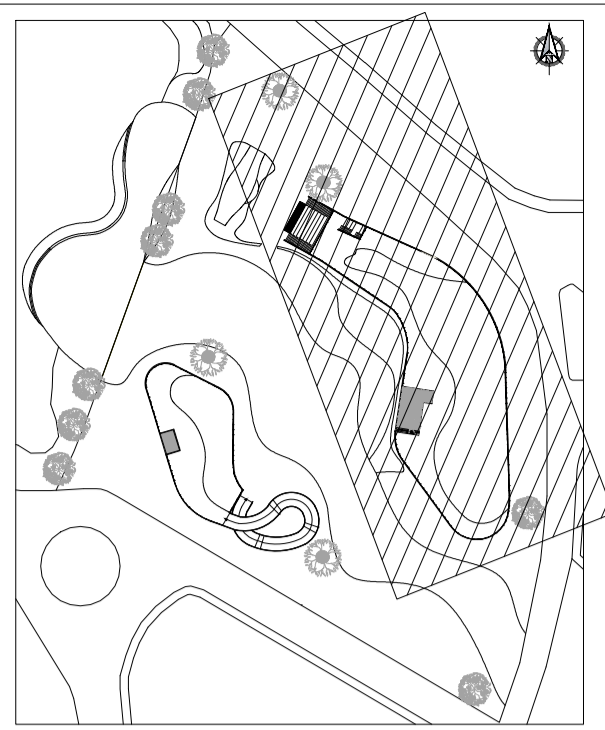


IMPLANTAÇÃO ESQUEMÁTICA



PLANTA HUMANIZADA - CENTRO CULTURAL - PRIMEIRO PAVIMENTO
esc. 1:125



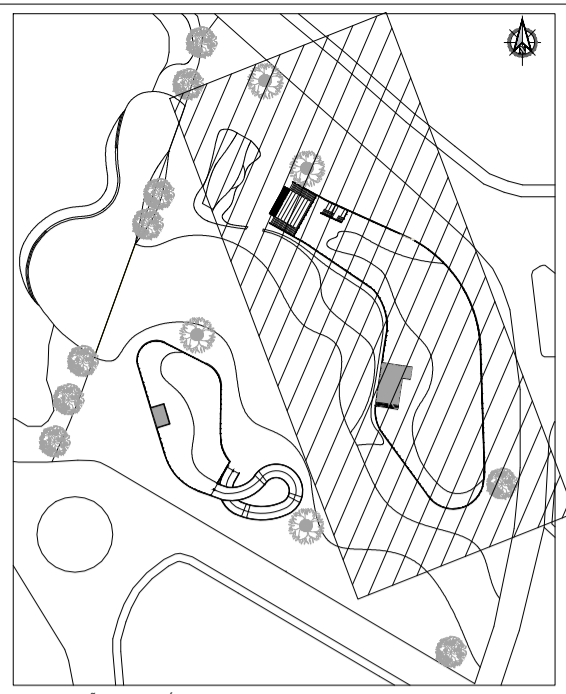


MIRANTICA ESQUEMATICA
V. 02

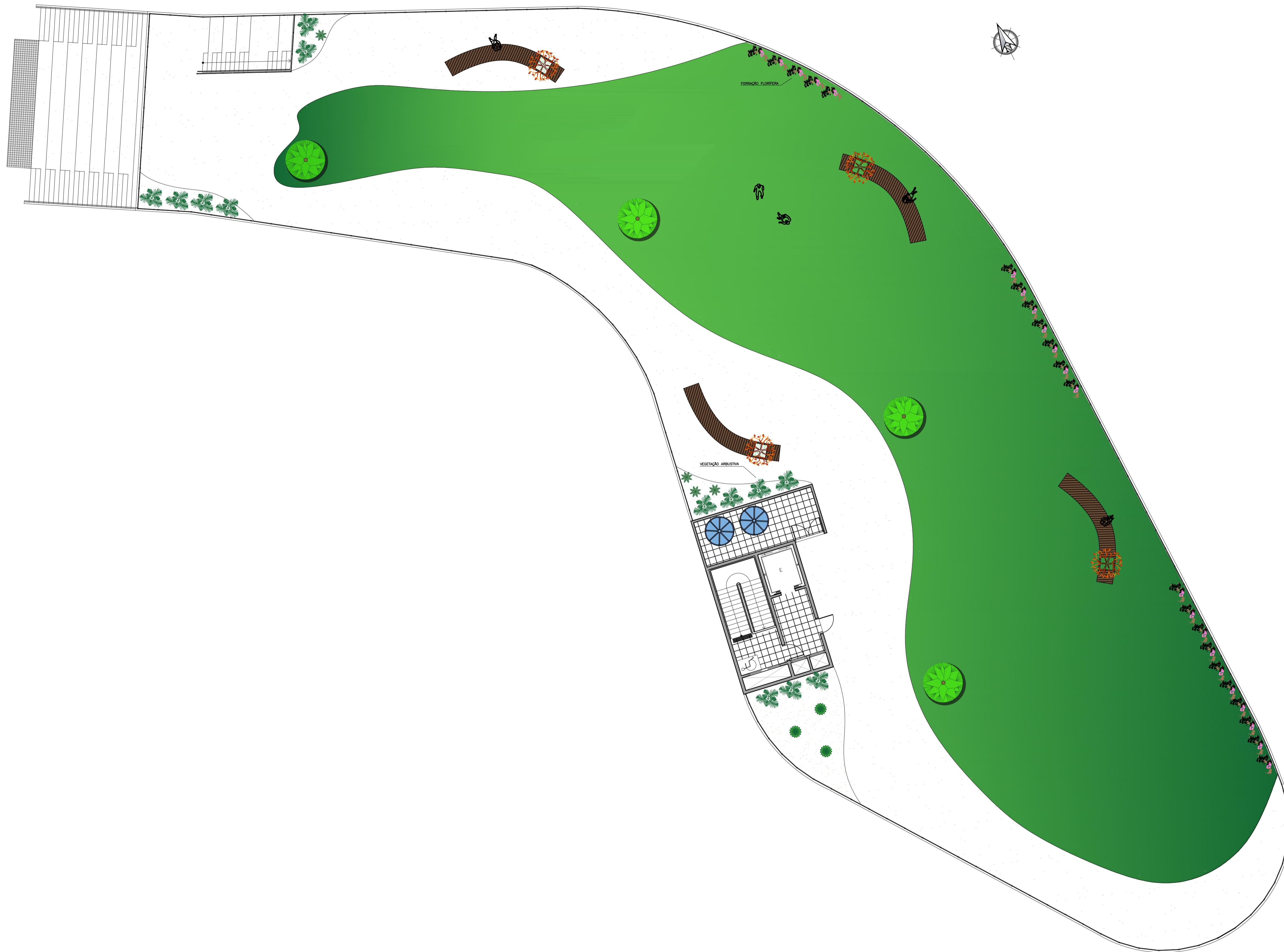


CENTRO CULTURAL - SEGUNDO PAVIMENTO
esc 1:125



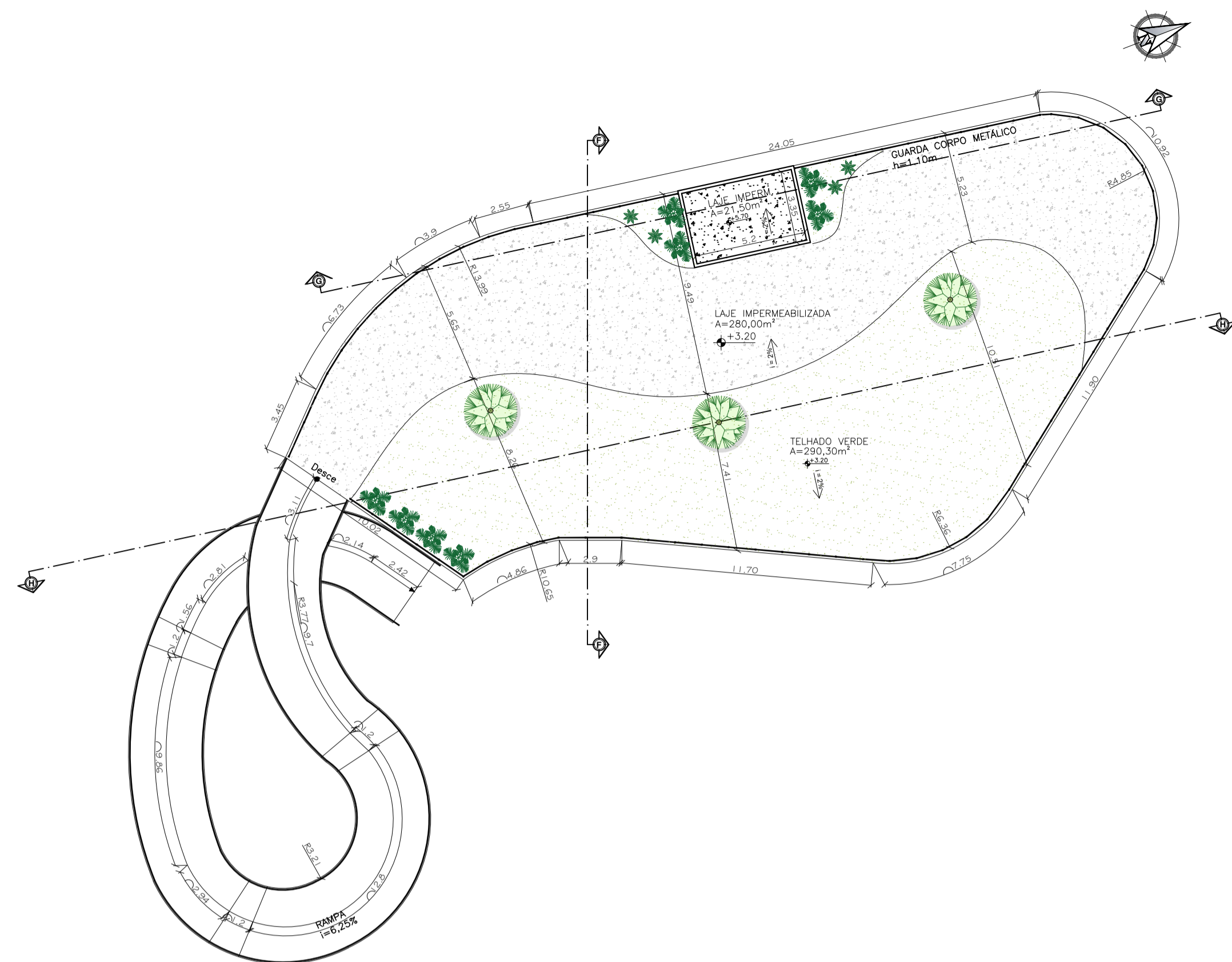


IMPLANTAÇÃO ESQUEMÁTICA

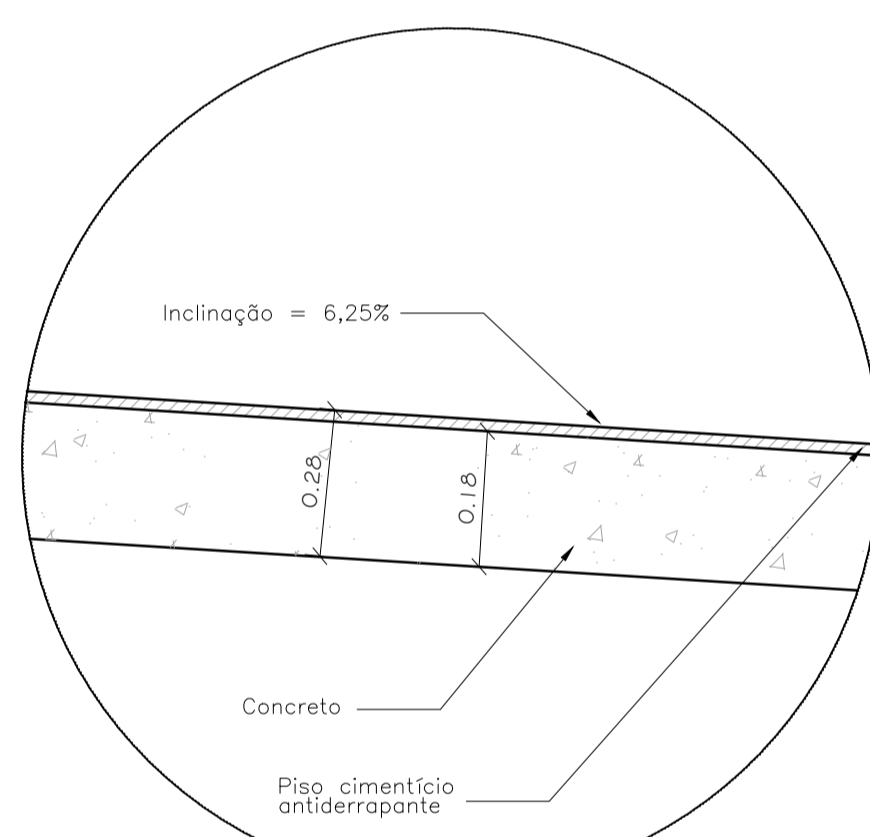


PLANTA HUMANIZADA - CENTRO CULTURAL - SEGUNDO PAVIMENTO
esc: 1:125

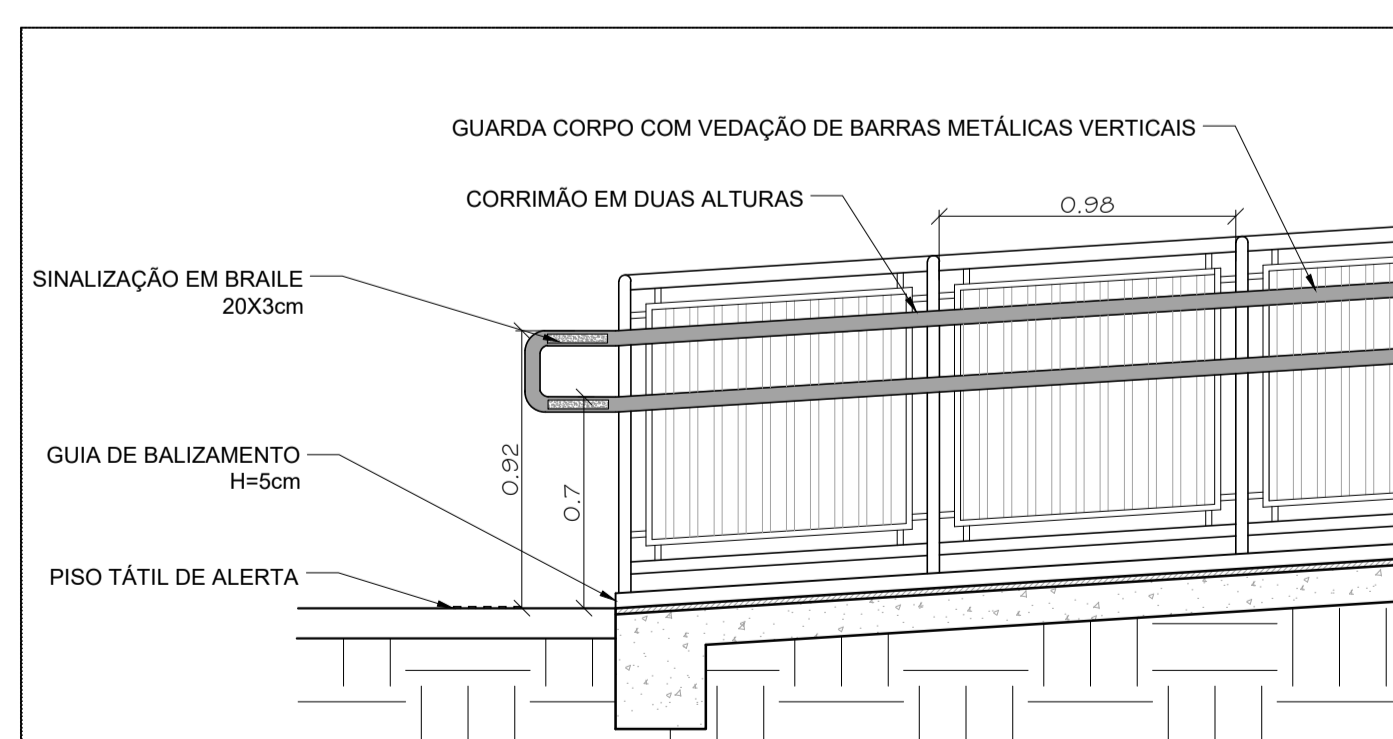




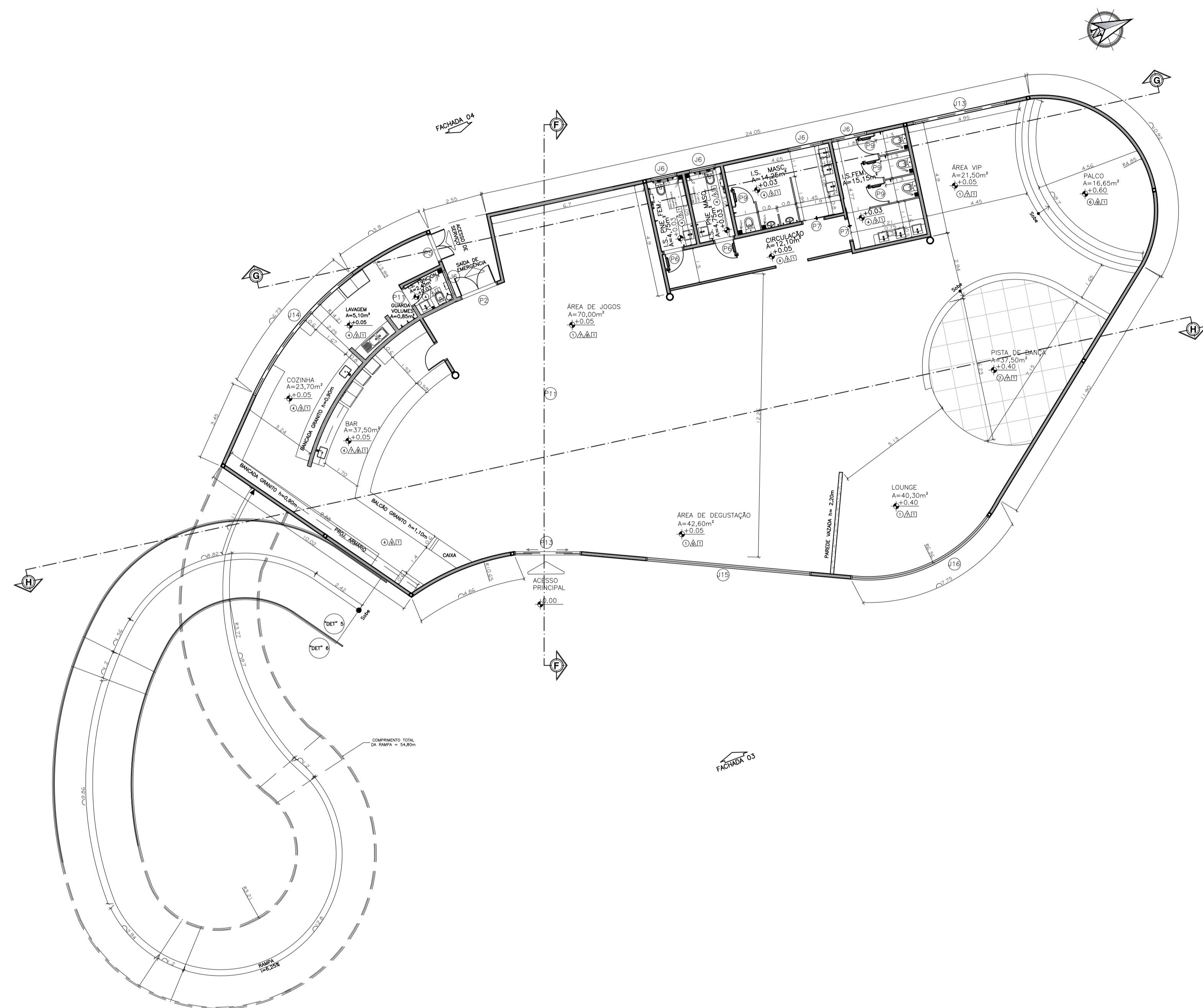
PUB - COBERTURA
esc 1:200



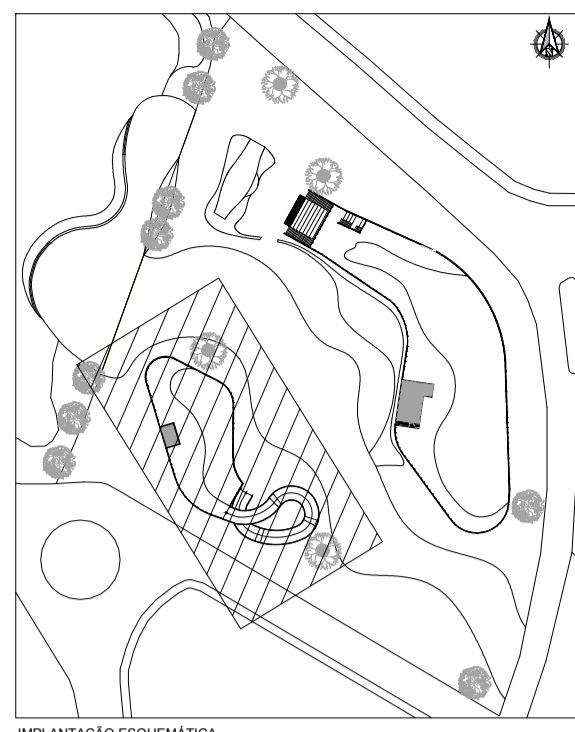
"DET." 5 - RAMPA
esc 1:10



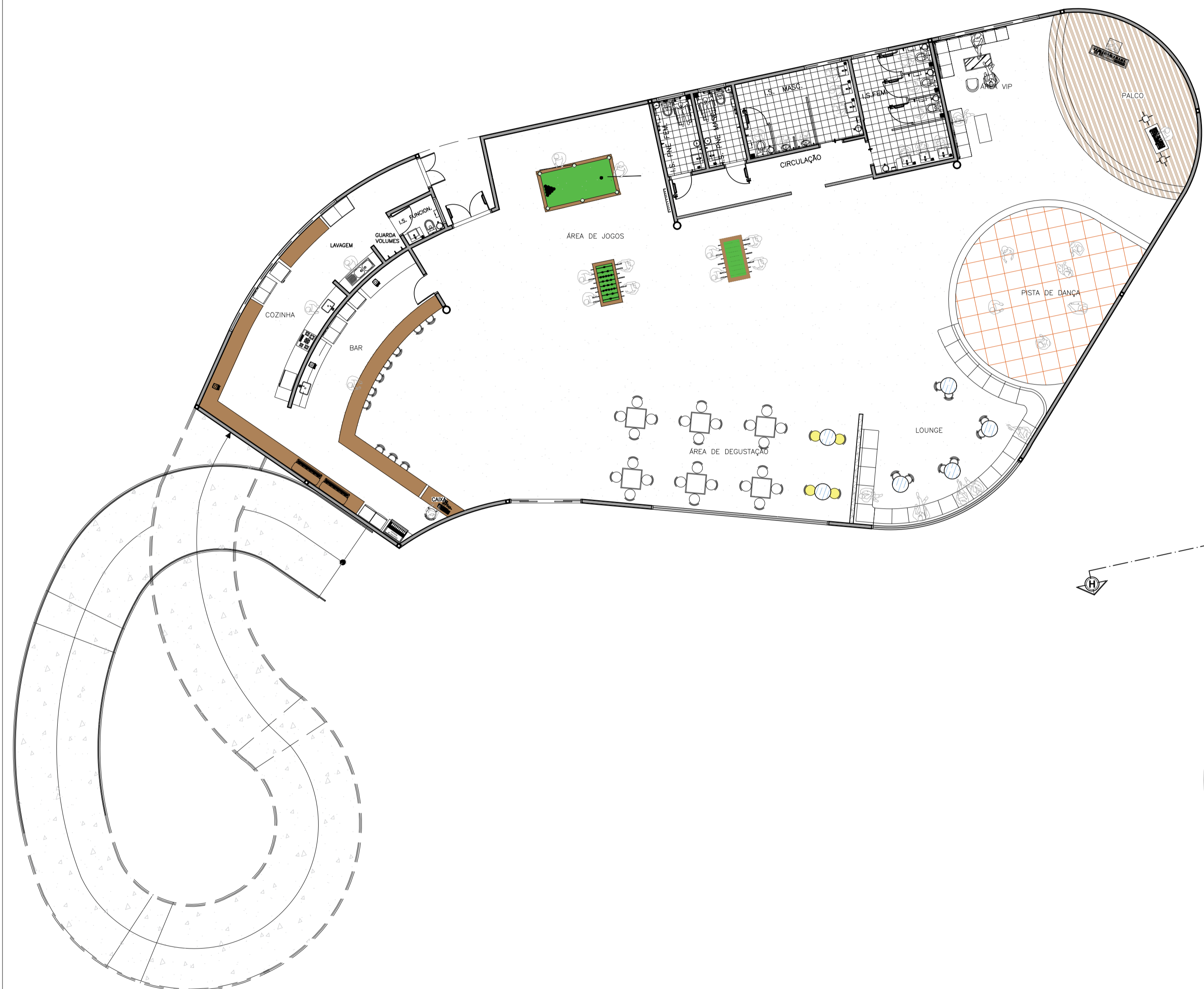
"DET." 6 - GUARDA CORPO E CORRIMÃO
esc 1:25



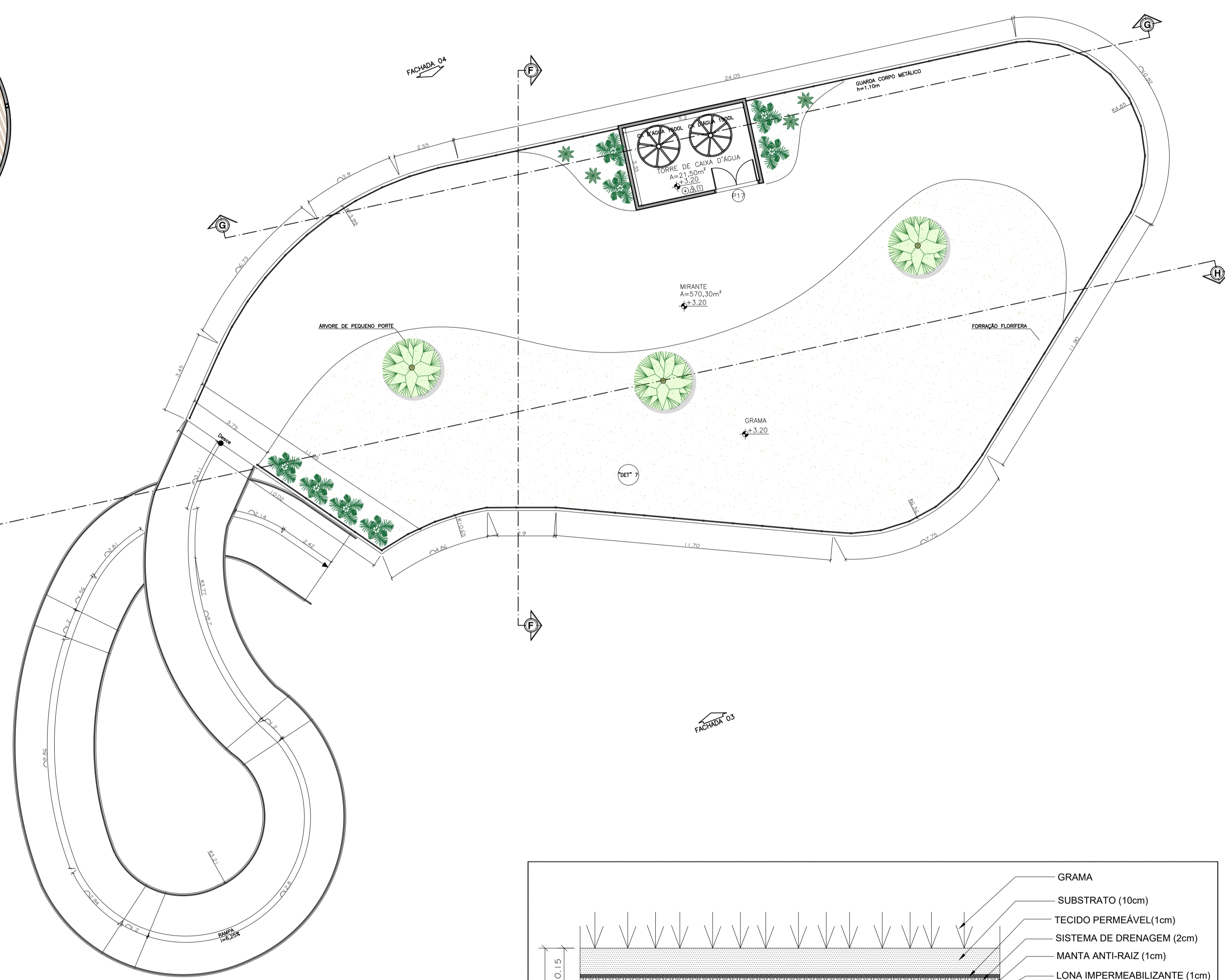
PUB - TÉRREO
esc 1:125



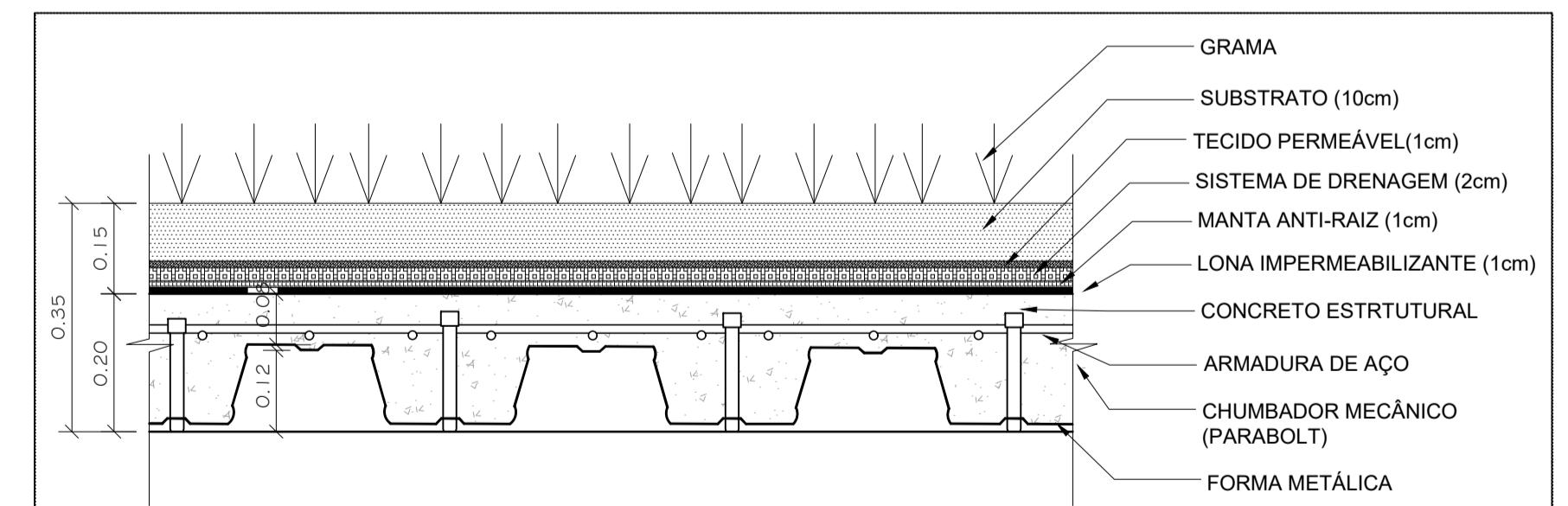
IMPLANTAÇÃO ESQUEMÁTICA



PLANTA HUMANIZADA - PUB - TÉRREO
esc. 1:125

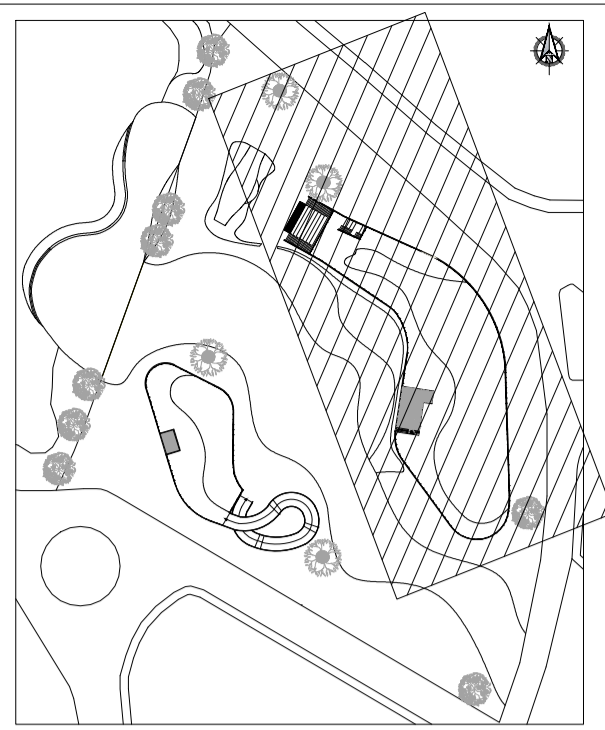


PUB - PAVIMENTO SUPERIOR
esc. 1:125

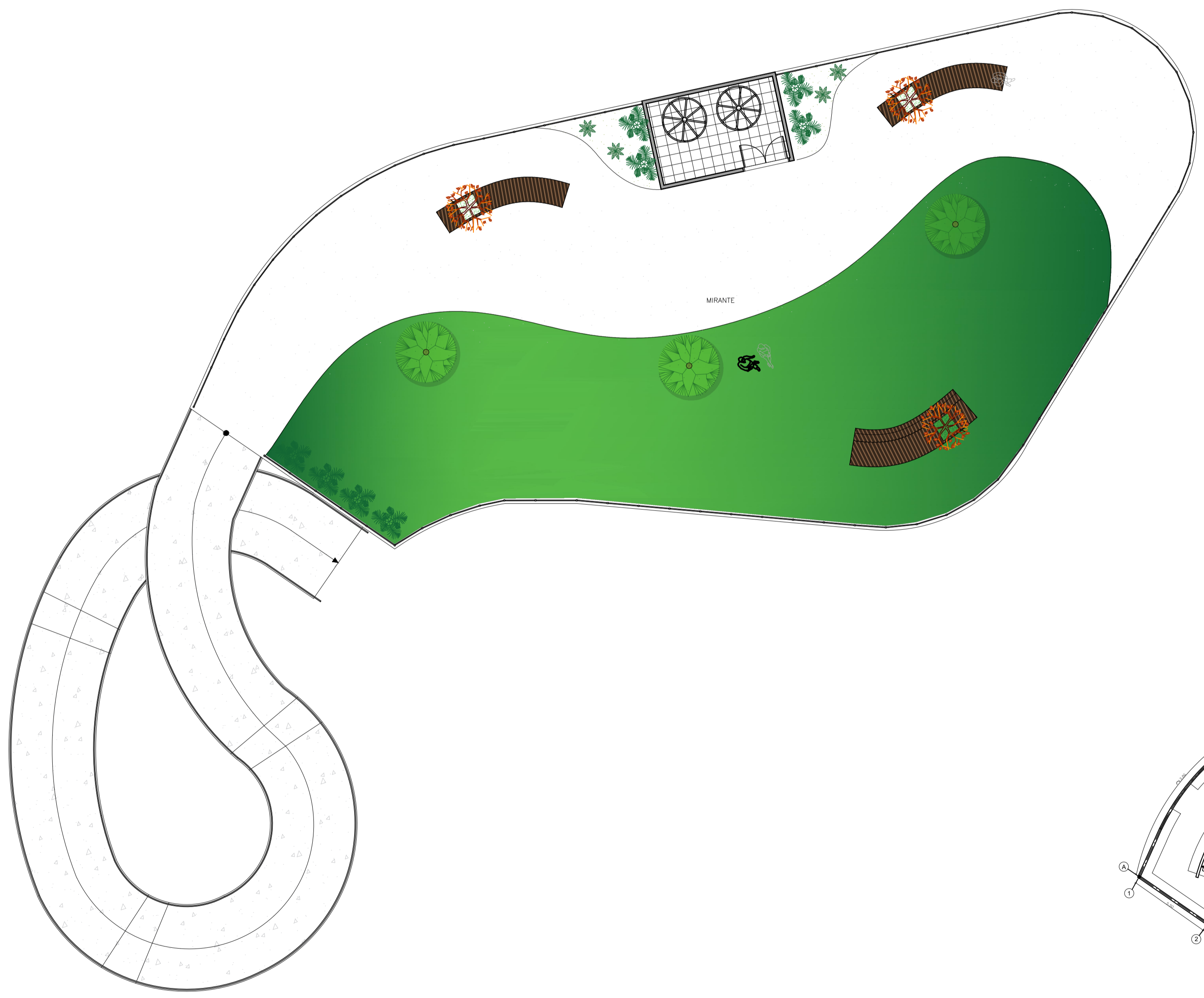


"DET" 7 - TELHADO VERDE
esc. 1:10

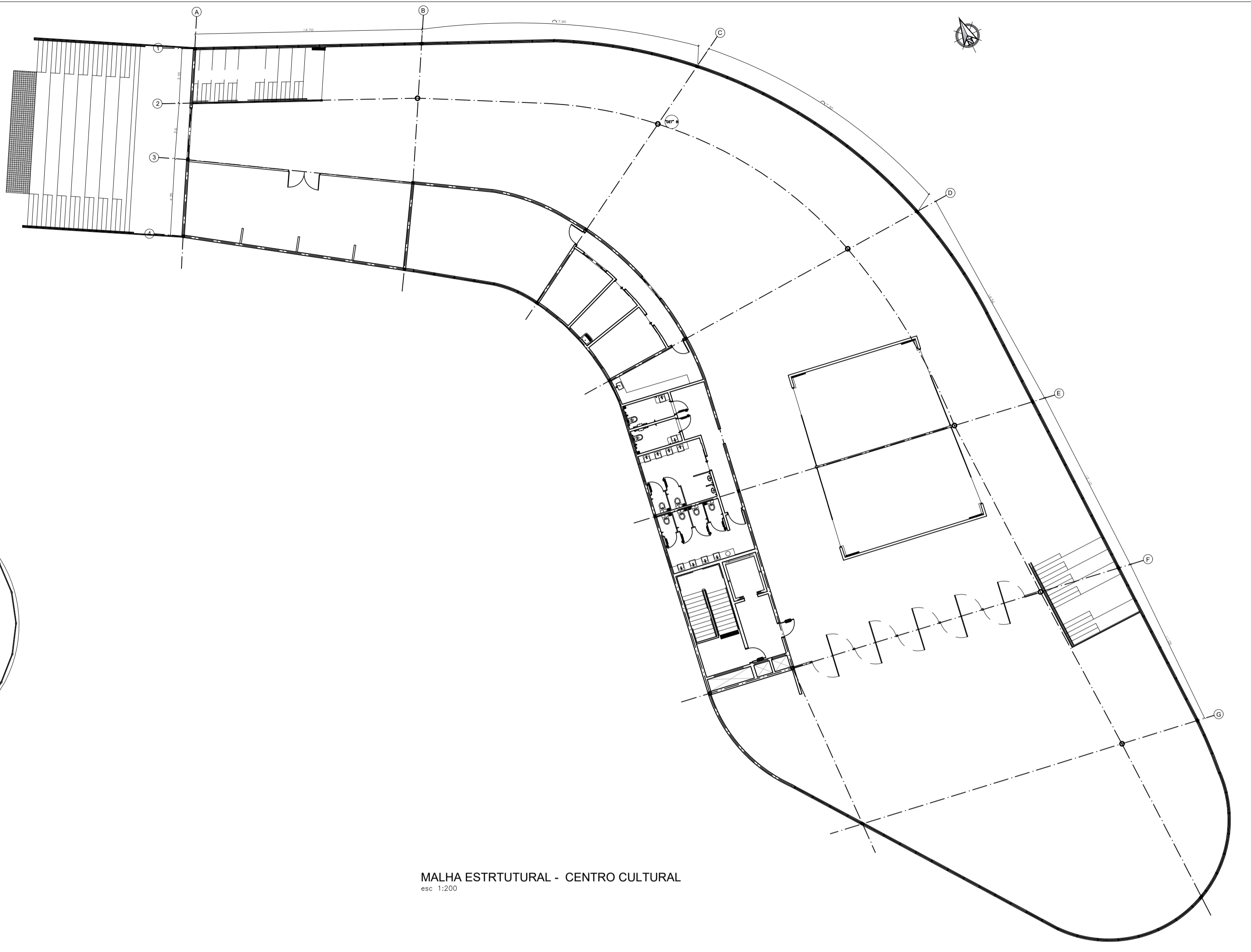




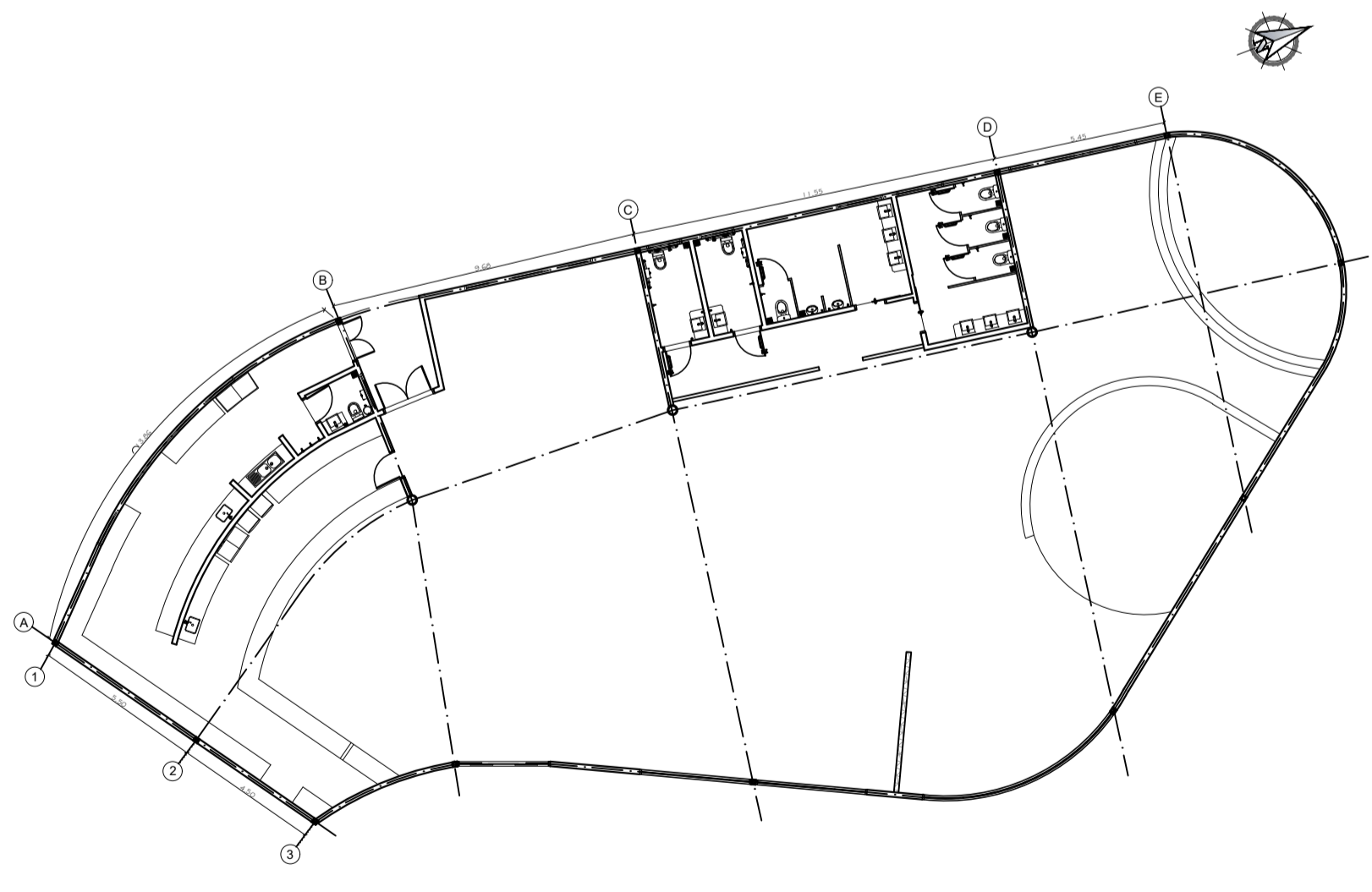
MIRANTINO ESQUEMATICA
esc. 1:200



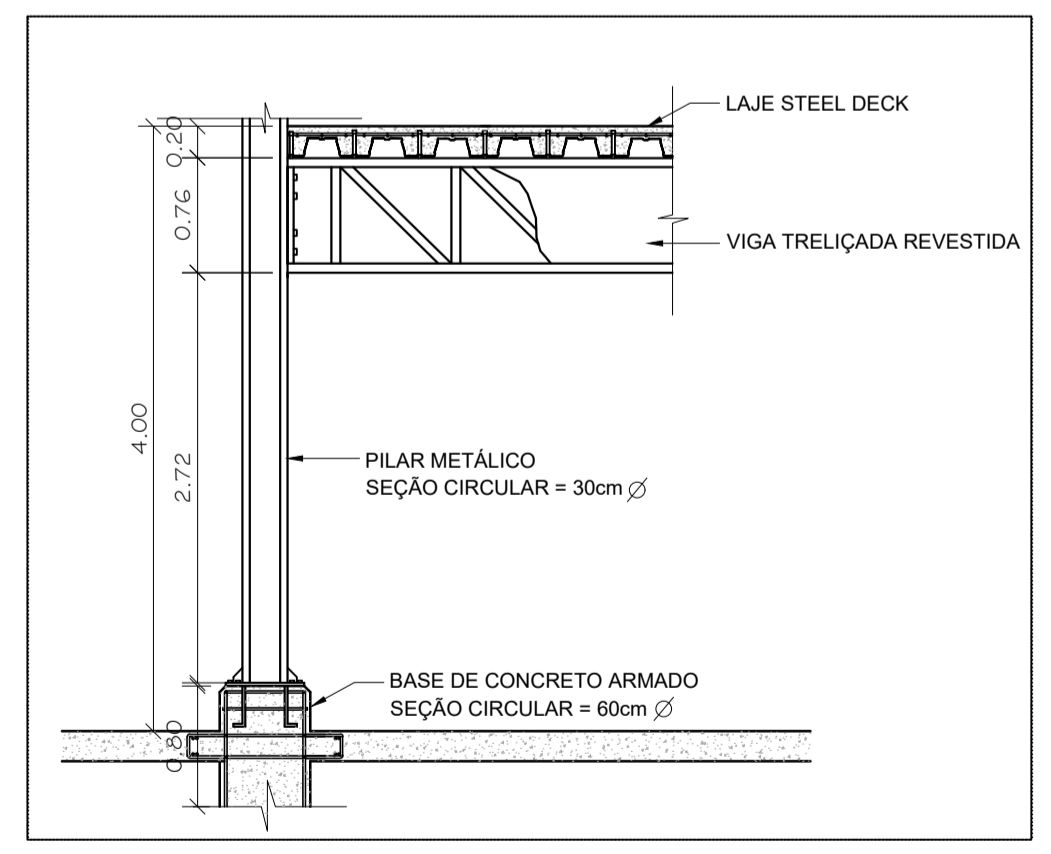
PLANTA HUMANIZADA - PUB - PAVIMENTO SUPERIOR
esc. 1:125



MALHA ESTRUTURAL - CENTRO CULTURAL
esc. 1:200

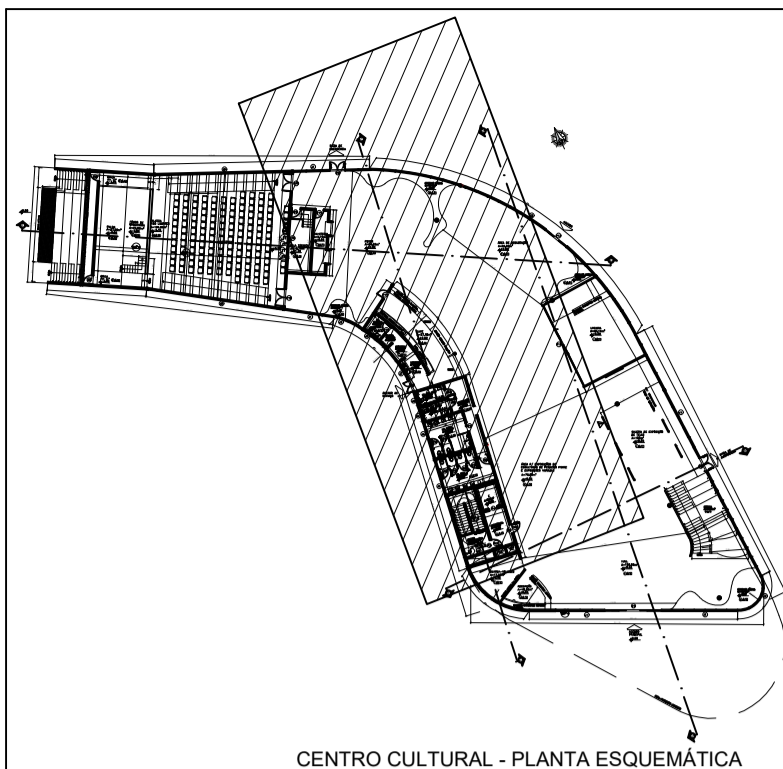


MALHA ESTRUTURAL - PUB
esc. 1:200

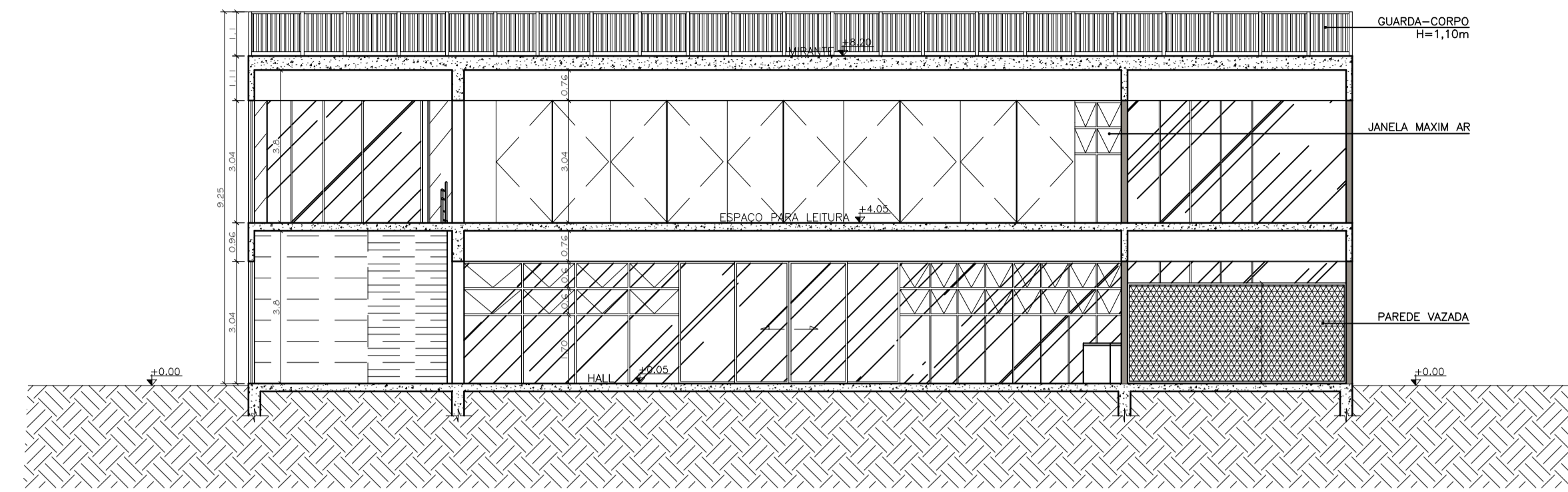


"DET" 8 - SISTEMA ESTRUTURAL
ESC: 1:50

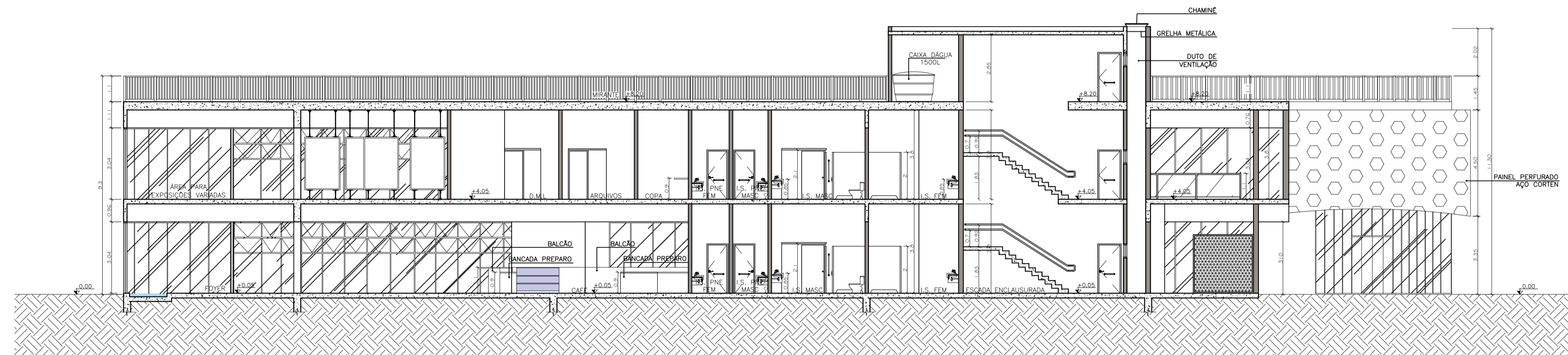




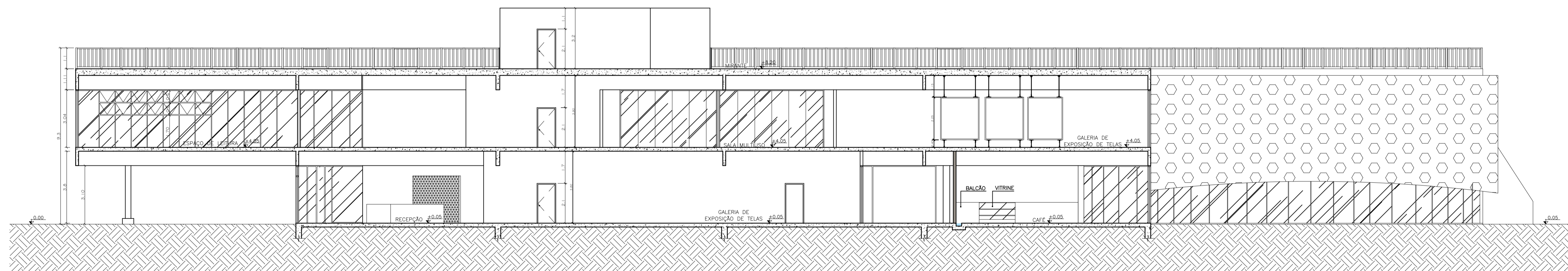
CENTRO CULTURAL - PLANTA ESQUEMÁTICA
esc: 1/500



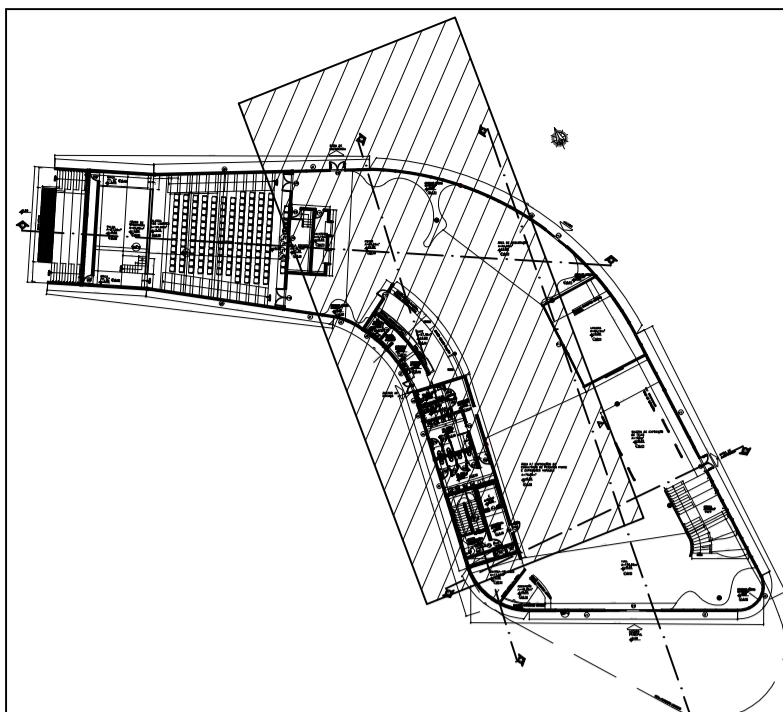
CORTE B-B
esc: 1:125



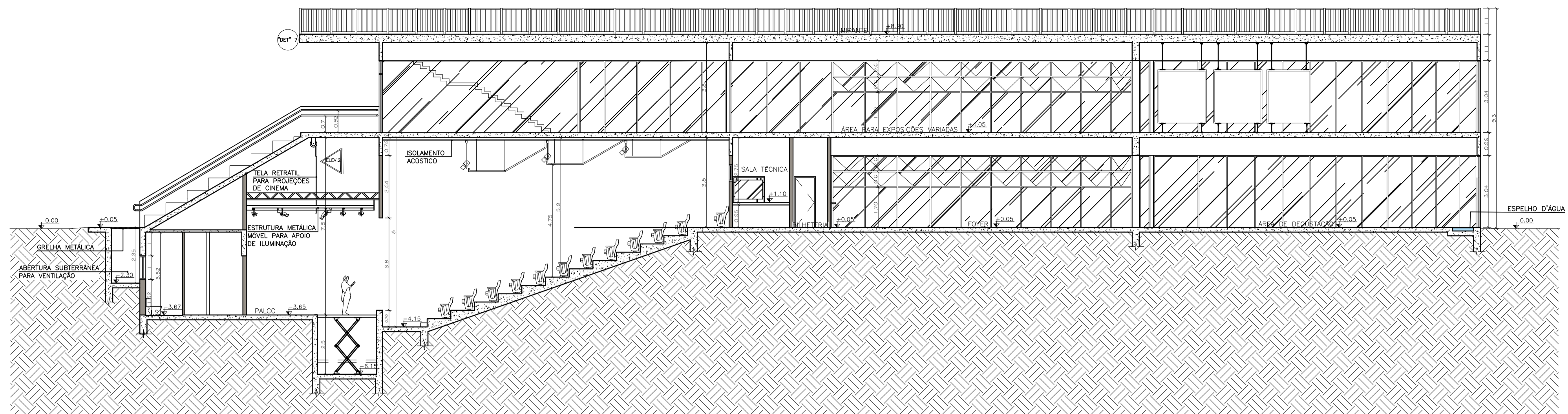
CORTE C-C
esc: 1:125



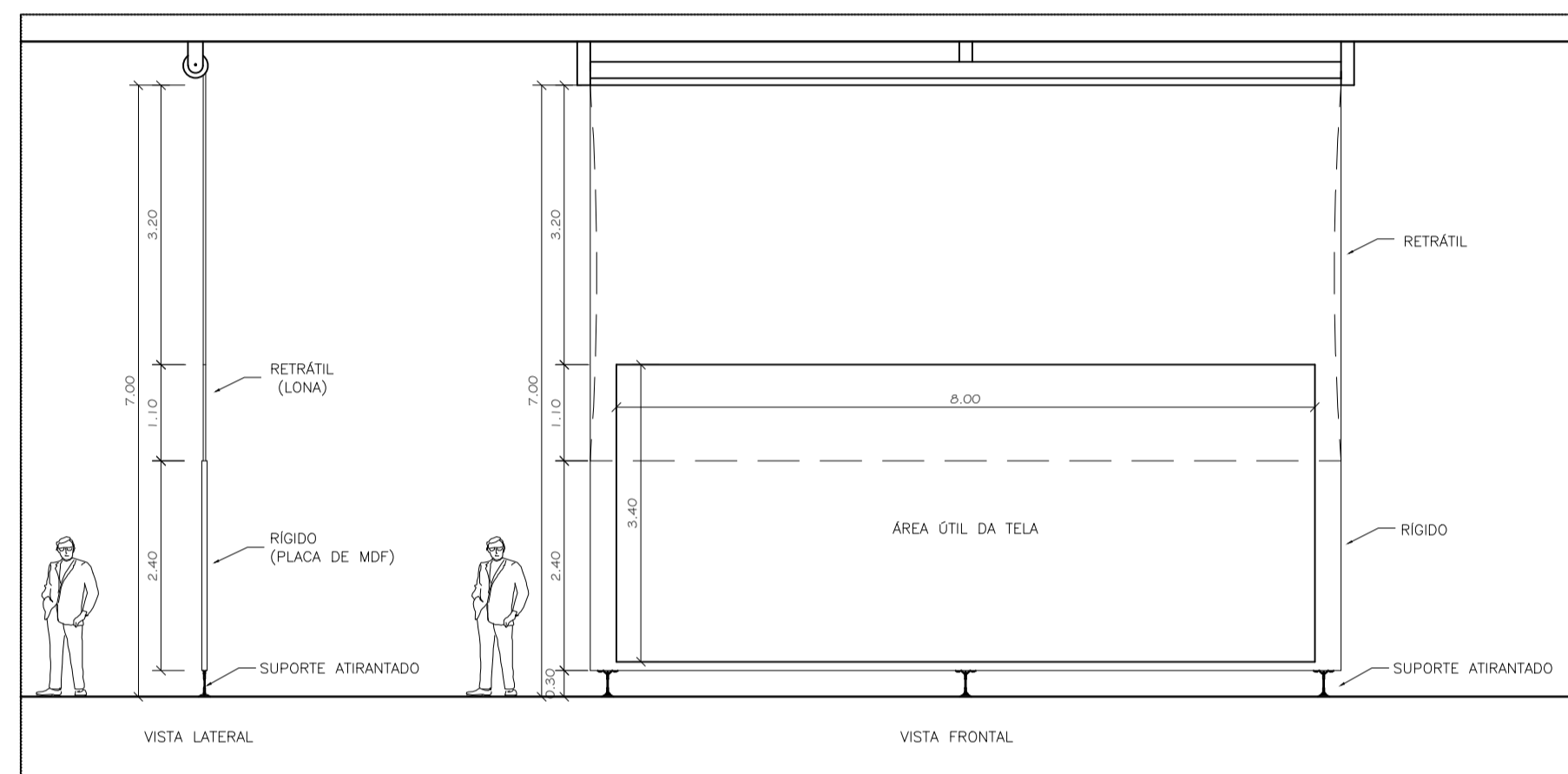
CORTE D-D
esc: 1:125



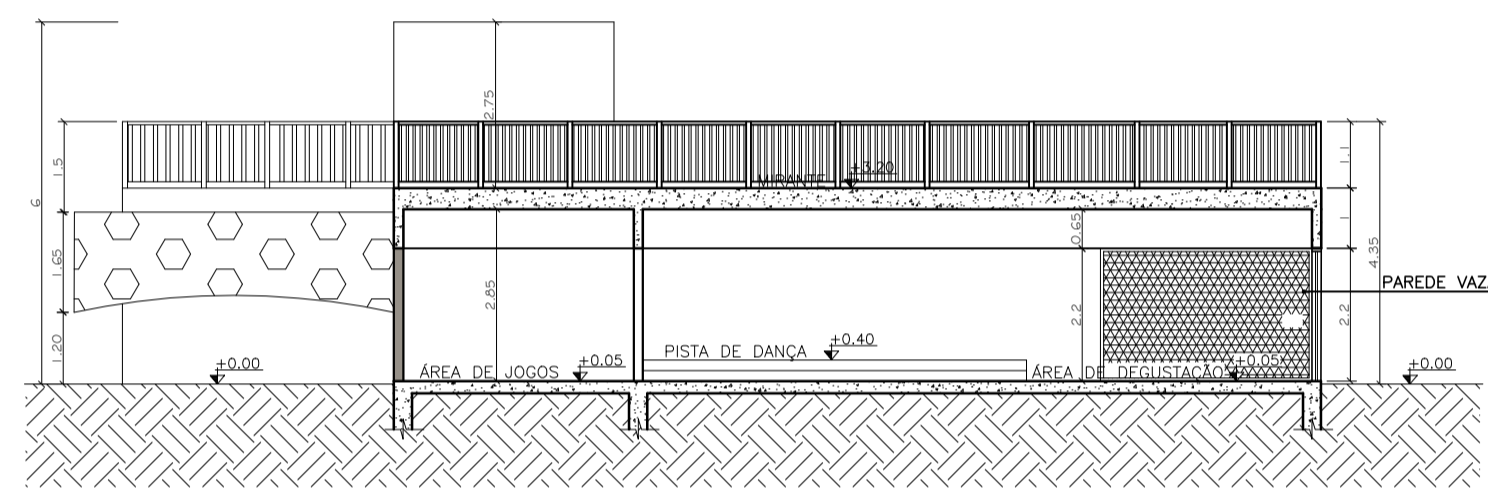
CENTRO CULTURAL - PLANTA ESQUEMÁTICA
1/500



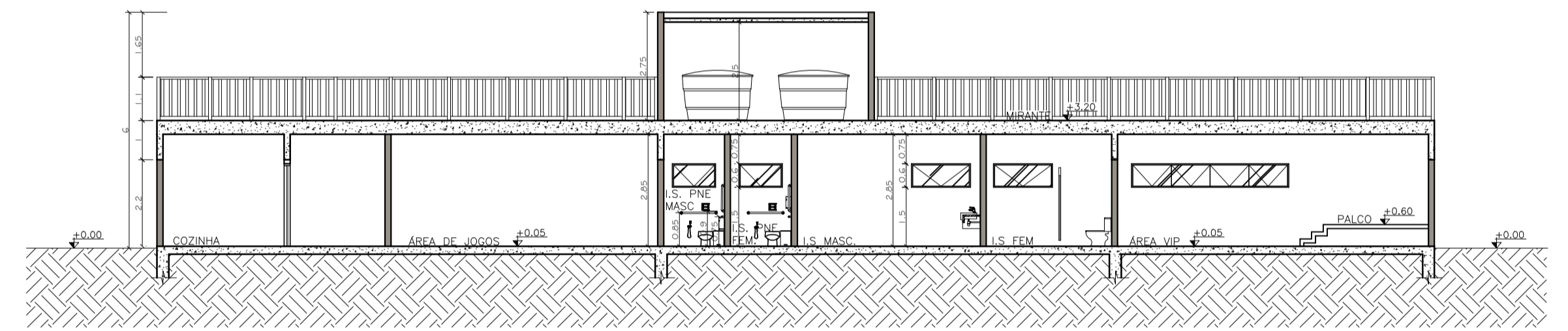
CORTE E-E



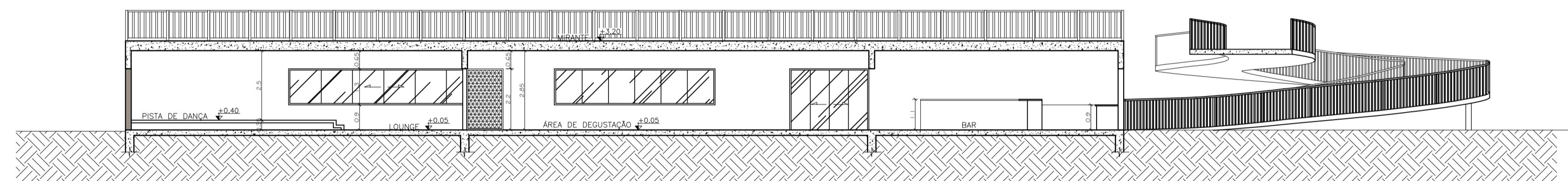
"ELEV." 2 - TELAS RETRÁTIL PARA PROJEÇÕES DE CINEMA
esc 1:75



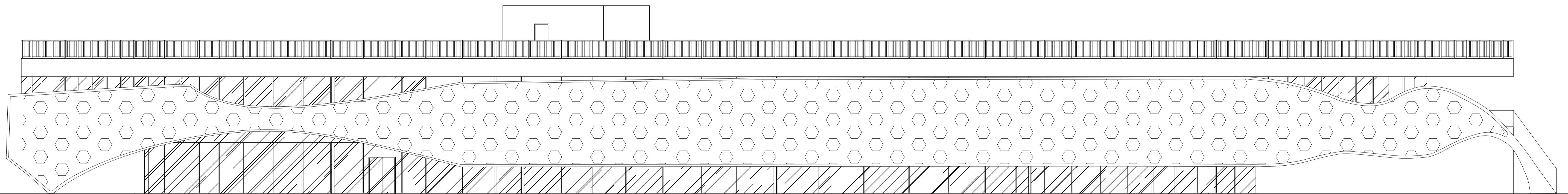
CORTE F-F
esc 1:125



CORTE G-G
esc 1:125

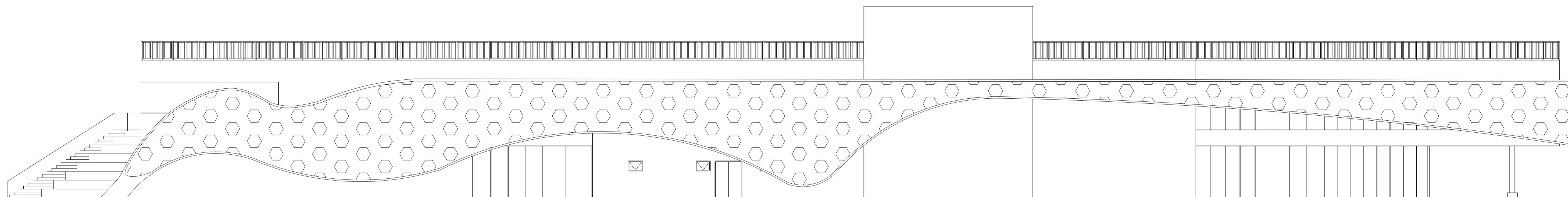


CORTE H-H
esc 1:125

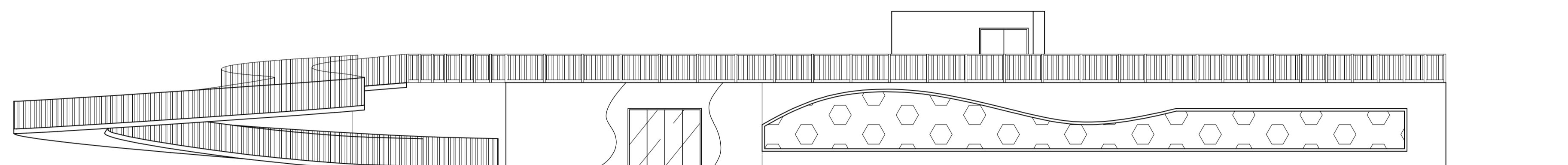


FACHADA 01 - CENTRO CULTURAL (FRONTAL)
esc 1:125

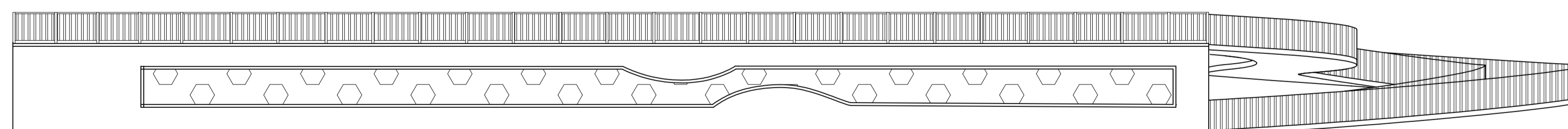




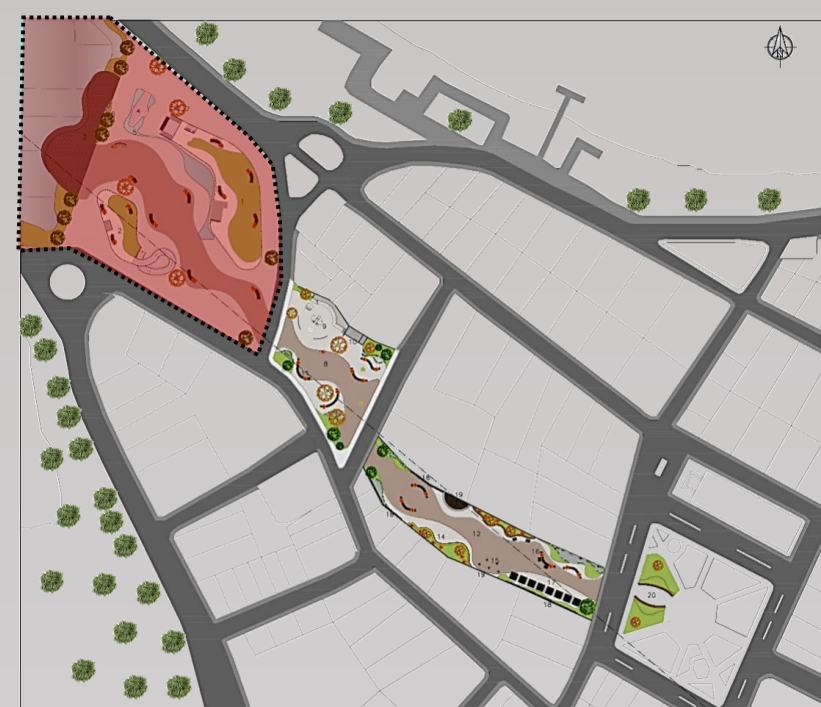
FACHADA 02 - CENTRO CULTURAL (POSTERIOR)
esc 1:125



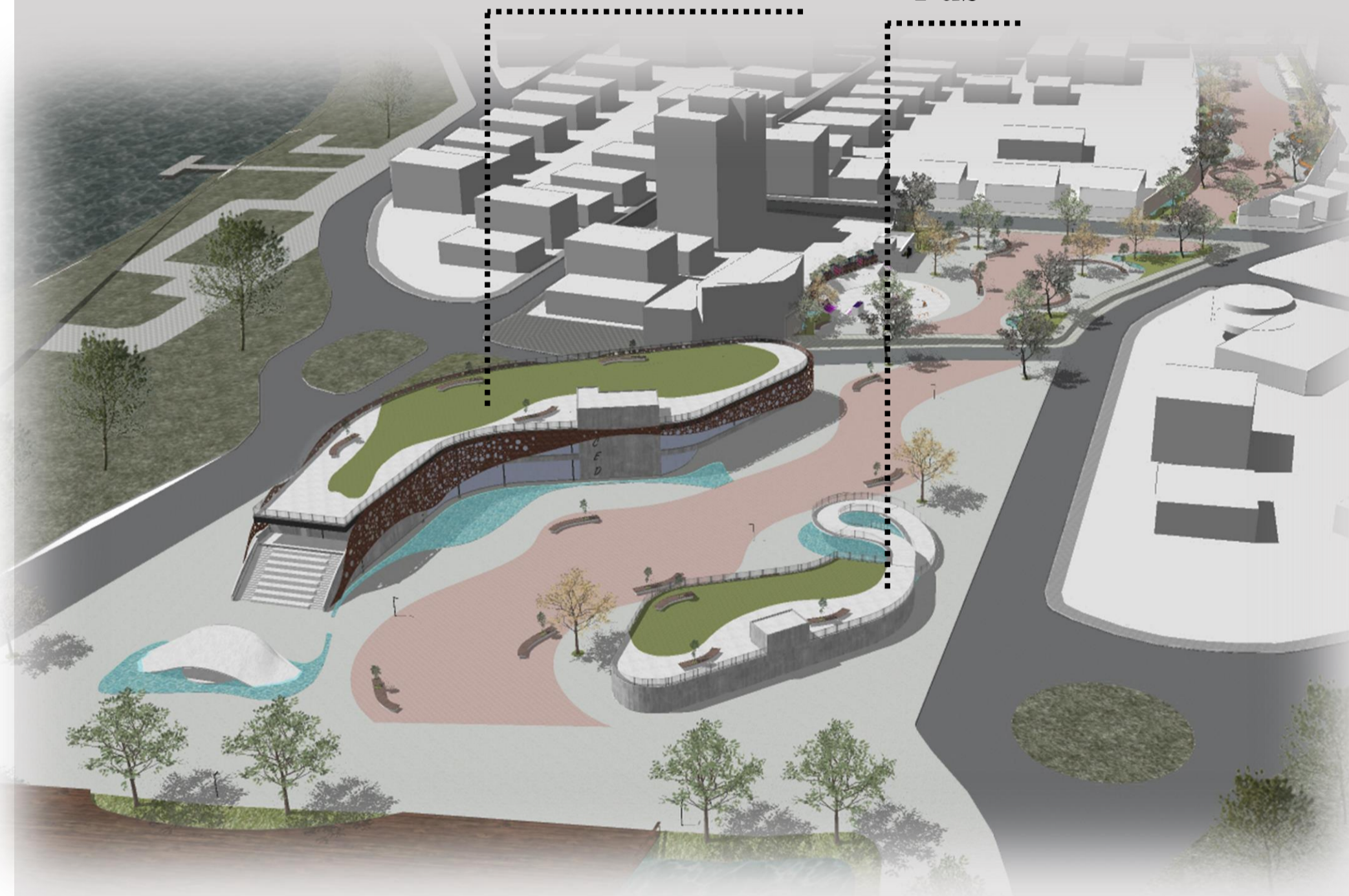
FACHADA 03 - PUB (FRONTAL)
esc 1:125



FACHADA 04 - PUB (POSTERIOR)
esc 1:125

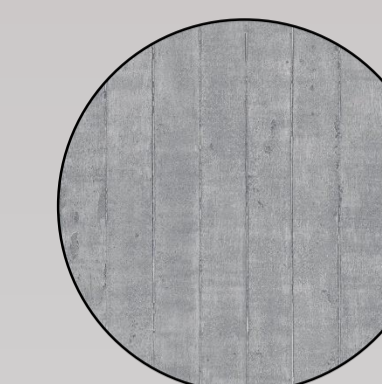
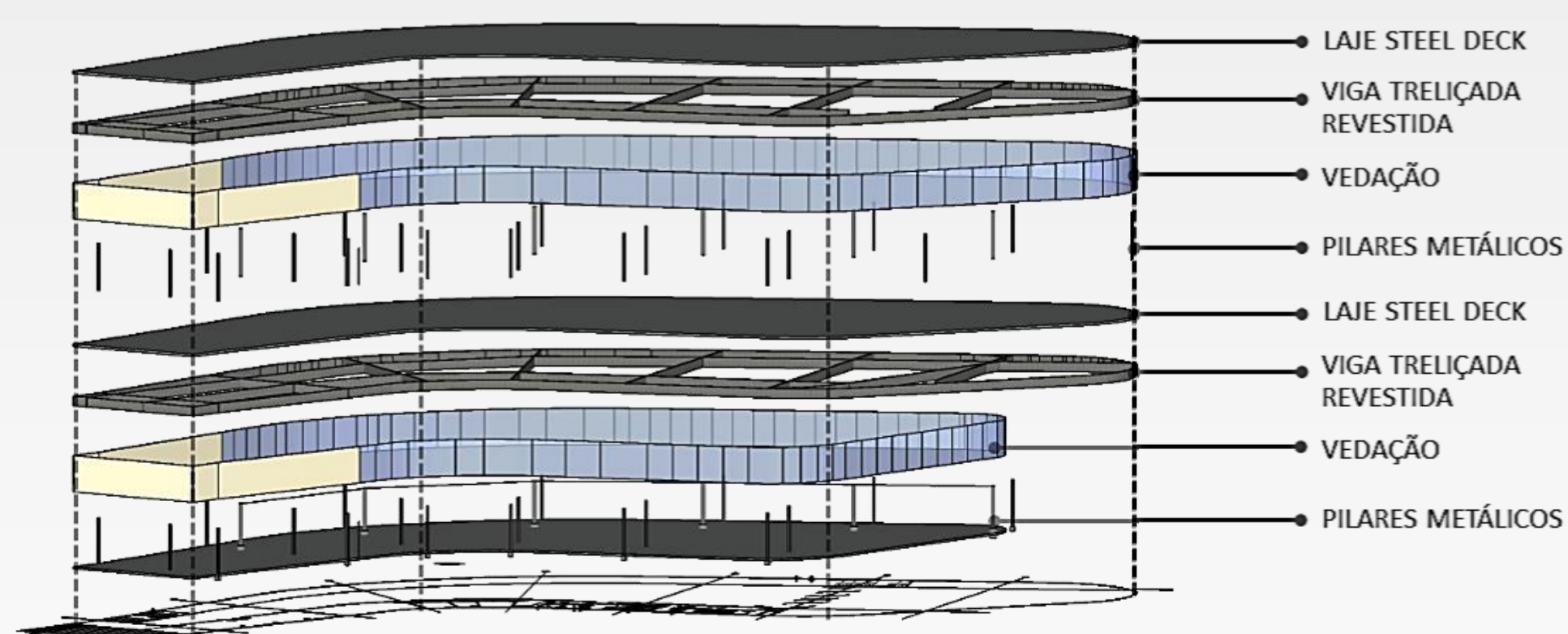


Centro Cultural Pub



Estrutura

➤ ESTRUTURA MISTA



Concreto filetado



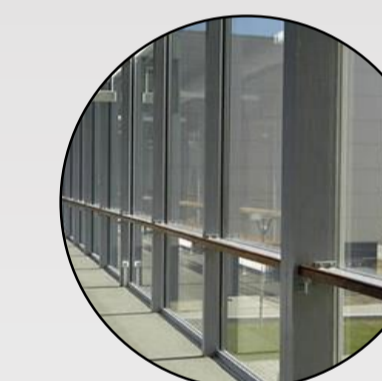
Piso Cimentício Permeável



Aço Corten Perfurado



Piso Intertravado Vermelho

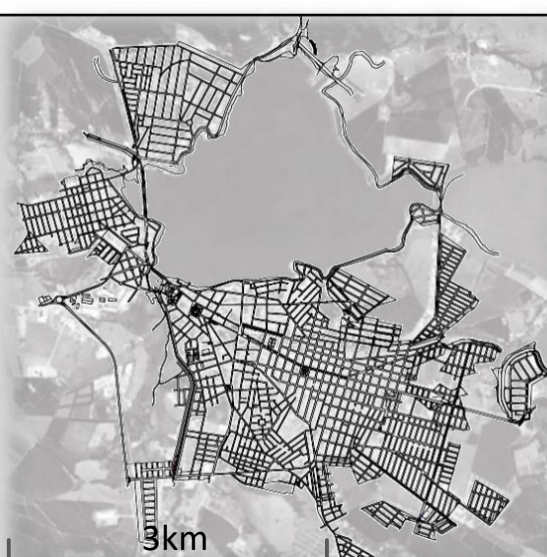


Pele de Vidro



Espelho d'água

É por meio da diversificação de usos que são gerados polos de atratividade em determinados espaços, pois garante uma maior abrangência às demandas de variados públicos, bem como a frequência de usos. Este fator é também um importante aspecto com relação à segurança dos espaços públicos, principalmente quando são propostos usos noturnos.



Perímetro urbano de Boa Esperança – MG.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth, 2018.



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – GRUPO UNIS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
ALUNA: PÂMELA COSTA MARCOS
ORIENTADORA: PROF. D. SC. LUCIANA BRACARENSE COIMBRA VELOSO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC
TEMA: REQUALIFICAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO DE BOA ESPERANÇA - MG



Praça Central



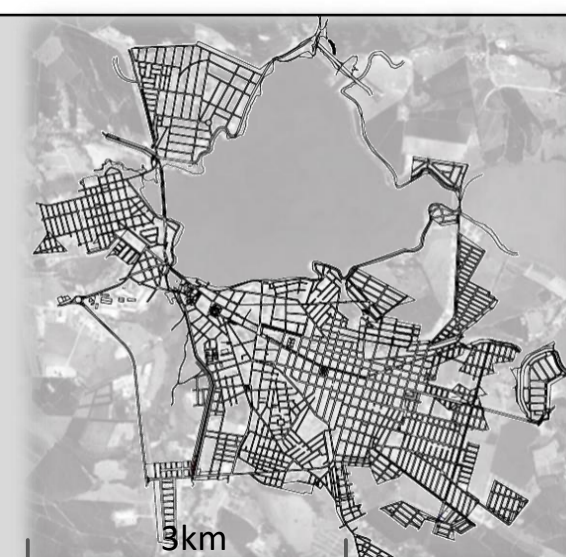
Concha Acústica



Perspectiva interna – Centro Cultural – Espaço de Leitura



Perspectiva interna – Centro Cultural - Hall e área de Exposições



Perímetro urbano de Boa Esperança – MG.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth, 2018.



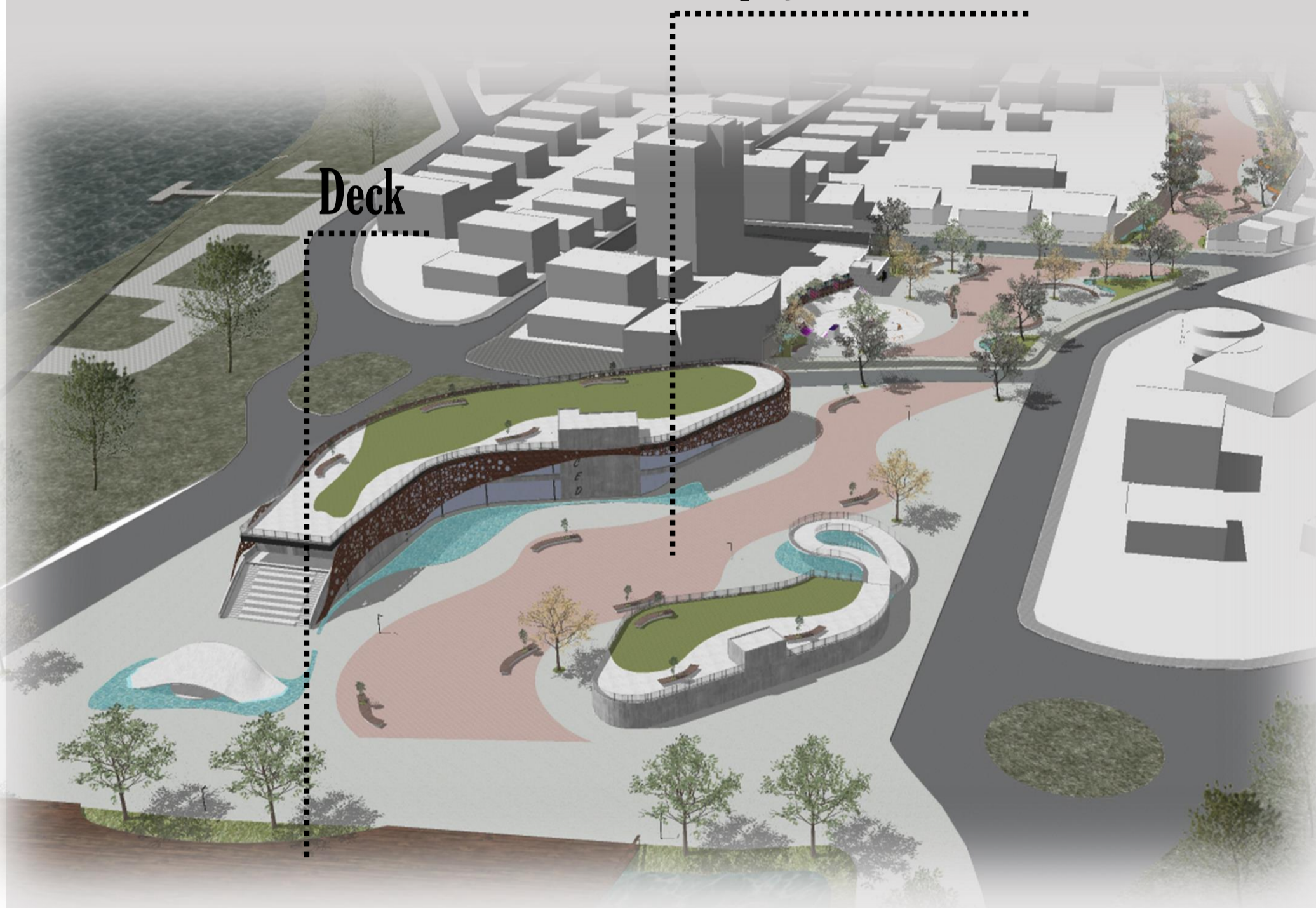
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – GRUPO UNIS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
ALUNA: PÂMELA COSTA MARCOS
ORIENTADORA: PROF. D. SC. LUCIANA BRACARENSE COIMBRA VELOSO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC
TEMA: REQUALIFICAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO DE BOA ESPERANÇA - MG



Espaços Positivos

Deck



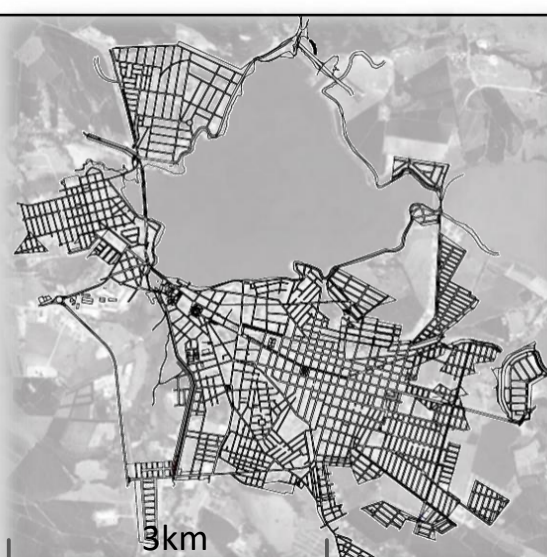
Mirante



Deck



Deck



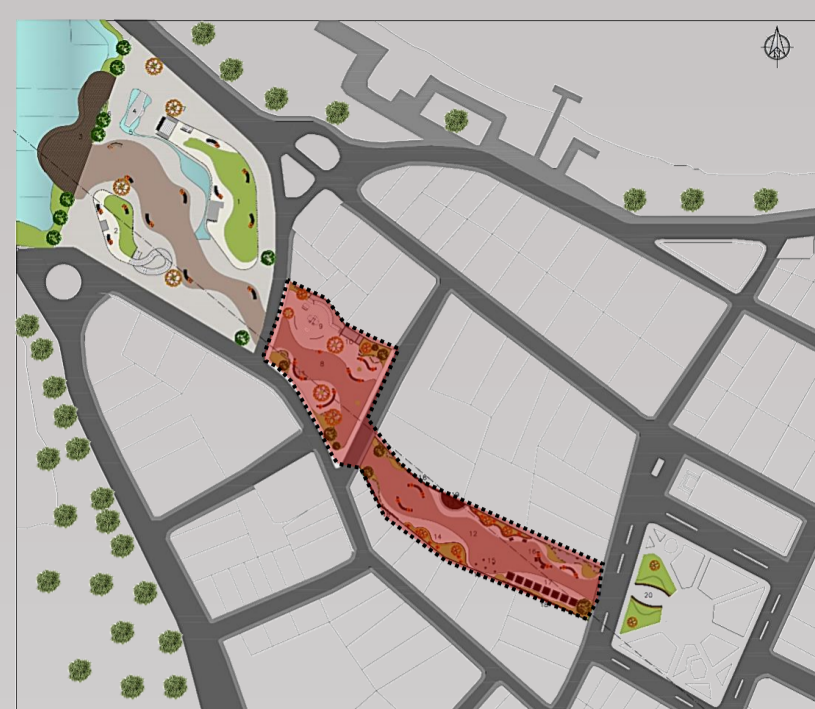
Perímetro urbano de Boa Esperança – MG.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth, 2018.



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – GRUPO UNIS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
ALUNA: PÂMELA COSTA MARCOS
ORIENTADORA: PROF. D. SC. LUCIANA BRACARENSE COIMBRA VELOSO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC
TEMA: REQUALIFICAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO DE BOA ESPERANÇA - MG



Jardins Verticais



Sibipuruna



Painéis de Arte Urbana



Ypê Amarelo



Muros com acabamento com efeito de "lousa"



Sapucaia

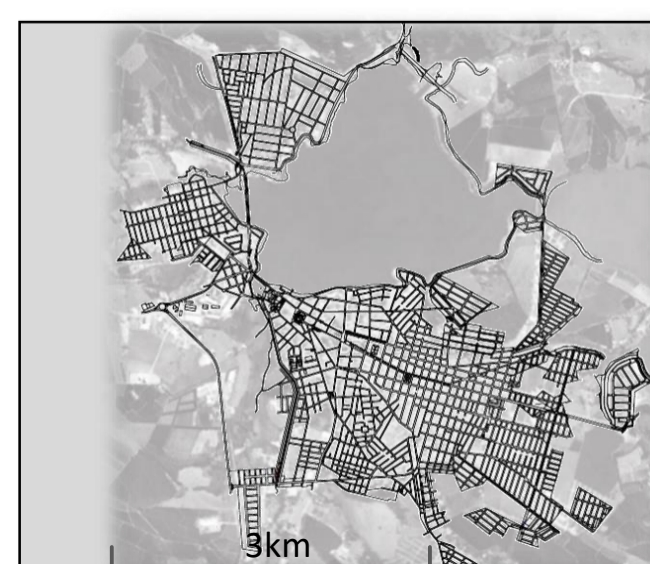


Corredor Cultural – Plataforma Multiuso

O corredor Cultural funcionará como um espaço livre e com múltiplos usos, principalmente pensado para acolher feiras, recuperando essa tradição que foi perdida. Por ser um espaço multiuso, foram inseridas poucas estruturas fixas, pois a ideia é que o espaço se adeque aos diferentes usos. Entre as estruturas fixas tem-se a plataforma multiuso, que incentiva apresentações e exposições espontâneas e o mobiliário integrado com a vegetação, sendo que esta possui função não apenas de ornamentação, mas também de barreira acústica, como nos jardins implantados nos muros e a vegetação arbustiva nessas áreas, além de árvores de pequeno porte para sombra. O Corredor finaliza com a área voltada para a nova pista de skate, além do acesso ao Centro Cultural.



Corredor Cultural – Área de Jogos



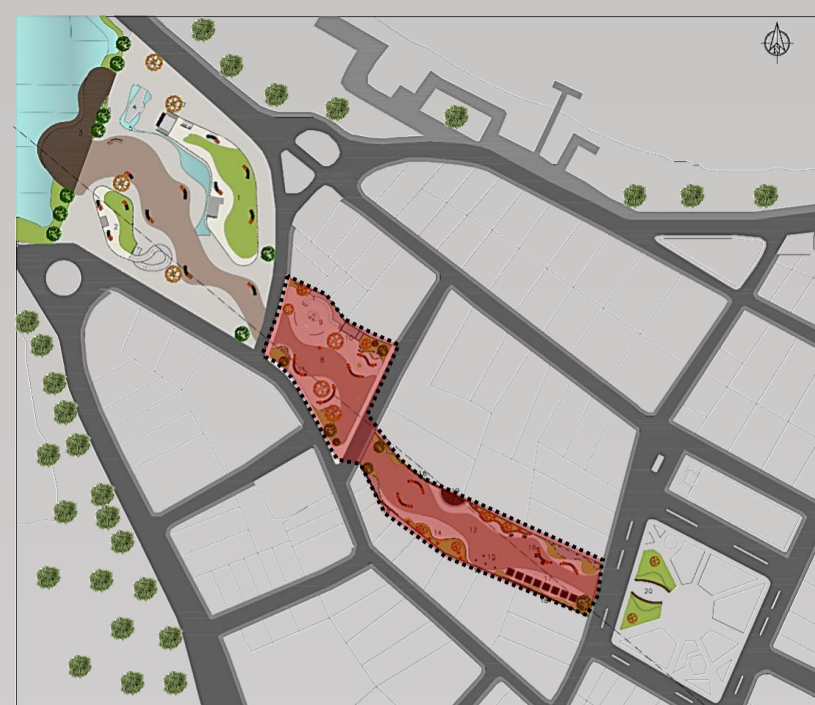
Perímetro urbano de Boa Esperança – MG.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth, 2018.



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – GRUPO UNIS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
ALUNA: PÂMELA COSTA MARCOS
ORIENTADORA: PROF. D. SC. LUCIANA BRACARENSE COIMBRA VELOSO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC
TEMA: REQUALIFICAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO DE BOA ESPERANÇA - MG



Corredor Cultural – Espaço para Feiras



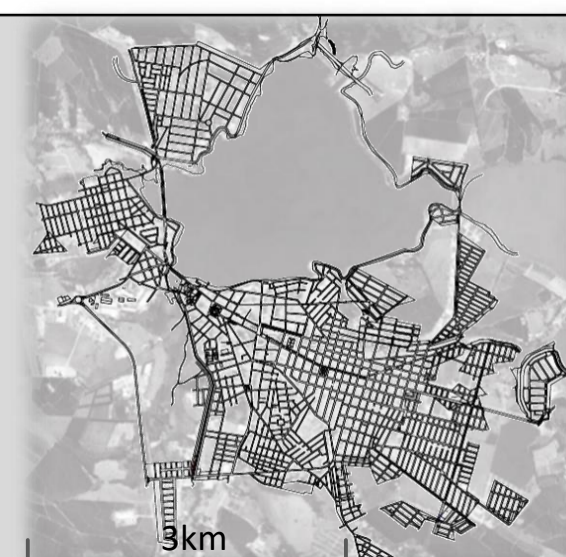
Corredor Cultural – Muros interativos



Praça da Pista



Pista de skate



Perímetro urbano de Boa Esperança – MG.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth, 2018.



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – GRUPO UNIS
 CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
 ALUNA: PÂMELA COSTA MARCOS
 ORIENTADORA: PROF. D. SC. LUCIANA BRACARENSE COIMBRA VELOSO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC
 TEMA: REQUALIFICAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO DE BOA ESPERANÇA - MG